PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

Antonio Baptista Gonçalves

**Direitos Humanos e (in) tolerância religiosa
Laicismo – proselitismo – fundamentalismo –
Terrorismo**

Doutorado em Filosofia do Direito

São Paulo

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP

Antonio Baptista Gonçalves

**Direitos Humanos e (in) tolerância religiosa
Laicismo – proselitismo – fundamentalismo –
Terrorismo**

Doutorado em Filosofia do Direito

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia do Direito sob a orientação do Prof., Doutor Willis Santiago Guerra Filho

São Paulo

2011

Banca examinadora

RESUMO: DIREITOS HUMANOS E A (IN)TOLERANCIA RELIGIOSA LAICISMO – PROSELITISMO – FUNDAMENTALISMO – TERRORISMO de autoria de Antonio Baptista Gonçalves

A questão que envolve os Direitos Humanos e a (in)tolerância religiosa está em plena consonância com o cenário internacional corrente, e exemplos não faltam: A França e a crise do Estado Laico, a Dinamarca e a intolerância islâmica, os conflitos na Palestina e em Israel, o uso do véu na Turquia são apenas alguns casos recentes que suscitam o debate acerca da proteção à liberdade religiosa.

Discorrer sobre os problemas atuais não seria possível sem um recorte histórico da relação que permeia a liberdade religiosa com o próprio surgimento dos direitos humanos.

Com isso, as questões que envolvem a religião florescem e com elas suas problemáticas e controvérsias e sempre traçando um paralelo entre religião e direitos humanos apresentaremos a relação da religião com o poder político e a controversa relação Estado-Igreja.

De tal sorte que uma separação entre Estado e Igreja propiciará o estudo de nossa primeira problemática: a laicidade e o laicismo.

A religião sempre usou de artifícios para amealhar novos fieis e, para tanto, aprofundaremos o estudo acerca do proselitismo religioso e a defesa de do multiculturalismo e da defesa das minorias.

Por fim, adentraremos no delicado tema do fundamentalismo e como que a religião contribui negativamente para o aparecimento do terrorismo. Ademais, também traremos as contramedidas adotadas pelos Direitos humanos e qual a relação presente entre religião e defesa dos direitos humanos.

Palavras-chave: intolerância, religião, direitos humanos, terrorismo, fanatismo.

**ABSTRACT: HUMAN RIGHTS AND RELIGIOUS (IN) TOLERANCE LAIC
PROCEDURE – PROSELITISM – FUNDAMENTALISM – TERRORISM**

Written by Antonio Baptista Gonçalves

The matter involving Human Rights and religious (in) tolerance is in consonance with the current international scenario, and it counts on a number of examples: France and the crisis of the Lay State, Denmark and the Islamic intolerance, conflicts in Palestine and Israel, the use of veil in Turkey are just a few recent cases that raise the debate on religious freedom protection.

To discuss the current problems would not be possible without a background of the relation that permeates the religious freedom with the emergence of human rights.

Thus, matters involving religion blossom bringing with them their problematic and controversies and always drawing a parallel between religion and human rights we will present the relationship between religion with political power and the controversial church-state relationship.

In a way that, the separation between Church and Estate will provide the study of our first issue: secularism and laic procedure.

Religion has always used artifices to gather new believers and, therefore, we will deepen the study of the religious proselytism and the defense of multiculturalism and of minorities.

Finally, we approach the delicate issue of fundamentalism and how religion has contributed negatively to originate terrorism. Moreover, we will also deal with countermeasures adopted by the Human Rights and which is the current relationship between religion and human rights.

Keywords: intolerance, religion, human rights, terrorism, fanaticism.

DIREITOS HUMANOS E A (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA

Laicismo – Proselitismo - Fundamentalismo - Terrorismo

Sumário:

1. Introdução	8
2. A evolução dos Direitos Humanos e a defesa da dignidade da pessoa humana	10
2.1. O surgimento dos direitos humanos	14
2.2. Os direitos humanos pós I e II Guerra Mundial	15
2.3. A defesa da dignidade da pessoa humana x totalitarismo	17
3. Religião e liberdade religiosa no sistema internacional de direitos humanos	22
4. Religião, Direitos Humanos e tolerância	34
5. Estado e Igreja	36
5.1. Definição do vocábulo Igreja	37
5.2. A relação de poder da Igreja em detrimento ao Estado	37
5.3. Estado e Igreja x Estado e religião	42
5.4. A separação entre Estado e Religião	43
5.5. Quando a Religião ainda se mistura com o Estado	45
5.6. A proibição da Religião como garantidora da autonomia do Estado	46
5.7. Existe autonomia entre Estado e Religião?	47
5.8. A relação do Estado e da Igreja no Brasil	48
6. Conceito de Estado laico	50
6.1. A diferença entre laicismo e laicidade	52
6.2. O Estado laico	60
6.3. A laicidade na França	69
6.4. O uso de símbolos religiosos em entidades do Estado	72
6.5. O Estado laico brasileiro	73
6.5.1. A influência da religião na Constituição brasileira	77
6.5.2. As Constituições e a herança histórica da religião do povo brasileiro	78
6.5.3. Estado Brasileiro Democrático de Direito	81
7. Liberdade religiosa	84
7.1. O que é liberdade religiosa?	85

7.2. Crença e culto se confundem com religião? -----	89
7.3. O que é religião? -----	91
7.4. As religiões predominantes -----	96
7.4.1. Judaísmo -----	96
7.4.2. Cristianismo -----	99
7.4.3. Islamismo -----	101
7.4.4. Hinduísmo -----	103
7.4.5. Budismo -----	104
7.5. A crença e a Igreja, uma união necessária? -----	106
7.6. Os ateus, os agnósticos e os céticos -----	110
7.7. O direito de crença no Brasil -----	118
7.7.1. As religiões brasileiras com tradições africanas: Umbanda e Candomblé -----	121
7.8. A diversidade religiosa -----	123
8. A (in)tolerância religiosa -----	124
8.1. Conceito de tolerância religiosa -----	125
8.2. Das razões da (in)tolerância -----	130
8.3. A intolerância religiosa -----	131
8.3.1. O plano individual -----	132
8.3.2. O plano social ou coletivo -----	134
8.4. A solução para a (in)tolerância -----	137
8.5. O próximo passo da (in)tolerância religiosa -----	140
9. Defesa e respeito às minorias religiosas -----	142
9.1. Conceito de minoria religiosa -----	143
9.2. Os direitos humanos e a proteção às minorias religiosas -----	146
9.3. A relação do Estado com a defesa das minorias -----	152
9.4. O multiculturalismo -----	155
10. Proselitismo -----	159
10.1. Conceito de proselitismo -----	160
10.2. O proselitismo positivo -----	161
10.3. O proselitismo negativo -----	162
11. O cenário internacional e a questão da (in) tolerância -----	168

11.1. Religião, conflitos armados e migração -----	170
12. Fundamentalismo -----	172
12.1 Conceito de fundamentalismo -----	173
12.2 O fundamentalismo e o Islã -----	174
12.3 Tensão entre laicidade estatal e fundamentalismo religioso -----	177
12.4 Os conflitos pela terra prometida -----	180
12.5 Fanatismo e movimentos de massa -----	183
12.6 Relações entre fundamentalismos e terrorismos -----	185
13. Terrorismo -----	187
13.1. Terrorismo e seu <i>modus operandi</i> -----	188
13.2. American way of life -----	189
13.3. O cenário internacional e o terrorismo -----	190
13.4. Reação norte americana ao terror: a Guerra -----	192
13.5. Totalitarismo: mais um inimigo -----	196
13.6. Os direitos humanos e o terrorismo -----	198
13.7. Resposta ao terrorismo -----	207
Conclusão -----	209
Referências Bibliográficas.	

1. Introdução

A questão da (in)tolerância é muito mais presente no cenário mundial do que se pode imaginar. E, para validar tal premissa, necessário será compreender qual a relação atual do mundo com a religião e, para tanto, deveremos desenvolver temas como Estado laico, proselitismo, preconceito religioso e as diferenças de crença e culto, entre outros.

E quando se trata de (in)tolerância os direitos humanos devem estar presentes, portanto, não há outro meio de começar a obra sem caracterizar a vinculação dos direitos humanos com a liberdade religiosa e a defesa da dignidade da pessoa humana.

Os direitos humanos auxiliam sobremaneira a questão da religião, sobretudo por criar o suporte fático para a tolerância e viabilizar a existência de um Estado laico.

Nesse contexto, é necessário compreender qual a relação histórica do Estado com a religião para compreendermos questões como laicismo e laicidade e o fundamentalismo religioso. Sobre Estado laico destacamos os problemas acerca do Estado Francês e os questionamentos em torno de uma laicidade parcial por parte do Estado brasileiro.

Com o conhecimento dessa relação Estado-Igreja apresentaremos a questão da liberdade religiosa, sem desviar da questão do que vem a ser religião e qual a sua importância no cenário mundial, inclusive para os ateus e agnósticos.

Superada a etapa de compreensão sobre laicismo e laicidade e a realidade brasileira, iremos avançar na tratativa da liberdade religiosa, quais as dificuldades em se definir o que é religião, as diferenças entre credo, culto e crença. Posteriormente analisaremos as cinco maiores religiões atualmente: Judaísmo, cristianismo, Islamismo, Hinduísmo e Budismo. O estudo prossegue com uma análise sobre a diversidade religiosa, inclusive sobre os agnósticos, ateus e cétricos.

E, também um estudo da liberdade religiosa no Brasil, o trato constitucional e como funcionam e os limites legais das religiões afros candomblé e umbanda.

Enfim, teremos as condições necessárias para compreender a diferença entre tolerância, (in)tolerância e intolerância religiosa, suas nuances, as dificuldades, e ofertaremos as possíveis soluções.

Quando do estudo da (in)tolerância perceberemos que será necessário adentrar na defesa das minorias religiosas e conhecer a relação das tentativas de dominação da religião dominante em detrimento da religião inferiorizada numericamente. Nesse contexto, será importante conhecer as diferenças entre o universalismo e o multiculturalismo para compreender o cerne da liberdade religiosa.

Com a liberdade das minorias teremos uma consequência inesperada: o proselitismo, a forma como as majorias usam esse conceito, porém, também usado pelas minorias como forma de amealhar novos fiéis.

A herança de sobrepor e manter a dominação por parte, especialmente, do judaísmo e do cristianismo “inspirou” o islamismo a usar os conceitos de proselitismo com um enfoque mais específico: o fundamentalismo, igualmente propalado anteriormente pelos cristãos, porém, agora, com um caráter mais radical beirando a busca pelo fanatismo.

A junção do fundamentalismo com o proselitismo por um hábil Estado controlar e supressor da democracia instituiu uma mensagem religiosa massificada que buscava a defesa de todo o Estado Islã, pouco importando o uso indiscriminado da violência.

O resultado foi o desenvolvimento do terrorismo. E ao longo desta dissertação será importante tratar da relação dos direitos humanos ante a supressão de todo o seu esforço para construir um sistema justo e igualitário para o ser humano.

2. A evolução dos Direitos Humanos e a defesa da dignidade da pessoa humana

Quando se aborda a temática da tolerância religiosa é compreensível associar religião dentre outras coisas à imagem de pregações, visitas à casa das pessoas oferecendo a palavra do senhor, cultos e elevada concentração de pessoas.

No entanto, a religião engloba mais fatores e sobre estes pairam a questão da (in)tolerância: preconceito, agressões verbais, físicas, psicológicas e a supressão do direito de cultuar o seu Deus, independentemente da religião dos demais.

E, no tocante à intolerância os direitos humanos são fundamentais para se compreender melhor os direitos do cidadão, sua liberdade de manifestação, de crença, desde que respeitadas às liberdades do próximo.

Para podermos tratar da (in)tolerância religiosa, primeiramente, deveremos nos instruir acerca do que vem a ser direitos humanos e qual a sua importância para o ser humano.

Na verdade, os direitos humanos¹ versam sobre a proteção essencialmente à pessoa, ou seja, à defesa da integridade física, psicológica e moral dos indivíduos, o que, modernamente se denomina defesa da dignidade da pessoa humana.

Outros autores irão divergir de nosso pensamento e afirmar que o papel dos direitos humanos é muito maior e complexo do que a defesa da dignidade da pessoa humana. Não há controvérsia quanto ao fato. De fato, os direitos humanos têm um papel global vital, mas que tem o seu cerne à defesa do ser humano.

¹ Flávia Piovesan nos mostra uma concepção moderna acerca dos direitos humanos: “Na condição de reivindicações morais, os direitos humanos nascem quando devem e podem nascer. Como realça Norberto Bobbio, os direitos humanos não nascem todos de uma vez, nem de uma vez por todas. Para Hannah Arendt, os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. Refletem um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. No dizer de Joaquín Herrera Flores, os direitos humanos compõem uma racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Invocam, nesse sentido, uma plataforma emancipatória voltada à proteção da dignidade humana”. PIOVESAN, Flávia Cristina. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2007, págs. 7 e 8.

Nesse sentido, nada mais ofensivo ao ser humano do que a sua própria dignidade, seus direitos e garantias fundamentais vilipendiados, suprimidos ou extirpados. A mediação, a defesa dos direitos humanos é feita em uma escala global na defesa de nações, interesses sociais, porém, o seu radical é o indivíduo singular e sua proteção, como igualmente sinaliza Flávia Piovesan².

Fábio Konder Comparato tem uma definição preciosa: “A revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou nação – pode afirmar-se superior aos demais”.³

E a defesa dos direitos humanos se relaciona ao respeito às liberdades individuais, independentemente do grupo social ao qual o indivíduo pertença, à sua etnia, preferência política, sexual ou religiosa.

A relação entre os direitos humanos e a proteção da dignidade da pessoa humana é estreita e a relação dessa proteção com a religião e, principalmente, a (in)tolerância religiosa será sentida e defendida.

O fundamental, nesse momento preliminar, é estabelecer a relação dos direitos humanos com o indivíduo. Agora, iremos apresentar a temática da religião, e passo a passo iremos relacionar o tema com os direitos humanos.

Primeiramente, é importante saber que a defesa da dignidade da pessoa humana não foi o cerne da defesa dos direitos humanos em seu nascituro, mas sim, em decorrência de uma série de fatores históricos que culminaram com esse novo caminho que, inclusive, culminou com a denominação de direitos humanos contemporâneos.

² Com efeito, no momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que é cruelmente abolido o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável. PIOVESAN, Flávia Cristina. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 9.

³ COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 1.

O marco fundamental dos direitos humanos, sem dúvida é a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cuja aprovação ocorreu em 10 de dezembro de 1948, na Assembléia Geral das Nações Unidas.

Uma breve análise ao contexto histórico elucidada a influencia temporal dos acontecimentos que culminaram com a Declaração Universal.

Apenas três anos antes se encerrara uma dos períodos mais trágicos que a humanidade sofrera, com o término da Segunda Guerra Mundial, que perdurou de 1939 a 1945 e deixou um espólio estimado entre 40 a 52 milhões de pessoas mortas⁴ em decorrência dos conflitos.

Não existe afronta maior contra a vida de um ser humano do que uma guerra, o que diriam as autoridades e os defensores dos direitos humanos de por conta da ação humana mais de quarenta milhões de vidas deixaram de existir?

Ademais, somente as mortes já seria uma justificativa minimamente razoável para uma mudança de paradigma, porém, a Segunda Guerra mundial conteve requintes específicos de crueldade que afrontam a dignidade de qualquer ser humano.

O holocausto produziu cenas terríveis protagonizadas em campos de concentração, em especial Auschwitz⁵ e Bikernau com esterilização em massa, experimento em seres vivos, em corpos, mortes em câmaras de gás, perseguições e agressões que culminaram com mortes por conta de orientação sexual, raça e religião.

⁴ Dados da *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12, p. 2863.

⁵ Hannah Arendt fornece o relato histórico acerca da funcionalidade de Auschwitz: “Lendo as atas do julgamento, deve-se ter sempre em mente que Auschwitz fora estabelecido para massacres *administrativos* que deviam ser executados segundo as regras e regulamentos mais rigorosos. Essas regras e regulamentos tinham sido estipulados pelos assassinos burocratas, e eles pareciam excluir – provavelmente tinham a intenção de excluir – toda iniciativa individual, quer para melhorar a situação, quer para piorá-la. O extermínio de milhões foi planejado para funcionar como uma máquina: os prisioneiros chegando de toda a Europa; as seleções na rampa, e as seleções subseqüentes entre aqueles que tinham sido robustos na chegada; a divisão em categorias (todos os idosos, crianças e mães com filhos deviam ser gaseados imediatamente); os experimentos humanos; o sistema dos “prisioneiros de confiança”, os capôs e os comandos de prisioneiros que manejavam as instalações de extermínio e detinham posições privilegiadas. Tudo parecia previsto e assim previsível – dia após dia, mês após mês, ano após ano. E, ainda assim, o que resultou dos cálculos burocráticos foi o exato oposto da previsibilidade. Foi uma completa arbitrariedade. ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2004, págs. 319 e 320.

A história nos mostra que os direitos humanos sempre foram impulsionados por acontecimentos históricos, isto é, se firmaram ao longo do tempo como uma resposta aos fatos sociais num determinado espaço-tempo, assim, receberam a classificação de direitos humanos de primeira, segunda e terceira geração.

Para nosso estudo será importante situar o surgimento dos direitos humanos, portanto, iremos apresentar o surgimento histórico dos direitos humanos, sem deixar de mencionar as influências históricas, contudo, não adentraremos na questão da classificação dos direitos humanos, pois, iremos por um caminho distinto.

Nossa missão será apresentar como eram os direitos humanos pós Independência Americana e Revolução Francesa e como ficaram após as duas grandes guerras mundiais, as mudanças de paradigma e o novo caminho a ser defendido.

Toda a nossa atenção sobre os direitos humanos estarão centradas na questão religiosa, tanto na permissibilidade como no combate aos abusos.

Demonstrar a evolução histórica, analisar a recepção ante a relação entre Estado e Igreja, mas sem o apontamento de sanções pelas cortes. O escopo é mostrar como que as atrocidades da II Guerra, se por um lado foram atroz, por outros inauguraram um caminho que se mostraria altamente benéfico para o próprio ser humano e para a humanidade.

Assim, em um momento posterior iremos mostrar como os direitos humanos se preocuparam mais com o indivíduo e, por conseguinte, uma série de proteções foi desenvolvida, inclusive no que tange a liberdade religiosa.

2.1. O surgimento dos direitos humanos

A doutrina determina que a primeira geração de direitos humanos tenha seu início com a Independência Americana e a Revolução Francesa. Contudo, é inegável a contribuição de alguns outros atos anteriores como a Foi assim com a Magna Carta Inglesa em 1215, e, principalmente, com os atos impulsionados nos séculos XVI e XVII, por advento do movimento conhecido como iluminismo, quando uma série de atos foram profícuos para o desenvolvimento dos direitos humanos fundamentais através do *habeas corpus act*, de 1679; o Bill of Rights em 1689. No entanto é necessário compreender o contexto histórico para concordar com a doutrina.⁶

Afinal, se a concessão de um direito dependia de um soberano, então o direito não era universal e a disposição do homem, logo, ao ser atrelado a vontade de outrem se tornava restrito, realidade essa, que realmente, somente se modificou com as Declarações Americana de 1776 e Francesa de 1789.

Todavia, a quebra de paradigma se iniciou com o iluminismo, pois esse movimento, foi o responsável por impulsionar novamente os ideários dos direitos humanos, que resultaram nos processos de conflitos na França e nos Estados Unidos, que culminaram com a Revolução Francesa e a Independência norte americana, respectivamente e que determinaram o surgimento da primeira geração dos direitos humanos⁷.

⁶ Na verdade, Norberto Bobbio elucida a importância dos movimentos anteriores à Revolução Francesa e explica os motivos de não serem considerados como marcos para os direitos humanos: “A relação tradicional entre direitos dos governantes e obrigações dos súditos é invertida completamente. Até mesmo nas chamadas cartas de direitos que precederam as de 1776 na América e a de 1789 na França, desde a Magna Charta até o Bill of Rights de 1689, os direitos ou as liberdades não eram concedidos ou concertados, devendo parecer – mesmo que fossem resultado de um pacto entre súditos e soberano – como um ato unilateral deste último. O que equivale dizer que, sem a concessão do soberano, o súdito jamais teria tido qualquer direito. Não é diferente o que ocorrer; a no século XIX: quando surgem as monarquias constitucionais, afirma-se que as Constituições foram *octroyées* pelos soberanos. O fato de que essas Constituições fossem a consequência de um conflito entre rei e súditos, concluído com um pacto, não devia cancelar a imagem sacralizada do poder, para a qual os cidadãos obtêm é sempre o resultado de uma graciosa concessão do príncipe. As Declarações de Direito estavam destinadas a inverter essa imagem. E, com efeito, pouco a pouco lograram invertê-la. Hoje, o próprio conceito de democracia é inseparável do conceito de direitos do homem”. BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 114.

⁷ Fábio Konder Comparato afirma: “O artigo I da Declaração que “o bom povo da Virgínia” tornou pública, em 16 de junho de 1776, constitui o registro de nascimento dos direitos humanos na História. COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 49.

Todos esses atos foram importantes para desenvolver o conceito de liberdade, fraternidade e igualdade entre todos os homens. Contudo, os conflitos e, especialmente, as mortes impulsionaram uma necessidade de buscar a valoração do próprio homem. E a Primeira Guerra Mundial que ocorreu entre 1914 e 1918, com um saldo negativo de 9 milhões de mortos⁸ acelerou ainda mais o processo.

No entanto, como que as Nações se organizaram para discutir e desenvolver um contrarremédio às agruras trazidas pelas guerras? A resposta a essa indagação, a nosso ver, representou a evolução concreta dos direitos humanos para a defesa do cidadão.

2.2. Os direitos humanos pós I e II Guerra Mundial

Os direitos humanos conheceram uma nova fase com o final da Segunda Guerra mundial, em um movimento que se iniciou com as guerras francesas e sua Declaração dos Direitos do Homem em 1789.

O marco histórico é a presença na Declaração Francesa de 1789 o artigo 2º⁹:

“A finalidade de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão”.

Com o término das guerras e a perda inestimável de milhões de vidas, o primeiro grande ato em busca da defesa dos direitos humanos foi a criação em 26 de junho de 1945, em São Francisco de um órgão que iria representar os cinquenta e um países signatários e proteger os cidadãos, suas relações, liberdades, etc., nascia assim a Organização das Nações Unidas (ONU).

⁸ Dados da *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v. 12, p. 2859.

⁹ Fonte: http://www.senat.fr/lng/pt/declaration_droits_homme.html, acesso em 3 de fevereiro de 2011.

Apenas três anos após a sua criação, em 1948, a ONU aprovou a Declaração Universal de Direitos do Homem¹⁰, que notadamente foi influenciada pela Declaração de 1789, mas lapidada pelas agruras dos acontecimentos históricos já referidos.

O preâmbulo já possui os elementos norteadores do que viriam a se traduzir em um novo conceito de Direitos humanos ao justificar os anseios sociais das pessoas comuns.¹¹

José Lindgren Alves já apontava as semelhanças: “Seus postulados fundamentais, que remontam à Revolução Francesa, são a liberdade, a igualdade e a fraternidade, expressos na formulação do Artigo 1º de que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, devendo agir reciprocamente “com espírito de fraternidade”. Desses postulados decorre o princípio da não discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, inclusive a situação política, jurídica ou nível de autonomia do território a que pertençam às pessoas explicitado no Artigo 2º”.¹²

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹³, de 1948, o homem, ou melhor, a dignidade da pessoa humana passou a principal preocupação e o alvo máximo de proteção.

¹⁰ Norberto Bobbio afirma que: “A Declaração Universal dos Direitos do Homem pode ser acolhida como a maior prova histórica até hoje dada do *consensus omnium gentium* sobre um determinado sistema de valores. Os velhos jusnaturalistas desconfiavam – e não estavam inteiramente errados – do consenso geral como fundamento do direito, já que esse consenso era difícil de comprovar. Seria necessário buscar sua expressão documental através da inquieta e obscura história das nações, como tentaria fazê-lo Giambattista Vico. Mas agora esse documento existe: foi aprovado por 48 Estados, em 10 de dezembro de 1948, na Assembléia Geral das Nações Unidas; e, a partir de então, foi acolhido como inspiração e orientação no processo de crescimento de toda a comunidade internacional no sentido de uma comunidade não só de Estados, mas de indivíduos livres e iguais”. BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 47.

¹¹ Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, justiça, e da paz no mundo, Considerando que o desprezo a o desrespeito pelos direitos humanos resultou em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo no qual os seres humanos gozem de liberdade de expressão e de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum. (Duas primeiras partes do preâmbulo). ALVES, José Augusto Lindgren. *A arquitetura internacional dos direitos humanos*. São Paulo: FTD, 1997, p. 49.

¹² ALVES, José Augusto Lindgren. *A arquitetura internacional dos direitos humanos*. São Paulo: FTD, 1997, p. 27.

¹³ Norberto Bobbio tinha dúvidas se a humanidade tinha consciência da grandeza do que a Declaração Universal dos Direitos do Homem representava para a própria história: “Não sei se tem consciência de até que ponto a Declaração Universal representa um fato novo na história, na medida em que, pela primeira vez, um sistema de princípios

E, também, um novo marco histórico fundamental, pela primeira vez fora criado um documento universalmente aceito pela maioria das pessoas, através da ratificação de seus governos, um conjunto de regramentos e comportamentos sociais criados pelo próprio homem, sem que houvesse algum tipo de envolvimento a igreja e que abrangesse a todos e não a determinados grupos, como no caso da religião e das Igrejas.¹⁴

Esse marco histórico se comprovou com a Declaração e Programa de Ação de Viena através da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena entre os dias 14 e 25 de junho de 1993, que ratificou os direitos humanos como universais, em seu item 5.¹⁵ O que apenas denota a abrangência e importância que os direitos humanos adquiriram a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

2.3. A defesa da dignidade da pessoa humana x totalitarismo

E o que vem a ser dignidade da pessoa humana?

Dignidade, do latim *dignitas*, que significa merecimento, respeito, nobreza¹⁶. Dignidade se refere a um conceito que o ser humano merece uma consideração, isto é, um valor, portanto, dignidade da pessoa humana é o respeito ao valor da pessoa enquanto ser humano¹⁷.

fundamentais da conduta humana foi livre e expressamente aceito, através de seus respectivos governos, pela maioria dos homens que vivem na Terra. BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 47.

¹⁴ Norberto Bobbio: “Com essa declaração, um sistema de valores é – pela primeira vez na história – universal, não em princípio, mas de *fato*, na medida em que o consenso sobre a validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado. (Os valores de que foram portadoras as religiões e as Igrejas, até mesmo a mais universal das religiões, a cristã envolveu de *fato*, isto é, historicamente, até hoje, apenas uma parte da humanidade.) Somente depois da Declaração Universal é que podemos ter a certeza histórica de que a humanidade – toda a humanidade – partilha alguns valores comuns; e podemos, finalmente, crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença é historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens”. BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 48.

¹⁵ 5. Todos os Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve considerar os Direitos Humanos, globalmente, de forma justa e equitativa, no mesmo pé e com igual ênfase. Embora se deva ter sempre presente o significado das especificidades nacionais e regionais e os diversos antecedentes históricos, culturais e religiosos, compete aos Estados, independentemente dos seus sistemas políticos, econômicos e culturais, promover e proteger todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais

¹⁶ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1040. SILVA, De Plácido e. *Dicionário Jurídico Conciso*. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 256. Derivado do latim *dignitas* (virtude, honra, consideração), em regra se entende a *qualidade moral*, que, possuída por uma pessoa, serve de base ao próprio respeito em que é tida. Compreende-se também como o próprio procedimento da pessoa, pelo qual se faz merecedor do conceito público.

E nesse conceito não se leva em consideração qualquer diferença econômica, cultural, social, religiosa ou racial, pois, todos, indiscriminadamente devem ser respeitados enquanto seres humanos.

Castanheira Neves: “A dimensão pessoal postula o valor da pessoa humana e exige o respeito incondicional de sua dignidade. Dignidade da pessoa a considerar em si e por si, que o mesmo é dizer a respeitar para além e independentemente dos contextos integrantes e das situações sociais em que ela concretamente se insira. Assim, se o homem é sempre membro de uma comunidade, de um grupo, de uma classe, o que é em dignidade e valor não se reduz a esses modos de existência comunitária ou social. Será por isso inválido, e inadmissível, o sacrifício desse seu valor e dignidade pessoal a benefício simplesmente da comunidade, do grupo, da classe. Por outras palavras, o sujeito portador do valor absoluto não é a comunidade ou classe, mas o homem pessoal, embora existencial e socialmente em comunidade e na classe. Pelo que o juízo que histórico-socialmente mereça uma determinada comunidade, um certo grupo ou uma certa classe não poderá implicar um juízo idêntico sobre um dos membros considerado pessoalmente – a sua dignidade e responsabilidade pessoais não se confundem com o mérito e o demérito, o papel e a responsabilidade histórico-sociais da comunidade, do grupo ou classe de que se faça parte”¹⁸.

O objetivo é demonstrar que não existem diferenças entre os seres humanos e que todos devem ser respeitados igualmente, sem nenhum tipo de juízo de valor, e, utilizando um conceito religioso, mote da obra, o homem é a imagem e semelhança do criador, logo, se maltratar ou não respeitar a dignidade da pessoa humana será o mesmo que afrontar o próprio criador.

¹⁷ Fábio Konder Comparato: “Ora, a dignidade da pessoa não consiste apenas no fato de ser ela, diferentemente das coisas, um ser considerado e tratado, em si mesmo, como um fim em si e nunca como um meio para a consecução de determinado resultado. Ela resulta também do fato de que, pela sua vontade racional, só a pessoa vive em condições de autonomia, isto é, como ser capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita. Daí decorre, como assinalou o filósofo, que todo homem tem *dignidade* e não um *preço*, como as coisas. A humanidade como espécie, e cada ser humano em sua individualidade, é propriamente insubstituível: não tem equivalente, não pode ser trocado por coisa alguma”. COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, págs. 21 e 22.

¹⁸ *Apud* MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, vol. IV. 3 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000, págs. 190 e 191.

Ronald Dworkin: “Alguém que comprometa sua dignidade está negando, seja qual for a linguagem usada por sua comunidade, o sentido de si mesmo como alguém que tem interesses críticos e cuja vida é importante em si. O que temos, aí, é uma traição de si mesmo. E nossa descrição também explica por que a indignidade é mais grave quando sua vítima não mais sofre em decorrência dela. Afinal, uma pessoa que aceita a indignidade aceita a classificação nela implícita, e é uma grande e lamentável derrota aceitar que a própria vida não tem a importância crítica de outras vidas, que seu transcurso é intrinsecamente menos importante.”¹⁹”

Alexandre de Moraes sinaliza a responsabilidade do ordenamento jurídica em proteger à dignidade da pessoa humana: “A dignidade da pessoa humana é um valor espiritual e moral inerente a pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que apenas excepcionalmente possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos”.²⁰

Ingo Sarlet ressalta o dever do Estado em assegurar a dignidade para a sociedade: “Não restam dúvidas de que todos os órgãos, funções e atividades estatais, encontram-se vinculados ao princípio da dignidade da pessoa humana, impondo-se-lhes um dever de respeito e proteção, que se exprime tanto na obrigação por parte do Estado de abster-se de ingerências na esfera individual que sejam contrárias à dignidade pessoal, quanto no dever de protegê-la (a dignidade pessoal de todos os indivíduos) contra agressões oriundas de terceiros, seja qual for a procedência, vale dizer, inclusive contra agressões oriundas de outros particulares, especialmente – mas não exclusivamente – dos assim denominados poderes sociais (ou poderes privados). Assim, percebe-se, desde logo, que o princípio da dignidade humana não apenas impõe um dever de abstenção

¹⁹ DWORKIN, Ronald. *Domínio da vida Aborto, eutanásia e liberdades individuais*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 339.

²⁰ MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002, págs. 128 e 129.

(respeito), mas também condutas positivas tendentes a efetivar e proteger a dignidade dos indivíduos”²¹.

As guerras e as mortes, principalmente, fizeram com que os órgãos protetivos dos direitos humanos percebessem como a vida humana se tornou banal, a ponto de servir como cobaia e ser descartada como se fosse lixo.

E, outro elemento inerente à guerra deve ser considerado: o totalitarismo, segundo o qual os direitos e garantias do cidadão são relativizados ou até suprimidos em defesa de um “bem maior”, isto é, a nação.

Quando a guerra é usada como justificativa para o combate ao terror o Estado Democrático de Direito é substituído por um Estado totalitário, no qual a mão forte controla as liberdades individuais a seu mais cômodo prazer.

Ronald Dworkin: “Insistimos na liberdade porque prezamos a dignidade e colocamos em seu centro o direito à consciência, de modo que um governo que nega esse direito é totalitário, por mais livres que nos deixe para fazer escolhas menos importantes. É por honrarmos a dignidade que exigimos a democracia e, nos termos em que definimos esta última, uma Constituição que permita que a maioria negue a liberdade de consciência será inimiga da democracia, jamais sua criadora”²².

Hannah Arendt afirma que o Estado em guerra não convive sem lei, mas sim cria uma própria: “A política totalitária não substitui um conjunto de leis por outro, não estabelece o seu próprio *consensus iuris*, não cria, através de uma revolução, uma nova forma de legalidade. O desafio a todas as leis positivas, inclusive às que ela mesma formula, implica a crença de que pode dispensar qualquer *consensus iuris* e ainda assim não resvalar para o estado tirânico da ilegalidade, da arbitrariedade e do medo. Pode dispensar o *consensus iuris* porque promete

²¹ SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988*. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 132.

²² DWORKIN, Ronald. *Domínio da vida Aborto, eutanásia e liberdades individuais*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003, págs. 342 e 343.

libertar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei”.²³

A busca por um nacionalismo exacerbado não pode ser a justificativa para tortura e supressão dos Direitos Humanos, a história retrata uma série de exemplos – Hitler, Napoleão, Stalin – que a guerra e o totalitarismo trazem um espólio negativo muito grande a ser enfrentado pela humanidade e que não reside justificativa no medo, no terror, na insegurança ou em qualquer outro argumento que possa ser usado.

O nazismo de Adolf Hitler propiciou, em consequência, lições valiosas à defesa da vida humana, com efeitos positivos, apesar das agruras cometidas. E a conclusão é que para se proteger a coletividade o fulcral é começar pelo indivíduo, de modo singular. Hoje o conceito pode ser simples e plenamente compreensível, no entanto, foram necessárias perdas inestimáveis à humanidade para que a mudança de paradigma pudesse ocorrer.

Sempre a humanidade reagiu positivamente após um grande mal causado pelo próprio homem, foi assim com a Convenção de Viena, após o final da I Guerra Mundial e, foi assim, com a criação de um organismo transnacional, independente responsável por regular as relações sociais e humanitárias entre os seus Estados-Membros, papel esse que passou a ser desenvolvido pela ONU a partir de 1945.

Entretanto, os desafios são ainda maiores do que desenvolver o conceito de que a dignidade da pessoa humana deve ser preservada e protegida, pois, se esse é o conceito contemporâneo de proteção dos direitos humanos, ainda existe um secundo problema um pouco mais grave: para que este possa ser colocada em prática é necessário que os países aceitem e recepcionem em seu ordenamento jurídico os direitos humanos fundamentais.

Nem sempre os direitos humanos são respeitados ou aceitos e a intolerância seja racial, sexual ou religiosa prepondera acima de qualquer tipo de instrumento de paz preconizado pela

²³ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, págs. 514 e 515.

ONU ou por outra entidade representante e defensora dos direitos humanos, portanto, nos ateremos à questão exclusivamente religiosa por ser o nosso objeto.

3. Religião e liberdade religiosa no sistema internacional de direitos humanos

Após a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, uma série de atos, resoluções e medidas foram desenvolvidas para proteger o direito das minorias e, acima disso, garantir a igualdade de direitos, independentemente da orientação política, sexual ou religiosa.

Aqui transcreveremos alguns desses atos que tiveram como condão garantir a proteção à liberdade religiosa.

O primeiro deles é a anterior à própria Declaração, nos referimos à Declaração Francesa de Direitos do Homem, através do seu artigo 10²⁴.

Antes da Declaração Universal temos própria Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945²⁵, que já prevê em seu Preâmbulo: “Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos para salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes em nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e reafirmar a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre homens e mulheres e das nações grandes e pequenas”.

O preâmbulo da Declaração Universal já norteava os objetivos dos direitos humanos: “Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade”. O único artigo que fazemos

²⁴ Art. 10º. Ninguém deve ser perseguido por suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não atrapalhe a ordem pública estabelecida pela lei.

²⁵ Artigo 3º. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

questão de transcrever é o da Declaração Universal dos Direitos do Homem²⁶, o marco histórico da proteção, através dos artigo 2º:

“Toda pessoa tem direito a todos os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.”²⁷

Em 1950, a Europa se manifestou através da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, firmada em Roma, em 4 de novembro de 1950, e desenvolveu um capítulo próprio sobre Liberdade de pensamento, de consciência e de religião²⁸.

E seguindo os ditames preconizados na Declaração Universal a Convenção Europeia criou um artigo próprio acerca da tolerância e da não discriminação através do artigo 14.²⁹

²⁶ Também se faz necessário citar outros dois artigos conexos: art. 18. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.; art. 26. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

²⁷ Celso Lafer: “Na África os novos Estados constituíram-se obedecendo às fronteiras dos antigos impérios que separavam comunidades étnicas, lingüísticas e religiosas. Na Ásia inseriram-se, igualmente, na vida da população dos novos Estados relevantes diferenças étnicas, lingüísticas e religiosas. Diferenças religiosas levaram a Índia colonial a dividir-se em dois Estados: o Paquistão e a Índia, e as tensões subseqüentes entre os dois Estados à secessão de Bangladesh do Paquistão. Diferenças entre católicos e muçulmanos mantêm viva a guerra civil no Líbano, que ameaça seriamente a sua viabilidade como Estado independente. LAFER, Celso *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 156.

²⁸ Art. 9º 1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou coletivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos. 2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou coletivamente, não pode ser objeto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à proteção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à proteção dos direitos e liberdades de outrem.

²⁹ O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

Em 12 de janeiro de 1951, a ONU emitiu a Declaração sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio.³⁰

A Carta Encíclica *PACEM IN TERRIS* editada pelo Vaticano, em 11 de abril de 1963, começa em sua introdução com uma crítica à condição humana: “contrasta clamorosamente com essa perfeita ordem universal a desordem que reina entre indivíduos e povos, como se as suas mútuas relações não pudessem ser reguladas senão pela força”.³¹

E desenvolveu através de um tópico próprio intitulado Direito de honrar a Deus os ditames da reta consciência o conceito de liberdade religiosa.³²

Ademais a mesma Carta reconhece a importância da Declaração Universal dos Direitos do Homem, mesmo que não concordando integralmente com o texto.³³

Na seqüência, o Vaticano emitiu, em 1965, a Declaração *DIGNITATIS HUMANAЕ* sobre a liberdade religiosa e em seu preâmbulo:

“Os homens de hoje tornam-se cada vez mais conscientes da dignidade da pessoa humana e, cada vez

³⁰ Art. 2º. Na presente Convenção, genocídio significa qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) matar membros do grupo; b) causar sérios danos físicos ou mentais a membros do grupo; c) infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física no todo ou em parte; d) medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e) transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo.

³¹ Fonte: www.vatican.va, acesso em 1º de fevereiro de 2011.

³² Pertence igualmente aos direitos da pessoa a liberdade de prestar culto a Deus de acordo com os retos ditames da própria consciência, e de professar a religião, privada e publicamente. Com efeito, claramente ensina Lactâncio, “fomos criados com a finalidade do prestarmos justas e devidas honras a Deus, que nos criou; de só a ele conhecermos e seguirmos. Por este vínculo de piedade nos unimos e ligamos a Deus, donde deriva o próprio nome de religião”. Sobre o mesmo assunto nosso predecessor de imortal memória Leão XIII assim se expressa: “Esta verdadeira e digna liberdade dos filhos de Deus que mantém alta a dignidade da pessoa humana é superior a toda violência e infúria, e sempre esteve nos mais ardentes desejos da Igreja. Foi esta que constantemente reivindicaram os apóstolos, sancionaram nos seus escritos os apologetas, consagraram pelo próprio sangue um sem número de mártires”.

³³ Contra alguns pontos particulares da Declaração foram feitas objeções e reservas fundadas. Não há dúvida, porém, que o documento assinala um passo importante no caminho para a organização jurídico-política da comunidade mundial. De fato, na forma mais solene, nele se reconhece a dignidade de pessoa a todos os seres humanos, proclama-se como direito fundamental da pessoa o de mover-se livremente na procura da verdade, na realização do bem moral e da justiça, o direito a uma vida digna, e defendem-se outros direitos conexos com estes (item 143).

em maior número, reivindicam a capacidade de agir segundo a própria convicção e com liberdade responsável, não forçados por coação, mas levados pela consciência do dever. Requerem também que o poder público seja delimitado juridicamente, a fim de que a honesta liberdade das pessoas e das associações não seja restringida mais do que é devido. Esta exigência de liberdade na sociedade humana diz respeito principalmente ao que é próprio do espírito, e, antes de mais, ao que se refere ao livre exercício da religião na sociedade”.

No mesmo esteio, em nota de rodapé, apresentamos uma série de recomendações acerca do tema³⁴.

Importante tema acerca da prática religiosa no tocante aos refugiados, como presente no artigo 4º da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados³⁵.

No mesmo sentido, a proteção a pratica religiosa em relação aos apátridas, conforme os artigos 3º e 4º da Convenção relativa aos Apátridas³⁶.

³⁴ Item 2. Este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coação, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem que, em matéria religiosa, ninguém seja impedido de proceder segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, como a palavra revelada de Deus e a própria razão a dão a conhecer. Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil.

Item 3, quinta parte: É, portanto, uma injustiça contra a pessoa humana e contra a própria ordem estabelecida por Deus, negar ao homem o livre exercício da religião na sociedade, uma vez salvaguardada a justa ordem pública. Além disso, os atos religiosos, pelos quais os homens, privada e publicamente, se orientam para Deus segundo própria convicção, transcendem por sua natureza a ordem terrena e temporal. Por este motivo, a autoridade civil, que tem como fim próprio olhar pelo bem comum temporal, deve, sim, reconhecer e favorecer a vida religiosa dos cidadãos, mas excede os seus limites quando presume dirigir ou impedir os atos religiosos.

³⁵ Art. 4º. Refere-se aos refugiados se conceda os mesmos direitos que os nacionais “no que diz respeito à liberdade de praticar sua religião e liberdade no que respeita à educação religiosa de seus filhos”.

³⁶ Artigos 3º e 4º: Contêm a mesma língua, no que diz respeito à religião ou crença, como os encontrados na Carta das Nações Unidas e da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.

Em 1965, um novo marco histórico com a criação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial³⁷, que já determina em seu preâmbulo:

Considerando que a Carta das Nações Unidas baseia-se nos princípios da dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos, e que todos os Estados membros se comprometeram a tomar medidas separadas e conjuntas, em cooperação com a Organização, para a realização de um dos propósitos das Nações Unidas, que é promover e encorajar o respeito universal e a observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Na mesma esteira temos o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966, em seu preâmbulo:

“Reconhecendo que estes direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana, reconhecendo que, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o ideal do ser humano livre, usufruindo das liberdades civis e políticas e liberto do temor e da miséria só pode ser alcançado se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos civis e políticos, bem como de seus direitos econômicos, sociais e culturais”.³⁸

³⁷ Art. 5º. Em conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2º da presente Convenção, os Estados Partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial sob todas as suas formas e a garantir o direito de todos, sem distinção de raça, cor ou origem nacional ou étnica, à igualdade perante a lei, nomeadamente no gozo dos seguintes direitos: d) outros direitos civis, em especial: VII – O direito à liberdade de pensamento, consciência e religião.

³⁸ Art. 2º. 1. Cada Estado Parte no presente Pacto compromete-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos no seu território e sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem distinção de qualquer espécie, seja raça, cor, sexo, língua, religião, de opinião política ou outra, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição.

Art. 18. 1. Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha e liberdade, individualmente ou em comunidade, com outros e em público ou privado, de manifestar a religião ou crença em culto, costume, prática e ensino. 2. Ninguém será

O Pacto é um marco importante, pois, trata da manutenção do direito de manter a educação dos filhos de acordo com os valores religiosos dos Estados Parte, ou seja, se um País com tradições muçulmanas é signatário e um Estado laico também o é, não existe a possibilidade de intervenção do segundo em restringir os costumes do primeiro.

Em tese tudo caminha bem, o problema é que nem todos os Estados laicos respeitam essas determinações e criam regulamentações a seu livre prazer, contrários ao próprio Pacto, como o caso da França que veremos com mais profundidade adiante.

Ainda em 1966 tivemos o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a questão da liberdade religiosa está presente no artigo 13.³⁹

O referido artigo aborda uma questão altamente controversa: o respeito à religião alheia dentro de um colégio público. Até que ponto uma escola que adota uma posição religiosa pode interferir na educação de uma criança que possui orientação religiosa diversa?

Segundo o Pacto a questão deveria existir um respeito, contudo, na prática, as escolas terminam por influenciar, não os alunos que possuem outra religião, mas sim, os outros alunos o que pode resultar em um desastre, uma vez que poderá significar o primeiro passo rumo à intolerância religiosa e a desrespeito a fé alheia.

submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha. 3. Liberdade de religião ou crenças podem estar sujeitos apenas às limitações previstas pela lei e consideradas necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral ou os direitos fundamentais e liberdades de outrem. 4. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e, quando for o caso, dos tutores legais de assegurar a educação religiosa e moral de seus filhos de acordo com suas próprias convicções.

Art. 26. Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer discriminação, a igual proteção da lei. A este respeito, a lei deve proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra situação.

Art. 27. Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não deve ser negado o direito de, em comunidade com os outros membros de seu grupo, para desfrutar de sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião, ou para usar sua própria língua.

³⁹ Art. 13. 3. Os Estados partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais – e, quando for o caso, dos tutores legais – de escolher para seus filhos escolas distintas daquelas criadas pelas autoridades públicas, sempre que atendam aos padrões mínimos de ensino prescritos ou aprovados pelo Estado, e de fazer com que seus filhos venham a receber educação religiosa ou moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

A escola é o local responsável por contribuir, em conjunto com os pais, a forma a personalidade da criança ou do jovem com educação, formação e lazer, no entanto, se existe uma interferência sobre a preferência religiosa e este fato pode desencadear uma chacota, uma discriminação, então, os educadores faltaram com o compromisso primordial, o problema é que raramente alguém será responsabilizado por sua conduta danosa.

E, mais, para não agravar ainda mais sua situação perante os colegas o jovem insultado pode optar pelo silêncio e não informar os pais da intolerância religiosa praticada no colégio, o que seguramente, agravará a situação, podendo causar danos irreversíveis.

O respeito e a educação devem ser primordiais, especialmente nas escolas, a começar pelos professores que devem coibir qualquer tipo de piada, ridicularização e chacota, com a devida reprimenda ao infrator e uma explicação do que ocorre e as consequências aos demais, para que o dano e a intolerância não se repitam.

Em 1975, foi assinado o Ato final da Conferência sobre a segurança e a Cooperação na Europa.⁴⁰

Em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres. A presente Convenção foi e ainda é alvo de várias controvérsias por conta dos costumes e tradições muçulmanos e também por questões relacionadas ao multiculturalismo, como a controversa mutilação genital feminina. Sobre esse assunto ainda iremos nos aprofundar um pouco mais adiante.

Em 1980, o então Papa João Paulo II emitiu uma mensagem aos países signatários do Ato final de Helsinque. E aqui transcreveremos um trecho importante: “O homem é levado, fundando-se nas próprias convicções, a reconhecer e a seguir uma concepção religiosa ou metafísica em que está incluída toda a sua vida, no que diz respeito às escolhas e aos comportamentos fundamentais. Esta reflexão íntima, mesmo que não chegue a uma afirmação de

⁴⁰ 1 – a) Declaração sobre os princípios que regulam as relações mútuas dos estados participantes: VII. Respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, de consciência, de religião ou de convicção.

fé em Deus, explícita e positiva, não pode deixar de ser, apesar de tudo, objeto de respeito em nome da dignidade da consciência de cada um, cujo misterioso trabalho de investigação não poderia ser julgado por outros homens. Assim, por um lado, todo o homem tem o direito e o dever de se aplicar à investigação da verdade, e por outro lado, os outros homens e a sociedade civil são obrigados a respeitar o Livre desenvolvimento espiritual das pessoas”.

O Papa João Paulo II contribuiu para desenvolver o conceito da tolerância religiosa, segundo o qual, ninguém é obrigado a seguir a religião do outro, porém, todas as religiões devem ser respeitadas e o desenvolvimento espiritual de cada um não deve ter interferência ou influência de quem quer que seja.

E, em 1981, a ONU emitiu a mais importante Declaração sobre o assunto religião: A Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença. E seu preâmbulo é precioso:

“Considerando que o desprezo e a violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais, nomeadamente do direito à liberdade de pensamento, consciência, religião ou qualquer convicção, causaram direta ou indiretamente guerras e grandes sofrimentos à humanidade, especialmente quando eles servem como um meio de intromissão estrangeira nos assuntos internos de outros Estados e mesmo que instigar o ódio entre os povos e nações, considerando que a religião ou crença, para quem as profere, é um dos elementos fundamentais em sua concepção de vida e que a liberdade de religião ou crença deve ser plenamente respeitada e garantida, considerando que é essencial promover a compreensão, a tolerância e o respeito nas questões relativas à liberdade de religião e de convicções e assegurar que o uso da religião ou das convicções com fins incompatíveis com a Carta das Nações Unidas, outros instrumentos pertinentes das Nações

Unidas e os propósitos da presente Declaração é inadmissível”.

Em 1º de janeiro de 1988, o Papa João Paulo II emite uma mensagem por ocasião da celebração do XXI dia mundial da paz. E, nela temos ensinamentos acerca da liberdade religiosa: “Primeiro que tudo, a liberdade religiosa, exigência insuprimível da dignidade de todos e cada um dos homens, constitui uma pedra angular do edifício dos direitos humanos; e, portanto, é um fator insubstituível do bem das pessoas e de toda a sociedade, assim como da realização pessoal de cada um. Disto resulta, conseqüentemente, que a liberdade das pessoas consideradas individualmente e das comunidades professarem e praticarem a própria religião é um elemento essencial da convivência pacífica dos homens. A paz, que se constrói e se consolida em todos os níveis da convivência humana, lança as próprias raízes na liberdade e na abertura das consciências para a verdade”.

Em 1989, a ONU edita a Convenção Sobre os Direitos da Criança e sobre liberdade religiosa é importante destacar o artigo 14.⁴¹

A criança esteve presente anteriormente em vários dispositivos e, quando da edição, da regulamentação própria, ainda foram trazidas novidades como a obrigação dos pais em respeitarem a orientação religiosa do filho e o ensinarem da melhor maneira possível como praticá-la, inclusive fora dos limites familiares.

Em 1992 tivemos a importante Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Lingüísticas.

A Declaração seguiu os ditames preconizados pelo Pacto de Direitos Cívicos e Políticos de 1966, como já até retratamos através do artigo 27, contudo, aprofundou ainda mais o tema. O

⁴¹ Art. 14. 1. Os Estados partes respeitarão o direito da criança 1ª liberdade de pensamento, de consciência e de crença. 2. Os Estados partes respeitarão os direitos e deveres dos pais e, se for o caso, dos representantes legais, de orientar a criança com relação ao exercício de seus direitos de maneira acorde com a evolução de sua capacidade. 3. A liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita, unicamente, às limitações prescritas pela Lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais aos demais.

assunto é relevante, pois defendem comunidades, pequenas civilizações com tradições, religiões que não são comuns ou rotineiras aos demais, como é o caso dos índios, dos ciganos, etc.⁴²

Em 1994, foi editado o Conselho da Liga dos Estados Árabes, isto é, a Carta Árabe de Direitos Humanos. O preâmbulo já mostra algumas diferenças:

“Dado nação árabe a crença na dignidade humana desde que Deus o honrou, tornando o mundo árabe o berço de civilizações que confirmou o seu direito a uma vida de dignidade base, justiça, liberdade e paz, em conformidade com os princípios eternos da fraternidade e da igualdade entre todos os seres humanos que estavam firmemente estabelecidos pela Sharia islâmica e a divinamente revelado outras religiões, ter orgulho dos valores e os princípios humanitários que se estabeleceu firmemente no decurso da sua longa história e que desempenhou um papel importante na disseminação de centros de aprendizagem entre o Oriente e o Ocidente, tornando-o um ponto focal internacional para quem busca o conhecimento, a cultura e sabedoria.⁴³

⁴² Art. 2º. 1. As pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e lingüísticas (doravante denominadas “pessoas pertencentes a minorias”) terão direito a desfrutar de sua própria cultura, a professar e praticar sua religião, e a utilizar seu próprio idioma, em privado e em público, sem ingerência nem discriminação alguma. 2. As pessoas pertencentes a minorias têm o direito de participar efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública.

⁴³ Art. 2º. Cada Estado Parte compromete-se a Carta atual para garantir a todos os indivíduos no seu território e sujeitos à sua jurisdição o direito de desfrutar de todos os direitos e liberdades nela reconhecidos, sem qualquer distinção em razão de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição e sem qualquer discriminação entre homens e mulheres.

Art. 26. Toda a pessoa tem direito garantido a liberdade de crença e opinião.

Art. 27. Os adeptos de cada religião tem o direito de praticar seus rituais religiosos e de manifestar suas opiniões através da expressão prática ou de ensino, sem prejuízo dos direitos dos outros. Nenhuma restrição deve ser imposta ao exercício da liberdade de crença e opinião, exceto nos casos previstos em lei.

Em 1993 um novo passo para a ratificação dos direitos humanos, com a Declaração e Programa de Ação de Viena através da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena entre os dias 14 e 25 de junho⁴⁴.

A questão da educação e do respeito à diversidade religiosa também foi abordada, seguindo a linha das convenções e resoluções anteriores relacionadas ao tema, através do item 33.⁴⁵

Já a segunda parte possui um capítulo específico acerca de discriminação, xenofobia e intolerância, a parte religiosa está presente no item 22⁴⁶

E o respeito às minorias religiosas também foi mencionado através dos itens 26 e 27.⁴⁷

⁴⁴ Item 19. Considerando a importância da promoção e da proteção dos direitos de pessoas pertencentes a minorias e o contributo de tal promoção e proteção para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem essas pessoas, A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma a obrigação para os Estados de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer de forma plena e efetiva todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei, de acordo com a Declaração sobre os Direitos de Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Lingüísticas.

As pessoas pertencentes a minorias têm o direito de usufruir a sua própria cultura, de professar e praticar a sua religião e de se exprimir na sua língua, tanto em privado como em público, livremente e sem interferências ou qualquer forma de discriminação.

⁴⁵ Item 33. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os Estados estão vinculados, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no Pacto Internacional sobre os Direitos econômicos, Sociais e Culturais e noutros instrumentos internacionais de Direitos Humanos, a garantir que a educação se destine a reforçar o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realça a importância de incluir a questão dos Direitos Humanos nos programas de educação e apela aos Estados para o fazerem. A educação deverá promover à compreensão, a tolerância, a paz e as relações amistosas entre as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e encorajar o desenvolvimento de atividades das Nações Unidas na persecução destes objetivos. Assim, a educação em matéria de Direitos Humanos e a divulgação de informação adequada, tanto teórica como prática, desempenham um papel importante na promoção e no respeito dos Direitos Humanos em relação a todos os indivíduos, sem distinção de qualquer tipo, nomeadamente de raça, sexo, língua ou religião, devendo isto ser incluído nas políticas educacionais, quer a nível nacional, quer internacional. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos observa que as limitações de recursos e a falta de adequação das instituições podem impedir a imediata concretização destes objetivos.

⁴⁶ Parte II Item 22. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela a todos os Governos para que adotem todas as medidas adequadas, em conformidade com as suas obrigações internacionais e no respeito pelos respectivos sistemas jurídicos, para combater a intolerância e a violência com ela conexas que tenham por base a religião ou o credo, incluindo práticas discriminatórias contra as mulheres e profanação de locais religiosos, reconhecendo que cada indivíduo tem direito à liberdade de pensamento, consciência, expressão e religião. A Conferência convida, igualmente, todos os Estados a porem em prática as disposições da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação baseadas na Religião ou no Credo.

⁴⁷ Item 26. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta os Estados e a comunidade internacional a promover e proteger os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e lingüísticas, em conformidade com a Declaração sobre os Direitos das Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e lingüísticas.

Em seu preâmbulo já existe menção expressa à preservação e proteção da dignidade da pessoa humana:

“Reconhecendo e afirmando que todos os Direitos Humanos decorrem da dignidade e do valor inerentes à pessoa humana, que a pessoa humana é o sujeito central dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais, e que, conseqüentemente, deve ser o seu principal beneficiário e participar ativamente na realização desses direitos e liberdades”.

E, recentemente, a União Européia, em 30 de março de 2010, criou seu próprio regramento de direitos humanos através da Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia. A liberdade religiosa também foi mencionada no capítulo Liberdade de pensamento, de consciência e de religião.⁴⁸ Além de uma menção expressa ao respeito à diversidade religiosa no artigo 22.⁴⁹

No tocante à educação o respeito à religião também foi mencionado através do artigo 14, item 3.⁵⁰

Os descumprimentos são muito mais frequentes do que os respeitos às Declarações, Convenções, Pactos e outros instrumentos de direitos humanos. O fato é que os Estados seguem a política que melhor lhe convêm nos assuntos religiosos, mesmo que tal medida ocasione o descontentamento de muitos.

Item 27. As medidas a adotar, se necessário, deverão consistir, nomeadamente, em facilitar a participação plena dessas pessoas em todos os aspectos da vida política, social, religiosa e cultural da sociedade e no progresso econômico e desenvolvimento dos seus países.

⁴⁸ Art. 10. 1. Todas as pessoas têm direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, bem como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua convicção, individual ou coletivamente, em público ou em privado, através do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.

⁴⁹ A União respeita a diversidade cultural, religiosa e lingüística.

⁵⁰ Art. 14, 3. São respeitados, segundo as legislações nacionais que regem o respectivo exercício, a liberdade de criação de estabelecimentos de ensino, no respeito pelos princípios democráticos, e o direito dos pais de assegurarem a educação e o ensino dos filhos de acordo com as suas convicções religiosas, filosóficas e pedagógicas.

A própria recepção pelos Estados dos instrumentos de Direitos Humanos e a sua conseqüente inserção no ordenamento jurídico interno enfrentam uma burocracia sem tamanho, o que ocasiona uma demora injustificada na plena eficácia do instrumento no âmbito interno.

Enquanto o Tratado, Convenção ou Pacto não é inserido na realidade jurídica normativa do signatário ainda não existe a compulsoriedade, ou melhor, o Estado possui uma escusa em caso de descumprimento.

Por isso, o trâmite pode ser favorável aos interesses de um País em detrimento do interesse da coletividade e da proteção aos Direitos humanos.

4. Religião, Direitos Humanos e tolerância

O tema religião por si só já é espinhoso. Tente definir religião, ou melhor, pergunte a dez pessoas aleatoriamente o que vem a ser religião para cada uma delas e lhe asseguramos: haverá dez respostas diferentes.

E a existência de uma complexidade acerca da definição da religião também gera controvérsias acerca de sua aceitação, pois, no cenário global a religião é vista de forma muito diversa.

A Igreja em uma busca pela consolidação de uma soberania e de um poder teve como escopo buscar não apenas o seu espaço religioso, mas, também, exercer uma influencia política, para assim, ter a força sobre a coletividade.

Com isso, houve uma confusão de interesses, o objetivo religioso, a busca para levar a palavra divina se mesclava a interesses terrenos e, principalmente, à ratificação de força que, em um segundo momento, se converteriam em acúmulo de riquezas.

A Igreja passou a se relacionar intrinsecamente com o Estado e o resultado foi uma confusão entre as partes, pois, o Estado teve tanta influencia da Igreja que as decisões passaram a ser subordinadas à vontade da Igreja, independente da religião A, B ou C, pois, foi assim com o Cristianismo, com o Judaísmo e como Islamismo.

Nesse contexto é fundamental compreender qual a relação do próprio Estado com a Igreja e não apenas com a religião, porque, é inócuo apresentar o conceito de Estado laico sem que se possa compreender o que significa um Estado sem o poder político decisório da Igreja, logo, essa será a próxima missão.

Existem países que não adotam oficialmente uma religião e propiciam, assim, uma tolerância a todas as religiões de uma maneira geral, como veremos, se trata do Estado laico.

De outra forma, existem países que adotam uma religião de forma oficial e esta possui uma mescla de influencia religiosa e interferência política, como veremos ser possível em Estados como Israel e outros que adotam o islamismo como religião oficial.

Em sentido contrário aos dois anteriores temos países que não apenas não adotavam uma religião oficial como proibiam qualquer tipo de manifestação religiosa em seu território, cujo descumprimento poderá acarretar em penalidades severas, foi assim com os países que compunham a antiga União Soviética e foi assim na China, antes do período de abertura duas décadas atrás.

E, por fim, alguns países não adotam uma religião de forma oficial, no entanto, exercem algum tipo de controle religioso sobre os indivíduos daquele País, ou sobre uma determinada parcela da população, como é o caso da França.

Sendo assim importante será um estudo específico sobre o tema para verificar se um modelo é melhor do que o outro, isto é, se existe uma diferença prática entre eles. Ademais, a questão do Estado laico e sua relação com a tolerância e se este seria o modelo mais igualitário no âmbito religioso.

E, ainda responder duas perguntas nessa relação Estado Igreja: É possível a defesa dos direitos humanos em casos de supressão religiosa como ocorre e preconiza a China? E como lidar com os países que adotam uma religião de forma oficial no tocante ao fundamentalismo religioso?

Para respondermos essas e outras indagações, primeiro é necessário ver a relação do Estado com a Igreja. Fundamental será compreender como que a religião influenciou o poder de decisões do Estado, em alguns casos, até se confundindo com o mesmo.

Também será importante verificar como que os governantes resolveram diminuir o poder exercido pela religião e, em especial, pela Igreja católica. No entanto, será possível um Estado autônomo, sem qualquer influência da Religião? Ou a solução seria uma conciliação entre os interesses do Estado com os religiosos? A história nos trará a resposta para essa e outras indagações acerca do trato da religião e do poder político. A resposta é sempre uma busca por influencia que se traduza em uma melhor posição para o seu lado, seja o religioso ou o político, o problema é que nenhum dos lados deseja ceder, como veremos a seguir.

Compreender a relação do Estado com a Igreja e a Religião propiciará compreender a relevância dos direitos humanos no transcorrer do próprio avanço do conceito de Estado, como ente independente politicamente. E, também, possibilitará a compreensão da influencia política da religião em alguns Estados.

5. Estado e Igreja

Nesse capítulo iremos definir, primeiramente, o que vem a significar a Igreja e, depois, apresentar a relação de poder e a influencia política exercida pela Igreja desde a queda do Império Romano e o surgimento do cristianismo, até a ruptura de submissão do Estado em relação à Igreja.

5.1. Definição do vocábulo Igreja

Aliás, importante registrar o que significa o vocábulo *igreja*, este tem sua origem no termo grego *ekklesia*, se pode ser entendido como *ek*: para fora e *klesia*: chamados, e como Josias Jacintho de Souza descreveu em sua tese de Doutorado, significa o chamado de um mundo descrente para um mundo crente em Deus.⁵¹

Nessa definição a Igreja é a portadora da palavra de Deus e no qual a Igreja Católica determinou a figura representativa do Papa como “vigário de Deus”, expressão utilizada em torno de 1200 para designar o sucessor de Pedro, tido como o representante de Deus na terra.⁵² Assim sendo, por essa compreensão não é difícil perceber que a Igreja Católica elegeu a figura do Papa não apenas como o representante dos ideários do catolicismo, mas também, como o fiel representante de Deus na terra. Eis o domínio que o catolicismo tenta impor sobre as demais religiões.

A Igreja, de uma maneira geral, por se considerar a portadora da palavra de Deus e, mais, por ser o único caminho pelo qual o ser humano poderia alcançar o criador, então, se julgou como figura preponderante para a humanidade, portanto, o Estado seria importante, porém, apenas para regular as ações sociais e determinar e ratificar a autonomia suprema da própria Igreja que, assim, não estaria submetida a ninguém a não ser ao Criador.

5.2. A relação de poder da Igreja em detrimento ao Estado

A história nos mostra que a relação entre Estado e Igreja sempre foi próxima, em especial, com o advento do cristianismo, contudo, a influência da religião é muito maior do que a existência da própria igreja, visto que no Egito antigo bem como na Grécia não se fazia uma nítida distinção entre o domínio religioso e o Estado em si.

⁵¹ *Separação entre Religião e Estado no Brasil: Utopia Constitucional?* Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 71.

⁵² DELUMEAU, Jean & MELCHIOR-BONNET, Sabine. Trad. Nadyr de Salles Penteadó. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Ipiranga, 2000, p. 103.

O cristianismo teve papel decisivo para inserir a igreja como protagonista nas relações de governança, como relata J. Vasconcelos: “Á medida em que o Cristianismo avançava por toda parte do Império Romano, a Igreja Católica foi se organizando como uma poderosa força institucional, salientando-se uma poderosa classe sacerdotal. Com o vazio deixado pela queda do império, a Igreja enveredou por uma política de expansão e destruição das crenças nativas das regiões européias, para tanto usando da persuasão e da força”.⁵³

O Império Romano chegara a seu ápice e como em todas as situações que se encontra o topo da subida o caminho natural é a queda, e após conquistar praticamente tudo o que era possível o Império Romano viu sua estrutura ruir, com várias culturas mescladas e subjugadas a perda da referência seria inevitável.

A Igreja surgiu como um caminho de salvação pelos romanos, mas não só isso, a manutenção do próprio Império era a palavra de ordem, portanto, a aderência foi imediata e as comportas se abriram para o cristianismo.

Como acrescenta Jean Delumeau: “Quando os imperadores romanos se tornaram cristãos, continuaram, como seus antecessores pagãos, a intervir na vida religiosa de seus súditos. Foram eles que convocaram os primeiros concílios. Assim como os imperadores romanos haviam perseguido os cristãos porque se recusavam a prestar culto ao soberano divinizado, os sucessores de Constantino logo acabaram por não mais aceitar, em seu império, outras religiões além do cristianismo. No passado a regra era essa”.⁵⁴

E a clara influência da igreja se fez notar em vários governos ao longo do tempo e com notado destaque para a Igreja Católica que através da figura do Papa⁵⁵ sempre participou ativamente da coroação de Reis com o transcurso do tempo.

Segundo Tércio Sampaio Ferraz Júnior⁵⁶, após o declínio do Império Romano a herança espiritual e política do poder político romano passou para a Religião cristã.

⁵³ REVISTA CONHECIMENTO PRÁTICO FILOSOFIA nº 26. *Filosofia e guerra*, p. 18.

⁵⁴ DELUMEAU, Jean. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Ipiranga, 2000, p. 101.

⁵⁵ Segundo a Igreja Católica o Papa seria o representante de Deus na Terra.

Como negar a influencia da Igreja nas relações de poder com o Estado no movimento religioso conhecido como Santa inquisição. Período este que ficou marcado pela grande quantidade de leis impostas pela Igreja do que era permitido e o de que era proibido.

Sendo que a punição para aqueles que não cumprissem seus mandamentos ou fossem contrários às idéias da Igreja poderiam ser queimados vivos na fogueira.

Galileu enfrentou a santa inquisição após ter provado que a Terra era redonda e teve de se retratar para se manter vivo, uma vez que a Igreja compreendia que a Terra era plana e quando se chegasse ao final haveria uma queda.

O período histórico foi determinante para a influência da Igreja⁵⁷.

A Igreja se aproveitou do período em que exercia forte domínio, inclusive sobre o Estado, para acumular riquezas, conquistar territórios e ampliar seu domínio.

Evidentemente, os governantes não se mostraram felizes com essa expansão, todavia, contrariar o povo seria ainda pior, portanto, o período de dominação da Igreja perdurou por muitos séculos, mas começou a declinar exatamente com a própria inquisição.

O temor, as mortes sem sentido, a cultura que se perdeu devido à enormidade de livros que foram queimados abalaram a confiança cega do povo na Igreja.

⁵⁶ FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, Decisão, Dominação*. São Paulo: Atlas, 2003, págs. 63 a 65.

⁵⁷ Pinto Ferreira: “A sociedade antiga era de índole religiosa. Do mesmo modo o Estado antigo e o Estado medieval, com suas crenças religiosas, o primeiro dominado pelo paganismo e o segundo pelo catolicismo. A Idade Média assistiu ao domínio pleno da Igreja Católica, inclusive atuando na esfera política, com a idéia da espada temporal e da espada espiritual, do poder sobre o mundo e sobre as almas. A religião católica teve predomínio intenso, impedindo a liberdade de crença e de culto, queimando nas fogueiras da Inquisição os hereges e os que discordavam de sua orientação. Basta lembrar o caso de Giordano Bruno, queimado em 1600, torturado lentamente na fogueira durante duas horas, por defender idéias que foram inclusive adotadas por Einstein. Inúmeras figuras pagaram com a morte as suas crenças, como um crime de lesa-religião. Guerras surgiram entre as nações e massacres entre as pessoas da mesma pátria, como na noite de São Bartolomeu, na França, em 1572, quando os católicos trucidaram inúmeros huguenotes (protestantes). FERREIRA, Pinto. *Curso de direito constitucional*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 102.

A figura do salvador se transformou na do inquisidor, uma nítida ameaça e, com a queda da inquisição a própria Igreja começou a perder sua influência, foi à oportunidade perfeita dos governantes reaverem seus territórios e aumentarem seus poderes.

E foi a França, com o crescimento da burguesia que determinou a mudança do poder, os eventos que antecederam a Revolução Francesa e a chegada ao poder por Napoleão Bonaparte acabaram por cindir a relação política que outrora existia entre Igreja e Estado.

A própria coroação de Napoleão Bonaparte já demonstra isso, pois, através de pinturas existe a retratação do Papa corando Napoleão, numa inferência clara ao domínio da Igreja sobre o Estado, contudo, em outra tela temos Napoleão retirando a coroa das mãos do soberano religioso e se autocoroando, numa separação entre Estado e Igreja.

Sobre esse episódio iremos nos aprofundar um pouco mais, afinal na França de Napoleão teríamos os maiores avanços em termos de liberdade, igualdade e fraternidade. E, como a Igreja reagira às atitudes de Napoleão?

Napoleão era um líder inteligente e astuto, portanto, excluir a Igreja, em um primeiro momento seria uma idiossincrasia, então, inicialmente houve uma aproximação, quando Bonaparte decretou uma trégua trazendo a igreja para o abrigo do Estado, porém com uma série de restrições impostas pelo governante francês, o que culminou com uma ruptura definitiva.

Entretanto, aos olhos do povo Napoleão estava com a Igreja e foi esta que o abandonou, logo, o governo conseguiria, assim, consolidar a separação política definitiva com a Igreja.

O relato nos é trazido por E. Beau de Loménie, primeiro sobre a tentativa de reconciliação entre Bonaparte e a Igreja e depois a cisão: “Bonaparte compreendeu que lhe era necessário achar um acôrdo com a Igreja, isto é, com o papado. Logo que subiu ao poder procurou entrar em negociações com Roma. Mas chocou-se imediatamente com muitas resistências. Os homens bem colocados, comprometidos por seu passado anticlerical, e com êles os eclesiásticos que tinham

aderido à constituição civil do clero, temiam as represálias. As negociações foram longas e difíceis”.⁵⁸

O acordo firmado ficou conhecido como a concordata de Bonaparte e teve uma curta duração como nos relata em um segundo momento Loménie: “E outras complicações tinham surgido. Bonaparte não se contentara de negociar com a Igreja. No mesmo espírito de conciliação, êle procurara aliar a si, dando-lhes lugares em seus quadros administrativos, alguns dos membros da antiga nobreza que tinham voltado da emigração logo que a ordem interior fôra restabelecida. (...) O assunto cujas consequências iam ser as mais catastróficas foi o Bloqueio Continental, destinado em princípio a impelir a Inglaterra à ruína, fechando ao seu comércio todos os portos da Europa.

Na Itália, o Papa recusou fechar seus portos aos ingleses. Napoleão ocupou então os Estados Pontificais. Daí surgiram irritações que, ajuntando-se às dificuldades já suscitadas pela aplicação da Concordata, levaram Napoleão a deportar o Papa Pio VII para Savana”.⁵⁹

Era a ruptura entre a Igreja e o Estado...

Esse movimento iniciado na França, com Napoleão, culminou com a cisão definitiva entre Estado e Igreja em 9 de setembro de 1905, quando a Terceira República promulgou a separação definitiva entre a Igreja e o Estado em forma de lei.

No entanto, é seguro afirmar que a influência da Igreja sobre o Estado deixou de existir? Que não existem mais Nações que são governadas de acordo com os mandamentos religiosos?

⁵⁸ LOMÉNIE, E. Beau. *A Igreja e o Estado Um problema permanente*. São Paulo: Flamboyant, 1958, págs. 116 e 117.

⁵⁹ LOMÉNIE, E. Beau. *A Igreja e o Estado Um problema permanente*. São Paulo: Flamboyant, 1958, págs. 118.

5.3. Estado e Igreja x Estado e Religião

Até o presente momento tratamos da relação entre Estado e Igreja. No entanto, a Igreja tem como cunho religioso o catolicismo. O que não significa que o mundo era polarizado pelas disputas entre a Igreja Católica e os Estados. Tal ilação seria uma falácia.

Sendo assim, é necessário fazer uma separação entre a disputa da Igreja Católica pelo poder, com a relação dos Estados com as demais religiões, inclusive com a possibilidade de serem influenciados pelas mesmas, São os Estados em que a religião possui influência política.

A questão religiosa está arraigada na realidade do ser humano desde a antiguidade e o culto aos Deuses esteve presente desde os primórdios da civilização.

Esse tópico nos mostra a influência não apenas da Igreja católica, mas também, da Religião, de uma maneira geral sobre os governos, alguns de maneira decisiva outros apenas como suporte ideológico, por assim dizer, tanto que nas questões em que está presentes a Religião, dificilmente o Estado intervém ou toma uma atitude contrária aos mandamentos religiosos daquele povo, existe uma relação de respeito.

O fato concreto é que a Religião sempre teve um papel decisivo no Estado como relata Josias Jacintho de Souza: “Assim como a Religião fundia-se e confundia-se com o poder político na antiguidade, as seitas faziam a mesma coisa. Assim como a concepção moderna de Estado tem o seu embrião na antiguidade, a ideologia da união de propósitos religiosos com propósitos políticos também perpassa pelas religiões e seitas antigas. Se há controvérsias sobre a concepção real do poder político no período das sociedades rudimentares, a mesma discussão não existe sobre a relação-união entre as religiões-seitas e a política antiga. Portanto, é razoável afirmar que naquele período a Religião e as suas facções eram o “poder-político”, eram o “Estado”, e o “poder-político” e o “Estado” eram a Religião”.⁶⁰

⁶⁰ SOUZA, Josias Jacintho de. *Separação entre Religião e Estado no Brasil: Utopia Constitucional?* Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 73.

De fato, na antiguidade, o poder advindo da Religião era tanto que a mesma se confundia com o próprio Estado, contudo, com o avançar da sociedade essa mistura e confusão foi se diluindo e se reduzindo com uma nítida perda de espaço da Religião em detrimento do Estado.

O que não quer dizer que a religião tenha deixado de influenciar os poderes decisórios do Estado e que o tema Religião x Estado esteja completamente superado⁶¹. Aliás, no próximo item veremos que a Igreja ainda possui uma influência decisória e, assim, com cunho político em alguns países no planeta, em especial os que adotam uma religião de forma oficial.

Aliás, o poder decisório e a influencia da Igreja eram tão sentidos em algumas Nações que em um passado já distante da realidade atual o culto e a religião de uma maneira geral foram proibidos nos países socialistas, como veremos a seguir.

5.4. A separação entre Estado e Religião

O Estado sempre buscou uma autonomia de decisões em relação à Religião, afinal dividir a soberania não é um interesse almejado pelos representantes do povo.

Inúmeras foram às ações de governantes para afastarem a influência da Igreja, ou melhor, da Religião de seus governos. Entretanto, a resistência religiosa também existiu e, por conseguinte, os estratagemas de manter o vínculo ativo.

⁶¹ Celso Bastos & Samantha Meyer-Pflug: “Existem diversos sistemas de relações entre a Igreja e o Estado, dentre eles destacamos a fusão, que é a confusão integral entre os dois institutos. Neste modelo, o Estado é tido, ele mesmo, como um fenômeno religioso. Há fórmulas mais ou menos radicais que dão lugar a sistemas de união entre Estado e religião. Deste modelo fundamental surgem algumas variantes, como o caso das igrejas reconhecidas pelos Estados, as quais se beneficiam de certos privilégios, como o da remuneração dos seus ministros pelos cofres do Estado. Há também uma outra variação deste sistema que consiste na preferência que é reconhecida a uma religião determinada, tal como se deu na França, durante o período monárquico. Finalmente, encontram-se aquelas hipóteses em que há uma incorporação da igreja pelo Estado, como ocorre com a igreja anglicana na Inglaterra. Ao lado destas modalidades, surge a da separação. Nesta o Estado reconhece a liberdade de cultos, porém recusa-se a intervir no funcionamento das igrejas ou templos, não importando sob que pretexto. Tal regime é conhecido como ‘regime de tolerância’. É interessante notar que não há uma correlação entre a modalidade de fusão e uma necessária ausência de liberdade religiosa, assim como também não ocorre tal fenômeno com relação à fórmula da separação, equivalendo a uma maior liberdade de culto. A adoção pelo Estado de uma religião não implica necessariamente no fato que todas as outras sejam vedadas. Quanto à indiferença do Estado, é imperioso ressaltar que ela pode assumir uma modalidade hostil, contrária, portanto, a uma indiferença tolerante. BASTOS, Celso Ribeiro & MEYER-PFLUG, Samantha. *Do direito fundamental à liberdade de consciência e de crença*. Revista de Direito Constitucional e Internacional. São Paulo, n. 36, jul/set 2001.

Sobre o tema Lucy Risso Moreira César: “Contra as pretensões dos Estados de se afastarem da influência do sacerdócio e da Igreja, os Papas Gregório XVI e Pio IX começam a combater as conseqüências do novo direito público, surgido das teorias protestantes, da Revolução Francesa, do século das luzes, do naturalismo e laicismo modernos”.⁶²

E demonstra qual foi o contra remédio adotado pela Igreja: “Neste sentido, inauguram as encíclicas, novo exercício do magistério que substitui o poder sobre a sociedade temporal. Trata-se de ensinamentos que ultrapassam o testemunho da fé, desenvolvendo as razões e conseqüências da doutrina, através da teologia, para esclarecer os problemas da Igreja e da sociedade”.⁶³

Esse relato histórico nos mostra que a Igreja nunca deixou de tentar manter seu poder político, independente da sua força religiosa, afinal, a expansão territorial e o acúmulo de riquezas da igreja se deveu muito em parte ao estratagema de unir fé e política.

Entretanto, Marco Aurélio Cassamano em sua tese de Doutorado⁶⁴ apresenta três acontecimentos fundamentais para a queda da Igreja e a ascensão do Estado: a) o Estado Moderno, b) a Reforma e o Protestantismo e c) a secularização.

E justifica o porquê desses três eventos: “O Estado Moderno representa a supremacia da força política, concentrada nas mãos do monarca absolutista, em detrimento da Igreja. A Reforma e o Protestantismo ocasionaram a quebra do monopólio religioso mantido até então pelo Catolicismo, provocando uma profunda mudança nos laços que prendiam a política à religião. Já a secularização é o processo pelo qual as pessoas, perdendo confiança num outro mundo ou no sobrenatural, abandonaram suas crenças religiosas, ou pelo qual a religião perdeu a sua influência na sociedade”.⁶⁵

⁶² CÉSAR, Lucy Risso Moreira. *Relacionamento igreja-mundo no Brasil contemporâneo*. Tese de Mestrado na área de concentração de Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1982, p. 13.

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ CASSAMANO, Marco Aurélio. *Política e Religião: O Estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro*. Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006, p. 94 e ss.

⁶⁵ Idem, *ibidem*.

Quando os governantes se conscientizaram dessa influência buscaram a todo o custo uma forma de afastar a Igreja do centro de decisões e com o transcorrer das décadas a Igreja voltou a ocupar o seu papel fulcral, portanto, a disseminação da Religião, mas, nem por isso perdeu força, como veremos a seguir.

5.5. Quando a Religião ainda se mistura com o Estado

Embora, a separação entre Estado e Religião seja mais flagrante nos dias atuais, ainda existem países em que essa separação não é tão nítida, mesmo em tempos de globalização e de um capitalismo tão exacerbado como temos em pleno Século XXI e o exemplo mais evidente é o do Irã que perdurou até a morte de Aiatolá Khomeini em 1989.

Naquele País temos um governo tido como ditatorial representado por seu Presidente Mahmoud Ahmadinejad, no poder desde 2005, mas nem sempre foi assim, pois, o poder de decisões circulou por muitos anos de acordo com as vontades e o entendimento de Ruhollah Khomeini, o representante religioso naquele País.

Segundo relatos históricos⁶⁶ o Aiatolá tinha como idéia fundamental que a religião deveria estar acima da política e que ambas deveriam atuar unidas de forma indissolúvel. E mesmo com a autonomia existente entre a atividade política e a administração pública era impensável o Irã ter um ato externo ou uma guinada de decisões sem a consulta e aprovação de seu líder religioso.

Desde a grande ruptura da Igreja com o Estado a influência política ficara em segundo plano, mas em especial, nos países de tradição islâmica, ainda é possível se notar uma inspiração, ou melhor, uma aglutinação dos interesses políticos com os religiosos, sendo que os segundos atuam decisivamente para a consecução dos primeiros.

A própria Igreja Católica pode não ter mais papel decisivo nas decisões políticas, mas usa de sua força religiosa para impor seus dogmas através da fé e quando da presença de assuntos em

⁶⁶ REVISTA HISTÓRIA Y VIDA n° 501. *La revolución que cambió Irán Del Sah Reza Pahlevi a la República Islámica*, p. 44.

que envolvem religião o catolicismo impõe uma realidade que o próprio Estado não consegue ignorar e, nesse diapasão, decidir questões religiosas sensíveis de forma contrária ao pensamento da igreja pouco surtiram efeito prática, pois a população, em geral, continua a seguir os mandamentos e a posição católica.

5.6. A proibição da Religião como garantidora da autonomia do Estado

Os países comunistas para uns e socialistas para outros⁶⁷ impediram claramente as manifestações religiosas por parte de seus componentes e a penalidade era severa para quem descumprisse as determinações da Mao forte do governo.

A tentativa da então União da República Socialista Soviética e da China eram claramente evitar o contato do povo com outras culturas através da religião e, assim, se contaminar com o ideal de pureza que o governo desenvolvia para extirpar o veneno do capitalismo.

O resultado foi a queda do próprio regime com a abertura política em fins dos anos oitenta e princípios dos anos noventa do século passado na URSS e, por não ter seu maior aliado, a China também promoveu uma abertura à tolerância religiosa que já perdura por duas décadas.

Foi a tentativa mais próxima de extirpar qualquer tipo de influencia da religião com o governo, contudo, o resultado prático não pode ser analisado apenas sobre o prisma religioso devido aos problemas envolvendo política e economia com os países capitalistas.⁶⁸

E, apesar de nos dias de hoje não existir uma proibição expressa na China sobre a questão da crença e do culto existem uma série de restrições sobre a liberdade religiosa naquele País.

⁶⁷ A nosso ver o socialismo nunca chegou a ser implantado no mundo e, mesmo sob a alcunha de União da República Socialista Soviética, nem naqueles países o socialismo chegou a se concretizar, novamente houve uma refração ao capitalismo através de uma forma de comunismo.

⁶⁸ A questão é ainda mais complexa devido aos ideários comunistas de extirpar a fé dos trabalhadores e ter seu foco direcionado aos mandamentos do governo.

E os conflitos envolvendo questões religiosas quando a autoridade do Estado é contestada são freqüentes, tendo como exemplo prático os conflitos armados com o Tibet em uma reação do governo chinês em suplantar qualquer esperança de independência por parte dos budistas⁶⁹.

A China convive com as religiões em seu território, mas em uma relação com várias limitações e com uma tolerância bem restrita.

5.7. Existe autonomia entre Estado e Religião?

Apesar de nos dias presentes a figura do Estado estar completamente autônomo em relação à religião essa relação de modo algum se mostrou silenciosa e tranqüila, porque foram muitos os momentos em que houve embates entre a Igreja e o Estado e, até hoje, esses conflitos ainda se verificam, mesmo em Estados laicos como o caso do Brasil.

Flávia Piovesan alerta: “Confundir Estado com religião implica a adoção oficial de dogmas incontestáveis, que, ao impor uma moral única, inviabilizam qualquer projeto de sociedade aberta, pluralista e democrática. A ordem jurídica em um Estado Democrático de Direito não pode se converter na voz exclusiva da moral de qualquer religião. Os grupos religiosos têm o direito de constituir suas identidades em torno de seus princípios e valores, pois é parte de uma sociedade democrática. Mas não têm o direito de pretender hegemonizar a cultura de um Estado constitucionalmente laico”.⁷⁰

Sempre que ocorre um caso de pedofilia, de eutanásia e de aborto temos algum tipo de manifestação ou envolvimento da Igreja Católica. E não apenas nesses tipos de casos, como também de questões sobre as quais a Igreja se posiciona, como o não uso de camisinha pelos fiéis católicos⁷¹, o Estado não consegue sobrepor sua vontade aos dogmas defendidos pela Igreja.

⁶⁹ Até hoje a China ainda impede os budistas tibetanos de reconhecerem o Dalai Lama como autoridade.

⁷⁰ PIOVESAN, Flávia Cristina. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 20.

⁷¹ Sobre esta questão houve uma mudança significativa de posicionamento por parte do Papa Bento XVI que reconheceu a importância da camisinha em relações com prostitutas a fim de evitar a proliferação da AIDS, como retrata reportagem do Jornal Folha de São Paulo de 21 de novembro de 2010, p. A 18.

O Estado cria a conduta, mas quando envolve a religiosidade a Igreja necessariamente irá ratificar...

Como afirma Josias Jacintho de Souza a Religião tem uma força poder: “A Religião tem revelado através dos atos das pessoas públicas e privadas que, assim como em outras formas de força-poder, ela também possui poder, inclusive sobressaindo sobre muitos deles que, direta ou indiretamente, estão dependendo e dependentes da Religião; quando não estão do lado de “dentro dela”, estão do lado de “fora”, e em ambas as situações são por ela influenciados”.⁷²

5.8. A relação do Estado e da Igreja no Brasil

Ainda não tratamos da relação entre o Estado brasileiro e a Igreja, porém, como veremos a seguir o Brasil não adota, de forma oficial, uma religião, logo, é tolerante a todas indistintamente.

Entretanto, a posição do Estado brasileiro em nada se confunde com a de seu povo. Por influência da colonização portuguesa e holandesa, reforçada ainda mais com o movimento da Igreja Católica conhecido como as cruzadas a população brasileira tem um forte vínculo com o catolicismo.

Sendo assim, existe sempre uma impressão de que o catolicismo é a religião oficial do Brasil, o que não se coaduna com a realidade. O Brasil é o maior País católico do mundo, mas não adota essa religião de forma oficial, logo, existem duas controvérsias: a primeira se refere aos símbolos religiosos nos órgãos públicos e a segunda por que o Brasil, se não adota o catolicismo, não resolve questões como aborto e eutanásia?

A primeira, responderemos em um tópico próprio mais adiante, já a segunda, a resposta é clara: o Brasil não tem vínculo com a Igreja Católica, mas o seu povo tem, portanto, o governo ir contra os dogmas católicos não se mostra uma solução deveras inteligente.

⁷² SOUZA, Josias Jacintho de. *Separação entre Religião e Estado no Brasil: Utopia Constitucional?* Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 92.

E tivemos um exemplo em um passado bem recente: a eleição para presidente de 2010. Nela, a Igreja, ou melhor, a religião como pano de fundo para um áspero debate acerca do aborto que gerou uma série de embates entre os candidatos e, inclusive, a uma manifestação do Papa Bento XVI sobre o tema, em uma clara demonstração de força ou de poder através da Religião.

Mesmo que o Estado tenha sua independência e autonomia, ainda assim, não se pode pensar num Estado livre da influência e das orientações religiosas que determinam, sim, a tomada de decisões em questões religiosas sensíveis. E o Brasil não foge à regra.

E toda vez que o Estado se manifesta contrário a algum dogma religioso as reações são fortes, como esse depoimento de Dom Macedo Costa, relatado por Nilo Pereira: “O que se esboçava nisso tudo era uma luta entre a Igreja e o Estado. Uma luta surda, mas profunda. Num verdadeiro desabafo escrevia Dom Macedo Costa essa palavra veemente: - “A Religião não é alfândega, a Religião não é eleição, a Religião não é guarda nacional, a Religião não é repartição civil que o Governo possa dirigir, mandar e arranjar a seu jeito””.⁷³

Esse entrave de poder entre Estado e Igreja não é novo e está longe de ter uma solução definitiva. No passado a disputa era ainda mais acirrada, quando a Igreja ainda amealhava terras e realmente detinha um poder real.

O Brasil teve problemas nesse jogo pelo poder com a Igreja Católica na época do Império⁷⁴ e o poder clérigo fora reduzido na época.

Importante analisar como se produziram às relações entre Estado e religião e no caso brasileiro, a Igreja Católica exercendo seu papel de influencia maior à população.

Propositalmente, analisamos a relação de poder entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica para podermos introduzir a questão do Estado laico. E, como veremos, a influência da

⁷³ PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a igreja e o Estado no Brasil*. 2 ed. Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982, p. 26.

⁷⁴ Como relata ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)*. Kairós Livraria e Editora, 1979, nas págs 92 e 93 a Igreja, na época do Império, partilhou com os fazendeiros o domínio de grandes quantidades de terras e de bens. Em contrapartida o Estado ameaçava com medidas de expropriação contra a Igreja.

religião ainda se faz presente, mesmo em Estados que não adotam uma religião de forma oficial, produzindo um debate necessário entre o que vem a ser laicidade e laicismo para que não exista confusão entre os termos.

6. Conceito de Estado laico

A primeira pergunta que se faz é se é possível um Estado ser totalmente independente da religião? A resposta é sim, é possível, no entanto, existe uma diferença entre o Estado e o povo.

Antes do estudo da relação entre Estado e religião, apresentamos quatro casos de relação entre Estado e religião. Através do capítulo anterior tratamos dos Estados que possuem uma influência direta da religião, inclusive com força política, e também dos Estados que são refratários à religião, como o caso chinês.

Quando tratarmos de tolerância especificamente, apresentaremos os casos de países que adotam uma religião de forma oficial.

Agora, faremos a análise inversa, a dos Estados que não adotam oficialmente uma religião. E, portanto, responder uma série de indagações:

É possível um Estado laico intervir na educação religiosa de uma criança? Até que ponto uma escola pública que entre suas disciplinas possui ensino religioso pode incitar a intolerância contra os demais alunos que não freqüentam as aulas em virtude de serem pertencentes a outras religiões?

Ademais, um Estado, sobre o pretexto da tolerância religiosa pode impor regras de convivência social que afetam diretamente os usos e costumes religiosos de membros da própria sociedade? E se não cumprirem as determinações poderão sofrer sanções?

Para responder a essas indagações o primeiro passo é avaliar se, de fato, um Estado laico não possui influência religiosa, através da separação entre laicidade e laicismo.

Como afirma Roberto Blancarte: “O Estado laico não deve ser entendido como uma instituição anticlerical, mesmo que em diversos momentos de sua construção histórica o tenha sido. Na realidade, o Estado laico é a primeira organização política que garantiu as liberdades religiosas. Há que se lembrar que a liberdade de crenças, a liberdade de culto e a tolerância religiosa foram aceitas graças ao Estado laico, e não como oposição a ele. Portanto o Estado laico é o que garante que todos possam expressar suas opiniões e que façam desde a perspectiva religiosa ou civil”⁷⁵

Sobre o tema, Marco Huaco, faz uma distinção entre laicidade e conteúdo da laicidade a qual agora destacamos: “O conteúdo da laicidade com princípio jurídico – que a distingue das liberdades de pensamento, consciência e religião e a situa em um plano superior a elas -, ao nosso entender, vem conformado pelos seguintes elementos essenciais: a) a separação orgânica e de funções, assim como a autonomia administrativa recíproca entre os agrupamentos religiosos e o Estado, b) o fundamento secular da legitimidade e dos princípios e valores primordiais do Estado e do Governo, c) a inspiração secular das normas legais e políticas públicas estatais, d) a neutralidade, ou imparcialidade frente às diferentes cosmovisões ideológicas, filosóficas e religiosas existentes na sociedade (neutralidade que não significa *ausência de valores*, mas sim *imparcialidade* perante as diferentes crenças), e e) a omissão do Estado em manifestações de fé ou convicção ideológica junto aos indivíduos. A maior ou menor presença das características – adequadamente medidas através de indicadores de laicidade, ainda a seres elaborados pelas ciências sociais – nos permitiria encontrar graus de laicidade nos Estados através de estudos, assim como as peculiaridades das etapas de seus respectivos desenvolvimentos históricos”⁷⁶.

Concordamos com o pensamento do autor. Por isso, podemos perceber Estados laicos que possuem peculiaridades que outros não as possuem. E, assim, existirem Estados laicos tão

⁷⁵ BLANCARTE, Roberto. *O porquê de um Estado laico*. In LOREA, Roberto Arriada (org.). *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 29.

⁷⁶ HUACO, Marco. *A laicidade como princípio constitucional do Estado de Direito*. In LOREA, Roberto Arriada (org.). *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 42.

diferentes entre si como os Estados Unidos, o México, a Austrália, a França, apenas para citar alguns.

No entanto, a laicidade, como conhecemos hoje, não existe desde sempre, portanto, veremos as diferenças entre a laicidade de hoje e o laicismo de outrora.

E, quando estiver clara a presença da laicidade no Estado, então, poderemos tratar dos casos em que a religião, aparentemente se mistura com o Estado laico e, se isso, realmente, acontece ou é possível.

6.1. Diferença entre laicismo e laicidade

Laicismo pode ser traduzido como a completa ignorância da presença da Igreja e, pior, da própria Religião, como em um ato de censura, especialmente a França a partir da ruptura com a Igreja em 1905, instaurou a proibição de manifestação religiosa, atos de fé e, por que não dizer da própria manifestação da Igreja.

A Carta do Papa João Paulo II a D. Jean-Pierre Ricard, Arcebispo de Bordéus e Presidente da Conferência Episcopal Francesa possuem importante dados acerca da separação do Estado e da Igreja e a relação de tais fatos com o laicismo: “Em 1905, a lei de separação da Igreja e do Estado, que denunciava a Concordata de 1804, foi um acontecimento doloroso e traumatizante para a Igreja na França. Ela regulava o modo de viver em França o princípio do laicismo e, neste âmbito, ela mantinha unicamente a liberdade de culto, relegando ao mesmo tempo a fé religiosa para a esfera privada e não reconhecendo à vida religiosa e à Instituição eclesial um lugar no seio da sociedade. Desta forma, a vida religiosa do homem era considerada unicamente como um simples sentimento pessoal, não reconhecendo assim a natureza profunda do homem, ser ao mesmo tempo pessoal e social em todas as suas dimensões, incluindo a dimensão espiritual”.⁷⁷

⁷⁷ Fonte: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/2005/documents/hf_jp-ii_let_20050211_french-bishops_po.html, acesso em 3 de fevereiro de 2011.

Sendo assim, podemos concluir que o laicismo é a supressão da religião da realidade estatal, a ponto de a mesma não ser considerada sequer como um elemento de fé, pertencente a todos os seres humanos, logo, presente na sociedade.

As pessoas poderiam cultuar seus deuses, exercer seus votos religiosos, desde, que não turbassem a ordem social, ou seja, é o mesmo que dizer que a religião somente estava autorizada no interior dos lares das pessoas.

A intenção for realmente cindir qualquer tipo de influencia da Igreja com o Estado, como consequência direta à ruptura promovida pela França, através dos atos relatados anteriormente por nós e que culminaram na definitiva ruptura em 1905.

E prossegue João Paulo II a falar sobre o laicismo na mesma carta: “O princípio do laicismo, ao qual o vosso País está muito ligado, se for bem entendido, faz também parte da Doutrina social da Igreja. Ele recorda a necessidade de uma justa separação dos poderes (cf. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nn. 571-572), que faz eco ao convite feito por Cristo aos discípulos: "Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (*Lc* 20, 25). Por seu lado, a não-confessionalidade do Estado, que é uma não-ingerência do poder civil na vida da Igreja e das diferentes religiões, assim como na esfera do espiritual, permite que todos os componentes da sociedade trabalhem juntos ao serviço de todos e da comunidade nacional. De igual modo, como recorda o Concílio Vaticano II, a Igreja não tem por vocação a gestão do que é temporal, pois, "em razão da sua missão e competência, não pode confundir-se de modo algum com a comunidade política nem está ligada a nenhum sistema político" (Constituição *Gaudium et spes*, n. 76; cf. n. 42). Mas, ao mesmo tempo, é fundamental que todos trabalhem pelo interesse geral e pelo bem comum. É neste sentido que o Concílio diz: "No terreno que lhe é próprio, a comunidade política e a Igreja, são independentes e autónomas. Mas ambas, embora a títulos diferentes, estão ao serviço da vocação pessoal e social dos mesmos homens. Exercerão tanto mais eficazmente este serviço para o bem de todos quanto mais cultivarem entre si uma sã cooperação"⁷⁸.

⁷⁸ Fonte: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/letters/2005/documents/hf_jp-ii_let_20050211_french-bishops_po.html, acesso em 3 de fevereiro de 2011.

O que o Papa insiste em dizer é que não se pode suprimir a fé das pessoas como forma de ratificar a soberania política de um Estado, uma coisa não se confunde com outra, logo, a solução apresentada pelo Pontífice é a liberação da religião sem nenhum tipo de vínculo com o Estado, o que viria a se denominar laicidade.⁷⁹

A laicidade é, portanto, a separação entre a religião e o Estado, sendo que a primeira em nada se confunde ou influencia o segundo.⁸⁰

Como propõe Rafael Llano Cifuentes: “A laicidade é prerrogativa consubstancial à “ordem autômica” do Estado e o laicismo supõe a ruptura arbitrária e artificial do elo essencial que une toda a atividade com a “ordem teonômica”.”⁸¹

A Declaração universal da laicidade no século XXI⁸² estabelece em seu artigo 4°:

“Artigo 4°. Definimos a laicidade como a harmonização, em diversas conjunturas sócio-históricas e geopolíticas, dos três princípios já indicados: respeito à liberdade de consciência e

⁷⁹ Parte final da Carta de João Paulo II, como forma de ratificar a laicidade: “Reconhecer a dimensão religiosa das pessoas e dos componentes da sociedade francesa, significa querer associar esta dimensão às outras dimensões da vida nacional, para que contribua com o seu dinamismo para a edificação social e para que as religiões não se refugiem num sectarismo que poderia representar um perigo para o próprio Estado. A sociedade deve poder admitir que as pessoas, no respeito do próximo e das leis da República, possam manifestar a sua pertença religiosa. Em caso contrário, corre-se sempre o risco de um fechamento de identidade e sectário, e do incremento da intolerância, que impede a convivência e a concórdia no seio da Nação.

Devido à vossa missão, estais chamados a intervir regularmente nos debates públicos sobre as grandes questões da sociedade. De igual modo, em nome da sua fé, os cristãos, pessoalmente ou em associações, devem poder tomar a palavra publicamente para expressarem as suas opiniões e manifestar as suas convicções, contribuindo assim para os debates democráticos, interpelando o Estado e os seus concidadãos sobre as responsabilidades de homens e mulheres, principalmente no campo dos direitos fundamentais da pessoa humana e do respeito da sua dignidade, do progresso da humanidade que não pode ser obtido a qualquer preço, da justiça e da igualdade, assim como da proteção do planeta, são âmbitos que dizem respeito ao futuro do homem e da humanidade, e à responsabilidade de cada geração. Eis por que a laicidade, longe de ser o lugar de um confronto, é verdadeiramente o espaço para um diálogo construtivo, no espírito dos valores de liberdade, igualdade e fraternidade, que são justamente muito queridos ao povo da França”.

⁸⁰ Para uma melhor compreensão do que vem a ser laicidade e laicismo recomendamos a leitura da Carta pastoral do episcopado francês, de 12 de novembro de 1945.

⁸¹ CIFUENTES, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 158.

⁸² LOREA, Roberto Arriada (org.). *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 14.

à sua prática individual e coletiva; autonomia da política e da sociedade civil com relação às normas religiosas e filosóficas particulares; nenhuma discriminação direta ou indireta contra os seres humanos”.

O laicismo foi um duro golpe à Igreja que outrora detinha não apenas o poder espiritual como também político, contudo, o Estado através de seus governantes conseguiu, não apenas reduzir sua influencia no poder com o transcorrer do tempo, como suprimir por completo sua força e quase que relegar à Igreja a um plano abstrato.

Os ideários da Revolução Francesa modificaram o Mundo e o impacto também atingiu à Igreja, pois através do movimento francês ao invés do conceito de laicidade ganhar força, o que se viu foi um aumento do radicalismo com a opção explícita de apoio ao laicismo, como se vê na própria Declaração Francesa de Direitos do Homem.

Sara Guerreiro enfrenta a questão do laicismo com uma comparação entre a Declaração Francesa e a Americana: “O artigo 10º da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão prescreve que: “ninguém deve ser inquietado pelas suas opiniões, incluindo as opiniões religiosas, contanto que a manifestação delas não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei”. Tanto a formulação da figura, como os factos que envolveram a consagração da mesma nas duas revoluções e declarações, levam a duas maneiras muito diferentes de encarar a liberdade religiosa em França e nos EUA. A base desta diferença está no facto de que, enquanto nos EUA a religião serviu como aliada nas transformações sociais, em França era mais uma das instituições vistas como “não benignas, que era necessário confinar ou circunscrever substancialmente. A própria comparação dos textos leva à conclusão de que, no caso francês, apenas as opiniões religiosas, entre outras, merecem referência expressa, ainda que limitadas na sua expressão pela ordem pública estabelecida”.⁸³

⁸³ GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 51.

Duas Revoluções, duas formas de analisar a questão da liberdade religiosa, contudo, outro dado deve ser acrescido à explanação de Sara Guerreiro, enquanto que a Revolução Americana constituía uma nova Nação e, com isso, o auxílio religioso como forma de união da nova sociedade era um dado extremamente importante, na sociedade francesa o sentimento dos governantes franceses era diretamente diverso, o anseio era se libertar da influência, da dominação e, no mais das vezes, na submissão que a Igreja impunha especialmente aos burgueses.

Enquanto a Igreja crescia na França, a burguesia perdia suas terras para a expansão religiosa, o governo disputava a liderança política com a alta direção religiosa, ou seja, existia uma zona de tensão latente.

Quando a Revolução Francesa ocorreu se configurou o cenário perfeito para uma reviravolta mais ampla no poder e, para não correr nenhum tipo de risco, o conceito de laicismo foi difundido como forma de proteger os burgueses e o novo Estado francês, que se mostrou libertário, inovador, mas calcado em velhas premissas e tradições no que tange a busca pelo poder.

Em outra manifestação Católica, agora, muito anterior à manifestação de João Paulo II, porém menos de trinta anos após a completa ruptura do Estado e da Igreja, falamos da Carta Encíclica, de 3 de junho de 1933, a *Dilectissima Nobis* Del Santísimo Señor Nuestro Pío por Divina Providencia Papa XI aos Bispos, ao Clero e a todo o povo da Espanha sobre a injusta situação criada à Igreja Católica na Espanha.

Nesta manifestação temos uma insatisfação clara e notória sobre a situação da Igreja provocada pelo laicismo e que o esquecimento da Igreja não pode ocorrer, o afastamento provocado pelo laicismo pode ocasionar danos irreparáveis a todos.⁸⁴

⁸⁴ No nos detenemos ahora a repetir aquí cuán gravísimo error sea afirmar que es lícita y buena la separación en sí misma, especialmente en una Nación que es católica en casi su totalidad. Para quien la penetra a fondo, la separación no es más que una funesta consecuencia (como tantas veces lo hemos declarado especialmente en la Encíclica « *Quas primas* ») del laicismo o sea de la apostasía de la sociedad moderna que pretende alejarse de Dios y de la Iglesia. Mas si para cualquier pueblo es, sobre impía, absurda la pretensión de querer excluir de la vida pública a Dios Creador y pródigo Gobernador de la misma sociedad, de un modo particular repugna tal exclusión de Dios y de

Em 1979, João Paulo II a realizar a Homília, no sábado de 20 de outubro de 1979, realiza uma manifestação sobre os efeitos nocivos provocados pelo laicismo.⁸⁵

O Simpósio Teológico-Pastoral do XLVIII Congresso Eucarístico Internacional: Relações sobre “a vivência da fé eucarística nos cinco continentes” O sentido da fé na eucaristia na Europa, realizado em Guadalajara, México em 6 de outubro de 2004 trouxe importante distinção entre laicidade e laicismo⁸⁶, segundo o qual existe uma nítida defesa ao continuísmo do primeiro como forma de convivência pacífica entre a Igreja e o Estado.

A separação entre Igreja e Estado, laicidade, teve sua influencia pela Revolução Francesa, mas, segundo Rafael Llano Cifuentes a laicidade já existia no cerne da Igreja antes mesmo do liberalismo: “A laicidade, a autonomia e a liberdade religiosa não são, portanto, novidades introduzidas pelo liberalismo no seio da Igreja, mas, pelo contrário, são verdades que, tendo no

la Iglesia de la vida de la Nación Española, en la cual la Iglesia tuvo siempre y merecidamente la parte más importante y más benéfica activa, en las leyes, en las escuelas y en todas las demás instituciones privadas y públicas. Pues si tal atentado redundaba en daño irreparable de la conciencia cristiana del país, especialmente de la juventud a la que se quiere educar sin religión, y de la familia, profanada en sus más sagrados principios; no menor es el daño que recae sobre la misma autoridad civil, la cual, perdido el apoyo que la recomienda y la sostiene en la conciencia de los pueblos, es decir, faltando la persuasión de ser divinos su origen, su dependencia y su sanción, llega a perder junto con su más grande fuerza de obligación, el más alto título de acatamiento y respeto.

⁸⁵ Sin embargo, no puedo olvidar algunas situaciones de hecho, que hacen hoy más apremiante el deber misionero de toda la Iglesia y de todos nosotros que la formamos. Se registran varias formas de anti-evangelización que tratan de oponerse radicalmente al mensaje de Cristo: la eliminación de toda trascendencia y de toda responsabilidad ultraterrena; la autonomía ética al margen de toda ley moral natural y revelada; el hedonismo considerado como único y satisfactorio sistema de vida; y en muchos cristianos, una debilitación del fervor espiritual, un ceder a la mentalidad mundana, una aceptación progresiva de las opiniones erróneas del laicismo y del inmanentismo social y político.

⁸⁶ Decía Juan Pablo II: "Las comunidades de creyentes están presentes en todas las sociedades, como expresión de la dimensión religiosa de la persona humana. Por eso, los creyentes esperan legítimamente poder participar en el debate público. Por desgracia, es preciso constatar que no sucede siempre así. En estos últimos tiempos, en algunos países de Europa, somos testigos de una actitud que podría poner en peligro el respeto efectivo de la libertad de religión. Aunque todos están de acuerdo en respetar el sentimiento religioso de las personas, no se puede decir lo mismo del "hecho religioso", o sea, de la dimensión social de las religiones, olvidando en esto los compromisos asumidos en el marco de la que entonces se llamaba la "Conferencia sobre la cooperación y la seguridad en Europa". Se invoca a menudo el principio de la laicidad, de por sí legítimo, si se entiende como la distinción entre la comunidad política y las religiones (cf. *Gaudium et spes*, 76). Sin embargo, distinción no quiere decir ignorancia. Laicidad no es laicismo. Es únicamente el respeto de todas las creencias por parte del Estado, que asegura el libre ejercicio de las actividades del culto, espirituales, culturales y caritativas de las comunidades de creyentes. En una sociedad pluralista, la laicidad es un lugar de comunicación entre las diversas tradiciones espirituales y la nación. Las relaciones entre la Iglesia y el Estado, por el contrario, pueden y deben llevar a un diálogo respetuoso, portador de experiencias y valores fecundos para el futuro de una nación. Un sano diálogo entre el Estado y las Iglesias —que no son adversarios sino interlocutores— puede, sin duda, favorecer el desarrollo integral de la persona humana y la armonía de la sociedad".

Evangelho a sua raiz, germinaram e cresceram com a evolução da Igreja e floresceu acabadas e terminadas no Concílio Vaticano II”.⁸⁷

Rafael Llano Cifuentes aponta as conseqüências enfrentadas pela Igreja por conta do laicismo⁸⁸: “Em nome da igualdade democrática, o “laicismo” conseguiu submeter a Igreja e as suas instituições a um regime de leis excepcionais, que estavam em clara oposição com a pretensa igualdade democrática: O Estado exige um controle absoluto da educação; suprime as escolas e universidades católicas independentes; proíbe o ensino aos membros de ordens e congregações religiosas legitimamente diplomados como professores oficiais; confisca a propriedade da Igreja violando a vontade dos doantes; nega o direito de arrecadar taxas às instituições católicas de caridade e educação, quando as leis gerais concedem o mesmo direito às associações do mesmo tipo de caráter “laicista”, impede a entrada de sacerdotes em hospitais públicos embora o paciente assim o solicite etc. Estas e outras práticas legais, ao parecer assombrosas, podem-se encontrar, por exemplo, na legislação da terceira República francesa, na Constituição da República Espanhola, ou na legislação mexicana”.⁸⁹

Como sabemos o laicismo não é o regime predominante nos Estados ao longo do globo atualmente, então, iremos analisar o que motivou a mudança para a laicidade e a conseguinte aceitação de um Estado laico, porém tolerante à liberdade religiosa.

A resposta já foi dada através do Capítulo 3 desta obra, o seu início foi a Carta das Nações Unidas de 1945 que prevê a tolerância entre os seres humanos, mas, sem dúvida, o marco foi a

⁸⁷ Cifuentes, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 162.

⁸⁸ Sobre o mesmo tema: “A “religião laica” do Estado foi instaurada nas universidades e nas práticas político-administrativas, até conseguir converter-se em “religião pública” do Estado – uma espécie de fanático “confessionalismo ateu”-, enquanto o catolicismo – “para proteger a liberdade de consciência”- declarou-se um assunto exclusivamente privado”.

⁸⁹ Cifuentes, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, págs. 180 e 181.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, segundo a qual o homem é livre para adotar sua religião, modificar sua crença, como bem preconiza o artigo 18.⁹⁰

Todas as Declarações, Cartas, Pactos, Resoluções etc., ratificaram e seguiram os preceitos instituídos na Declaração Universal, o que consagrou, definitivamente, a laicidade, não como um obrigação, mas sim, como uma opção a ser adotada pelos Estados. E uma vez exercida deve ter implementada sua tolerância em sua plenitude, desde que não interfira ou turbe os ditames constitucionais ou as liberdades individuais.

A própria França mudou sua posição acerca do laicismo ao determinar em sua Constituição de 1946⁹¹. Um considerável avanço para um País que colocou a Igreja como não pertencente ao Estado e determinou o laicismo com uma diferença de cerca de cinquenta anos entre uma posição e outra. Influência clara da ação da Carta das Nações Unidas e, que se mostrou definitiva com a Constituição de 1958⁹², em consonância clara com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

E o impacto foi tão positivo que alguns autores mais novos vêem o período do laicismo como incompatível a realidade contemporânea: “A perspectiva de uma sociedade pós-moderna absolutamente secularizada, na qual a religião estivesse restrita ao âmbito das relações interpessoais, sem qualquer impacto relevante nas esferas do poder público, demonstrou-se improvável na primeira década do século XXI, mesmo quando tomamos como cenário os países da sociedade ocidental”.⁹³

⁹⁰ Art. 18. Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

⁹¹ Preâmbulo: “A Nação garante a igualdade de acesso das crianças e do adulto à instrução, à formação profissional e à cultura. A organização de ensino público gratuito e laico a todos os níveis é dever do estado”.

⁹² Art.º1. A França é uma República indivisível, laica, democrática e social. Ela assegura a igualdade perante a lei a todos os cidadãos sem distinção de origem, raça ou religião. Ela respeita todas as crenças.

⁹³ LOREA, Roberto Arriada & KNAUTH, Daniela Riva. *Cidadania sexual e laicidade Um estudo sobre a influência religiosa no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 33.

O que não significa que exista uma plena diferença e compreensão entre laicismo e laicidade, pois, como veremos mais adiante ainda temos, em tempos presentes, Estados teoricamente laicos que interferem através de atos e normas na liberdade religiosa da população.

Esclarecida a diferença entre laicismo e laicidade vejamos como funciona um Estado laico na questão da liberdade e da tolerância religiosa.

Apesar de parecer clara, em dias presentes a linha que separa o laicismo da laicidade é muito tênue e em países tido como laicos a intolerância, ou melhor, a nítida influencia ou tendencialidade do Estado em relação a uma ou outra religião é perceptível em países como a França.

Mesmo a Dinamarca outro país notadamente laico também modificou sua postura e tem uma resistência maior em relação à religião árabe.

6.2. O Estado laico

A Declaração Universal, como vimos, instituiu o Estado laico⁹⁴, ou seja, não existe uma restrição a nenhuma religião, culto, credo ou crença.

Domingos Lopes acerca da laicidade: “Uma das grandes conquistas dos povos é a separação entre o Estado e a religião. Os assuntos religiosos dizem respeito a cada cidadão. Este goza, nos termos das leis fundamentais, do direitos a seguir e praticar o seu credo religioso. A sua intervenção política pode ser influenciada por valores religiosos, mas é uma conquista importante a separação entre a política e a religião e a crise de tentação dos credos e das hierarquias religiosas deterem o poder político. Nestes termos, o Estado não impõe a nenhum cidadão uma dada religião, nem considera certa(s) religião(ões) mais conforme, ou como as únicas conformes, os princípios desse Estado. Esta conquista da civilização humana é o resultado de milhares e

⁹⁴ Aquele que não pertence ao clero nem a uma ordem religiosa. Definição no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pág. 1714.

milhares de lutas na Europa ao longo dos séculos para que os cidadãos pudessem ser livres de praticar qualquer religião. O carácter *laico* do Estado consubstancia essa conquista”.⁹⁵

Em 2005, a França, por ocasião das comemorações do centenário da separação Estado-Igreja na França, apresentou a Declaração universal da laicidade no século XXI⁹⁶ que prevê alguns requisitos essenciais para a aplicação da laicidade através do seu artigo 2º:

Artigo 2º. Para que os Estados tenham condições de garantir um tratamento igualitário aos seres humanos e às diferentes religiões e crenças (dentro dos limites indicados), a ordem política deve ter a liberdade para elaborar normas coletivas sem que alguma religião ou crença domine o poder e as instituições públicas. Consequentemente, a autonomia do Estado implica a dissociação entre a lei civil e as normas religiosas ou filosóficas particulares. As religiões e os grupos de convicção devem participar livremente dos debates da sociedade civil. Os Estados não podem, de forma alguma, dominar esta sociedade e impor doutrinas ou comportamentos *a priori*.

Importante notar que laicidade não se confunde com tolerância religiosa⁹⁷, pois, um Estado verdadeiramente laico não possui uma religião preponderante, afinal não há submissão a nenhuma religião específica, quase que a adoção de uma posição de neutralidade.⁹⁸

⁹⁵ LOPES, Domingos & SÁ, Luís. *Com Alá ou com Satã?* Porto: Campo das letras, 1997, págs 91 e 92.

⁹⁶ LOREA, Roberto Arriada (org.). *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, págs. 13 e 14.

⁹⁷ Jean Delumeau: “Doravante, tolerância e laicidade são ligadas. No início do século, a palavra “laicidade” também se revestiu de um significado polêmico. Surgida no fim do século XIX, ela exprimiu, primeiro, a vontade de combater a religião, excluindo a Igreja católica do exercício de todo poder político ou administrativo e, em particular, da organização do ensino. O resultado desse confronto foi a separação das Igrejas e do Estado em 1905. Hoje o laicismo está morto ou moribundo, mas a laicidade conserva todo o seu valor, e a maioria dos cidadãos, crentes ou não, dos Estados democráticos adotaram sua filosofia. Laicidade significa, certamente, que a religião não deve procurar controlar o Estado e que a escolha de uma religião ou de uma não religião é livre; mas também que o Estado deve admitir que as religiões continuem suas atividades e não deve maltratá-las. Ela é o contrário da irreligião de Estado da ex-União Soviética e da China comunista. Portanto, a laicidade permite a liberdade de crença e o “viver

O fato é que um Estado laico na acepção do termo não pode invocar a proteção divina em seus atos, pois, ao fazê-lo já sinaliza uma inclinação religiosa, independe do credo a que se filia, mas denota a influência religiosa nitidamente. O que se contrapõe à definição clássica de Estado laico, na qual o Poder Público não se vincula a qualquer confissão religiosa, com uma nítida separação entre Estado e Igreja⁹⁹.

Ainda sobre o assunto destacamos o preâmbulo da Declaração universal da laicidade no século XXI¹⁰⁰:

“Considerando a crescente divergente religiosa e moral no seio das sociedades atuais e os desafios encontrados pelos Estados modernos para favorecer a convivência harmoniosa; considerando também a necessidade de respeitar a pluralidade das convicções religiosas, atéias, agnósticas, filosóficas e a obrigação de favorecer, por diversos meios, a decisão democrática pacífica; e, finalmente, considerando a crescente sensibilidade dos indivíduos e dos povos com relação às liberdades e aos direitos fundamentais, incentivando os Estados a buscarem o equilíbrio entre os princípios essenciais que favorecem o respeito pela diversidade e a integração de todos os cidadãos com a esfera pública, nós, universitários, acadêmicos e cidadãos de

junto”. Ela faz com que o outro seja aceito em sua diferença”. DELUMEAU, Jean *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Ipiranga, 2000, p. 378.

⁹⁸ Existem autores que ainda resistem à questão da laicidade e ainda a vêem como uma forma de laicismo: “A laicidade tem sido proposta como o regime social de convivência no qual as instâncias políticas se vêem legitimadas pela soberania popular e não por instituições religiosas. Nesse sentido, autores como Hervieu-Léger (1997) e Blancarte (2000) têm afirmado que o papel da religião na modernidade sofre restrições no cenário político/público, de vez que sua legitimidade parece estar confinada à esfera privada, no sentido de que apenas os fiéis, que livremente aderem a uma determinada crença, estarão voluntariamente submetidos a determinados dogmas”. LOREA, Roberto Arriada & KNAUTH, Daniela Riva. *Cidadania sexual e laicidade Um estudo sobre a influência religiosa no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 33.

⁹⁹ *Dicionário Jurídico Conciso*. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 461.

¹⁰⁰ LOREA, Roberto Arriada (org.). *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 13.

diferentes países, propomos a reflexão de cada um e o debate público sobre a seguinte declaração”¹⁰¹.

Sara Guerreiro explica a questão do Estado laico e a relação com a Igreja: “As grandes contraposições clássicas quanto aos modelos de relacionamento entre Estado e Igreja colocam-se entre, por um lado, o Estado laico e o confessional e, por outro, entre os Estados que consagram a separação ou união entre Estados/igrejas”.¹⁰²

A grande questão que se coloca é se o Estado é completamente neutro ou se existe algum tipo de influência religiosa.

Sara Guerreiro, uma vez mais contribui com o tema: “O critério de distinção na dicotomia Estado confessional ou laico prende-se com a posição do Estado face à questão da existência de Deus. Como refere o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 423/87, “Se o Estado, agindo como se fosse ele próprio um cidadão tomar partido sobre aquela questão, assumirá a natureza de um Estado confessional; inversamente se o Estado a si próprio se proibir de concorrer juntamente com os cidadãos na adesão ou rejeição de qualquer confissão religiosa, i.e., se quanto a esta matéria se declarar neutra, será um Estado laico””.¹⁰³

Para o Estado ser considerado laico o correto é não se posicionar acerca de temas religiosos, como se Deus existe, etc., no entanto, nada impede que exista uma afinidade com uma ou outra religião, sem que se eleja uma de forma oficial, quase como uma relação informal.

¹⁰¹ Destacamos também o art. 1.º. Todos os seres humanos têm direito ao respeito à sua liberdade de consciência e à sua prática individual e coletiva. Este respeito implica a liberdade de se aderir ou não a uma religião ou a convicções filosóficas (incluindo o teísmo e o agnosticismo), o reconhecimento da autonomia da consciência individual, da liberdade pessoal dos seres humanos e da sua livre escolha em matéria de religião e de convicção. Isso também implica o respeito pelo Estado, dentro dos limites de uma ordem pública democrática e do respeito aos direitos fundamentais, à autonomia das religiões e das convicções filosóficas. LOREA, Roberto Arriada (org.). *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 13.

¹⁰² GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Europeia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 74.

¹⁰³ Idem, p. 75.

Um Estado completamente desprovido de alguma relação ou influência religiosa não é tão simples assim de se conceber, já ao contrário os exemplos são inúmeros, portanto, ser laico, não significa ignorar a religião, tampouco proibi-la. Este era o conceito de laicismo.

Micheline Milot: “A laicidade não é nem uma ideologia nem uma doutrina, nesse sentido ela não comporta prescrições, dogmas ou objetos de adesão. Não se trata do favorecimento de uma linha de pensamento ou de convicções dentre outras. Para conceber e construir uma sociedade livre, a governança política não adere a nenhuma opção filosófica ou religiosa e ela não exige de ninguém tal adesão como condição da associação política. A laicidade não constitui tampouco uma nova “supra-religião”, englobando o conjunto das convicções. Ela se realiza, ao contrário, por um desbastamento do político de toda a profissão de fé, onde a diversidade das crenças e dos pertencimentos pode se exprimir e, idealmente, harmonizar-se”.¹⁰⁴

O Estado pode conviver harmonicamente com a religião, desde que não seja submetido às vontades religiosas e nem que a mesma exerça um papel político sobre o governo. E o laicismo foi uma resposta dos governantes à supremacia autodeterminada da Igreja sobre tudo e sobre todos, como se fora uma verdade incontestável, e a força do homem mostrou, que até a Igreja pode padecer ante a sua vontade.

O Estado laico goza de uma separação plena entre Estado e Igreja. Contudo, o Estado não se confunde com o povo.

Marco Aurélio Lagreca Casamasso: “No âmbito da laicidade-neutralidade, a *verdade religiosa* deixa de ser o eixo de sustentação da sociedade política. Para o Estado laico, a idéia de *verdade religiosa* perde o sentido: a sua validade recua para as esferas privadas dos indivíduos e grupos religiosos. Mas não é só isso, pois os efeitos da laicidade-neutralidade também atingem as eventuais concepções de *verdades* avessas às religiões. Ou seja, o Estado laico não se compromete nem com *verdades religiosas*, nem com possíveis *verdades anti-religiosas*. Eis a razão pela qual a laicidade exige que o Estado também se mantenha neutro em relação ao

¹⁰⁴ MILOT, Micheline. *La laïcité*. Montreal: Novalis, 2008, p. 78. Tradução de Roberto Arriada & KNAUTH, Daniela Riva. *Cidadania sexual e laicidade Um estudo sobre a influência religiosa no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 36.

agnosticismo e ao ateísmo. É por isso, por exemplo, que a laicidade se mostra totalmente refratária ao ideal de um Estado ateuista, tal como já foi preconizado por alguns regimes totalitários”.¹⁰⁵

Não existe proibição alguma, dentro de um Estado laico, sobre a opção religiosa de cada um, sobre a sua liberdade de culto ou de crença e, mais, o Estado no mais das vezes convive de forma pacífica com o povo, mesmo quando esse demonstra sua fé em espaços públicos.

O cidadão empunhar uma bíblia em praça pública e tentar converter as pessoas que por ali se encontra é a sua demonstração de fé, não significa que esteja apoiado pelo Estado e, tampouco, que aquela religião seja a que o Estado recomenda, pois, nessa questão, a neutralidade é total.¹⁰⁶

Mesmo em questões de manifestações religiosas, como uma passeata, um protesto, o Estado não irá intervir, salvo se houver necessidade de garantir a segurança dos manifestantes ou da paz social por uma ou outra exasperação de ânimos.

Agora, se a religião afeta diretamente o Estado e sua soberania, então, faz-se necessário o poder intervencionista estatal, como a pichação de espaço público, a depredação de via pública, etc.

Nada obsta que o debate sobre o laicismo permita algumas indagações: Se o Estado é laico, o fato de conceder isenção de impostos à Igreja, sobre as doações dos fiéis, não configura uma perda do estado de neutralidade?

¹⁰⁵ CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. *Política e Religião: O Estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro*. Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006, p. 163.

¹⁰⁶ Sara Guerreiro chama essa laicidade de positiva: “A neutralidade pode assumir um carácter negativo ou positivo. O conceito de neutralidade positiva implica o compromisso do Estado de assegurar, na prática, a todos o livre exercício da sua religião, colocando à sua disposição os meios que lhe permitam vivê-la”. GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 76.

O correto seria cobrar os impostos e taxas de todas as igrejas indistintamente? Contudo, ao fazer isso o Estado não passaria a exercer um papel de ente superior à própria religião e, assim, abandonaria uma vez mais o caráter laico, para assumir uma posição de superioridade?

A resposta não é tão simples quanto parece, pois, a linha que separa o Estado neutro de um Estado parcial é muito fina e, nesses casos, o correto, a nosso ver, seria tratar a questão religiosa como se fora uma empresa que recebeu dinheiro de terceiro, portanto ser tributada.¹⁰⁷

Catherine Kintzler¹⁰⁸ tem uma visão interessante acerca da relação da religião com o laicismo e a oferta através de três proposições: “Primera proposición: de nadie se espera que tenga una religión más bien que otra. Segunda proposición: de nadie se espera que tenga una religión más bien que ninguna, más bien que ninguna completamente. Tercera proposición: de nadie se espera que no tenga una religión”.¹⁰⁹

Eis o cerne da laicidade, todas as religiões são iguais entre si, merecem o respeito do Estado e este não influi no poder decisório da população em detrimento desta ou daquela religião e, inclusive, tampouco se manifesta se a opção for não possuir uma religião.

Catherine Kintzler¹¹⁰ inclusive oferece um sistema de harmonização como garantia da laicidade: “Si se quiere garantizar estas três proposiciones, ES necesario que um derecho común reglamente La coexistencia de las libertades y ES preferible – ES incluso necesario – que lãs cosas relativas a La creencia se mantegan privadas y que gocen de lãs simples libertades civiles.

¹⁰⁷ Sara Guerreiro mostra que a questão da laicidade em Portugal também não é fácil: “Entendemos que existe, em Portugal, uma laicização imperfeita da sociedade e do Estado, que vem de um enquadramento institucional ambíguo de oitocentos anos e de um contexto constitucional oscilante de quase duzentos anos, marcado durante longos períodos por uma certa osmose entre a religião católica e o Estado, sendo as outras confissões, os ateus, os cépticos e os agnósticos confessos, tantas vezes, ostracizados e marginalizados. Saber se esta laicização imperfeita se encontra justificada pelo princípio da igualdade, na sua formulação de tratamento diferente de situações diferentes (por força da esmagadora representatividade da Igreja Católica no nosso país) é uma questão diferente e sobre a qual nos abtemos de pronunciar. Muitas vezes o *sistema observante*, que consagra claramente a separação entre Estado e igrejas, difere do *sistema observado* que, na prática, confere algum tipo de vantagens a uma ou mais das religiões existentes, muitas vezes em detrimento de outras”. GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, págs. 78 e 79.

¹⁰⁸ Kintzler, Catherine. *Tolerancia y laicismo*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2005, p. 18.

¹⁰⁹ Tradução livre: Primeira proposição: não se espera que exista uma religião melhor do que outra. Segunda proposição: não se espera que exista uma religião melhor do que nenhuma, melhor do que nenhuma absolutamente. Terceira proposição: Não se espera que não se possua uma religião.

¹¹⁰ Idem, ibidem.

Esto significa que se podrá por ejemplo manifestar SUS opiniones públicamente – ES Del orden de La libertad civil – porque precisamente La ley no lãs reglamenta em tanto que son creencias. No hay entonces um discurso directo, autoritário de La ley sobre La cuestión religiosa salvo cuando hay inteferencia com El derecho común y Del punto de vista Del derecho común. Pro ejemplo se prohinerán los sacrificios humanos no porque Sean relativos a tales o cuales creencias sino porque El asesinato em general está prohibido. Se prohibirán algunas mutilaciones rituales no porque se ataquen tales e cuales costumbres sino porque, em general, lãs mutilaciones invalidantes no necesarias para La salud del sujeto están prohibidas”.¹¹¹

É função exclusiva de o Estado garantir a paz social, a religião não está acima, ou é superior, à garantia da harmonia das pessoas na sociedade, logo, a manifestação religiosa é possível e deve ser garantida pelo Estado, desde que não inferira ou atrapalhe os direitos ou garantias individuais dos demais, ou se houver uma depredação do patrimônio público.

Da mesma forma, a questão dos rituais, o Estado os proíbe não porque é contra essa ou aquela religião, mas sim porque está preocupado em garantir o bem maior, o marco determinante dos direitos humanos fundamentais: a dignidade da pessoa humana.

Nessa mesma linha de raciocínio temos as oferendas e os sacrifícios de animais, salvo em casos que garantam a própria saúde e integridade do animal não existe a possibilidade de sacrificá-lo sem nenhum tipo de valoração subjetiva ou depreciação a esta ou aquela religião.

A laicidade hoje está difundida em diversos países, contudo, o ponto mais delicado acerca do Estado laico se refere à educação, pois, deve ser completamente neutro nas questões educacionais e, inclusive, não intervir da religião de seus alunos.

¹¹¹ Tradução livre: Se se pretende assegurar estas três proposições, é necessário que um direito comum regulamente a coexistência das liberdades e é preferível – inclusive necessário – que a matéria atinente à crença se mantenha privada e que desfrutem apenas das liberdades civis. Isto significa que poderá, por exemplo, manifestar suas opiniões publicamente – em conformidade com a liberdade civil – porque a lei não regulamente especificamente o que são crenças. Não existe, então, um discurso direto, autoritário da lei acerca da questão religiosa, exceto quando existe uma turbação ao direito comum e do ponto de vista do próprio direito comum. Por exemplo, se proibiram os sacrifícios humanos, não porque sejam relativos a tais ou quais crenças, mas sim porque o homicídio de uma maneira geral é crime. Proibiram-se algumas mutilações através de rituais, não porque se ataquem tais ou quais costumes, mas sim, porque, em geral, as mutilações invalidantes desnecessárias para a própria saúde do animal estão proibidas.

Tal posição agrega consonância com o posicionamento da Declaração Universal, da Convenção dos Direitos da Criança e de todos os outros diplomas que fazem alusão à educação das crianças como já mostramos no capítulo 3.

O problema surge quando um Estado laico interfere negativamente por questões religiosas, como ocorreu na França, como relata Fabíola Emilin Rodrigues: “Recentemente, a discussão sobre o princípio da laicidade voltou a ter maior importância quando, em 1989, três garotas foram expulsas do Colégio Havez de Creil, por estarem usando véu muçulmano e causando inúmeras discórdias entre os alunos, inclusive agressões físicas e verbais”.¹¹²

O ocorrido denota o despreparo do colégio francês em não orientar seus professores a reprimirem adequadamente a intolerância religiosa, no entanto, o Estado francês é igualmente culpado ao não exercer de forma plena a laicidade ao permitir, silenciosamente, que o colégio público, logo de responsabilidade estatal, expulse as alunas por conta da religião.

Se o colégio não soube lidar com a questão, cabe ao Estado intervir e demonstrar a imparcialidade das relações no que tange à religião, o que não pode pactuar é com as expulsões como se a presença daquelas alunas estivesse contaminando o seio harmonioso do colégio, quando, em verdade, a intolerância e, até mesmo, a ignorância dos alunos acerca de outras religiões e crenças é que propiciaram todo o conflito.

A França se notabiliza por incontáveis incidentes relacionados à religião, seja por ser intolerante inclusive com a própria Igreja – laicismo – ou por editar uma série de medidas que afetam diretamente uma cada específica da população com inferências religiosas que passaram a ser proibidas, e, especialmente, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a uma política de pouca tolerância aos franceses que adotaram o islamismo como religião, ou pior, com os próprios muçulmanos de uma maneira geral.

¹¹² RODRIGUES, Fabíola Emilin. *Princípio da Laicidade, Liberdade de Consciência e Neutralidade do Poder Político*. In SILVA, Marco Antonio Marques da (coord.). *Processo Penal e Garantias Constitucionais*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 184.

A França teve papel dúbio em relação ao seu trato religioso e, em especial, a forma como tolera e respeita a própria Igreja e, por conta desses atos, influenciou outras nações a também praticarem o laicismo.

Quando optou por exercer uma laicidade, a França parece não ter assumido uma posição clara, pois, como veremos, oscila em demasia acerca do fino fio que separa a laicidade, isto é, o não envolvimento do Estado em nenhuma posição ideológica religiosa, com a adoção de alguns elementos protetivos e tendenciosos que favoreceram esta ou aquela religião no transcurso dos anos.

Por conta dos problemas envolvendo a religião e não apenas isso, como também alguns nada sutis traços de xenofobia, também, por parte dos últimos governos franceses, iremos tratar do assunto de forma específica.

6.3. A laicidade na França

A questão que envolve o Estado Frances não é exclusivamente calcada na religião, pois, existem, também, indícios claros de conduta xenofóbica¹¹³ por parte do governo.

O estrangeiro não pode ser discriminado pelo Estado, tampouco, pode ser tratado com indiferença ou em inferioridade a um nacional em situações idênticas.

E o que o governo francês tem feito de uma forma recorrente é deixar o seu caráter laico à margem e tomar medidas parciais no que tange a educação de suas crianças.

A laicidade francesa, como vimos, ocorreu mediante uma construção que se edificou ao longo da história, mas no que tange a educação a França ainda está longe de um consenso.

¹¹³ Segundo Fabíola Emilin Rodrigues: “A França abriga a maior população muçulmana da Europa. São cerca de cinco milhões de pessoas que reivindicam a sua plena integração no espaço nacional. RODRIGUES, Fabíola Emilin. *Princípio da Laicidade, Liberdade de Consciência e Neutralidade do Poder Político*. In SILVA, Marco Antonio Marques da (coord.). *Processo Penal e Garantias Constitucionais*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 192.

E a França esteve, novamente, na agenda do dia em termos de discussão acerca da laicidade por conta da criação da Lei 228¹¹⁴, de 15 de março de 2004¹¹⁵, sobre o porte ostensivo de sinais religiosos, uma referência clara ao episódio que envolveu o uso de véu por parte de algumas muçulmanas em colégios públicos franceses.¹¹⁶

Como sinaliza Maria Claudia Pinheiro: “As manifestações particulares de crença no espaço público, longe de ofenderem a cláusula de separação, representam comportamento que prestigia a liberdade de exercício religioso, favorecem o pluralismo e maximizam a liberdade material de escolha individual, ao gerar um espaço de livre circulação de idéias. As proibições estatais dessas manifestações (...) podem se transformar num claro sinal de desvalor e hostilidade religiosa; num inaceitável reconhecimento estatal de que o conteúdo das religiões pregadas pelos cidadãos é nocivo ao espaço público e, portanto, deve ser reservado ao interior de templos e residências”.¹¹⁷

O efeito prático de tal medida é que os sinais religiosos ostensivos estão proibidos, nessa seara temos então: o véu islâmico conhecido como hijab, que cobre todo o rosto das mulheres muçulmanas, o kipá judaico, também conhecido como solidéu, e as cruzes de todas as formas e natureza.

Esta proibição enseja algumas reflexões: Será que uma moça com uma corrente com uma cruz não poderá freqüentar o colégio público ou haverá uma “tolerância” por se tratar de mero adorno? Garanto que a mesma tolerância não será aplicada ao hijab. Todavia, onde se encontra a laicidade do governo francês?

¹¹⁴ Essa lei foi promulgada após maioria de 496 votos favoráveis e 36 contrários na Assembléia Nacional e por 276 votos favoráveis e 20 votos contrários no Senado. A medida teve efeito para o novo ano escolar em Setembro de 2004, o que demonstra a ampla aprovação dos membros do legislativo Francês no que tange a intolerância religiosa e a direta afronta à laicidade.

¹¹⁵ Fonte: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000417977&dateTexte=>, acesso em 4 de fevereiro de 2011.

¹¹⁶ Article 1. Il est inséré, dans le code de l'éducation, après l'article L. 141-5, un article L. 141-5-1 ainsi rédigé: « Art. L. 141-5-1. - Dans les écoles, les collèges et les lycées publics, le port de signes ou tenues par lesquels les élèves manifestent ostensiblement une appartenance religieuse est interdit. Le règlement intérieur rappelle que la mise en oeuvre d'une procédure disciplinaire est précédée d'un dialogue avec l'élève. »

¹¹⁷ PINHEIRO, Maria Claudia Bucchianeri. *A liberdade religiosa e o direito ao uso da burca*. Revista Jurídica Consulex, ano XII, nº 309, 30 de novembro de 2009.

Os problemas que envolvem a França, a educação de suas crianças e a laicidade remontam a épocas anteriores, como a Lei que cria e regulamenta o funcionamento do Conselho Superior de Instrução Pública e Conselhos Acadêmicos, de 27 de fevereiro de 1880.

A referida lei institui que entre os membros destes Conselhos Acadêmicos deve estar presente um professor titular das faculdades de teologia católica e um de teologia protestante. Ora, se o Estado é laico, como pode haver uma predileção por esta ou aquela religião?

No entanto, foi uma forma que o governo encontrou para assegurar que as tradições e, em especial, a cultura religiosa católica e protestante estariam presentes e, por assim dizer, a educação estaria garantida.

Na França não existe uma disciplina de ensino religioso nos colégios, por conta da Lei Ferry, de 28 de março de 1882¹¹⁸, em contrapartida há uma tradição, nem um pouco laica, de não haver aulas à quarta-feira no primário para que, quem quiser, possa enviar os filhos à catequese.

Mesmo nos colégios é possível a presença de um padre como professor, desde que não se caracterize como tal, ou seja, esteja em trajes “civis” e, pronto, já estará consagrado perante governo francês como um educador com absoluta neutralidade religiosa¹¹⁹.

Existe uma diferença sensível entre o que preconiza em teoria o governo Francês e o que o faz na prática, uma vez que a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789 é clara ao estabelecer em seu artigo 10: “Ninguém deve ser inquietado por suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei”.¹²⁰

¹¹⁸ Determinou que as escolas públicas devessem prover de forma não onerosa a instrução de forma obrigatória do ensino laico, portanto, as aulas de instrução moral e religiosa deixavam de existir.

¹¹⁹ Apesar da existência da Lei Goblet, de 30 de outubro de 1886, que previa a obrigatoriedade no ensino fundamental das escolas públicas o ensino ser ministrado por uma pessoa sem qualquer tipo de influência ou ligação com a religião de forma direta.

¹²⁰ COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 155.

Da mesma forma o artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948: “Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos”.

Sendo assim, medidas como a de proibição do hijab, do solidéu, do uso da cruz podem traduzir não apenas uma questão de intolerância religiosa, mas também, uma xenofobia em relação aos povos islâmicos e a suposta ameaça que o governo os considera, em especial após os ataques de 11 de setembro aos Estados Unidos.

Evidentemente que o governo francês não veio a público e reafirmou a questão da xenofobia, mas seguiu sua linha xenofóbica com a questão dos ciganos. O que denota que as questões relacionadas à França transcendem à laicidade e atingem diretamente a questão da tolerância.

6.4. O uso de símbolos religiosos em entidades do Estado

Ainda sobre o Estado laico é importante apresentarmos a questão do uso de símbolos religiosos em entidades estatais. Em alguns Estados, inclusive o Brasil é comum a presença de símbolos religiosos como, por exemplo, uma cruz. A questão é: não seria isso o sinal da adoção de uma religião e, por conseguinte a parcialidade do Estado tido como laico?

Thales de Azevedo comenta a questão dos símbolos religiosos em repartições públicas: “Os crucifixos não são apostos apenas às paredes das salas de funcionamento dos tribunais, dos comandos militares, das escolas públicas, das prisões. Aí figuram como fontes de inspiração para as decisões, a orientação, o sentido a imprimir aos atos públicos. O que inspira essa entronização dissocia-se, no cotidiano, de qualquer culto ou de ações coerentes com aqueles objetivos”.¹²¹

¹²¹ AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira Um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 120.

Na verdade, o nosso entendimento é que não se trata de uma inclinação religiosa a qualquer religião por parte do Estado, mas sim, uma demonstração de fé por parte dos indivíduos que coabitam naquele ambiente comum, independente da vontade estatal, portanto, não há que se falar em macula a laicidade estatal.

E, o fato de um Estado ser laico, não significa ser omissivo nas questões religiosas, o que não se confunde com a adoção de uma inclinação religiosa para essa e para outra religião.

Uma coisa é a espiritualidade e a religião que a população possui por conta das suas tradições culturais e religiosas outra bem diferente é a posição que o Estado adota em termos religiosos.

Não existem motivos concretos para que o Estado intervenha e reprima um sinal religioso em um órgão estatal, da mesma forma que um Estado laico não deveria intervir na questão da proibição de símbolos religiosos na educação de sua população, como vimos no caso francês.

Agora ao tratarmos do Estado laico e da realidade brasileira abordaremos mais alguns casos em que o Estado se encontra em situações controversas acerca da religião.

E, veremos, se no caso brasileiro existem controvérsias ou dificuldades em manter a neutralidade como no caso da França ou a diversidade religiosa brasileira possui outras singularidades que a realidade francesa ainda desconhece.

6.5. O Estado Laico brasileiro

Um tema aparentemente sem grandes contradições. Esse seria o primeiro pensamento acerca da religião no Brasil. Todavia, na prática, a religião e seus conflitos estão muito mais arraigados na realidade cotidiana brasileira do que o leitor pode imaginar.

Casos não faltam: Os adventistas e os judeus que não podem fazer o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM até o por do sol no sábado, os conflitos policiais em decorrências de

oferendas religiosas pelos umbandistas e adeptos das religiões africanas, a família que não autoriza a transfusão de sangue do filho que tem a saúde severamente comprometida em decorrência da religião, etc.

Essas e outras questões suscitam o debate sobre o tema da tolerância religiosa ante a um Estado laico e suas implicações, afinal, o Brasil, notadamente católico tem por opção não oprimir nenhum culto religioso e, muito menos, impor a religião católica, ao menos não de forma explícita. Contudo, os Tribunais do País são permeados por questões atinentes à religião, logo, a discussão sobre sermos ou não um Estado laico se faz uma vez mais necessária para compreendermos melhor a relação do Estado com a igreja e com as demais religiões.

Antes de tratarmos dos casos e do conflito entre religião e Estado, um assunto mais urgente deve ser tratado: a própria laicidade do Estado brasileiro.

A questão que envolve a laicidade do Estado brasileira já se inicia com o debate acerca do próprio Preâmbulo da Constituição Federal¹²². Seria o Brasil realmente um Estado laico? Afinal, ao que tudo indica religião e governo se mistura, ou, ao menos, assim o será com a orientação religiosa do Legislador Constituinte:

¹²² Marco Aurélio Lagreca Casamasso acrescenta um importante panorama sobre o momento histórico religioso brasileiro na época da constituinte: “A Constituição brasileira de 1988 foi elaborada a partir de um quadro político-religioso inédito na história do Brasil. No campo estritamente político, a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987, expressou, sem reservas, uma ruptura radical com o passado autoritário do país. Para os constituintes, era chegado o momento de se construir os alicerces jurídico-constitucionais necessários à promoção de uma ampla, profunda e duradoura redemocratização do Estado e da sociedade no Brasil. O momento revelava também um incontestável cenário de mudanças no campo religioso. A começar pela sua nova conformação, que punha a descoberto a existência de uma pluralidade religiosa que já não podia ser ignorada, e que viria a se intensificar a partir do final da década de 1980. Decerto, o fator decisivo para a consolidação desta pluralidade foi – e continua sendo –, o significativo aumento do número de evangélicos no Brasil. De 1950 a 1991, segundo o IBGE, o número de católicos no país diminuiu 10,9%, passando de 93,5% para 83,3%. Neste mesmo intervalo, o percentual de evangélicos na população brasileira saltou de 3,4% em 1950, para 9,1% em 1991. Em termos percentuais, tais indicativos revelam um crescimento da ordem de 267% no número de evangélicos no Brasil, em um período quase coincidente com o tempo transcorrido entre a promulgação das duas últimas Constituições democráticas brasileiras, quais sejam, as de 1946 e 1988. Na Assembléia Nacional Constituinte de 1987 e 1988, a pujança deste crescimento traduziu-se na marcante atuação da denominada Bancada Evangélica, composta por 33 Constituintes autoproclamados evangélicos, comprometidos diretamente com as causas e os valores evangélicos. A par da consolidação da pluralidade religiosa, as mudanças no cenário religioso refletiam igualmente a diminuição da influência do poder da Igreja Católica na arena política, na medida em que outros atores religiosos – os evangélicos – começaram a se mobilizar politicamente, competindo com os católicos”. CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. *Política e Religião: O Estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro*. Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006, págs 308 e 309.

“Preâmbulo da Constituição Federal de 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a *proteção de Deus*, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”. (grifo nosso)

Ora, no próprio preâmbulo constitucional já existe uma ilação clara e explícita acerca de Deus no texto, como se fosse um dogma a ser seguido pelos mortais e seres humanos habitantes no cenário nacional, numa submissão clara à igreja e aos seus mandamentos.

Portanto, a pergunta persiste: O Estado brasileiro é, de fato, laico?¹²³

¹²³As reflexões de Marco Aurélio Lagreca Casamasso contribuem para essa resposta: “A questão que se apresenta, portanto, é saber se a Constituição de 1988 oferece os recursos adequados para o devido enfrentamento dos desafios impostos ao Estado laico na época contemporânea. Mas não se trata de responder positivamente à indagação, alegando o fato de que a atual Constituição foi elaborada a partir de um quadro político-religioso, cujas tendências têm se confirmado na época atual. Na realidade, tal confirmação poderia estar ocorrendo em contradição com a norma constitucional positivada, pois uma coisa é o fato da pluralidade político-religiosa presente na sociedade, outra bem diferente é o pluralismo político-religioso consagrado por um Texto Constitucional. Assim, a resposta a esta indagação dependerá de outra espécie de constatação: é preciso que se verifiquem as reais possibilidades de compatibilização entre as demandas dos atores religiosos e o modelo de laicidade adotado pela Constituição. Neste sentido, acreditamos que a Carta de 1988 constitui, sim, um instrumento suficientemente hábil para permitir e favorecer a compatibilização entre, de um lado, uma liberdade religiosa mais abrangente – que compreenda não somente a possibilidade de participação dos atores religiosos no processo decisório da sociedade política, mas também a promoção da liberdade religiosa em prol da dignidade da pessoa humana – e, de outro, a laicidade estatal. De acordo com esta perspectiva constitucional, trata-se de reconhecer os direitos de as confissões religiosas, e/ou de os indivíduos ou grupos identificados com valores religiosos, participarem – com base em uma concepção otimizada de liberdade religiosa – do processo decisório político da sociedade brasileira, desde que os limites constitucionais da laicidade sejam respeitados. CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. *Política e Religião: O Estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro*. Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006, p. 313.

O fato da Constituição brasileira de 1988 conter a expressão sob a proteção de Deus, não significa que o Estado está subjugado à Igreja ou que o caráter de neutralidade do Estado laico se perdeu.

Celso Bastos critica a expressão sob a proteção de Deus por entender se tratar de uma soberba do próprio legislador constituinte, como se estes estivessem acima da própria divindade que “concordaria” com seus atos.¹²⁴

O fato é que um Estado laico na acepção do termo não pode invocar a proteção divina em seus atos, pois, ao fazê-lo já sinaliza uma inclinação religiosa, independente do credo a que se filia, mas denota a influência religiosa nitidamente. O que se contrapõe à definição clássica de Estado laico, na qual o Poder Público não se vincula a qualquer confissão religiosa, com uma nítida separação entre Estado e Igreja¹²⁵.

Antes de termos uma conclusão definitiva, que a nosso ver não fere em nada a laicidade do Estado brasileiro é necessário analisar as Constituições anteriores, para ver se existe algum tipo de vinculação ou referência religiosa, ou se tratou de um ato exclusivo da Constituição de 1988, porque se for um evento único, então a resposta será diferente.

Se todas as Constituições, de uma maneira geral, tiverem algum tipo de menção religiosa, então, podemos concluir que não se trata de uma religiosidade estatal, mas sim, da população, dos membros da comunidade, inclusive os que participaram dos processos constituintes.

O que não se confunde em nada com a neutralidade do Estado, uma coisa é a liberdade religiosa exercida pelos membros da comunidade, outra é a tomada de posição expressa do Estado, portanto, nesse caso, a neutralidade estaria prejudicada e não haveria porque se falar em laicidade.

¹²⁴ BASTOS, Celso Ribeiro & MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988, v.1, p. 410.

¹²⁵ *Dicionário Jurídico Conciso*. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 461.

Então o correto será analisar historicamente as Constituições brasileiras anteriores à Magna Carta de 1988.

6.5.1. A influência da religião na Constituição brasileira

A Constituição do Império, de 1824, já mostrou claramente a influência religiosa quando D. Pedro I invocou a graça de Deus e a unânime aclamação dos povos. Além, é claro, da citação expressa, logo após o preâmbulo, da manifestação de que em nome da santíssima trindade a Constituição é decretada.

A Constituição de 1891 não fez uma menção clara acerca da religião, por conta do período ter se notabilizado por uma ruptura clara entre Estado e Igreja.

A Constituição de 1934 faz menção expressa no preâmbulo com a expressão: “Pondo a nossa confiança em Deus”.

A Constituição ditatória de 1937 suprimiu uma citação explícita.

Já a Constituição de 1946 seguiu o mesmo da Constituição de 1934 ao apresentar a expressão “Sob a proteção de Deus”.

E, por fim, as Constituições de 1967 e 1969 invocaram pela proteção de Deus em seus textos.

A influência religiosa está presente na maioria das Constituições, inclusive na de 1988, então, o nosso entendimento é que o povo brasileiro, no qual os membros do Congresso Nacional se incluem exercem a sua religiosidade e, por assim o ser, as Cartas Constitucionais sempre tiveram algum tipo de invocação religiosa, o que em nada macula a laicidade estatal.

O Estado brasileiro somente perderia o seu caráter laico se houvesse algum tipo de favorecimento a esta ou aquela religião e, na prática não é o que acontece, ao contrário, a

Constituição de 1988 é clara sobre a questão da liberdade religiosa como veremos em breve, sem nenhum tipo de favorecimento ou indicação acerca desta ou daquela religião, mesmo com os membros do Poder Constituinte sendo composto por pessoas de religiões diversas, a neutralidade foi mantida.

6.5.2. As Constituições e a herança histórica da religião do povo brasileiro

Para compreendermos se o Estado brasileiro é laico ou não, fundamental será fazer uma separação entre o Estado brasileiro e o Brasil, ou seja, as pessoas que o compõem e, inclusive, analisar a herança histórica e cultural do povo para compreender melhor o cenário a ser analisado.

Joel Nicholas Celis: “Brasil não se confunde com o Estado brasileiro, pois aquele é composto por uma história cheia de batalhas e conquistas, um povo heterogêneo em suas ascendências e raízes, repleto de diversidades culturais e lingüísticas e detentor de inúmeros credos e crenças. O Estado Brasileiro, por outro lado, verifica-se por meio da conjunção de elementos como a soberania, o território, o povo e a finalidade, elementos estes indispensáveis para a existência de um Estado”.¹²⁶

O Brasil tem uma grande participação ou referencia à religião em seus textos constitucionais e existe uma razão histórica que não pode ser jamais desprezada para tal resultado, afinal, o Brasil foi colonizado por jesuítas que tinham como missão fundamental disseminar a palavra de Deus para os demais povos colonizados¹²⁷.

¹²⁶ CELIS, Joel Nicholas. *O Brasil e o Estado Laico. Apontamentos Jurídicos sobre a Laicidade no atual Estado Democrático Brasileiro*. Revista Prática Jurídica – ano VIII, n° 93, dezembro de 2009.

¹²⁷ Entre os séculos 15 e 16, com a ocupação de colônias na Ásia e nas Américas, Portugal e Espanha empenharam-se em retomar as perseguições que marcaram a Idade Média. O objetivo era garantir que as novas terras se tornassem obedientes à fé europeia e controlar com rédea curta a crescente população de cristãos-novos (descendentes de judeus convertidos). REVISTA AVENTURAS NA HISTÓRIA PARA VIAJAR NO TEMPO n° 88. *Inquisição no Brasil*, p. 28.

E também deve se acrescentar o fato de que houve uma contribuição direta do envolvimento das cruzadas¹²⁸ no território nacional, uma vez que se tratava de agentes religiosos que também lutavam em nome do criador, logo, toda essa carga religiosa não pode ser desprezada na cultura do brasileiro e de seus antepassados.

O Brasil não foi a primeira cruzada, longe disso, portanto importante é separar o fato dos agentes católicos terem passado pelo território brasileiro como agentes da Igreja Católica com o fim único e específico de amealhar riquezas, conquistar novos territórios para a santa Igreja e, inclusive aumentar o número de fiéis.

Os métodos e a rotina dos membros das cruzadas na maioria das vezes eram cruéis e violentos e o que importava era o objetivo final, para que o leitor tenha uma idéia mais concreta apresentaremos abaixo o relato acerca da primeira cruzada, que ocorreu muito antes da descoberta do Brasil, para que assim, possa ser desfeita a imagem romântica de que as cruzadas foram um movimento pacífico que tinha como condão apresentar a boa palavra da Igreja para os nativos.

O relato acerca da primeira cruzada, que já relatava os indícios dos saques e a grande religiosidade envolta nas missões: “Tendo entrado na cidade, nossos peregrinos perseguiam e massacravam os sarracenos até o templo de Salomão, onde estes estavam reunidos e onde travaram com os nossos o mais furioso combate durante todo o dia, a ponto de ficar banhado de seu sangue o templo inteiro. [...] Os cruzados correram logo por toda a cidade, apoderando-se rapidamente do ouro, da prata, dos cavalos, dos mulos e saqueando as casas. Depois, muitos contentes e chorando de alegria, os nossos foram adorar o Sepulcro de nosso Salvador Jesus e se desoneraram da dívida para com ele. Na manhã seguinte, os nossos escalaram o teto do templo, atacaram os sarracenos, homens e mulheres e, puxando a espada, decapitaram-nos. Alguns se

¹²⁸ As cruzadas foram movimentos religiosos, políticos e militares, liderados pela Igreja Católica, apoiados e patrocinados pela nobreza europeia, com a finalidade de dominar a cidade de Jerusalém, considerada “santa” por judeus, cristãos e muçulmanos e lugar de peregrinações para estes povos. Quando Jerusalém foi tomada pelos turcos otomanos, no ano de 1071, por estes serem muçulmanos e intolerantes, proibiram aos cristãos as peregrinações aos lugares sagrados. Por essa razão e pela crise do feudalismo europeu, em 1095, o papa Urbano II conclamou a população a defender o cristianismo contra os infieis “árabes muçulmanos”, afirmando ser esta a vontade de Deus. WOLOSZYN, André Luís. *Terrorismo Global Aspectos gerais e criminais*. Porto Alegre: Est Edições, 2009, págs. 47 e 48.

lançaram do alto do templo. Vendo isso, Tancredo encheu-se de indignação. Então, os sacerdotes decidiram em conselho que todos dariam esmolas e fariam orações, para que Deus elegeesse aquele que ele gostaria que reinasse sobre os outros e governasse a cidade”.¹²⁹

E, também, como se esquecer das inúmeras tentativas de catequizar os índios que as companhias holandesas tanto promoveram no Brasil-colônia?

Todo esse ranço religioso se misturou e perpetrou na formação dos colonos que vieram morar no Brasil, seus descendentes e, principalmente, nos convertidos, os denominados novos cristãos.

O que devemos analisar é se a existência da inferência concreta acerca de Deus pode ou não macular o conceito de Estado laico numa inferência ao domínio da Igreja em relação ao Estado.

Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires e Paulo Gustavo Gonet Branco: “O Estado brasileiro não é confessional, tampouco ateu, como se deduz do preâmbulo da Constituição, que invoca a proteção de Deus. Admite, igualmente, que o casamento religioso produza efeitos civis, na forma do disposto em lei (Constituição Federal, art. 226, parágrafos 1º e 2º). A laicidade do Estado não significa, por certo, inimizade com a fé”.¹³⁰

José Cretella Jr. afirma que não existe problema ou envolvimento religioso nessa questão: “É da tradição do povo brasileiro a religiosidade, mas para o não-religioso e, dizemos mais ainda, para o ateu e o materialista, nenhuma contradição haveria se tivessem votado pela inserção do vocábulo “Deus” no texto. Lembramos, para os que *não sabem* e para os que *conhecem o fato* (“*indocti discant, ament meminisse periti*”), que Bertrand Russel, declarando-se ateu, sustentou

¹²⁹ DELUMEAU, Jean & MELCHIOR-BONNET, Sabine. Trad. Nadyr de Salles Penteadó. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Ipiranga, 2000, p. 171.

¹³⁰ MENDES, Gilmar Pereira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007, págs. 408 e 409.

polêmica com pensador cristão, aceitando ambos, no início da discussão, a definição de Deus como “algo que criou o mundo e não se confunde com o mundo”.¹³¹

Para compreendermos melhor a discussão devemos separar a análise em dois momentos: o primeiro se o uso da invocação a Deus nos textos constitucionais se deve exclusivamente à religiosidade do brasileiro, como defende Cretella Jr, ou em uma segunda análise se, de fato, existe uma influência da igreja sobre o Estado brasileiro e, assim, não se trata de um Estado laico, mas sim, de um Estado Democrático de Direito regido com a participação da Igreja Católica.

A conclusão somente poderá ser possível com o estudo do que vem a ser um Estado democrático de direito e com uma posterior análise, definitiva, sobre a relação do Estado brasileiro com a Igreja.

6.5.3. Estado Brasileiro Democrático de Direito

A Constituição Federal de 1988 é clara em seu artigo 1º ao determinar que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e coaduna tal pensamento através do parágrafo único do mesmo artigo ao ratificar que o poder emana do povo e que esse o exerce através do voto elegendo seus representantes eleitos.¹³²

Carlos Ari Sunfeld identifica os elementos que determinam um Estado Democrático de Direito:

- “a) criado e regulado por uma Constituição;
- b) os agentes públicos fundamentais são eleitos e renovados periodicamente pelo povo e respondem pelo cumprimento de seus deveres;

¹³¹ CRETILLA JR., José. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1992, v. 1, págs. 110 e 111.

¹³² CF, Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

c) o poder político é exercido, em parte diretamente pelo povo, em parte por órgãos estatais independentes e harmônicos, que controlam uns aos outros;

d) a lei produzida pelo Legislativo é necessariamente observada pelos demais Poderes;

e) os cidadãos, sendo titulares de direitos, inclusive políticos e sociais, podem opô-los ao próprio Estado;

f) o Estado tem o dever de atuar positivamente para gerar desenvolvimento e justiça social”.¹³³

O que não se pode confundir é a diferença básica e fundamental entre Estado e o povo. Afinal, Estado se trata de um ente personificado responsável por emanar a vontade do povo por meio de seus representantes eleitos.

Esses representantes que irão ser responsáveis por prover a educação, segurança, bem estar social como fielmente determina a Constituição Federal.

Nesse sentido se manifesta Fino Beja: “Em teoria, como de facto, o Estado é tudo, pode tudo; a lei é o que êle quere; a sua autoridade soberana é irresponsável; a justiça, o direito, a paz, a liberdade e a consciência não podem prevalecer contra a sua vontade; o seu poderio tem limites apenas a *sua* justiça, o *seu* direito, a *sua* humanidade, o *seu* interesse”.¹³⁴

A missão do Estado Democrático de Direito é promover o bem estar social a todos os membros da sociedade para uma convivência pacífica e harmônica.

E no maior País católico do mundo é possível se afirmar que existe uma participação, ou melhor, uma relação do Estado com a Igreja?

À primeira vista, a resposta é positiva, no entanto, ao aprofundarmos a questão da influência da igreja no Estado encontraremos outro cenário, senão vejamos.

¹³³ SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de direito público*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, págs. 56 e 57.

¹³⁴ BEJA, Fino. *A igreja e o Estado*. Lisboa: Livraria popular de Francisco Branco, 1941, págs. 23 e 24.

O artigo 1º da Constituição Federal é claro ao prever os princípios da cidadania, da dignidade da pessoa humana e o pluralismo político, portanto, não há como não reconhecer a presença e a ilação clara do Estado laico.

Ademais estão presentes os mesmos elementos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, marco da laicidade para os Estados. Contudo de ainda restar dúvida temos os artigo 3º da Carta Magna para dirimir qualquer controvérsia.¹³⁵

Se houvesse qualquer tipo de proteção religiosa¹³⁶, favorecimento ou algum fato que comprometesse a laicidade estatal ele deveria estar presente nos principais ditames constitucionais e, propositalmente ou não, a menção à Igreja ou a valores religiosos é nenhuma, desta feita, não resta dúvida de que o Estado brasileiro é laico e isento de qualquer tipo de envolvimento político da Igreja.

O Brasil deve ser considerado como um Estado laico e mesmo com algumas questões pendentes como o uso de sinais religiosos em repartições públicas, como já dissemos, existe um relaxamento, ou melhor, uma flexibilização por parte do Estado na demonstração de fé daqueles que ocupam o espaço público, o Estado é laico.

É possível perceber um respeito para com os católicos, umbandistas, kardecistas para que exista uma liberdade de manifestação religiosa, culto e crença sem qualquer tipo de influencia estatal.

¹³⁵ CF. Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

¹³⁶ Ademais existe um impedimento constitucional que impede qualquer tipo de aliança entre o Estado e a Igreja, através do Art. 19, I, da CF: É vedado à União, aos Estados, ao Distrito federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

7. Liberdade religiosa

No capítulo 3 dessa obra mostramos o surgimento dos direitos humanos e, principalmente, a proteção à diversidade religiosa. Com o advento da Organização das Nações Unidas e uma nova visão de mundo propiciada pelos horrores da II Guerra Mundial, o homem, enquanto ser humano buscou uma proteção a si, para evitar, que novas barbáries como a de Adolf Hitler pudessem voltar a ocorrer.

Sendo assim, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem a humanidade se depara com uma nova construção histórica: a proteção a valores fundamentais inerentes ao homem, além da proteção do próprio homem.

A liberdade religiosa poderia ter sido explicada já no capítulo 3, todavia, haveria uma antecipação de etapas e por quê?

Apresentar as religiões e como que o ser humano se porta diante da diversidade parece correto quando se elenca as diversas Declarações, Pactos e demais meios protetivos à liberdade religiosa, mas e como lidar com a questão sem saber a relação das religiões com os Estados? Os conflitos históricos a cisão entre Estado e Religião.

Não era o momento, ainda, porém, agora, com o conhecimento de laicismo, laicidade e a relação do Estado com a religião estamos prontos para tratar da questão da liberdade religiosa e, para tanto, não iremos nos ater a todos os dispositivos que já foram explicitados anteriormente, agora, iremos fazer algo mais profundo.

É o momento de tratar de religião em si e mais, também daqueles que não tem ou não querem ter um religião, ou acreditam em um Deus, mas não seguem nenhuma crença: os ateus e os agnósticos.

Para saber sobre as diferenças religiosas e a questão de como se forma a (in)tolerância é preponderante, primeiro, entender um pouco mais sobre religião em si.

7.1. O que é liberdade religiosa?

Definir religião não é uma tarefa nada fácil, mas e definir o que é uma liberdade religiosa?

Ninguém é obrigado a aceitar que a religião de A, B ou C é melhor do que a sua, quando o ideal, inclusive é não ter um melhor para quem quer que seja em detrimento desta ou daquela religião.

Um adepto do catolicismo pode não se identificar com os fundamentos religiosos do judaísmo, por exemplo, no entanto, isto não lhe concede o direito de menosprezar ou desdenhar da religião alheia.

A pluralidade religiosa é o maior significado da liberdade religiosa e se coaduna em perfeição com o conceito de Estado laico, ou seja, dentro de um Estado podem existir adeptos de várias religiões, contudo, todos devem coexistir de forma pacífica, isso, como veremos no próximo capítulo se chama tolerância.

E esse liberdade de em um mesmo país existirem católicos, protestantes, muçulmanos, judeus, hindus, etc. caracteriza o pluralismo religioso e se o Estado não interfere ou adota nenhuma dela, como vimos, será laico.

A Declaração *DIGNITATIS HUMANAЕ* sobre a liberdade religiosa estabelece em seu preâmbulo:

“Os homens de hoje tornam-se cada vez mais conscientes da dignidade da pessoa humana e, cada vez em maior número, reivindicam a capacidade de agir segundo a própria convicção e com liberdade responsável, não forçados por coacção mas levados pela consciência do dever. Requerem também que o poder público seja delimitado juridicamente, a fim de que a honesta liberdade das pessoas e das associações não seja restringida mais do que é

devido. Esta exigência de liberdade na sociedade humana diz respeito principalmente ao que é próprio do espírito, e, antes de mais, ao que se refere ao livre exercício da religião na sociedade”.

Nessa mesma esteira o contrário também é possível e igualmente deve ser respeitado: o de não se identificar com nenhuma religião, ou não acreditar na existência de uma figura superior, transcendental, um representante divino, isto é, um Deus.

Essa crença em algo superior não é um elemento obrigatório ao ser humano, porem, para muitos parece ser um elemento obrigatório: ou todos acreditam ou todos não acreditam. Nesse sentido David Hume: “A crença em um poder invisível e inteligente tem sido amplamente difundida entre a raça humana, em todos os lugares e em todas as épocas, mas talvez não tenha sido tão universal a ponto de não admitir exceção nenhuma; nem tenha sido, em alguma medida, uniforme nas idéias que fez nascer. A acreditar nos viajantes e nos historiadores, foram descobertas algumas nações que não mantêm quaisquer sentimentos religiosos; e não há duas nações, e dificilmente dois homens, que concordem com exatidão sobre os mesmos sentimentos.”¹³⁷

A Declaração Universal dos Direitos do Homem vai ainda mais além, através do artigo 18¹³⁸, ao prever não apenas a liberdade religiosa, como também, a possibilidade da pessoa mudar sua preferência religiosa.

Uma pessoa que nasceu sob a égide de uma religião por influencia ou tradição dos pais não é obrigada a ficar atrelado à mesma até o final dos seus dias. A religião, antes de mais nada, deve ser uma identificação com a crença ou com a “filosofia” a ser professada por aquela religião.

Se uma pessoa não mais se identifica com aqueles dogmas e valores, ela tem dois caminhos a seguir: ou aceitar outra religião em seu coração, ou não aceitar nenhuma se assim for

¹³⁷ HUME, David. Trad. de Jaimir Conte. *História natural da religião*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, págs 21 e 22.

¹³⁸ Art. 18. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

a sua vontade. E se estiver convencido de que nem Deus existe, então, nem a uma religião será atrelado e, muito menos ao conceito religioso e, igualmente, deverá ser respeitado.

O fundamental é o respeito dos direitos das pessoas como forma de assegurar sua liberdade de crença, credo e culto, afinal, não se trata apenas de um direito, mas sim de um complexo conjunto de direitos¹³⁹.

Milton Ribeiro determina: “Se a liberdade religiosa for tomada em sua acepção ampla, ela engloba momentos e situações específicos que a tornam não *um* direito, mas na verdade um *complexo de direitos*, todos relacionados à questão da liberdade em razão da religião”.¹⁴⁰

E papel importante também terá o Estado em garantir os direitos de todos em expressão sua religião sem qualquer tipo de discriminação ou represália. E, ainda, igualmente relevante será a não confusão entre Estado laico e Estado sem lei ou proteção de direitos, o fato de existir uma neutralidade no que tange as questões religiosas, em momento algum, autoriza o desrespeito ou o cometimento de infrações por parte dos membros da sociedade.

O Estado assegura as liberdades individuais e coletivas, o direito de culto e tudo o mais que envolva questões religiosas, o que não se traduz numa permissibilidade para que tudo seja executado, que a intolerância seja feita, quase que numa tradução de um Estado acéfalo.

Importante salientar que a atuação do Estado em nada se mistura ao poder decisório próprio de cada religião, afinal, existe uma relação muito clara entre religião e direito que não se confunde e, tampouco, se mistura com a figura do Estado e seu poder de atuação. É a figura do

¹³⁹ Declaração *DIGNITATIS HUMANA*E sobre a liberdade religiosa, item 2: De harmonia com própria dignidade, todos os homens, que são pessoas dotadas de razão e de vontade livre e por isso mesmo com responsabilidade pessoal, são levados pela própria natureza e também moralmente a procurar a verdade, antes de mais a que diz respeito à religião. Têm também a obrigação de aderir à verdade conhecida e de ordenar toda a sua vida segundo as suas exigências. Ora, os homens não podem satisfazer a esta obrigação de modo conforme com a própria natureza, a não ser que gozem ao mesmo tempo de liberdade psicológica e imunidade de coação externa. O direito à liberdade religiosa não se funda, pois, na disposição subjetiva das pessoas, mas na sua própria natureza. Por esta razão, o direito a esta imunidade permanece ainda naqueles que não satisfazem à obrigação de buscar e aderir à verdade; e, desde que se guarde a justa ordem pública, o seu exercício não pode ser impedido.

¹⁴⁰ RIBEIRO, Milton. *Liberdade religiosa: Uma proposta para debate*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002, págs. 33 e 34.

direito religioso¹⁴¹, criado e desenvolvido por algumas religiões e que decide, segundo regras próprias questões internas e atinentes à religião.

Nos dizeres de Maria Luisa Jordan Villacampa¹⁴²: “A relação existente entre religião e direito se personifica em um duplo marco, por um lado são muitos os grupos religiosos que desenvolvem normas internas de caráter jurídico e, inclusive alguns geram um verdadeiro sistema de direito, de direito religioso. Definitivamente, criam “ab intra” suas próprias normas, seus próprios sistemas jurídicos, com direito substantivo, processual e Tribunais próprios, como o Direito islâmico, o Direito talmúdico e o Direito canônico”.¹⁴³

E sobre religião seria correto afirmar que a idolatria a um Deus teve seu início com o relato bíblico da expulsão do paraíso de Adão e Eva¹⁴⁴? Ou será que antes disso, e mesmo da bíblia, o ser humano já não cultuava algum Deus, ou alguns?

Kevin O'Donnell¹⁴⁵: “Há uma polêmica sobre se o monoteísmo, a crença em um só Deus, era uma forma original de religião. Essa é uma postura assumida há muito tempo pelos judeus, cristãos e muçulmanos de todo o mundo, de acordo com a história da criação, do primeiro homem e da primeira mulher, Adão e Eva. São Paulo aproveitou esse argumento e disse que o politeísmo (a crença em muitos deuses) era uma degeneração, resultado de corações embrutecidos porque as pessoas haviam se afastado de Deus. Essa visão foi rejeitada pelos estudiosos dos séculos XIX e XX, baseados na perspectiva evolucionária”.¹⁴⁶

¹⁴¹ Não adentraremos no estudo do Direito religioso por não ser o escopo dessa obra, no entanto, faremos uma breve referência acerca do tema.

¹⁴² VILLACAMPA, Maria Luisa Jordan. *Religión y derecho en la España de la primera década del tercer milenio*. *Revista de Ciencias de Las Religiones*, nº 11. Madrid, 2004, págs. 45 e 46.

¹⁴³ La relación existente entre religión y derecho se incardina en un doble marco, por una parte son muchos los grupos religiosos que desarrollan normas internas de carácter jurídico e, incluso algunos generan un verdadero sistema de derecho, de derecho religioso. En definitiva, crean “ab intra” sus propias normas, sus propios sistemas jurídicos, con derecho sustantivo, procesal y Tribunales propios, como el Derecho musulmán, el Derecho talmúdico o el Derecho canónico.

¹⁴⁴ Se o ser humano estava diante da árvore do conhecimento, então qual seria a vontade de Deus? Que o homem comesse da fruta proibida ou que não comesse? A resposta poderia ser desafiar ao próprio Deus, para, assim, descobrir sua real vontade?

¹⁴⁵ O'DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 10.

¹⁴⁶ Segundo o autor os mesmos estudiosos concluíram que o monoteísmo era a mais elevada e sofisticada teologia, porque havia se desenvolvido em várias partes do mundo. In op. Cit., p. 10, a questão que deve ser analisada é a época a ser considerada. Se for o mundo antigo deve prevalecer o entendimento de que a religião predominante é a politeísta.

Todavia, a pergunta ainda persiste e será analisada com calma: o que vem a ser religião e qual a sua importância para o ser humano? E mais: será que crença e culto são sinônimos ou ambos retratam uma parcela do que vem a ser religião? Ou são subclassificações? Ou elementos complementares que, se unidos, formam a própria religião?

7.2. Crença e culto se confundem com religião?

Antes de buscar uma definição de religião é necessário fazer uma separação necessária: a religião engloba crença e culto, contudo, os dois últimos não se confundem entre si e, uma elucidação se faz pungente.

Acerca da liberdade de culto¹⁴⁷ temos os ensinamentos de José Afonso da Silva: “A religião não é apenas sentimento sagrado puro. Não se realiza na simples contemplação do ente sagrado, não é simples adoração a Deus. Ao contrário, ao lado de um corpo de doutrina, sua característica básica se exterioriza na prática dos ritos, no *culto*, com suas cerimônias, manifestações, reuniões, fidelidade aos hábitos, às tradições, na forma indicada pela religião escolhida”.¹⁴⁸

Já a Crença¹⁴⁹ se refere ao acreditar em algo divino e assim exercer a sua fé.

Jónatas Eduardo Mendes Machado: “O direito à liberdade religiosa visa proteger o *fórum internum*, precludindo a sujeição das opções de fé a quaisquer pressões, directas ou indirectas, explícitas ou implícitas. Ele cria uma esfera jurídico-subjectiva em torno do indivíduo, cujo perímetro os poderes públicos e as entidades privadas devem respeitar. É dentro dessa esfera que

¹⁴⁷ Culto. Homenagem, honra prestada a Deus, a seres divinos ou julgados como tais, e a certas criaturas particularmente próximas a Deus. – 2. Conjunto de cerimônias pelas quais se presta essa homenagem – 3. Religião considerada em suas manifestações exteriores, em sua prática: *culto católico, protestante*. **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo: Nova Cultural, 1998, p. 1729, v. 7.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁹ Opinião que se adota com fé e convicção. **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo: Nova Cultural, 1998, p. 1685, v. 7.

o indivíduo exerce a sua liberdade de crença, no pressuposto de que as opções tomadas neste domínio dizem respeito à *essência íntima e pessoal do homem*”¹⁵⁰.

E prossegue sobre crença: “o indivíduo é livre de crer, ou não, na divindade, no sobrenatural, no transcendente, nos princípios básicos de uma religião determinada, de adoptar, ou não, uma visão mais ou menos compreensiva do mundo, que responda às suas questões últimas sobre o sentido da vida”¹⁵¹.

Com esse pensamento podemos extrair a conclusão de que além do homem ser livre para dotar, ou não uma crença, também o é para crer, ou não, em uma divindade, porém, também está apto e tem seu direito assegurado, especialmente em países laicos, em difundir e divulgar a sua crença para os demais e, assim, reunir mais adeptos acerca de suas convicções.

Ora, a nosso ver culto e crença são os elementos que compõem e caracterizam a religião. A crença se refere ao acreditar em Deus, seja de qual religião for e, também, quantos Deuses são idolatrados. Já o culto é a forma como os simpatizantes daquela forma de crença idolatram o(s) seu(s) representante(s) supremo(s).

Uma coisa é se identificar com a religião católica outra, bem diferente é freqüentar a igreja, assistir a missa, etc., ademais, uma pessoa possa ser crente, mas não praticar o culto. Sem a crença não há que se falar em culto, contudo, é possível a crença independente do culto.

E o conjunto desses dois elementos forma e caracteriza a religião, com suas peculiaridades e particularidades dependendo da filosofia da crença¹⁵² escolhida.

¹⁵⁰ MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. *Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional inclusiva dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1996, p. 220.

¹⁵¹ MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. *Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional inclusiva dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1996, p. 221.

¹⁵² Uma crença é composta de devotos, com suas esperanças, medos e bênçãos. A abordagem classificativa tem limitações assim como a botânica. Dissecar uma planta e separar suas partes é um processo meticuloso, preciso e informativo, e pode ensinar muito a respeito dela. Entretanto, algo se perde: a natureza viva e em mutação da planta quando esta é completamente arrancada de seu local de origem e de seu contexto. Algo semelhante é verdadeiro no que diz respeito à religião. Ninian Smart reconheceu essa falha e desenvolveu suas idéias a fim de incluir a importante dimensão da experiência. O'DONNELL, Kevin. Trad. de Andréa Mariz. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, págs. 7 e 8.

7.3. O que é religião?

É usual do ser humano quando indagado sobre o que vem a ser religião usar como exemplo uma igreja, uma mesquita, um templo, etc., não se consegue definir por palavras o que é religião em si, pois, uma coisa é a religião em si, a crença, a fé, e outra bem diferente é o culto, portanto, quando se exemplifica através de locais sacros, na verdade, se ilustra o local do próprio culto, não da fé em si.

E, então, o que vem a ser religião?

Tema árduo, de difícil definição e, ao que tudo indica, acompanha a humanidade desde a sua existência, mesmo que ainda não se soubesse que aquele ato representa-se uma crença¹⁵³, um crer em algo diferente e isso fosse chamado de religião¹⁵⁴.

O tema se torna ainda mais complexo com a ausência de uma definição na Declaração para a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e de Discriminação Baseadas em Religião ou Crença, de 1981. Da mesma forma quando permaneceu silente sobre crença e credo.

Jean Delumeau: “As religiões têm um passado muito longo. Os homens de Neandertal, que viveram entre 95000 e 35000 a.C. e cujos vestígios foram encontrados da França ao Oriente Médio, já prestavam homenagem a seus mortos. A mais antiga sepultura até hoje conhecida

¹⁵³ Paolo Scarpi ao se reportar ao conceito de religião no mundo antigo: “As religiões no mundo antigo constituem um bloco um tanto compacto e homogêneo, circunscrito cronológica e geograficamente, mas com todas as diferenças que permitiram a cada civilização expressar uma cultura própria e específica. Essas religiões se configuram como “étnicas”, pois pertencer por nascimento a um preciso contexto étnico condicionava a participação na vida religiosa, o que era, por si só, garantia de identidade cultural. A consciência dessa identidade, nem sempre expressada, levava à celebração de cultos comuns dedicados às mesmas divindades. E a presença do politeísmo, em que os deuses são organizados em um sistema, constitui o segundo elemento característico e comum às religiões do mundo antigo. Nenhuma delas, pois, tem aspirações universalistas, o que se tornaria uma orientação típica na época do Império Romano. Também não se apresentam como “religiões do livro”, no qual estão contidas “verdades reveladas” que fundamentam uma teologia. (...) Desprovidos da própria noção de religião, os povos politeístas do mundo antigo não separavam e não distinguiam propriamente a dimensão religiosa do conjunto de outras atividades humanas que, pelo contrário, eram impregnadas e legitimadas pela dimensão religiosa”. SCARPI, Paolo. *Egito, Roma, Grécia, Mesopotâmia, Pérsia Politeístas: As religiões do mundo antigo*. São Paulo: Hedra, 2004, págs. 11 e 12.

¹⁵⁴ Nos primórdios da humanidade, antes mesmo da aquisição da fala, o homem distinguiu-se dos animais ao passar a enterrar seus mortos. Essa prática remete à idéia de que há algo além do corpo que se decompõe e se funde à terra – uma alma, uma conexão com o divino. REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO n° 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro*, p. 3.

provém de uma gruta situada perto de Nazaré e foi descoberta em 1969: é de um adolescente de aproximadamente 14 anos. Revela um verdadeiro ritual: escavação e arrumação da cova, colocação do corpo em posição intencional e oferendas de significado simbólico”.¹⁵⁵

A primeira vista parece que o homem sempre pertenceu a uma determinada crença e sempre cultuou um Deus. Isto não é nem de longe verdade, a crença do homem variou ao longo da história e a necessidade de ter uma crença remonta aos primórdios da sociedade, porém, não exclusivamente a ter uma religião, ou ainda, cultuar um único Deus.¹⁵⁶

Não é verdade, pois, a humanidade, em seus primórdios sempre primou pelo culto a vários deuses, o mais puro conceito de liberdade religiosa, desde o começo dos tempos.

David Hume¹⁵⁷ afirma ser um fato incontestável que toda a humanidade há 1700 anos era politeísta¹⁵⁸.

E vai mais além¹⁵⁹: “Até onde a escrita ou a história penetram, a humanidade, nos tempos antigos, parece ter sido universalmente politeísta. Afirmaremos que em tempos mais remotos

¹⁵⁵ DELUMEAU, Jean & MELCHIOR-BONNET, Sabine. Trad. Nadyr de Salles Penteadó. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Ipiranga, 2000, p. 17.

¹⁵⁶ Kevin O'Donnell faz uma evolução histórica acerca do tema, defendendo que, gradualmente a idolatria a um único Deus passou a ser a predominante: “Os historiadores dos séculos XIX presumiram que o monoteísmo era a mais elevada e sofisticada teologia, porque haviam se desenvolvido lentamente em várias partes do mundo. Viram nas Escrituras Hebraicas uma longa linha de desenvolvimento, começando nos patriarcas que adoravam divindades do clã, como o deus cananita El, até a monolatria de Moisés (que admitia a existência de outros deuses, mas os hebreus só deveriam venerar Iahweh). O verdadeiro monoteísmo só chegou com os grandes profetas do século VI a. C., como Isaías. Eles afirmavam (equivocadamente) que só havia um Deus. Outras tribos e povos paulatinamente substituíram seus panteões de deuses pela divindade principal ou o Deus Supremo, e assim, por exemplo, Zeus tornou-se simplesmente “Deus” para os gregos de épocas posteriores. Kevin O'DONNELL. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 10.

¹⁵⁷ HUME, David. *História natural da religião*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 23.

¹⁵⁸ Politeísmo é um termo culto, documentado na França a partir do século XVI, onde é usado, no sentido teológico, em oposição a “monoteísmo”. Composto com o sufixo – *teísmo*, como monoteísmo, é uma construção moderna derivada do vocábulo grego *polýs*, “muitos”, e *theós*, (“deus). No âmbito histórico-religioso, o termo politeísmo determina um “tipo” de religião e, portanto, classifica e descreve formas religiosas que admitam a coexistência de mais de uma divindade, às quais se devota um culto. Conseqüentemente, para poder classificar uma religião como politeísta, ela deve admitir a noção de “divindade” ou pressupor uma noção análoga a esta e por ela assimilável. Isto é, ela requer ao menos uma idéia de transcendência dos seres sobre-humanos diante da realidade humana, em relação à qual, todavia, participam ativamente. É bastante provável que essa idéia tenha se originado na região mesopotâmica e que de lá tenha sido exportada por um processo de difusão. SCARPI, Paolo. *Egito, Roma, Grécia, Mesopotâmia, Pérsia Politeístas: As religiões do mundo antigo*. São Paulo: Hedra, 2004, p. 12.

¹⁵⁹ HUME, David. *História natural da religião*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 24.

ainda, antes do conhecimento da escrita ou da descoberta das artes e das ciências, os homens professavam os princípios do puro monoteísmo? Ou seja, que quando eram ignorantes ou bárbaros descobriram a verdade, mas que caíram no erro assim que adquiriram conhecimento e educação?¹⁶⁰

Com a questão da religião politeísta¹⁶¹ e sua presença no mundo antigo, o que se torna quase que uma premissa indiscutível é a aceitação dos povos acerca da presença de uma “força”, um “poder”, um “ser superior”, invisível, “Deus”¹⁶², os nomes variam de acordo com a religião ou o entendimento religioso.¹⁶³

¹⁶⁰ E conclui: Essa afirmação contradiz não somente toda a aparência de probabilidade, mas também nossos conhecimentos atuais a respeito dos princípios e opiniões das nações bárbaras. As tribos selvagens da AMÉRICA, ÁFRICA e ÁSIA são todas idólatras. Não há uma única exceção a essa regra. De tal modo que, se um viajante se mudasse para uma região desconhecida e encontrasse ali habitantes versados nas ciências e nas artes – ainda que tal hipótese haja probabilidade de eles não serem monoteístas –, nada poderia concluir sobre esse tema sem antes realizar uma investigação mais profunda. Mas se ele os considerasse ignorantes e bárbaros, poderia afirmar, antecipadamente, com mínimas possibilidades de erro, que eram idólatras. *História natural da religião*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 24.

¹⁶¹ A nosso ver as posições de David Hume na nota 145, de Paolo Scarpi nas notas 139 e 143 não são colidentes com a posição de Kevin O'Donnell na nota 141, pois se reportam a épocas históricas distintas, portanto, o politeísmo, sim, era a religião predominante do mundo antigo, mas, gradualmente, passou a ser substituída pelo monoteísmo como defendeu O'Donnell, o que não significa que o culto a vários deuses deixou de existir, como veremos o hinduísmo é a prova viva dessa manutenção de crença até os dias presentes.

¹⁶² A Revista Superinteressante produziu uma edição especial, na qual chamou de Deus uma biografia: Cada sociedade vê a figura do Criador à sua maneira. Cada indivíduo, até. Para Einstein, Ele era as leis que governam o tempo e o espaço – a natureza em sua acepção mais profunda. Para os ateus, Deus é uma ilusão. Para o papa Bento 16, é o amor, a caridade. “Quem ama habita Deus; ao mesmo tempo, Deus habita quem ama”, escreveu em sua primeira encíclica.

Pontos de vista à parte, toda cultura humana já teve seu Deus. Seus deuses, na maioria dos casos: seres divinos que interagem entre si em mitologias de enredo farto, recheadas de brigas, lágrimas, reconciliações. Os deuses eram humanos.

Mas isso mudou. A imagem divina que se consolidou é bem diferente. Deus ganhou letra maiúscula na cultura ocidental. Os panteões divinos acabaram. Deus tornou-se único. É o Deus da *Bíblia*, Javé, o criador da luz e da humanidade. O pai de Jesus. Essa concepção, que hoje parece eterna, de tanto que a conhecemos, não nasceu pronta. Ela é fruto de fatos históricos que aconteceram antes de a *Bíblia* ter sido escrita. O próprio Javé já foi uma divindade entre muitas. Fez parte de um panteão do qual não era nem chefe. O fato de ele ter se tornado o Deus supremo, então, é marcante: se fosse entre os deuses gregos, seria como se uma divindade de baixo escalão, como o Cupido, tivesse ascendido a uma posição maior que a de Zeus. A história de Javé, a figura que começou como um pequeno deus do deserto e depois moldaria a forma como cada um de nós entende a idéia de Deus, não importando quem ou o que Deus seja para você. REVISTA SUPERINTERESSANTE nº 284. *Deus uma biografia*, p. 59.

¹⁶³ David Hume uma vez mais: “A única questão teológica sobre a qual encontramos um consenso quase universal entre os homens é que existe um poder invisível e inteligente no mundo. Mas se esse poder é supremo ou subordinado, se está nas mãos de um único ser ou distribuído entre vários, quais atributos, qualidades, conexões ou princípios de ação devem ser atribuídos a esses seres? Sobre todas essas questões existe a mais completa divergência nos sistemas teológicos populares”. HUME, David. *História natural da religião*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 43.

Hoje em dia, muitas pessoas têm dificuldade em lidar com o conceito “crer”. Segundo elas, crer é “não saber algo com muita exatidão”. Outras têm a impressão de que devem crer naquilo que a Igreja lhes impõe. E isso as repugna. Elas querem crer no que corresponde ao coração. Outras ainda associam à noção de crer um sistema de crença, um dogmatismo fixo, que se deve aceitar cegamente. Em discussões sobre a fé, noto como as pessoas rapidamente esgotam o assunto. Elas afirmam que não crêem. Outras dizem que de fato crêem em algo superior, mas que não sabem o que fazer com o que a Igreja prega como “crer”¹⁶⁴.

E essa definição seria compatível com uma definição de religião? Como definir religião?¹⁶⁵ O correto é definir religião como culto da fé?¹⁶⁶

Robert Crawford sinaliza um caminho: “Talvez seja útil considerar donde provém o termo “religião”. *Religio* é uma palavra latina, que significava originalmente uma espécie de temor supersticioso. Evoluiu para escrúpulos ou consciência moral, implicando sentimento religioso e culto aos deuses. O caráter aterrador da divindade foi captado por Otto, que apontou para a experiência desse fenômeno em todas as religiões. Suas idéias exerceram grande influência, mas sofreram oposição da parte dos que consideram a religião uma ilusão ou uma criação humana. Seja qual for a origem da religião, ela logo desenvolveu um culto com coisas sagradas e pessoas

¹⁶⁴ GRÜN, Anselm. Trad. Milton Camargo Mota. *A fé como reinterpretação crer – amar – louvar*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 7.

¹⁶⁵ Kevin O’Donnell: Como definir uma religião? Muitos são os ângulos de abordagem e pontos de partida possíveis. Uma religião é um fato social que tem seu próprio desenvolvimento histórico em uma situação social e econômica específica. Também é um guia e um tesouro para os seus devotos, que podem vivenciar muitos *insights* e experiências.

As tentativas de estudar as religiões de maneira organizada e com uma abordagem racional começaram no século XIX. Antes disso, os filósofos iluministas ingleses zombavam do sobrenatural, e as religiões mundiais ou condenavam umas às outras, ou tentavam se fundir para criar um novo movimento (como o Siquismo, que derivou de uma fusão do Islamismo e do Hinduísmo).

O trabalho pioneiro do estudioso alemão Friedrich Max Müller levou à criação da primeira cadeira universitária de estudos religiosos na última metade do século XIX. O estudioso holandês Pierre Daniel Chantepie de Saussaye desenvolveu uma abordagem classificativa das religiões, descrevendo seus artefatos, rituais e crenças principais, como um botânico descreveria suas plantas. O’DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 7.

¹⁶⁶ Sara Guerreiro: “Há quem entenda, inclusivamente, que não é possível atingir nenhuma definição satisfatória ou que esta pode ser contraproducente. Falharam os esforços em incluir aquela definição na Declaração para a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e de Discriminação baseadas na Religião ou Crença e mesmo o Supremo Tribunal dos Estados Unidos da América (STEUA) tem mostrado relutância em definir o termo religião”.

sagradas, formando um sistema religioso. Assim, as definições que surgem procuram abarcar estes elementos ou concentrar sua atenção num deles”.¹⁶⁷

Sendo assim, não é possível dissociar a figura representativa da religião, por exemplo, como pensar no islamismo sem a figura de Alah ou Muhammad? Da mesma forma temos o hinduísmo com seus mais de três mil deuses, o Catolicismo com a figura de Deus e Jesus Cristo, do Budismo com Buddah, o outrora conhecido como Sidarta Gautama, etc.

Assim sendo, a religião conecta seu seguidor com seus cultos e assim desenvolve sua crença inserindo-a a seu dia a dia, como se já estivesse vinculada ao seu estilo de vida. Cada um se identifica mais com uma filosofia, uma palavra diferente e, portanto, não existe uma religião melhor ou pior do que outra, mas sim, visões diferentes com crenças diferentes.

Robert Crawford¹⁶⁸ define religião de uma maneira que concordamos inteiramente como sendo um estilo de vida, resultado de crença em um Deus, uma salvação ou uma iluminação que pode, inclusive, conter seres espirituais, nos quais temos os rituais, as comunidades e as adorações.

Cada uma dessas religiões possui peculiaridades, ritos, crenças, mantras, cultos próprios que se, filosoficamente, podem ter algum tipo de afinidade, a mesma não se observa do ponto de vista da crença.

¹⁶⁷ CRAWFORD, Robert. *O que é religião?* Petrópolis: Vozes, 2005, p. 19.

¹⁶⁸ CRAWFORD, Robert. *O que é religião?* Petrópolis: Vozes, 2005, p. 220.

7.4. As religiões predominantes

Talvez não seja justo afirmar que existam religiões predominantes, contudo, é indispensável uma separação necessária: não estamos afirmando que essas religiões as quais destacaremos a seguir são mais importantes do que outras, não se trata disso, mas sim, estudaremos, as cinco religiões que possuem a maior quantidade física de adeptos e seguidores¹⁶⁹.

Não temos, com isso, a pretensão de esgotar as peculiaridades e particularidades de cada uma, porém, traremos os pontos principais de cada uma.

O fato de um fiel ser adepto de uma das cinco maiores religiões em quantidade de seguidores não implica numa fidelidade *ad eternum*, como veremos, em breve, as grandes religiões tem perdido adeptos por motivos variados, seja por desilusão com os cultos, com os representantes ou com uma infelicidade momentânea do indivíduo, o que pode provocar uma migração para uma religião não tão representativa em quantidade, mas que irá preencher os anseios daquela pessoa com qualidade.

7.4.1. Judaísmo

Charlesworth: “Há 4.000 anos, os judeus (ou hebreus) se uniram como uma nação. Abraão, Isaac e Jacó, nas antigas histórias judaicas, eram os líderes dessa nova nação. Mais tarde, os judeus foram dominados pelos egípcios e forçados a partir para o Egito e trabalhar como escravos. Depois de muito tempo, foram salvos por um líder chamado Moisés que os conduziu para fora do Egito, para a terra hoje conhecida como Israel. Isso aconteceu cerca de 1.250 anos antes do nascimento de Jesus Cristo”.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Cristãos 32,84%, Muçulmanos 19,9%, Hindus 13,29%, Budistas 5,92% e Judeus 0,23%. REVISTA CURIOSIDADES, POLÍTICA, CULTURA E GEOGRAFIA DE POVOS E NAÇÕES, 2009, p. 12.

¹⁷⁰ CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 17.

Kevin O'Donnell¹⁷¹: “Os judeus acreditam que foram eleitos por Deus; que foram chamados por Deus para aprender suas leis e representar o seu caminho entre as demais nações. Eles estão ligados a Deus pela aliança feita com Moisés, seu grande profeta e líder espiritual. Uma aliança é um compromisso solene, um juramento de união entre duas partes. A Lei foi dada a seu povo e sua parte na aliança é seguir a Lei: Deus libertou seu povo da escravidão no Egito, e demonstrando gratidão, eles devem segui-lo. A responsabilidade desse chamado ficou clara com o passar do tempo. Eles devem ser “a luz das nações” e os propósitos de Deus frustrar-se-iam se seu povo abandonasse suas leis”.¹⁷²

No mesmo sentido Jonathan Hill: “Os judeus acreditavam que tinham sido eleitos por Deus como um povo especial, e Ele não apenas lhes falava pela Lei e pelos profetas, mas também agia em seu benefício em momentos-chave como o Êxodo. Eventos ruins, como o exílio babilônico, poderiam ser interpretados como um descontentamento divino, talvez resultante da infidelidade do povo. Eles acreditavam que Deus tinha um pacto de tolerância com eles, segundo o qual a terra da Palestina pertencia a eles”¹⁷³.

Importante, ainda, é tecer algumas palavras acerca de Abraão: “O povo judeu considera um homem chamado Abraão o “avô” de sua nação. Há muito tempo – cerca de quatro mil anos atrás – Abraão acreditou que Deus prometeu lhe dar muitos descendentes. Estes formaram o povo de Israel”.¹⁷⁴

¹⁷¹ As histórias dos ancestrais têm suas origens no que hoje é o território conhecido como Israel, mas que naquela época era chamado de Canaã. As tribos ocuparam o topo da montanha da Judéia e transformaram Jerusalém em sua capital. Uma sucessão de reis os manteve unidos durante anos. O mais famoso destes reis foi David.

O nome inicial das tribos era “hebreus, termo que significa viajante ou errante. Literalmente o significado é “do outro lado” ou, em outras palavras, do outro lado do Rio Tigre e do Rio Eufrates. As histórias dos ancestrais mostram as tribos viajando da área do golfo até a região de Canã. “Hebreu” também pode significar o mesmo que o antigo termo *habiru*, aqueles que não se estabelecem. Seus ancestrais, às vezes são chamados “arameus”. O termo Israel foi introduzido logo no início do ciclo de sagas ancestrais; foi o nome dado a seu ancestral Jacó, depois da revelação de Deus. Os hebreus tornaram-se israelitas, depois o termo “judeu” passou a indicar aquele que vem da terra da Judéia. Essa região ficava ao sul do reino e continuou existindo mesmo depois que os assírios conquistaram a região norte. Então, hebreu, israelita ou judeu são três termos que designam o mesmo povo. Ao longo dos anos apareceram diferentes tipos de Judaísmo. Havia sacerdotes e sacrifícios desde a época do Templo, e depois da queda de Jerusalém, em 70 d. C., começaram a existir os rabis e as sinagogas. Os rabis são especialmente treinados na Lei, a Torá, e nas tradições orais de seu povo, a *Halachá*. O'DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 89.

¹⁷² O'DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 89.

¹⁷³ HILL, Jonathan. *História do Cristianismo*. Trad. Rachel Kopit Cunha, Juliana A. Saad, Marcos Capano. São Paulo: Edições Rosari, 2008, p. 17.

¹⁷⁴ SELF, David. Trad. de Bárbara Theoto Lambert. *Religiões do mundo*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 2.

Moisés teve um papel fundamental para o desenvolvimento do judaísmo.¹⁷⁵

E Israel é o grande tema que cerca a questão da liberdade religiosa, pois, Jerusalém até os dias presentes ainda é disputadas por judeus e árabes, uma vez que ambos afirmam ser a terra sagrada para o seu povo. E mesmo, com árabes vivendo em Jerusalém, constantemente a paz se esvai e um novo atentado ocorre e a tensão envolvendo Israel e os países vizinhos como Irã, Líbano, Jordânia e Egito se reacende.

Sobre esses conflitos, a forma como eles ocorrem e, principalmente, um pouco mais acerca de Israel, um País que tem uma religião adotada de forma oficial, o judaísmo, se porta ante as questões religiosas, em especial, ao fundamentalismo religioso e as prevenções e respostas ao terrorismo.

Israel é um Estado cobiçado que parece estar sempre em uma tensão permanente, pois, a qualquer momento pode ocorrer um atentado contra o País, seu povo ou à sua religião. Entretanto, o Estado Judeu também ataca de forma deliberada, igualmente arma atentados contra a vida de pessoas inocentes, tudo sob a “égide” da busca da paz.

A ONU e uma série de países com autoridade influenciam e poder já tentaram promover a paz na região, contudo, sem compreender como funciona a questão da intolerância religiosa e o problema histórico será muito complexo os estrangeiros conseguirem, efetivamente ajudarem em alguma coisa.

O símbolo do Judaísmo é o hexagrama ou a estrela de seis pontas, conhecida como Estrela de David. E, também importante mencionar a menorá (castiçal de sete braços), que lembra a Criação.

¹⁷⁵ Matéria acerca de Moisés: Moisés não foi só o libertador de um povo escravizado. Ele foi o inventor da própria noção de liberdade ao instituir o princípio do respeito às decisões do outro e criar uma lei feita e acatada por todos: os Dez Mandamentos. REVISTA HISTÓRIA VIVA n° 86. **30 homens que mudaram o mundo**, p. 27.

7.4.2. Cristianismo

Charlesworth: “A religião cristã teve início com Jesus Cristo. Jesus era judeu e vivia na região hoje conhecida como Israel. Seus primeiros seguidores também eram judeus. O cristianismo desenvolveu-se dentro do judaísmo, sendo, portanto, uma ramificação dessa religião. Mais tarde, quando o cristianismo tornou-se a religião da Europa, os cristãos eram, na maioria, não-judeus – gregos, romanos e outros povos vizinhos”.¹⁷⁶

Jónatas Eduardo Mendes Machado destaca a importância histórica do cristianismo: “O Cristianismo vem introduzir dados radicalmente inovadores na conceitualização das relações entre o político e o religioso, podendo falar-se, sem qualquer exagero, de um *apport* verdadeiramente revolucionário. É ao Cristianismo que fica a dever-se em grande parte, a superação do monismo anterior, bem como a emergência, no decurso desse processo, de idéias que se revelariam da maior importância nos desenvolvimentos teórico-políticos subsequentes que estariam na base do constitucionalismo liberal, com profundas implicações no próprio plano internacional”¹⁷⁷.

Kevin O’Donnell¹⁷⁸: “O Cristianismo é uma crença religiosa baseada no “Cristo”, que se acredita ser Jesus de Nazaré. Jesus foi um judeu que viveu no século I d.C.. Os cristãos acreditam que ele era Deus e homem ao mesmo tempo, a unidade sublime da terra com o céu”.

E prossegue: “O Cristianismo começou como um movimento judeu no Oriente Médio. Jesus era um Galileu, que viveu em um lugar afastado no Império Romano, entre os anos 4 a.C. e

¹⁷⁶ CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 22.

¹⁷⁷ MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. *Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional inclusiva dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1996, págs. 17 e 18.

¹⁷⁸ Jesus, que em aramaico é *Yeshua*, seria conhecido em sua época como *Yeshua BarYosif*, o filho de José. “Cristo” é uma palavra que denota um título especial (“Rei ungido”) e é um termo grego, o mesmo que “Messias” em hebraico. Como José sai muito cedo da história dos Evangelhos, presume-se que ele tenha morrido prematuramente. Tradições posteriores afirmam que ele era muito mais velho que Maria, provavelmente ela era uma adolescente quando eles se casaram. As mesmas tradições revelam que os irmãos e irmãs de Jesus, mencionados na Bíblia, eram na verdade seus meio-irmãos, filhos do primeiro casamento de José, e que ele era viúvo. Entretanto, isso não é mencionado nos Evangelhos.

Diz-se que José era *tekton*, uma palavra grega que pode significar carpinteiro, marceneiro ou construtor. Presumimos que Jesus continuou o negócio da família, até que se tornou um mestre andarilho. O’DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p.117.

33 d.C. A fé que ele inspirou espalhou-se por todo o Império Romano, ganhando *status* de religião oficial no século 4 d.C.. Séculos de veneração ao imperador e aos deuses pagãos foram descartados em favor do profeta e do carpinteiro do Ocidente. A fé também alcançou a antiga Pérsia, China e Índia, o mundo grego e a região que depois se tornaria a Europa. O Cristianismo é uma fé construída sobre um paradoxo. Alega-se não somente que Deus poderia se tornar homem, mas também que um homem crucificado podia ser saudado como Salvador e Senhor. A crucificação era uma punição bárbara que os romanos aplicavam nos criminosos e rebeldes e morrer dessa maneira era uma desonra. Mas os cristãos acreditavam que aquele homem que aparentemente havia falhado tão fragorosamente era o mesmo que depois se tornaria o mais sublime de todos. Os valores do Cristianismo giram em torno da humildade, do perdão e da graça divina (ato de generosidade de Deus para com o homem, mesmo quando este não alcançou o mérito necessário por meio das boas ações)¹⁷⁹.

David Self fala um pouco mais sobre Jesus e seus feitos: “Jesus era judeu e nasceu há mais de dois mil anos na Palestina – atualmente Israel. Cresceu em uma cidade chamada Nazaré, onde trabalhou como carpinteiro. Aos trinta anos, reuniu um pequeno grupo de seguidores – seus “discípulos” -, que o acompanharam quando ele viajou de cidade em cidade. Onde quer que ele fosse, atraía multidões, porque curava as pessoas com um toque e realizava muitos milagres. Ele também falava sobre Deus e do seu amor por todos. Para fazer isso, quase sempre usava histórias a respeito de coisas cotidianas. Essas histórias chamam-se “parábolas”¹⁸⁰.

O símbolo principal do Cristianismo é a cruz. Esta é uma referência direta à crucificação de Cristo.

Uma religião que usa a cruz para lembrar a seus seguidores que a vida não termina com a crucificação. Interessante, uma pergunta que nunca será respondida: o que teria acontecido à humanidade se ao invés de crucificar Jesus ele tivesse continuado livre profetizando e ensinando as pessoas, que mundo teríamos hoje?

¹⁷⁹ O'DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 117.

¹⁸⁰ SELF, David Self. *Religiões do mundo*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 2.

Não temos a resposta e, tampouco, a certeza de que problemas como a tolerância religiosa ou a liberdade de crença estariam resolvidos, porém, de toda sorte, o fato é que a própria religião cristã, apesar de afirmar que a crucificação representou a libertação de Jesus e ele voltou como uma divindade, colocou em uma cruz um dos maiores símbolos religiosos da história do mundo moderno e, a consequência, enfrentada séculos depois é a intolerância, a violência, a indiferença.

Associar estes males com o cristianismo seria equivocado? Uma heresia? Talvez, da mesma forma que fora equivocada um dia a inquisição e matou milhares de pessoas contrárias ao pensamento da Santa Igreja.

7.4.3. Islamismo

Charlesworth: “Maomé era árabe. Nasceu por volta de 570 d.C., na cidade de Meca, na Arábia Saudita. Maomé conhecia o judaísmo e o cristianismo. Aos quarenta anos, recebeu uma mensagem de Deus pedindo-lhe para ser seu profeta, ou mensageiro”.¹⁸¹

Kevin O’Donnell¹⁸²: “A fé do Islã é considerada pelos muçulmanos como a fé original, a fé revelada. Eles acreditavam que ela foi revelada a Adão e aos profetas, incluindo Abraão, Moisés, David e Jesus. Mais tarde, no começo do século VII d.C., surgiu um novo profeta na Arábia, que confirmava as profecias anteriores. Suas mensagens proféticas foram apreendidas na memória e mais tarde foram reunidas no Alcorão”.¹⁸³

¹⁸¹ CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 30.

¹⁸² A palavra “Islã” vem do verbo *slm* em árabe e significa paz ou submissão. A palavra tem sentido duplo, mas os muçulmanos acreditam que devem se submeter à vontade de Deus (Alá), para encontrar a paz. A palavra “muçulmano” também deriva da mesma raiz significando aquele que se submete (a Deus).

A primeira *surata* (seção) do Alcorão, a oração *Fattiha*, fala sobre essa submissão e o caminho para a paz.

A palavra “Alá” é o termo árabe para Deus. Hoje em dia ela significa “o Deus” ou “o Deus único”, mas as tribos árabes já veneraram muitos deuses, em um panteão em que Alá era o deus principal, juntamente com sua consorte, Allat e suas três filhas.

Muhammad (Maomé) ouviu falar do Deus único dos judeus e dos cristãos em suas viagens, e identificou Alá com esse Deus único, rejeitando sua consorte e rejeitando a hipótese de ele ter uma descendência. O’DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 142.

¹⁸³ O’DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 142.

David Self acrescenta mais informações acerca de Maomé: “Para os muçulmanos, os seguidores do islamismo, o mestre mais importante é o Profeta Maomé. Ele trabalhou como negociante na cidade de Meca. Quando queria sentir-se perto de Deus, dirigia-se a uma colina situada ao Norte, chamada Monte Hira, e em especial a uma caverna no alto da montanha. Ali ficava a sós e podia meditar. Certa noite, quando estava na caverna, ouviu uma voz. À sua frente estava um anjo que lhe transmitiu uma mensagem de Deus. Depois disso, o anjo apareceu muitas vezes a Maomé, levando mensagens que ele devia repetir a quem estivesse disposto a ajudar. Maomé ensinou que há um só Deus (ou, em árabe, “Alá). Quando usam o nome de seu profeta, os muçulmanos costumam acompanhá-lo com a bênção: “A paz esteja com ele”.¹⁸⁴

Maomé foi o principal responsável pelo surgimento e depois adoção do islamismo, mas não teve ao longo de sua vida, uma aceitação muito tranqüila como profeta e, a religião islâmica, de fato, se propagou apenas após a sua morte.¹⁸⁵

Entre as tradições do islamismo temos a de que seus seguidores devem visitar a cidade sagrada (Meca) ao menos uma vez na vida, que devem fazer suas orações, se tiverem Alá no coração e, é muito comum as pessoas terem Muhammad – Maomé em árabe - em seu nome, uma homenagem ao grande profeta.

Os principais símbolos se referem à lua e a estrela de cinco pontas. A lua sugere a criação de Deus e a estrela surgindo atrás da lua minguante sugere o surgimento do Islã. As cinco pontas se referem aos cinco pilares da fé muçulmana.

¹⁸⁴ SELF, David. *Religiões do mundo*. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 3.

¹⁸⁵ Matéria acerca de Maomé o retratando como um dos trinta homens que mudaram o mundo: No início de sua pregação Maomé foi combatido pelo seu próprio clã. Ele tolerou, sofreu pacientemente, mas acabou refugiando-se em Mediana. Foi lá que ele adquiriu o status de profeta e de líder da comunidade. Morreu na cidade, em julho de 632.

Mitificado, transformado em ícone, o profeta do Islã era Mitificado, transformado em ícone, o profeta do Islã era antes de tudo um homem solidário, amigo das pessoas carentes e dos infelizes. (...)

Com sua morte, ele deixou um legado impressionante: toda a Arábia foi islamizada (com exceção de algumas tribos recalcitrantes), o panteão de Meca dói abolido e os rituais da nova religião – profissão de fé, oração, jejum, esmolas, peregrinação – foram fixados.

Se o berço do Islã é a região do Hejaz, na Arábia, a terceira religião monoteísta é hoje, 14 séculos após seu nascimento, uma fé planetária. Mais de 1,5 bilhão de pessoas, especialmente na Ásia, respeitam suas regras. REVISTA HISTÓRIA VIVA n° 86. *30 homens que mudaram o mundo*, p. 29.

O islamismo também possui uma grande controvérsia que se refere à luta pela reintegração da Palestina, hoje conhecida como Israel e, alvo de constantes conflitos entre judeus e árabes.

7.4.4. Hinduísmo

Charlesworth: “O hinduísmo não é apenas uma religião, mas sim um conjunto de várias formas de religiões da Índia. Surgiu 2.000 anos antes do início da era cristã, aproximadamente, mas não teve um fundador, como Jesus Cristo na religião cristã, ou Maomé no islamismo. Também não possui um livro sagrado como o *Novo Testamento* cristão, ou o *Corão* muçulmano. No entanto, no hinduísmo existe um grande número de textos que se acredita ser de grande importância religiosa”.¹⁸⁶

Kevin O’Donnell¹⁸⁷: “O Hinduísmo é um antigo sistema religioso com raízes na Índia. Idéias elevadas sobre monoteísmo co-existiram com santuários de aldeias dedicados a divindades ou espíritos ancestrais. Uma série de rituais e práticas religiosas ajuda o indivíduo a realizar a longa jornada de volta à fonte da Vida, de volta para Deus. Essa jornada pode se estender por muitas vidas, e os hindus prega a reencarnação. Cada indivíduo acredita ter dentro de si a centelha do divino, o *atman* ou a alma, Estando destinado a retornar para Deus. A veneração pode ser exótica e colorida, vívida e alegre, com muitos símbolos e oferendas. O Hinduísmo pratica uma tolerância que abrange outros caminhos e crenças, reconhecendo que muitos caminhos conduzem a Deus. Permite que idéias dispares e crenças coexistam, e que vários caminhos espirituais possam ser seguidos dentro de uma única crença”.¹⁸⁸

¹⁸⁶ CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 36.

¹⁸⁷ Há atualmente cerca de 900 milhões de hindus no mundo espalhados em muitos países, mas a maioria vive na Índia. Os hindus acreditam que sua fé é a mais antiga da humanidade. O termo “hinduísmo” é relativamente tardio, referindo-se aos povos do Vale do Indo. Os hindus referem-se à sua própria fé como *Sanatana* dharma. A Lei Eterna ou o Caminho Eterno. Versões do que hoje chamamos de Hinduísmo podem ser encontradas pelo menos desde o ano 3.000 a.C.. Ninguém sabe qual a forma que tinha antes dessa data, porque não há registros nem artefatos. A fé também cresceu e se desenvolveu de uma matriz de conceitos básicos e comuns através dos séculos. Houve épocas fundamentais de desenvolvimento da religião, particularmente o século VI a.C.. O’DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 18.

¹⁸⁸ Op. Cit., págs. 19 e 20.

Brahma, Vishnu, Shiva, Parvati e Ganesha. Estes são os cinco principais deuses de uma religião que cultua mais de 3.000.

Brahma poderia ser equiparado à figura de Deus, possui três cabeças e a tudo vê, é tido como o criador. Vishnu é o preservador, que reencarnou dez vezes para levar a Índia à prosperidade. Shiva é o Deus destruidor, responsável por destruir o mal e permitir um novo recomeço. Parvati foi sua esposa e reencarnou seis vezes, o fruto dessa união é Ganesha, muito conhecido em nossa cultura como o homem com a cabeça de um elefante.

O símbolo principal é palavra *Om* escrita em sânscrito antigo. Entoada nos mantras e é tida como a vibração da energia que criou o planeta.

7.4.5. Budismo

Charlesworth¹⁸⁹: “Um homem chamado Siddhartha nasceu no norte da Índia, por volta de 560 a.C. numa cidadezinha perto das montanhas do Himalaia. Seu nome de família era Gautama e seus pais eram ricos. Siddhartha foi criado como um hinduísta, mas aos 29 anos constatou que nada que amamos pode durar para sempre”.¹⁹⁰

Kevin O’Donnell¹⁹¹: “O Budismo é um caminho para a iluminação ou despertar e foi ensinado, primeiramente, por *Siddhartha Gautama*, o primeiro Buda, há cerca de 2.500 anos. Ele deixou família e riquezas para buscar a verdade e a paz interior, morando por um tempo entre os homens sagrados hindus. Ele emergiu da efervescência espiritual da Índia com um novo ensinamento. Algo lhe aconteceu e ele se apartou do ensinamento hindu, começando a ensinar

¹⁸⁹ Aos 35 anos, depois de uma longa busca, Siddhartha descobriu, finalmente, esse caminho tornando-se, então, “iluminado”. A palavra “Buda” significa “O iluminado” e Siddhartha, a partir dessa época, foi chamado Buda (às vezes “Gautama Buda). Como pretendia ensinar seu caminho às outras pessoas, reuniu ao seu redor um grupo de discípulos. CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 44.

¹⁹⁰ CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 42.

¹⁹¹ O Budismo é um enigma; é uma religião que não tem Deus, é um caminho espiritual e ético. Alguns devotos preferem chamar seu caminho de “filosofia de vida” em vez de religião. Entretanto, o Budismo tem crenças, ética e rituais tanto com questões fundamentais da existência quanto com a espiritualidade cotidiana. O’DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 43.

um novo caminho. A ênfase de seu ensino é colocada no indivíduo, na mente e na vida interior, para buscar a clama, a purificação e a virtude. O Buda (que significa aquele que alcançou a iluminação) ensinou o Caminho do Meio – um caminho entre o ascetismo e o luxo, um equilíbrio e harmonia para a vida”.¹⁹²

Importante relato acerca de Siddhartha e o caminho para a iluminação: “Segundo a tradição, ainda jovem ele viu quatro cenas que o marcaram profundamente: um homem velho, que lhe ensinou o que era a velhice; um doente, que o fez ver o que era a doença; um cadáver, que lhe mostrou o que era a morte; e um religioso errante, mendigando alimento, à procura da verdade, que lhe indicou o caminho a seguir. (...) Segundo a tradição, ele descobriu, debaixo de uma figueira, próximo ao vilarejo de Uruvilva, a solução para os problemas que assombravam seu espírito. Assim se tornou Buda, o Iluminado, aquele que compreendeu as quatro verdades (a natureza do sofrimento, a origem do sofrimento, a cessação do sofrimento e o caminho para a cessação do sofrimento) que permitem aos homens atingir a paz final. A partir de então, Buda passou a convidar seus semelhantes a buscar o próprio caminho, a fim de dar sentido à vida terrena, por meio da meditação. Essa prática consiste em exercitar o corpo e a mente para superar quatro etapas essenciais para a purificação do espírito. O Iluminado viveu por três décadas pregando primeiro para alguns poucos curiosos, e logo para um número cada vez maior de seguidores. Buda morreu em 480 a.C., aos 60 anos, em um vilarejo chamado Kusingara, quando já contava com uma comunidade numerosa de discípulos. Eles fundaram uma ordem monástica que, alguns séculos mais tarde, se estenderia por toda a Ásia”.¹⁹³

O símbolo do budismo é a roda que representa o renascimento.

Apesar se tratar de uma religião pacífica os budistas se encontram territorialmente em um local de conflito, pois, o Tibet, sua cidade, está anexado como território Chinês, país conhecido por sua intolerância religiosa e tendência à repressão do pensamento religioso, exatamente um paradoxo para o próprio budismo.

¹⁹²O'DONNELL, Kevin. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007, p. 43.

¹⁹³REVISTA HISTÓRIA VIVA n° 86. *30 homens que mudaram o mundo*, p. 29.

E a cada manifestação dos budistas em pleitear uma independência ou uma maior autonomia em relação à China uma resposta baseada na violência é emitida pelo governo chinês.

Com isso as mortes e o sofrimento, infelizmente, acompanham o budismo por conta da intolerância e da violência advinda da repressão chinesa na busca por silenciar a liberdade religiosa dos monges.

7.5. A crença e a Igreja, uma união necessária?

Na sociedade contemporânea são cada vez mais comuns as pessoas em crise com a própria fé, desiludidas com seu culto a ponto de pararem de frequentá-los ou relegar a religião a um segundo plano. Muitos chegam a duvidar da própria religião, da verdade e dos dogmas impostos pelas Igrejas.

Marcos Simas¹⁹⁴ também culpa a mídia por essa evasão: “Muita gente entra e sai decepcionada das igrejas diariamente. Mesmo sem nenhuma estatística confiável para isso, as razões para a evasão são muitas: desapontamento com erros da liderança, desentendimentos com outros membros e frustração com doutrinas rígidas demais são algumas delas. Contudo, nada anda afastando mais as pessoas das igrejas do que a ênfase exagerada nas questões materiais. Denominações que exploram seus fiéis, pastores que vinculam as bênçãos de Deus e ofertas financeiras e promessas de fé não cumpridas costumam serem as principais alegações de quem se afasta da comunhão”.¹⁹⁵

Em tempos em que as pessoas desistem dos cultos, o que não significa abandonar a crença, pode representar também uma busca por uma nova religião, ou até um retiro para refletir sobre o que lhe faz feliz.¹⁹⁶ E, mesmo a conversão do muçulmano para o cristianismo é possível, porém com conseqüências.¹⁹⁷

¹⁹⁴ Marcos Simas é Editor da Revista Cristianismo Hoje.

¹⁹⁵ REVISTA CRISTIANISMO HOJE nº 19. *Decepcionados com a Igreja*, p. 5.

¹⁹⁶ David Irwin: “Após serem expostos à Bíblia e a testemunhos de cristãos, um crescente número de muçulmanos tem expressado o desejo de seguir a Cristo. Estão descobrindo que Cristo, sozinho, preenche o vazio de seus corações e os conduz a relacionar-se com Deus como Pai celestial e amoroso. Infelizmente, a Igreja nem sempre está pronta para recebê-los e alimentá-los. O medo de conversões por falsos motivos, a perseguição aberta e as

Luís Kirchner demonstra sua insatisfação: “Hoje em dia, com nossa sociedade de objetos descartáveis, existem pessoas que trocam de religião da mesma maneira que frequentam restaurantes diferentes. O “pulo do sapo” criou uma mentalidade de que o importante da religião é que eu me sintam bem. Não preciso me preocupar com ensinamentos e dogmas”.¹⁹⁸

Nesse sentido, quando um indivíduo está em desarmonia com sua crença ou com sua fé, é papel da religião fazer a reconexão, o que os autores denominam de *religare*¹⁹⁹, ou seja, o religamento com o divino, nesse sentido, Eduardo Rosa: “Dizer que há uma diferença entre religião, espiritualidade e espiritualidade cristã já virou lugar comum. Mas é sempre conveniente estabelecer os limites entre elas. A religião resulta sempre de um caldo de crenças, convicções, definições e marcos concretos capazes de definir com certa precisão quem são os de dentro e os de fora. Religião e cultura estão intrincadas de tal maneira que, em muitos casos, não se sabe onde começa uma e termina outra. Conquanto sua etimologia – a origem é o termo latino *religare* – proponha a conexão, o religamento com o divino, a religião nem sempre pode ser considerada um ponto de contato com Deus”.²⁰⁰

Por isso, de uma maneira geral, as religiões não fazem objeções ao religamento, isto é, quando uma pessoa decide mudar sua visão religiosa, pois, se o indivíduo simpatizou mais com crença diversa, ou era um cético e aderiu a alguma religião, ainda assim é melhor ter esse fiel em outro culto do que perdê-lo para a falta de fé ou a ausência de crença, porque nesse movimento de

hostilidades são razões pelas quais as igrejas cristãs não têm acolhido com boas-vindas os muçulmanos recém-convertidos. Contudo, em muitas áreas, o Espírito Santo está renovando a Igreja e fazendo com que muitas congregações se tornem amigas e vitais desses novos crentes. Os muçulmanos são facilmente atraídos por essa vitalidade espiritual”. IRWIN, David K. Trad. Degmar Ribas. *O que os cristãos precisam saber sobre os muçulmanos*. 4 Ed. CPAD, 2003, p. 21.

¹⁹⁷ A conversão ao cristianismo tem conseqüências muito graves para a maioria dos muçulmanos. Em uma sociedade islâmica, não existe separação entre Igreja e Estado. Em outras palavras, a lei do Alcorão é a regra para todos. Converter-se é considerado um ato de traição. Portanto, quando um muçulmano se torna cristão, ele sabe que poderá ser ameaçado de morte. Os cristãos precisam obrigatoriedade estar conscientes do preço que muitos muçulmanos pagam por identificar-se com Jesus Cristo a filiar-se à Igreja. IRWIN, David K. Trad. Degmar Ribas. *O que os cristãos precisam saber sobre os muçulmanos*. 4 Ed. CPAD, 2003, p. 22.

¹⁹⁸ KIRCHNER, Luís. *Religião Quem pode me explicar?* Aparecida: Editora Santuário, 2008, p. 9.

¹⁹⁹ No decorrer da evolução, diferentes povos e etnias cultuaram variadas entidades. Civilizações inteiras foram construídas com base na devoção e, em nome da crença, foram (e ainda são) talhados costumes, deflagradas guerras, preservados mitos e rituais. Ao longo dos séculos, bilhões de vidas têm orbitado em torno da religião, no sentido original da palavra, do latim *ligar novamente, religar* – resgatar o vínculo do indivíduo com o “todo”. REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO n° 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro*, p. 3.

²⁰⁰ REVISTA CRISTIANISMO HOJE n° 19. *Decepcionados com a Igreja*, p. 58.

mudança nada impede que o próprio migrante volte uma vez mais a sua antiga religião através de outro *religare*.

É preciso levar em conta também a influência cultural e histórica dos países para compreender um pouco melhor a questão da religião e, também das trocas de religiões por parte dos fiéis e, nesse contexto, temos também as colonizações.

As colonizações foram responsáveis por impor uma religião aos nativos e muitos migraram e mudaram suas convicções em virtudes dos colonos.

A Índia representa bem esse fenômeno de colonização que culmina com a diversificação religiosa, afinal, por decorrência direta da colonização o sul daquele País é predominantemente cristão, ao passo que o norte tem em sua maioria os adeptos da religião hindu.

O próprio Brasil pode ser considerado o maior País católico existente em decorrência direta da colonização dos portugueses e, em especial, das cruzadas com as missões de cristianizar a maior quantidade possível de nativos.

Da mesma forma temos os Estados Unidos com uma forte influência da Igreja Batista e dos ideários fiéis ao protestantismo que caracterizam e predominam na Inglaterra, País que colonizou os americanos.

E não se pode confundir a influência religiosa, por conta da colonização, com a adoção de uma religião de forma oficial. Como já vimos, países como o Brasil, Estados Unidos, França, Portugal e Espanha são exemplos de alguns países considerados laicos, isto é, que possuem uma neutralidade religiosa.

As pessoas crêem na profetização da religião, contudo, muitas perguntas seguem sem respostas: de onde viemos? Qual o nosso propósito? Por que meu filho morreu antes do que eu? Por que uma criança tem uma doença incurável? Por que não alcanço a felicidade? São apenas alguns dos por quês que as pessoas indagam os líderes religiosos, porém, existe uma dupla

complexidade: tanto a resposta quanto a própria pergunta. A Religião ao não conseguir explicar o inexplicável pode levar o fiel à descrença, ou pior, a um ceticismo em relação à própria fé profetizada pela religião.

Essa relação da religião com as perguntas fundamentais, acerca da existência humana e do próprio universo é que devemos analisar mais detidamente.

Ademais, apesar da religião e, principalmente os líderes religiosos considerarem que a solução para as mazelas humanas é a adoção de uma religião ou de uma crença não existe nenhuma obrigatoriedade por parte do ser humano em se filiar ou simpatizar com esta ou aquela religião e, quiçá, acreditar na presença de uma força superior, um ente personificado denominado de Deus.

Em especial entre os cientistas é mais fácil notar o ceticismo em relação a presença de um ser considerado como superior ou ainda, como uma força cósmica que move o ser humano.

Entre aqueles que não acreditam na figura de Deus temos os ateus e os agnósticos e os céticos.

Não acreditar em Deus não significa ser descrente ou não simpatizante de uma religião, porém, importante será, também, a tolerância para com aqueles que não comungam com a idéia de que Deus existe. E nem que tudo é vontade do criador, ou ainda, que existe um criador.

7.6. Os ateus, os agnósticos e os céticos

Quando de nossa pesquisa para a produção dessa obra qual não foi a nossa surpresa que a percentagem das pessoas consideradas não religiosas é de 12,44%²⁰¹.

Nesse grupo temos os ateus²⁰² e os agnósticos²⁰³. Ateu, deriva da palavra grega *atheus*, sem Deus.²⁰⁴ Trata-se da pessoa que não acredita na existência de algo supremo, algo maior e, por conseguinte, não se filia a nenhuma religião, exatamente por não crer na crença religiosa de cultuar o ser superior. Já o agnóstico considera o absoluto inacessível ao espírito humano e preconiza a recusa de toda a solução aos problemas metafísicos.²⁰⁵

Fundamental será fazer uma clara separação entre os ateus, os agnósticos e os céticos. A fim de melhor esclarecer o tema iniciaremos por apresentar a questão do ceticismo.

²⁰¹ Dados de acordo com a REVISTA CURIOSIDADES, POLÍTICA, CULTURA E GEOGRAFIA DE POVOS E NAÇÕES, 2009, p. 12.

²⁰² Os ateus existencialistas, como Nietzsche, Albert Comus e Jean-Paul Sartre afirmam que não existe uma experiência que possa ser considerada como transcendental na vida humana acerca de um Deus ou divindade e que, na verdade, não é possível advir algum sentido nas coisas que estão além do próprio homem. É a definição clássica de ateísmo.

²⁰³ Tem como principal representante Thomas Henry Huxley que, iniciou suas confrontações religiosas como um ateu, contudo ao ter contado com as obras de Darwin rejeitou o próprio teísmo.

Para esse cientista britânico tanto a ordem quanto a natureza, enquanto um projeto estruturado a ser analisável sugere a possibilidade de um autor infinito.

No entanto, em sua visão, assim como no teísmo, não existe uma base que justifique a existência de uma realidade transcendental e, portanto, em conclusão diversa dos teístas, não cabe ao homem julgar essa questão, ou seja, existe algo, mas como não sabemos o que é e, tampouco, conseguimos provar sua existência, logo, está acima da compreensão humana e, portanto, não dever ser considerada.

Para Huxley seria imoral defender uma posição sem que exista, no mínimo, uma evidencia lógica satisfatória.

²⁰⁴ Que ou o que nega a existência de qualquer divindade. **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo, 1998, vol. 3, p. 499. Que ou o aquele que não revela respeito ou deferência para as crenças religiosas alheias. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 334.

²⁰⁵ 1. Posição metodológica pela qual só aceita se aceita como objetivamente verdadeira uma proposição que tenha evidência lógica satisfatória. 2. Atitude que considera fútil e metafísica. 3. Doutrina que ensina a existência de uma ordem de realidade incognoscível. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 63. **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo, 1998, vol.1, p. 114. 1. Doutrina que repudia inacessível ou incognoscível ao entendimento humano a compreensão dos problemas propostos pela metafísica ou religião (a existência de Deus, o sentido da vida e do universo, etc.) na media que ultrapassam o método empírico de comprovação científica. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 116.

Nesse grupo ainda podemos incluir o céptico²⁰⁶ e, sobre o tema recomendamos a leitura de Robert C. Solomon.²⁰⁷

Rafael Llano Cifuentes se manifesta acerca do ceticismo: “A Declaração Conciliar *Dignitatis Humanae*, pode perguntar-se, viria a confirmar uma proposição como esta?: já é difícil para a inteligência humana encontrar a verdade religiosa objetiva, deve defender-se um ceticismo doutrinal ou uma complacência tranqüila na incerteza (diletantismo pessimista). O Concílio sai ao encontro de uma possível resposta, interpretando claramente o seu próprio pensamento: “É postulado da dignidade humana que os homens todos – por serem pessoas, isto é, seres dotados de razão e de livre vontade, e por isso enaltecidos com a responsabilidade pessoal – sintam-se por natureza impelidos e moralmente obrigados a procurar a verdade, sobretudo, no que concerne à religião. São obrigados, também a aderir à verdade conhecida e a ordenar toda a vida segundo as exigências da verdade”.²⁰⁸

Antes de prosseguirmos vamos avançar um pouco mais na questão dos agnósticos e dos ateus.

Para os religiosos, agnóstico é aquele que não tem religião ou crença em algo, portanto, conceitos como reencarnação, algo superior, Big bang, simplesmente inexistem para o agnóstico.

²⁰⁶ Céptico. Que ou aquele que não crê, que duvida de tudo. Complementado pelo significado de Ceticismo. 1. Qualidade de quem é céptico; atitude daquele que duvida de tudo – 2. Descrença – 3. Atitude de dúvida em matéria religiosa; incredulidade. *Grande Enciclopédia Larousse Cultural* São Paulo, 1998, vol. 6, p. 1296.

²⁰⁷ Nesse sentido Robert Solomon desenvolve uma interessante teoria acerca da espiritualidade, religião e ciência: Não quero sugerir que espiritualidade e religião são opostos ou antagonicos. Mas pelo menos está por vezes em conflito, como na demonização sectária tacanha que é muito visível em certos círculos religiosos contemporâneos. A fusão de espiritualidade e religião por vezes é baseada na idéia de que ambos consistem fundamentalmente em *crenças*. Mas a espiritualidade, pelo menos, não é fundamentalmente uma questão de crenças (ou um enorme número de maneiras) de experimentar o mundo, de viver, de interagir com outras pessoas e com o mundo. Envolve um conjunto de práticas e rituais, não necessariamente prece, cultos, meditação ou rituais prescritos de purificação. (...) Penso que é seguro dizer que muitos adeptos das principais religiões do mundo não compreendem as crenças de sua religião particular, sua teologia. (...) A ciência, sem dúvida, tem muito a ver com crença, respaldada pelos dados dos sentidos. (...) De fato, o avanço da ciência foi muitas vezes o enteado da teologia, pois se o mundo é criação de Deus, é por respeito a Deus que se busca conhecer seus intrincados funcionamentos. A espiritualidade, em seu esforço para abarcar o mundo, busca naturalmente conhecer mais sobre o mundo que abarca. SOLOMON, Robert C. Trad. De Maria Luiza X. de A. Borges. *Espiritualidade para cépticos Paixão, verdade cósmica e racionalidade no século XXI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, págs. 44 a 47.

²⁰⁸ CIFUENTES, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, págs. 194 e 195.

Tampouco, é viável a comprovação espiritual de que Deus existe, e, muito menos de fenômenos sobrenaturais.

Então a pergunta é inevitável: Todo agnóstico é ateu?

Segundo o ATEA²⁰⁹ (Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos), a resposta é afirmativa, pois, todos os ateus, agnósticos ou não, rejeitam o teísmo: os agnósticos porque entendem que a questão não está decidida, e os demais porque entendem que ela já foi decidida contra o teísmo. No entanto, quem se identifica como ateu em geral adota uma forma não agnóstica de ateísmo²¹⁰.

O que não significa que todo ateu seja um anti religioso, pois, segundo a própria Associação existem ateus que vêem a religiosidade positivamente, outros a entendem como uma posição inofensiva, e há aqueles que vêem a religião como um mal. Infelizmente não há dados confiáveis para saber qual a proporção de cada um.²¹¹

Ademais, acrescentamos outro dado: o ateu pode não concordar com alguns aspectos da religião, o que não significa que renega a mesma em sua completude.

Esclarecimentos feitos, então, poderemos trabalhar melhor a questão da estatística que demonstra que 12,44% das pessoas não são religiosas.

Um número elevado que pode ser motivado justamente pela desilusão, como dissemos, do homem ante a religião. E, nesse aspecto, os líderes religiosos contribuem em demasia para essa infelicidade, pois, prometem uma cura intangível se você tiver fé, uma troca de emprego para um sucesso promissor, mas sua devoção será essencial. Contudo, quando os milagres não chegam a resposta é uníssona: essa é a vontade de Deus.

²⁰⁹ Fonte: www.atea.org.br, acesso em 8 de fevereiro de 2011.

²¹⁰ Nós, todavia, não concordamos com essa posição da Associação, afinal, como demonstrado na teoria de Thomas Henry Huxley, apesar de ambas as posições possuírem elementos coincidentes as conclusões são diferentes e, portanto, cada movimento merece seu individualismo. E não se trata de uma crítica acerca do posicionamento da ATEA, mas sim, uma forma diversa de visualizar os conceitos.

²¹¹ Fonte: www.atea.org.br, acesso em 8 de fevereiro de 2011.

O resultado pode provocar uma desilusão em relação ao líder religioso e desmotivar o prosseguimento aos cultos, as missas, as reuniões, o nome varia de acordo com sua religião, porém, algo mais grave, ainda, pode acontecer, o ser humano pode se desiludir com a existência desse ser superior que as religiões afirmam existir, afinal, a pessoa reza, reza e reza e nada de bom lhe acontece.

O que as pessoas esquecem é que não é função de algo divino procurar emprego, ter responsabilidade, etc., no entanto, é como se alguns depositassem todo o seu futuro na religião e ao não terem sucesso em seu intento a culpa igualmente passou a ser do divino.

O ateísmo nos dias cotidianos está mais presente do que em tempos antigos, seja por um maior ato de fé em termos coletivos ou por medo das conseqüências em divulgar não crer em nenhuma religião ou na figura de um Deus.

Nesse sentido, Rubem Alves: “Houve tempo em que os descrentes, sem amor a Deus e sem religião, eram raros. Tão raros que eles mesmos se espantavam com a sua descrença e a escondiam, como se ela fosse uma peste contagiosa. E de fato o era. Tanto assim que não foram poucos os que acabaram queimados na fogueira, para que sua desgraça não contaminasse os inocentes. Todos eram educados para ver e ouvir as coisas do mundo religioso, e a conversa cotidiana, este tênue fio que sustenta visões de mundo, confirmava – por meio de relatos de milagres, aparições, visões, experiências místicas, divinas e demoníacas – que este é um universo encantado e maravilhoso no qual, pó detrás e através de cada coisa e cada evento, se esconde e se revela um poder espiritual”.²¹²

Há muitas maneiras de os seres humanos atribuírem um sentido a suas vidas e esse papel não é exclusivo da religião. Uma pessoa pode descobrir a sua própria felicidade sem um mandamento religioso.

Luís Kirchner não concorda com a possibilidade das pessoas desistirem de suas crenças e enveredarem para o ateísmo: “O dever mais fundamental do ser humano é procurar a Deus. Não

²¹² ALVES, Rubem. *O que é religião?* São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 9.

pode ficar sem religião, sem buscar o Deus vivo e verdadeiro. Cada criatura tem uma obrigação de agradecer ao Deus que a criou e conhecer o plano dele”.²¹³

O autor denota uma clara tendência religiosa e, de certa forma, demonstra sinais de intolerância religiosa, porque ao determinar que o ser humano tenha uma “obrigação” procurar Deus, já determina que o indivíduo não possui livre arbítrio em simplesmente não aceitar a figura de um Deus e, assim, relegar os preceitos de Kirchner.

Sobre a busca pela fé podemos acrescentar maiores informações com as pesquisas de Vilayanur Ramachandran²¹⁴, pois, em suas pesquisas o neurologista indiano anunciou ter identificado no lobo temporal o centro cerebral da existência mística²¹⁵.

Entretanto, existem pesquisadores que afirmam ser o ateísmo um tipo de mal ou “defeito genético”²¹⁶. Segundo os controvertidos estudos²¹⁷ de Dean Hamer²¹⁸ haveria a conclusão de que: “os ateus seriam “deficientes genéticos”, se considerarmos que esse gene teria sido selecionado e

²¹³ KIRCHNER, Luís. *Religião Quem pode me explicar?* Aparecida: Editora Santuário, 2008, p. 8.

²¹⁴ Diretor do Centro de Pesquisas Cerebrais e Cognitivas da Universidade da Califórnia.

²¹⁵ REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO nº 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro*, p. 8.

²¹⁶ Deixamos clara que não se trata de nossa opinião, aliás, apesar de não sermos nem ateus, agnósticos ou céticos consideramos um desrespeito com o ateu essa “conclusão científica”, não à toa as pesquisas de Hamer são tão combatidas e seu livro sobre o tema não ser bem aceito na própria comunidade científica. Uma pessoa determinar a validade de uma teoria depreciando uma parcela ou grupo de pessoas não nos parece ser um meio válido ou eficaz de se comprovar uma teoria, ainda mais, em um assunto tão controvertido quanto à liberdade religiosa. No entanto, fizemos questão de transcrever suas conclusões para o leitor faça seu próprio juízo valorativo acerca do tema.

²¹⁷ Suas pesquisas começaram em 1998, à margem de um estudo sobre a genética do câncer. Participaram da pesquisa mil voluntários – homens e mulheres, que consentiram em se submeter a um teste de personalidade padronizado, o Inventário de Temperamento e Caráter (TCI, na sigla em inglês). Entre as características medidas estava a chamada “transcendência”, que abrange três pontos: capacidade de esquecer-se de si mesmo (ou de entregar-se de maneira intensa e profunda a uma experiência), identificação transpessoal (ou sentimento de estar interligado com o universo) e misticismo (predisposição para crer em fatos não demonstráveis). Juntos, os três aspectos constituem o que mais se aproxima de uma definição padronizável de espiritualidade. Os participantes de Hamer foram classificados com base na “escala de transcendência” dos menos aos mais espirituais. O biólogo trabalhou depois com as bases genéticas do comportamento dessas pessoas, mas já que não podia procurar entre mais de 20 mil genes humanos, limitou-se a examinar nove, conhecidos por participar no processamento de monoaminas (serotonina, adrenalina e dopamina), os neurotransmissores das emoções. (Uma variante do gene VMAT2, que codifica uma proteína de transporte das monoaminas, parece diretamente ligada aos valores mais elevados na escala de transcendência). REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO nº 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro*, p. 11.

²¹⁸ Chefe do Departamento sobre a Estrutura do Gene do Instituto Nacional de Câncer e autor do livro *O gene de Deus: como a herança genética pode determinar a fé*: Mercury, 2005.

transmitido durante a evolução, por ser favorável ao desenvolvimento de uma sociedade serena e colaborativa.²¹⁹

Essa questão religiosa é deveras delicada e, ao invés de se buscar uma coalizão o que se vê é cada vez mais uma intolerância em relação ao sentimento religioso ou anti religioso alheio, como se não fosse permitido ter uma opinião diferente do outro.

De volta à questão dos ateus, agnósticos e céticos, a verdade é que muitas pessoas chegam a duvidar ou rejeitar as religiões tradicionais existentes pelo fato de suas afirmações, preceitos e dogmas não poderem ser provados ou validados pela razão.²²⁰

Muitas das perguntas feitas sobre religião em pleno século XXI ainda seguem sem resposta e a rigidez das religiões com alguns posicionamentos denotam a possibilidade de mais representarem se tratar de declarações arbitrárias acerca de uma escolha ou de uma crença.

O problema que envolve ateus, agnósticos e céticos acerca da religião é que os cultos e os representantes dessas religiões obrigam os fiéis a uma submissão acerca de duas crenças como algo inquestionável e de uma verdade absoluta por uma devoção a algo maior. Contudo, como provar a presença deste algo maior?

Eis o cerne do problema, os religiosos se julgam os máximos representantes do divino, ao passo que os ateus, agnósticos e céticos questionam exatamente essa premissa: como ser representante de algo que nem se sabe existir e muito menos conseguiu ser provado até hoje que existe? E se, na verdade, não se trata de um plano para atrelar a fé das pessoas à religião e assim criar uma venda coletiva à realidade?

E Rubem Alves²²¹ relata os traços do ateísmo crescente: “Alguma coisa ocorreu. Quebrou-se o encanto. O céu, morada de Deus e seus santos, ficou de repente vazio. Virgens não

²¹⁹ REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO n° 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro*, p. 11.

²²⁰ Um dos elementos questionadores do ceticismo.

²²¹ A situação mudou. No mundo sagrado, a experiência religiosa era parte integrante de cada um, da mesma forma que o sexo, a cor da pele, os membros, a linguagem. Uma pessoa sem religião era uma anomalia. No mundo

mais apareceram em grutas. Milagres se tornaram cada vez mais raros, e passaram a ocorrer sempre em lugares distantes com pessoas desconhecidas. A ciência e a tecnologia avançaram triunfalmente, construindo um mundo em que Deus não era necessário como hipótese de trabalho. Uma das marcas do saber científico é seu rigoroso *ateísmo metodológico*: um biólogo não invoca maus espíritos para explicar epidemias; nem um economista, os poderes do inferno para dar contas da inflação, da mesma forma que a astronomia moderna, distante de Kepler, não busca ouvir harmonias musicais das regularidades matemáticas dos astros”.²²²

Os céticos possuem um posicionamento firme nessa batalha por provar a existência do divino, pois reagem como um elemento questionador que esvazia a razão para ser substituído por algo intangível. A solução, então, seria um olhar mais detido para as próprias relações humanas e sociais, ao invés de buscar uma resposta em um suposto sobrenatural, afinal, o homem tem o direito de não acreditar em algo superior²²³.

Sobre essas questões acerca do que os religiosos chamam de demonstração de fé existe um interessante estudo feito no sentido de localizar cientificamente a fé nas reações do próprio cérebro²²⁴, como forma de justificação da existência de Deus e, por conseguinte, da própria religião.

Ainda não é possível dizer que os religiosos perdem a batalha contra a humanidade. No entanto, o número crescente de pessoas que abandonam a religião, ou simplesmente nunca acreditaram nela revelam que alguma coisa caminha mal em termos religiosos.

dessacralizado as coisas se invertem. Menos entre os homens comuns, externos aos círculos acadêmicos, mas de forma intensa entre aqueles que pretendam já haver passado pela iluminação científica, o embaraço diante da experiência religiosa é inegável. Por razões óbvias. Confessar-se religioso equivale a confessar-se habitante do mundo encantado e mágico do passado, ainda que apenas parcialmente. ALVES, Rubem. *O que é religião?* São Paulo: Edições Loyola, 2008, págs. 10 e 11.

²²² ALVES, Rubem. *O que é religião?* São Paulo: Edições Loyola, 2008, págs. 9 e 10.

²²³ Recomendamos a leitura de Platão e, também de Sigmund Freud, acerca do tema. Este último afirmou em suas teorias que Deus não passava de uma fantasia e diagnosticou as crenças religiosas como uma ilusão baseada no desejo de um poder ou de uma ordem que, simplesmente, não existem.

²²⁴ O neurocientista Mario Beauregard, professor da Universidade de Montreal, está procurando a fé. Mais precisamente tenta localizar o “receptor interno” da experiência mística – ou o que chama de “amplificador orgânico da capacidade de crer em Deus”. REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO nº 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro*, p. 6.

Existe um sentimento de desconfiança, somado a isso a sociedade contemporânea já não é mais tão religiosa como nos tempos em que a Igreja se confundia com o Estado, logo, com o Estado laico e a não obrigação de se adotar uma religião algumas pessoas passaram a simplesmente não se importar.

O problema é que no começo eram realmente algumas pessoas, contudo, agora, já existe um número bem respeitado, logo, ou as religiões modificam sua abordagem o enfoque na busca para agregar mais fiéis ou esse decréscimo continuará a aumentar.

O primeiro passo para fora da religião é o *religare*, quando uma pessoa busca outra crença para responder suas indagações é porque algo internamente já não caminha bem. Se, por ventura, a nova crença produzir também esse sentimento de incompletude o fiel pode migrar para o campo dos não religiosos e assim ficar ou se tornar um ateu, por exemplo.

As religiões de uma maneira geral perceberam que a insatisfação e o sentimento de infelicidade crescem entre a humanidade, resta saber qual será a resposta a ser dada para a manutenção da própria harmonia religiosa.

Não existe um manual, muito menos um indicativo do que é bom, se a religião A, B ou C irá preencher as expectativas de uma pessoa.

Muitas vezes o não filiar-se a uma religião pode representar a solução para uma pessoa e esta opção deverá ser respeitada.

E, como a nada é estanque no futuro essa mesma pessoa pode se simpatizar com uma crença e adotar os ideais desta ou daquela religião.

O importante é encontrar o seu caminho e ser feliz com sua escolha seja ela qual for. Como veremos, nem sempre estar com a maioria significa estar ao lado da melhor e da mais representativa idéia.

O vital é se familiarizar com algo seja a crença ou a não crença, pois, mesmo sendo uma minoria o respeito, a tolerância deve existir da mesma forma, uma vez que a liberdade é garantida e a defesa de costumes, idéias e crenças é igualmente protegido.

A questão religiosa ganha contornos cada vez mais fortes ao ponto de mesmo os ateus, os que negam a existência de Deus representam um aumento crescente na população, os seja, mesmo o não crer também faz parte do conceito de religião, como lado oposto desta face religiosa.

7.7. O direito de crença no Brasil

A Constituição Federal de 1988 protege o direito de crença no artigo 5º, VI²²⁵, com a liberdade de cultos e da religião em si, mas esse dispositivo não pode ser analisado como o único sobre o tema. Por isso, devemos apresentar também os demais dispositivos que envolvem a liberdade religiosa no Brasil: CF, art. 5º, VII²²⁶ e VIII²²⁷, art. 19, I²²⁸, 150, VI, b²²⁹ e 210, §1º²³⁰.

Esse conjunto de dispositivos constitucionais é o que determina a laicidade do Estado Democrático de Direito brasileiro. E, segundo seus regramentos, todos têm direito a ter uma religião e essa deve ser respeitada independentemente da religião do próximo.

²²⁵ Art. 5º, VI. É inviolável a liberdade de consciência de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

²²⁶ Art. 5º, VII. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

²²⁷ Art. 5º, VIII. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

²²⁸ Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

²²⁹ Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI – instituir impostos sobre: b – templos de qualquer culto.

²³⁰ Art. 210. §1º. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

Segundo Luiz Alberto David Araújo²³¹, a laicidade do Estado brasileiro está presente por uma série de elementos conceituais: liberdade de fé e de confissão religiosa, direito ao exercício de qualquer religião (liberdade de culto), liberdade de associação religiosa, dever de neutralidade do Estado, ensino religioso facultativo.

Os dispositivos constitucionais prevêm a liberdade religiosa de uma maneira geral, pois disciplinam acerca da liberdade de culto, de crença e de organização religiosa, isto é, as formas possíveis de expressão religiosa estão garantidas constitucionalmente.

José Afonso da Silva diferencia os dispositivos: “Fez bem o constituinte em destacar a liberdade de crença da de consciência. Ambas são inconfundíveis, pois o “descrente também tem liberdade de consciência e pode pedir que se tutele juridicamente tal direito”, assim como “a liberdade de crença compreende a liberdade de ter uma crença e a de não ter uma crença”.²³²

Ademais, outro dado relevante: se uma pessoa tem o direito garantido constitucionalmente de ter uma religião, é possível compreender que, da mesma forma, igualmente lhe é concedido e garantido constitucionalmente o direito de não ter uma religião.

Sobre o tema é fundamental destacar que uma pessoa não é obrigada a ter uma religião e, muito menos, ficar fiel aos dogmas religiosos para todo o sempre. É possível ser ateu, agnóstico e, também, modificar sua preferência religiosa com o transcurso do tempo, por isso, as liberdades de crença e de culto são importantes para a garantia da tolerância e a laicidade.

Acerca da liberdade de culto invocamos novamente os pensamentos de José Afonso da Silva: “A religião não é apenas sentimento sagrado puro. Não se realiza na simples contemplação do ente sagrado, não é simples adoração a Deus. Ao contrário, ao lado de um corpo de doutrina, sua característica básica se exterioriza na prática dos ritos, no *culto*, com suas cerimônias,

²³¹ ARAUJO, Luiz Alberto David & NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 114.

²³² SILVA, José Afonso da. *Comentário contextual à Constituição*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 94.

manifestações, reuniões, fidelidade aos hábitos, às tradições, na forma indicada pela religião escolhida”.²³³

É exatamente nessa temática que reside o cerne desse capítulo ao analisar o direito à liberdade de culto, a qual expressa às peculiaridades e as particularidades de cada religião e cada ao ser humano respeitar as diferenças de credo, crença e culto.

No entanto, na prática, não é o que acontece, pois, alguns cultos são desrespeitados, pessoas são hostilizadas, ridicularizadas, humilhadas, etc., como veremos no capítulo a seguir.

Em países laicos como o Brasil a diferença é ainda mais acentuada o que gera uma rivalidade, quase que uma competição, não das religiões, mas sim, de seus componentes em tentar convencer o próximo de que a sua religião, a sua fé é a mais importante em detrimento da crença e da religião de outro.

Se uma pessoa gosta dos rituais ocultos, se é simpatizante com os rituais de magia ou com as oferendas das religiões africanas não existe motivo de não cultuar essa adoração, o que não se pode permitir é que um cristão desdenhe dessa fé, ridicularize seus rituais, simplesmente por ter outra orientação religiosa.

O ser humano cataloga a religião entre maioria ou minoria e a tendência é sempre considerar que aquele que não faz parte de sua crença é a minoria, logo, como não existe uma religião melhor do que outra, teremos de analisar o direito das minorias, mas antes, veremos como funciona o tênue limite entre a tolerância e a intolerância religiosa.

No entanto, antes disso, vamos nos ater um pouco mais na questão da diversidade religiosa brasileira, em especial nas religiões de tradição e origem africanas: a Umbanda e o Candomblé.

²³³ Idem, *ibidem*.

Em especial no Nordeste brasileiro, especificamente na Bahia, já conhecida como Bahia de todos os santos. Será que nesse Estado brasileiro a Constituição Federal é plenamente harmônica com as especificidades dos rituais africanos?

Será correta uma intervenção estatal na questão do sacrifício de animais? Da mesma forma, é possível, ou melhor, adequado, para compreender uma religião tentar compará-la com outra?

E as singularidades, os ritos e cultos próprios não devem ser respeitados, mas em que momento termina a liberdade de culto e começa a proteção do Estado à sociedade?

7.7.1. As religiões brasileiras com tradições africanas: Umbanda e Candomblé

As religiões de origem africana padecem com uma elevada ignorância e, principalmente, intolerância acerca de seus rituais e cultos.

Clara que não somos favoráveis ao sacrifício de animais como se fossem oferendas para espíritos, ou os que os religiosos desse segmento chamam de entidades.

Ademais, é estéril o debate acerca do sacrifício, pois, este já é criminalizado no direito brasileiro²³⁴, portanto, não nos cabe fazer nenhum juízo de valor, apenas compreender um pouco melhor a diversidade religiosa sobre a qual estamos diante.

²³⁴ Constituição Federal: Art. 225, §1º, VII: “Cabe ao Poder Público: Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade”. Art. 173, §5º e no art. 225, §3º “as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar danos causados”.

Lei nº 9.605/98. Art. 29: aborda a questão da matança de animais da fauna silvestre. “Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida. Pena – detenção de seis meses a um ano. Art. 32 “Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos; pena – detenção de três meses a um ano. §1º. Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. §2º. A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre a morte do animal.

Confessamos que o nosso conhecimento é deveras limitado acerca dessas religiões e, exatamente por isso, abrimos um tópico próprio por entender que o leitor também pode ser um desconhecedor e, assim, iremos juntos, romper uma nova barreira do preconceito.

Rafael Soares de Oliveira: “O respeito à diferença é o primeiro passo para o ecumenismo. A consideração pela diferença é essencial, e só haverá união entre os terreiros de candomblé e as diversas religiões quando se respeitar que angola é angola, queto é queto, jeje é jeje. Porém, quando alguma religião, não só negra, candomblé, de santo, mas católica, cristã, sofre agressão por outra, que todos se proponham a defender o respeito àquela casa, àquele culto, àquela nação, àquela igreja. Deus não tem apenas uma cor. Ele é preto, azul, amarelo, vermelho, branco. Podemos alcançá-Lo fazendo soar o atabaque ou o cravo, depondo oferendas no mar ou comungando a hóstia embebido em vinho”.²³⁵

O primeiro passo para a liberdade religiosa é respeitar a religião como ela é e não tentar estabelecer um elemento comparativo, como dizer que no candomblé a entidade tal corresponderia ao santo tal no catolicismo. A nosso ver uma crença não precisa ser comparada a nenhuma outra como ponto de referência.

Se no Candomblé ou na Umbanda a entidade tal tem um nome então esta terá a sua importância dentro da própria hierarquia religiosa do candomblé ou da umbanda, não sendo necessário buscas um equivalente em lugar algum.

Da mesma forma temos os cânticos, os rituais e as orações.²³⁶ É evidente que existem peculiaridades às quais causam certa estranheza para aqueles, como nós que não são familiarizados com as religiões afros, como os atabaques, a denominação pai e mãe de santo e uma infinidade de nomes de entidades religiosas e rituais que não sabemos e tampouco conseguimos reproduzir nesse espaço.

²³⁵ OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Candomblé Diálogos fraternos contra a intolerância religiosa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, págs. 16 e 17.

²³⁶ O culto dos orixás enriqueceu o Brasil com a beleza de seus ritos e símbolos, inspirando inúmeros artistas (lembramos Carybé, Mário Cravo, Agnaldo Santos, Dorival Caymmi, Tati Moreno, Capinan, Roberto Mendes, Bel Borba...- a lista seria interminável). OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Candomblé Diálogos fraternos contra a intolerância religiosa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, págs. 63.

E temos um interessante relato acerca da confluência de duas religiões afro: a umbanda e o candomblé: “Na sua expansão, a umbanda penetrou em áreas onde o candomblé era hegemônico, e o candomblé também avançou no espaço da umbanda. Esse contato foi prolongado, pacífico e muito fecundo, sobretudo nas grandes metrópoles do país”.²³⁷

O respeito com o que não conhecemos deve ser redobrado e com a religião ainda mais, discriminar e agredir o que não se conhece tem outro nome: ignorância, portanto, antes de criticar as religiões afro é melhor aprendermos seu funcionamento e a criminalizando e reprimindo quando dos sacrifícios dos animais, independentemente da tradição ou do costume religioso, porque acima da religião existe a hierarquia das normas e por haver a previsão normativa de que maus tratos ou a morte de animais é crime, então não há que se falar em tolerância religiosa, mas sim, em respeito à lei.

7.8. A diversidade religiosa

Quantas religiões você conhece? Talvez em um primeiro momento seja respondida uma das cinco com maior quantidade de adeptos²³⁸: cristianismo, islamismo, hinduísmo, budismo e judaísmo. Todavia, se analisadas as religiões menos conhecidas ou difundidas, em termos de porcentagem de adeptos, teremos centenas de religiões, talvez até milhares a diversidade engrandece a Religião.²³⁹

²³⁷ OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Candomblé Diálogos fraternos contra a intolerância religiosa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, págs. 53.

²³⁸ Cristãos 32,84%, Muçulmanos 19,9%, Hindus 13,29%, Budistas 5,92% e Judeus 0,23%. REVISTA CURIOSIDADES, POLÍTICA, CULTURA E GEOGRAFIA DE POVOS E NAÇÕES, 2009, p. 12.

²³⁹ Max Charlesworth: Quantas religiões você conhece? Talvez conheça as religiões cristã, judaica, hinduísta e islâmica. Já é um começo, porém mencionamos apenas quatro religiões e existem muito, muito mais religiões que essas quatro. Existem centenas e centenas de religiões.

Algumas têm milhões de seguidores, como o cristianismo e o hinduísmo. Outras, somente algumas centenas, como a dos aborígenes aranda na Austrália Central.

Há religiões antigas, como o hinduísmo que surgiu há 3.000 anos, e recentes, como a dos mórmons que teve seu início há 150 anos.

Várias estão mortas como a dos gregos antigos, com seus deuses Zeus, Atena, Plutão, Afrodite etc. Outras, como a Igreja da Unificação do Reverendo Moon, surgiram há pouco tempo. Algumas religiões se espalharam pelo mundo inteiro como o cristianismo e o islamismo. Outras ficaram num só lugar, como as religiões das várias tribos da África, da Nova Guiné ou da Austrália. CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 5.

Rafael Llano Cifuentes: “Declarar um direito não é suficiente. É necessário que, de fato, esse direito possa ser exercido da maneira mais conveniente. Não basta, por exemplo, que o Estado afirme na sua Constituição que todo cidadão tem direito ao ensino primário se realmente não fornece os instrumentos educacionais necessários para tanto. De igual maneira o direito à liberdade religiosa será mais pleno e efetivo, se o Estado não se limita exclusivamente a proclamá-lo mas se dedica vigorosamente a promover medidas que favoreçam o seu exercício de fato. Por exemplo: ajudando econômica e socialmente para que o cidadão consiga uma formação intelectual e uma ilustração cultural que o capacite a uma autodeterminação religiosa consciente, libertando-o assim do agnosticismo e do ceticismo paralisantes e em geral de qualquer tipo de deformação patológica da consciência”.²⁴⁰

E nessa questão da diversidade religiosa como se procede a (in)tolerância religiosa? E a defesa das minorias religiosas? Eis o assunto do próximo capítulo.

8. A (in)tolerância religiosa

O tema parece, em um primeiro momento, sem grandes controvérsias, por ser amplamente prevista a tolerância religiosa na Declaração Universal dos Direitos do Homem²⁴¹, de 1948, na Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença²⁴², de 1981. Todavia, existe uma diferença entre o conceito teórico e a aplicação prática e, com isso, a intolerância, ainda que mascarada de tolerância está presente na realidade do ser humano desde há muito.

²⁴⁰ CIFUENTES, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 190.

²⁴¹ Art. 18. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.; art. 26. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

²⁴² Art. 1º. 1. Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de ter uma religião ou convicção a sua escolha, e a liberdade, seja individualmente ou em comunidade com outros e em público ou privado, de manifestar a religião ou crença em culto, costume, prática e ensino. 2. Ninguém será submetido a medidas coercitivas que possam restringir a sua liberdade de ter uma religião ou crença de sua escolha. 3. A liberdade de professar sua religião ou crença estará sujeita apenas às limitações previstas pela lei e que são necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral ou os direitos fundamentais e liberdades de outrem.

Na verdade, como já foi tratado, desde que a Igreja adquiriu a influência política sobre o Estado a intolerância se proliferou, pois, os mandamentos religiosos podiam prever a harmonia entre os povos, contudo, na prática o que a Igreja buscava a todo custo era defender sua posição em detrimento das outras religiões e uma expansão territorial.

E, sem dúvida, a religião que mais exerceu esse papel expansionista e intolerante, no Ocidente foi o catolicismo. Movimentos como as cruzadas, a inquisição, etc., são alguns poucos exemplos das atitudes as quais a Igreja Católica submetia seus fiéis com a finalidade única de ratificar sua posição como crença religiosa dominante, ignorando os preceitos de amoré ao próximo, convivência pacífica e tolerância entre as religiões.

8.1. Conceito de tolerância religiosa

De Plácido e Silva²⁴³ caracteriza tolerância como condescendência ou suportabilidade.²⁴⁴ Particularmente não gostamos do termo tolerância religiosa, pois, mais parece que a religião alheia não é respeitada, mas sim suportada, e esse não é o objetivo de um Estado laico e, muito menos deve ser a atitude de seus membros.

Tolerância²⁴⁵ parece muito mais um sentimento de que a pessoa, não possuindo alternativa, irá respeitar o próximo, por enquanto, quase que uma manifestação latente de um

²⁴³ Tolerância. Do latim *tolerantia* (atuar), em significação jurídica significa a *condescendência*, a *liberalidade*, a *permissão*, em virtude do que se consente a prática de um ato, ou o aproveitamento de alguma coisa, sem que semelhante concessão importe em se atribuir ao *favorecido*, ou *tolerado*, a aquisição de um direito.

Por essa razão, os *atos de tolerância* indicam-se os que são *aturados*, *suportados*, *sofridos*; mas que não implicam na *intenção de alterar* um estado sobre as coisas, ou mesmo sobre os fatos, em que recaem os mesmos atos. **Dicionário Jurídico Conciso**. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 702.

²⁴⁴ **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2730. Tolerância. 1. Ato ou efeito de tolerar; indulgência, condescendência. 2. Qualidade ou condição de tolerante; 3. Tendência a admitir, nos outros, maneiras de pensar, de agir e de sentir diferentes ou mesmo diametralmente opostas às nossas.

²⁴⁵ Luiz Paulo Rouanet afirma que o conceito de tolerância surgiu no século XVI: “Difícilmente pode-se falar do surgimento da noção de tolerância antes do século XVI. O que houve até então foi o confronto entre visões de mundo conflitantes ou mesmo opostas, umas procurando impor-se às outras. O mais próximo que temos de um comportamento tolerante por parte dos governantes, por paradoxal que seja, é o Império Romano. Este, mesmo impondo seu domínio em grande parte do mundo antigo, aceitava as leis e as crenças locais. Nesse caso, portanto, a tolerância estava claramente a serviço da dominação”. ROUANET, Luiz Paulo. *Paz, justiça e tolerância no mundo contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 29.

sentimento de preconceito religioso e descontentamento que, a qualquer momento, poderá vir à tona.

João Mauricio Adeodato²⁴⁶: “Note-se que a palavra tolerância não é entendida aqui apenas como “tolerar”, em seu uso vulgar, mais fiel ao sentido primitivo de “suportar” algo desagradável. Significa, ao revés, a aceitação e o apoio recíproco a pessoas, opiniões e atitudes oriundas de visões de mundo diferentes e não redutíveis umas às outras, principalmente religiões, ideologias e outros sistemas de orientação normativos. Diferentes e não redutíveis umas às outras significa dizer: potencialmente conflituosas”.²⁴⁷

Jean Delumeau explica: “A palavra “tolerância”, que não consta do Edito de Nantes, teve uma história atormentada. De início, ela assumiu um significado negativo. No *Dictionnaire de l'Académie de 1694*, a tolerância é definida como a “indulgência para com o que não se pode impedir”. Mas, em sentido contrário, a *Encyclopédie* qualifica-a de “virtude”. Em nossos dias, ela se tornou base essencial das democracias atuais, isto é, o respeito pelas opiniões do próximo, quando ele não procura fazê-las triunfar pela força ou pela astúcia”.²⁴⁸

Josias Jacintho de Souza conceitua: “Tolerância não pode ser sinonimizada com aceitação. John Locke defendia a tolerância com base no princípio grego da indiferença, ou seja, para tolerar não se faz necessário aceitar como legítima ou verdadeira a crença alheia, basta

²⁴⁶ A visão humanista que vem da Renascença para a modernidade em muito cooperou para o desenvolvimento da tolerância enquanto nova idéia. Isso porque não havia mais uma interpretação oficial, unificada pelo catolicismo. Já que cada um pode falar com Deus diretamente, o conteúdo do direito intrinsecamente justo vai depender do intérprete, mesmo que não se tenha consciência disso.

Daí a frase de Nietzsche, na qual a palavra para suportar, agüentar, aturar (*aushalten*) já vem plena do sentido de tolerância: “E porque os seres humanos em conjunto deram ouvidos a essas doutrinas [ontológicas, pretensamente verdadeiras] com demasiado zelo e ao longo de séculos inteiros, algo daquela superstição, de que vão muito mal, acabou passando efetivamente para eles: de tal modo que agora estão prontos e dispostos [até] demais a suspirar e não encontrar mais nada na vida, e a fazer uns para os outros caras consternadas, como se fosse de fato bem difícil **tolerar**” (*aushalten*). ADEODATO, João Mauricio. *A retórica constitucional (sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo)*. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 122.

²⁴⁷ ADEODATO, João Mauricio. *A retórica constitucional (sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo)*. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, págs. 117 e 118.

²⁴⁸ DELUMEAU, Jean. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Ipiranga, 2000, p. 378.

simplesmente tolerar os diferentes cultos. E na esfera da tolerância o Estado deve ser o mediador dos eventuais conflitos, e não o instigador”.²⁴⁹

Essa noção de tolerância religiosa denota certa irritabilidade iminente que qualquer mínimo movimento pode resultar em alguma calamidade. E, de fato, é o que acontece no mais das vezes.

O liame entre a tolerância e a intolerância é muito fino. Mesmo o Brasil, um País sem tradição de conflitos religiosos registra o grave caso da Guerra de Canudos, marcado pela intolerância religiosa do Estado e de uma Religião contra um líder espiritual (Antonio Conselheiro).

Sobre (in)tolerância religiosa, temos sua exemplificação fiel nos dizeres de Voltaire ao relatar os detalhes da morte de Jean Calas²⁵⁰.

²⁴⁹ SOUZA, Josias Jacintho de. *Separação entre Religião e Estado no Brasil: Utopia Constitucional?* Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 269.

²⁵⁰ O assassinio de Calas, cometido em Toulouse com o gládio da justiça, a 9 de março de 1762, é um dos mais singulares acontecimentos que merecem a atenção de nossa época e da posteridade. (...) Tratava-se, nesse estranho caso, de religião, de suicídio, de parricídio; tratava-se de saber se um pai e uma mãe haviam estrangulado seu filho para agradar a Deus, se um irmão havia estrangulado seu irmão, se um amigo havia estrangulado seu amigo, e se os juizes deviam ser censurados por terem feito morrer no suplício da roda um pai inocente, ou por haverem poupado uma mãe, um irmão, um amigo culpados.

Jean Calas, de 68 anos de idade, exercia a profissão de negociante em Toulouse há mais de quarenta anos e era reconhecido por todos que com ele viveram como um bom pai. Era protestante, assim como sua mulher e todos os seus filhos, com exceção de um, que havia abjurado a heresia e a quem o pai concedia uma pequena pensão. Jean Calas parecia tão afastado desse absurdo fanatismo que rompe todos os vínculos da sociedade, que aprovou a conversão de seu filho Louis e mantinha em sua casa, há trinta anos, uma dedicada empregada católica que ajudara a criar todos os seus filhos.

Um dos filhos de Jean, chamado Marc-Antoine, era um homem de letras: diziam-no um espírito inquieto, sombrio e violento. Esse jovem, não conseguindo nem entrar no comércio, ao qual não se ajustava, nem ser aceito como advogado, porque exigiam certificados de catolicismo que ele não pôde obter, decidiu acabar com sua vida e fez pressentir esse propósito a um de seus amigos; firmou-se em sua resolução através da leitura de tudo o que até então se escrevera sobre suicídio.

Certa vez, enfim, tendo perdido seu dinheiro no jogo, decidiu naquele mesmo dia executar seu propósito. Um amigo seu e da família, chamado Lavaisse, jovem de 19 anos, conhecido pela candura e delicadeza de seus hábitos, filho de um advogado célebre de Toulouse, havia chegado de Bordéus na véspera; casualmente jantou na casa dos Calas. O Pai, a mãe, Marc-Antoine, o filho mais velho, e Pierre, o segundo, jantaram juntos. Após o jantar retiraram-se para uma pequena sala. Marc-Antoine desapareceu; enfim, quando o jovem Lavaisse quis partir, Pierre Calas e ele, tendo descido a escada, encontraram no térreo, junto à loja, Marc-Antoine de camisolão, enforcado numa porta, e sua roupa dobrada sobre o balcão; seu camisolão estava em perfeito estado; os cabelos continuavam bem penteados; não havia no corpo nenhum ferimento, nenhum machucado.

O caso retratado por Voltaire ilustra como que a linha fina que separa a tolerância da intolerância pode se romper ao menor fibrilar de uma incitação popular fundada em fatos inverossímeis.

E com as mesmas preocupações acerca da tolerância religiosa se manifesta Bobbio: “O motivo pelo qual me ocupo das razões da tolerância no primeiro sentido é que o problema histórico da tolerância, tal como foi posto na Europa durante o período das guerras de religião, e sucessivamente pelos movimentos heréticos e depois pelos filósofos, como Locke e Voltaire, o problema tratado nas histórias da tolerância (como a mais famosa, a de Joseph Lecler, em dois volumes, 1954), é o problema relativo exclusivamente à possibilidade de convivência de confissões religiosas diversas, problema nascido na época em que ocorre a ruptura do universo religioso cristão”.²⁵¹

Como vimos, a (in)tolerância é muito presente na realidade do ser humano e, mesmo muito tempo antes de se pensar em proteção aos direitos humanos o indivíduo já sofria com

(...) Enquanto cumpriam esse dever, enquanto o pai e a mãe estavam aos soluços e em lágrimas, o povo de Toulouse junta-se em torno da casa. Esse povo é supersticioso e violento; vê como monstros seus irmãos que não são da mesma religião que ele. (...)

Algum fanático da população gritou que Jean Calas havia enforcado seu próprio filho Marc-Antoine. Esse grito, repetido, logo se tornou unânime; outros acrescentaram que o morto pretendia fazer abjuração no dia seguinte; que sua família e o jovem Lavoisier o haviam estrangulado por ódio contra a religião católica. Um momento depois, ninguém duvidava mais; toda a cidade foi persuadida de que é um imperativo religioso entre os protestantes que um pai e uma mãe devem assassinar seu filho tão logo ele queira converter-se. (...)

Ao infeliz que atentara contra si, só faltava mesmo a canonização. Todo o mundo o via como um santo; alguns o invocavam, outros iam rezar junto ao seu túmulo, outros pediam-lhe milagres, outros relatavam os que havia feito.

(...) Treze juízes reuniram-se diariamente para concluir o processo. Não tinham, não podiam ter nenhuma prova contra a família; mas a religião enganada fazia às vezes de prova. Seis juízes persistiram por muito tempo em condenar Jean Calas, seu filho e Lavoisier ao suplício da roda, e a mulher de Jean Calas à fogueira. (...)

O motivo da sentença era tão inconcebível quanto o resto. Os juízes favoráveis ao suplício de Jean Calas persuadiram os outros de que esse velho fraco não poderia resistir aos tormentos e de que confessaria, sob os golpes do carrasco, seu crime e o de seus cúmplices. Ficaram perplexos, quando o velho, ao morrer na roda, clamou a Deus em testemunho de sua inocência e conjurou-o a perdoar seus juízes.

Estes foram obrigados a pronunciar uma segunda sentença, contraditória com a primeira, ordenando a soltura da mãe, de seu filho Pierre, do Jovem Lavoisier e da empregada. Mas, tendo um dos conselheiros notado que essa sentença desmentia a outra, que elas se condenavam mutuamente e que, como os acusados estiveram juntos no momento do suposto parricídio, a ordem de soltura dos sobreviventes provava cabalmente a inocência do pai de família executado, decidiram então banir Pierre Calas, seu filho. (...)

Pierre Calas, ao sair da cidade, encontrou um abade convertido que o fez voltar a Toulouse; encerraram-no num convento de dominicanos e lá foi constringido a cumprir todas as funções da catolicidade. Era em parte o que queriam, era o preço do sangue de seu pai; e a religião, que acreditaram vingar, parecia satisfeita. (...) É, portanto, do interesse do gênero humano examinar se a religião deve ser caridosa ou bárbara. VOLTAIRE. Trad. de Paulo Neves. *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, págs. 3 a 13.

²⁵¹ BOBBIO, Norberto. Trad. Regina Lyra. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 207.

perseguições religiosas, como a inquisição, e várias tentativas de se suplantar o direito alheio a exercer a própria crença.

E, se as religiões, como vimos, têm fundamentos distintos, mas todas defendem serem as conhecedoras dos segredos ocultos que envolvem a revelação e, conseqüente, adoração ao divino, o correto seria uma harmonia entre as relações religiosas das diferentes crenças.

Sobre o assunto se manifesta Clemildo Anacleto da Silva²⁵²: “As várias tentativas de unir os grupos religiosos em prol de algo significativo para a humanidade muitas vezes não têm tido muito sucesso. Assim, sendo, essa atividade realizada em comum acordo pelos grupos, é vista como uma grande incoerência, uma vez que as religiões não se entendem para realizar e promover a paz, não poderia se entender para realizar a violência. Nestes últimos tempos podemos verificar que a religião pode funcionar tanto para a promoção da paz quanto para a promoção da violência”.²⁵³

O problema é que as próprias crenças acirram essa adoração ao ponto de incutir no pensamento do fiel que este deve defender a sua religião a todo e qualquer custo e que apenas esta possui a palavra de Deus, uma forma mascarada de intolerância, isto é, ao valorizar a própria religião o líder deprecia as demais e os fiéis, nessa toada tendem a discriminar, agredir e a agir irracionalmente contra aquilo que não conhecem e não são instigados a ter contato.

Neste aspecto não raro o fiel se transforma em um intolerante e professa aos demais os males que as outras religiões representam.

Se for analisada esta conduta sobre a ótica das religiões ocidentais teremos a intolerância religiosa e outras conseqüências similares. Contudo, o mesmo comportamento se tomado pelas

²⁵² Chama atenção o fato de a religião servir como ponto unificador e instrumento de disseminação da violência. Por muito tempo o mundo vem assistindo às divergências entre judeus e palestinos. No caso da passeata gay, líderes religiosos (cristãos, muçulmanos e judeus) se uniram para combater o evento. Daí, conclui-se que os líderes religiosos concordam em caminharem juntos quando têm algo em comum. Nesse Caso, um inimigo em comum. SILVA, Clemildo Anacleto da & RIBEIRO, Mario Bueno. *Intolerância Religiosa e Direitos Humanos Mapeamentos de Intolerância*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2007, p. 43.

²⁵³ SILVA, Clemildo Anacleto da & RIBEIRO, Mario Bueno. *Intolerância Religiosa e Direitos Humanos Mapeamentos de Intolerância*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2007, p. 44.

religiões orientais ainda podem sofrer uma clara influência do fundamentalismo religioso e, nessa questão, a intolerância se converte em atentados e, possivelmente, em algo ainda pior: o terrorismo.

8.2. Das razões da (in)tolerância

A liberdade religiosa é muito bem definida através de Declarações, acordos e tratados internacionais, contudo, na prática é muito mais complexo o problema da tolerância do que a teoria pressupõe.

A questão da crença parece despertar no imaginário das pessoas uma disputa de vida ou morte por saber se a sua crença é melhor do que a do outro. E qualquer tipo de debate acerca do tema já inflama os ânimos quase sempre acirrados.

João Mauricio Adeodato: “As democracias vivem a partir da domesticação da intolerância, pois democracia significa inclusão, regras comuns, reconhecimento do outro, fragmentação do poder. Pressupõe também certa desconfiança para com o caráter humano, sua autoindulgência, sua vaidade”.²⁵⁴

Norberto Bobbio: “Da acusação que o tolerante faz ao intolerante, isto é, de ser um fanático, o intolerante se defende acusando-o de, por sua vez, ser um cético ou, pelo menos, um indiferente, alguém que não tem convicções fortes e que considera não existir nenhuma verdade pela qual valha a pena lutar”.²⁵⁵

Por isso, no título da obra temos intolerância entre parênteses, pois, de fato, a tolerância é mascarada e, na prática, o que vemos é uma intolerância, logo, em tese o que defende e conhece como tolerância, em verdade se trata de (in)tolerância.

²⁵⁴ ADEODATO, João Mauricio. *A retórica constitucional (sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo)*. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 116.

²⁵⁵ BOBBIO, Norberto. Trad. Regina Lyra. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 207.

E os casos de intolerância não se limitam “apenas” a agressões verbais e amaldiçoamentos da crença alheia. Em crenças mais fundamentalistas, como veremos adiante, o fanatismo religioso é tamanho que até contra os próprios fiéis da mesma crença ocorrem agressões.²⁵⁶

Não raro é comum uma discussão acalorada acerca de religião, tanto que no Brasil se consagrou o ditado popular: “política, mulher e religião não se discute”. A zona fronteira que separa o respeito e a educação da agressão verbal e depois física é muito estreita e fácil de ser rompida.

Um debate qualificado de nível elevado acerca de religião somente é possível em nível acadêmico e, mesmo assim, se houver um debate com duas posições contrárias pode ocorrer o conflito.

Em dias de preocupações constantes com a dignidade da pessoa humana não mais é permissível se aceitar os preceitos arcaicos e retrógrados da (in)tolerância religiosa.

Agora vamos analisar quando que a tolerância se transforma em intolerância religiosa.

8.3. A intolerância religiosa

A intolerância religiosa existe de duas formas: a positiva e a negativa. E seguindo o mesmo conceito, pode ser aplicada de outras duas formas: de forma individual ou coletiva.

Sobre o conceito positivo e negativo da intolerância ensina Bobbio: “Intolerância em sentido positivo é sinônimo de severidade, rigor, firmeza, qualidades todas que se incluem no âmbito das virtudes; tolerância em sentido negativo, ao contrário, é sinônimo de indulgência

²⁵⁶ Exemplo claro é o Afeganistão, onde as mulheres eram sujeitas à humilhação caso não respeitassem o severo código de indumentária que as obrigava, desde 1999, a cobrir totalmente o corpo com o uso da burca, espécie de manto opaco com apenas uma pequena abertura de renda na altura dos olhos. Várias mulheres eram chicoteadas pelos talibãs (estudantes corânicos que controlavam o país desde 1996) apenas por mostrar em público a panturrilha ou calçar sapatos de cor proibida. BORGES, Edson & MEDEIROS, Carlos Alberto et alli. *Racismo, preconceito e intolerância*. 7 ed. São Paulo: Atual, 2009, págs. 50 e 51.

culposa, de condescendência com o mal, com o erro, por falta de princípios, por amor da vida tranqüila ou por cegueira diante dos valores”.²⁵⁷

A questão da tolerância religiosa passa por dois aspectos: o pessoal e o social. O primeiro se refere a sua crença no plano individual, a forma como se dedica a sua religião, se existe algum altar em sua casa, uma imagem, um espaço próprio para orações, um livro de leitura religiosa, etc. Já o segundo se refere ao trato coletivo da questão, como se portam os grupos de pessoas em relação à tolerância religiosa. Analisemos os aspectos separadamente.

E, nesse sentido, nada impede que uma pessoa seja agredida individualmente e seus perseguidores resolvam expandir suas ações ao próprio culto religioso, assim, afetando diretamente o plano coletivo. Este último, inclusive será muito importante de ser analisado por representar o conceito defendido pela Declaração Universal e todos os demais instrumentos de liberdade de culto.

A intolerância coletiva é tão ou mais potencialmente danosa que a intolerância individual.

Iremos analisar os conceitos separadamente para, depois, oferecer uma solução para a questão da (in)tolerância religiosa.

8.3.1. O plano individual

No plano individual não existem melhores exemplos do que a Declaração dos Direitos do Homem²⁵⁸ e do Cidadão de 26 de agosto de 1789²⁵⁹ e a Declaração Universal dos Direitos do Homem²⁶⁰, de 10 de dezembro de 1948²⁶¹ que garantem a liberdade de crença ao homem e o dever de respeito por parte dos demais.

²⁵⁷ BOBBIO, Norberto. Trad. Regina Lyra. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 213.

²⁵⁸ “Art. 10. Ninguém pode ser criticado pelas suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, contanto que a manifestação delas não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei”

²⁵⁹ Do original: Article 10 Nul ne doit être inquiete pour ses opinions, mêmes religieuses, poutvu que leur manifestation ne trouble pas l’orde public établi par la loi.

²⁶⁰ Art. 18. Toda homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, esse direito inclui a liberdade de manifestar essa religião ou de crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

E no plano individual, ainda, temos uma contribuição preciosa de Rafael Llano Cifuentes: “Declarar um direito não é suficiente. É necessário que, de fato, esse direito possa ser exercido de maneira mais conveniente. Não basta, por exemplo, que o Estado afirme na sua Constituição que todo cidadão tem direito ao ensino primário se realmente não fornece os instrumentos educacionais necessários para tanto. De igual maneira o direito à liberdade religiosa será mais pleno e efetivo, se o Estado não se limita exclusivamente a proclamá-lo mas se dedica vigorosamente a promover medidas que favoreçam o seu exercício de fato. Por exemplo: ajudando econômica e socialmente para que os cidadãos consigam uma formação intelectual e uma ilustração cultural que os capacite a uma autodeterminação religiosa consciente, libertando-os assim do agnosticismo e do ceticismo paralisantes e em geral de qualquer tipo de deformação patológica da consciência”.²⁶²

Sobre o assunto John Locke acredita na fé individual, portanto, cada um deve saber qual é a melhor crença e deve respeitar as demais: “Tão conforme com o Evangelho e com a razão que parece monstruoso haver homens afetados de cegueira numa tão clara luz”.²⁶³

No plano individual, temos a defesa do princípio da dignidade da pessoa humana, que deve ter seus direitos e garantias protegidas de acordo com cada ordenamento jurídico²⁶⁴.

Sobre o tema manifesta-se Paulo Hamilton Siqueira Jr.: “A tolerância é o respeito à diversidade. Esse paralelo tolerância é o principal aspecto do direito do século XXI. Precisamos desenvolver a solidariedade, além da técnica. A solidariedade é o caminho para a cidadania”.²⁶⁵

²⁶¹ Article 18. Toute personne a droit à la liberté de pensée, de conscience et de religion; ce droit implique la liberté de changer de religion ou de conviction ainsi que la liberté de manifester sa religion ou sa conviction, seule ou en commun, tant en public qu'en privé, par l'enseignement, les pratiques, le culte et l'accomplissement des rites.

²⁶² CIFUENTES, Rafael Llano. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 190.

²⁶³ LOCKE, John. *Carta sobre a Tolerância*. Edições 70, 1997, p. 91.

²⁶⁴ No Brasil a dignidade da pessoa humana é tratada na Constituição Federal de 1988: Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa humana.

²⁶⁵ SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. *A Dignidade da pessoa humana no contexto da pós-modernidade O Direito no século XXI é tolerância, bom senso e cidadania*. In José de Faria & SILVA, Marco Antonio Marques da (coord.). *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 266.

Nesse sentido o autor acredita que a tolerância reafirma o preceito da dignidade da pessoa humana.

A proteção da dignidade da pessoa humana implica não apenas na ratificação dos direitos e garantias fundamentais garantidos constitucionalmente, mas também, na defesa dos direitos humanos e a proteção do indivíduo no convívio social.

A defesa de um indivíduo acerca de uma agressão, não importa o tipo²⁶⁶, contra o seu livre exercício religioso não se restringe ao plano individual, pois os constrangimentos podem se estender também aos seus outros irmãos de fé e, assim, a intolerância passa a ocorrer no plano coletivo.

E a primeira a se manifestar de forma contrária a prática da (in)tolerância deveria ser a própria igreja, no entanto, as igrejas, de uma maneira geral, infelizmente, estão muito mais preocupadas em defender sua própria crença, pouco se importando com a promoção da paz e da harmonia das relações sociais e religiosas do ser humano como um todo.

8.3.2. O plano social ou coletivo

Já no plano social existe o convívio com os demais, o respeito e a civilidade que devem preponderar sempre, por ambas às partes tanto por aquele que deseja expressar sua fé para os demais como para aquele que presencia este ato.²⁶⁷

E Fundamental para a compreensão do tópico será a distinção entre Estado laico, caracterizado pela neutralidade religiosa, e a tolerância religiosa.

O fato de o Estado ser neutro religiosamente falando não significa que deve ser condescendente com atos de desrespeito à religião. E, também, como já dissemos anteriormente,

²⁶⁶ Física, psicológica, moral ou sexual.

²⁶⁷ No Brasil, a Constituição Federal no Capítulo I, do Título II reza: “da proteção dos direitos e deveres individuais e coletivos” (grifo nosso). Sempre que um grupo de pessoas se sentir ofendido ou hostilizado e ter seus cultos religiosos afetados de alguma forma é necessário busca a devida proteção do Estado.

não pode ser omisso em caso de divergência religiosa ou da falta de um procedimento por conduta religiosa diversa.

E o que seria intolerância religiosa coletiva?

Para John Locke existem quatro tipos de pessoas ou categorias: “1 – as que professavam um dogma oposto e contrário à sociedade humana ou aos bons costumes necessários para conservar a sociedade civil; 2 – as que eram intolerantes para todos os que não partilhavam de sua fé; 3 – as que pertenciam a uma igreja subordinada à autoridade de um soberano estrangeiro; 4 – os ateus”.²⁶⁸

A questão da intolerância se faz mais presente quando se trata de cultos religiosos, uma vez que os cultos e seus ritos são criados e desenvolvidos justamente para solidificar a adoração comum dos membros daquela comunidade.

Nos dizeres de Thales de Azevedo: “A religião civil não são somente idéias e as normas: expressa-se igualmente nos ritos desde quando a estes se reconhece a função alimentar o senso de unidade entre os membros das coletividades e de atribuir vitalidade às crenças e às doutrinas. A dramatização dos símbolos e das místicas em palavras, em gestos, em rituais, a reiteração constante dessas encenações e a renovação dos mesmos para diferentes auditórios atuam como meios de comunicação indispensáveis à consolidação dos grupos”.²⁶⁹

Nesse cenário o grupo de pessoas também pode motivar a intolerância religiosa, pois, se um grupo de pessoas não suporta os ideários de um culto pode muito bem se valer do fato de estar com seus pares e desafiar a legitimidade do outro grupo e, inclusive, acarretar danos físicos, afinal, é mais encorajador desafiar o próximo quando se está na presença de seus amigos de fé.

Quando se trata de grupos de pessoas no culto a um Deus ou uma religião temos a possibilidade de grupos mais fechados em sua própria fé e outros menos, como veremos mais

²⁶⁸ LOCKE, John. *Carta sobre a Tolerância*. Edições 70, 1997, p. 33.

²⁶⁹ AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira Um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 113.

adiante, os grupos radicais tem uma vertente fundamentalista que subverte a realidade religiosa em motivação política e caracteriza, assim, a guerra da religião contra o Estado através do terrorismo.

E a relação entre Estado e religião também determina os limites da tolerância, nos dizeres de Josias Jacintho de Souza: “A Religião e o Estado são sem ponto comum um com o outro ou, de preferência, eles não deveriam ter nenhum ponto em comum, se cada um se mantivesse estritamente em seu domínio. Apenas este mundo e seus bens interessam ao Estado; ele só pode agir sobre eles e só tem o direito de se ocupar deles. Apenas a salvação eterna e o cuidado das almas interessam à igreja; ela só pode agir sobre as almas e ela só tem o direito de se ocupar delas. A tolerância é a consequência direta dessa separação, já que cada igreja deve ser independente do Estado e não dispor de nenhum dos meios temporais de coação que ele pode ativar, já que, por outro lado, o Estado não está interessado na fé e na salvação das almas, sendo nessas matérias tão ineficaz quanto incompetente”.²⁷⁰

O Estado é o responsável pelo controle das atividades religiosas para que estas estejam dentro de uma normalidade sem ofensas ao princípio da dignidade da pessoa humana, do bem público da diferença de crenças. Quando existe uma maior permissibilidade ou uma falta de um maior controle as atividades religiosas podem crescer e ganhar contornos que no futuro poderão se voltar contra o próprio Estado.

Estado como agente da paz social interna e, também, contribuindo, via cooperação internacional para que a harmonia religiosa seja alcançada entre os países. Nesse cenário a ONU e o Tratados Internacionais exercem papel decisivo para combater a intolerância religiosa, bem como os atos terroristas.

Para finalizar esse tópico nos resta ainda que minimamente compreender qual o motivo da demora da recepção dos Tratados, Convenções e Pactos no âmbito interno e se este lento processo representa um entrave legal para a própria efetividade dos direitos humanos

²⁷⁰ SOUZA, Josias Jacintho de. *Separação entre Religião e Estado no Brasil: Utopia Constitucional?* Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009, p. 268.

fundamentais. E, por conseguinte, qual será o impacto no âmbito interno e externo dessa demora na recepção da norma de direitos humanos.

8.4. A solução para a (in)tolerância

A tolerância religiosa, da forma como é conceituada mascara uma intolerância, logo, se converte em seu conceito fundamental em uma (in)tolerância. Então, como combater ou garantir os direitos e liberdades de crenças daqueles que pretendem conviver harmonicamente em detrimento dos intolerantes?

E como afirmar que uma religião é melhor do que outra? Impossível, da mesma forma que não se pode reduzir a importância de uma em detrimento de outra.

Voltaire alerta que se aumentar o número de cultos a tendência é diminuir a intolerância: “Quanto mais seitas houver, tanto menos perigosa cada uma será; a multiplicidade as enfraquece; todas são reprimidas por justas leis que proíbem as assembléias tumultuosas, as injúrias, as sedições e que estão sempre em vigor pela força coativa”.²⁷¹

Norberto Bobbio: “Se sou o mais forte, aceitar o erro alheio pode ser um ato de astúcia: a perseguição causa escândalo, o escândalo faz crescer a mancha, a qual, ao contrário, deve ser mantida o mais possível oculta. O erro poderia propagar-se mais na perseguição do que numa benévola, indulgente e permissiva tolerância (permissiva, mas sempre atenta). Se sou o mais fraco, suportar o erro alheio é um estado de necessidade: se me rebelasse, seria esmagado e perderia qualquer esperança de que minha pequena semente pudesse germinar no futuro. Se somos iguais, entre o jogo o princípio da reciprocidade, sobre o qual se fundam todas as transações, todos os compromissos, todos os acordos, que estão na base de qualquer convivência pacífica (toda convivência se baseia ou sobre o compromisso ou sobre a imposição): a tolerância, nesse caso, é o efeito de uma troca, de um *modus vivendi*, de um *do ut dê*s, sob a égide do “se tu me toleras, eu te tolero”.²⁷²

²⁷¹ VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 29.

²⁷² BOBBIO, Norberto. Trad. Regina Lyra. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 209.

João Maurício Adeodato: “Assim como grosseria não implica coragem, tolerância tampouco significa aceitar qualquer atitude, não quer dizer pusilanimidade. Tolerância e bonomia não devem aparecer como covardia, mas ser determinado por arroubos do próprio temperamento vai indicar falta de civilidade e controle para sofrer discordâncias, sem tachar de inimigos os críticos e só transformar em amigos os bajuladores. Plutarco vai muito mais além da tolerância porque pensa de uma perspectiva moral edificante: “Sem dúvida não se vingar de um inimigo, quando a ocasião se apresenta, é humanidade! Mas compadecer-se dele quando está prostrado e assisti-lo quando está na miséria, aí está a verdadeira generosidade””.²⁷³

Carlos Eduardo Lins da Silva: “ A recusa a aceitar crenças diferentes é que torna necessária a tolerância; se apreciamos ou somos indiferentes às concepções do outro, não necessitamos de tolerância. A tolerância, pois, pressupõe a não-aceitação de uma diferença cognitiva entre convicções e atitudes que perduram de maneira racional. Se alguém rejeita negros ou muçulmanos, não vamos exigir dele tolerância, e sim de que, supere seu racismo ou preconceito religioso, pois se trata de uma questão de igualdade de direitos e não de tolerância. O pressuposto é a aceitação de que todos são *iguais* ou de “mesmo valor”na coletividade política. Essa é a norma universal que precisa ser aceita antes que possamos exigir tolerância recíproca”.²⁷⁴

Sara Guerreiro: “A liberdade religiosa só pode existir verdadeiramente num ambiente pluralista, mas o pluralismo, abre as portas à intolerância, uma vez que são necessariamente confrontadas visões diferentes do mundo e da vida. É necessário assegurar que desse confronto não resulta um conflito cujas dimensões podem colocar em causa o próprio pluralismo. Para tal, a tolerância constitui-se como conceito chave”.²⁷⁵

²⁷³ ADEODATO, João Maurício. *A retórica constitucional (sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo)*. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 139.

²⁷⁴ SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Org. *Uma Não com alma de Igreja Religiosidade e políticas públicas nos Eua*. São Paulo: Paz e terra, 2009, p. 27.

²⁷⁵ GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 88.

Julio Seoane Pinilla²⁷⁶: “Se devemos fundamentar a tolerância é porque devemos repensar cada conceito que a modernidade nos ofertou e nesse replanejamento formarmos a sociedade moderna e o homem que nela pode viver. Depois virão as negociações, as eliminações, o não permitir dentro de nosso mundo a quem consideramos estar fora dele (por exemplo a intolerância do fundamentalismo islâmico), as decisões, o reivindicar de cotas maiores de tolerância (seja na inevitável luta social e parlamentar na hora de propor e aprovar determinadas leis); e estas são as características da sociedade dentro da qual estamos e pela qual, em mais ou em menos, temos optado.”²⁷⁷

A intolerância religiosa deve ser combatida e os organismos internacionais estão atentos aos abusos dos intolerantes e a defesa dos direitos humanos busca, dentre outras coisas, exatamente essa proteção.

A previsão da Declaração Universal dos Direitos do Homem, todas as Convenções, o Pacto de Direitos Civis e Políticos, etc., têm como objetivo garantir que todos os Estados que recebem e ratificam os dispositivos da ONU criem em seu âmbito interno mecanismos de combate à intolerância religiosa e garantam a liberdade religiosa²⁷⁸.

Sobre o tema Salette Oliveira: “A tolerância é uma conquista do direito e de direito O pressuposto metafísico do campo (a natureza humana) constituiu a preposição do domínio universal (a conquista de direito) por meio da ausência de território (a tolerância é uma conquista). É assim que a conquista de direito se amplia para sua própria maioria. Não se tratará mais, tão somente dos direitos do homem e do cidadão, consagrados na Declaração de 1789, mas da universalização dos direitos humanos, prescrita na Declaração de 1948, que

²⁷⁶ SEOANE PINILLA, Julio. *Fundamentar o defender la tolerancia?* Revista *Derechos y libertades*, n. 5, v. 2, 1995, p. 93.

²⁷⁷ Tradução livre: Si debemos fundamentar la tolerância ES porque debemos repensar cada concepto que la modernidad nos há otorgado y en esse replanteamiento formamos la sociedad moderna y AL hombre que em Ella puede vivir. Después vendrán las negociaciones, las eliminaciones, El no admitir dentro de nuestro mundo a quien creemos que está fuera de El (v.g., la intolerância del integrismo islâmico), las disensiones, El reclamar cotas de tolerancia mayores (sea ia inevitable lucha social y parlamentaria a la hora de proponer y aprobar determinadas leyes); y éstas son las características de la sociedad dentro de la cual estamos y por la que, em más o em menos, hemos optado.

²⁷⁸ O Brasil signatário da grande maioria dos tratados que prevêm a liberdade religiosa, como vimos, garantiu esse direito na Constituição Federal e cumpriu com os ditames da própria ONU em receber os dispositivos no âmbito interno.

atualizará o projeto de emancipação kantiano. O brilho reluzente iluminista da tolerância veio traduzir-se na maioria do domínio jurídico-político da humanidade”²⁷⁹.

E concordamos com o posicionamento de todos os autores citados nesse capítulo sobre as alternativas para o combate à intolerância.

O problema se mostra sem solução quando os direitos humanos e os demais preceitos da ONU não são reconhecidos pelos países e, tampouco, são recepcionados em seu âmbito interno.

E, também, a outra possibilidade: ser parte dos dispositivos internacionais, porém a influência religiosa é maior e mais forte do que a busca pela defesa dos direitos humanos e o combate à intolerância.

Nestes casos é preciso saber como auxiliar essas comunidades ou compreender qual será o próximo passo que poderá substituir a (in)tolerância religiosa e, assim, trazer consequência aos demais e, inclusive, aos direitos humanos.

8.5. O próximo passo da (in)tolerância religiosa

Quando o Estado, apesar de ratificar os tratados não os cumpre na ordem interna, ou ainda pior, não ratifica o acordo e tampouco faz parte da ONU, nesses casos temos o próximo passo da (in)tolerância religiosa.

O primeiro deles é a conversão da tolerância em intolerância religiosa. Na seqüência, especialmente, nos Estados em que a religião tem uma influência política, como nos países árabes e em Israel, a intolerância é fomentada por outro elemento: o fundamentalismo religioso.

Iremos tratar do impacto e das características do fundamentalismo religioso muito em breve, porém, não poderíamos concluir a análise acerca da (in)tolerância religiosa sem antes

²⁷⁹ OLIVEIRA, Salete. *Tolerância e conquista, alguns itinerários na Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Verve: Revista semestral do NU-Sol, n. 9, 2006, p. 153.

analisar a defesa e o respeito das minorias religiosas e o grave problema que desse grupo advém: o proselitismo.

O procedimento adotado pela maioria dos países de submeter determinado instrumento legal internacional à apreciação e aprovação do Poder Legislativo tem sido apontado como um dos principais motivos da demora, às vezes demora-se mais de uma década para o acordo entrar em vigor, o que prejudica a efetivação do sistema internacional.

A burocracia interna de um país será determinante para as questões humanitárias, pois, se o ordenamento jurídico não pode ser desrespeitado, da mesma forma o conjunto de regras, tratados, convenções e pactos não podem esperar a efetivação e incorporação de cada país em sua realidade para ter efetividade plena.

Sendo assim, existe uma mínima condescendência em tolerar a demora, ainda que demasiada em muitos países, como o Brasil e os Estados Unidos que demoram, em alguns casos anos para regulamentarem um Tratado.

A efetividade do próprio sistema depende de uma maior celeridade do legislativo e do executivo dos países.

O esforço comum em criar normas de convivência harmônica entre os seres humanos por si só já representa um árduo percurso no longo alinhar de interesses.

Se ainda for preciso enfrentar o entrave interno os direitos humanos podem ser duramente afetados.

O grande problema reside no conciliar dos interesses políticos do legislativo de um País. No Brasil, por exemplo, um simples projeto de Lei pode demorar anos para ter sua apreciação e inserção no ordenamento jurídico.

E, além disso, a quantidade de emendas e remendos foi tamanha a ponto de transformar a norma em um Frankenstein normativo.

Da mesma forma temos a análise das normas internacionais com a inserção do tema na pauta para votação e a conseguinte aprovação da norma.

9. Defesa e respeito às minorias religiosas

Quando falamos em minorias religiosas, não nos referimos apenas a religiões menores, com tradições locais, mas também, a todas as outras religiões que existem em um determinado espaço territorial e que estão em menor número ante a religião predominante no País.

Exemplos não faltam: os muçulmanos na França²⁸⁰, predominantemente cristã, os católicos nos EUA, predominantemente Batistas, os católicos no norte da Índia, predominantemente Hindu, os adeptos das religiões descendentes dos países africanos como umbanda e candomblé no Brasil, predominantemente católico.

Além disso, temos os índios, os índios norte-americanos²⁸¹, os aborígenes australianos²⁸², etc.

²⁸⁰ Algo em torno de cinco milhões de muçulmanos na França.

²⁸¹ Antes da chegada do homem branco, havia mais de 500 tribos de Índios, chamados pelas-vermelhas, na América do Norte, sendo a maioria proveniente da Ásia, remontando a 8.000 a.C. Sioux, Cree, Cherokee, Crow, Ohama, Seneca, Shoshone, Cheyenne, Iroquê, Algonquin eram algumas dessas tribos. Viviam, em geral, isoladas umas das outras e tinham suas próprias línguas e religiões. CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 58.

²⁸² Os povos aborígenes australianos vivem na Austrália há mais de 50.000 anos, muito antes que o hinduísmo tivesse iniciado e muito antes que Buda ou Jesus tivesse vivido. Os aborígenes australianos vivem em grupos pequenos com cerca de 100 pessoas. As comunidades Aranda, Pintubi, Walbiri, Yolgnu, Dalabon, Pitjantjatjara são algumas entre muitas outras espalhadas pelo norte, sul, leste e oeste do grande continente australiano. Havia, na Austrália, mais de 500 comunidades com mais de 200 línguas diferentes antes de o homem branco chegar. A maioria dessas comunidades tem sua própria religião. Os arandas, que vivem na Austrália central, têm suas próprias histórias religiosas e cerimônias, assim como os yolgnus, do norte da Austrália, e o mesmo ocorre com as outras comunidades. CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003, p. 52.

9.1. Conceito de minoria religiosa

Minoria²⁸³: “1. Condição do que numericamente inferior a outro. 2. A parte menos numerosa de uma assembléia ou conselho deliberativo, que não concorda com as idéias da parte mais numerosa. 3. Subgrupo existente dentro de uma sociedade que se considera e/ou é considerado diferente do grupo maior e/ou dominante, em razão de características étnica, religiosas, ou de língua, costume, nacionalidade etc., E quem, por essa razão, não tem os mesmos direitos e/ou mesma oportunidades que o grupo majoritário, ou é alvo de discriminação ou preconceito.”²⁸⁴

Luis Prieto Sanchis²⁸⁵: Me parece uma verdade bastante óbvia qe o marco do constitucionalismo liberal ao que genericamente temos chamado de minorías culturais, tenham ou nao uma base étnica, religiosa ou lingüística, não podem representar nunca o fundamento de um tratamento discriminatório; os costumes, as crenças religiosas, as opiniões, ou a cultura não são elementos que, em principio, proporcionem uma razão que permita estabelecer limites ou restrições ao exercício dos direitos ou da aquisição de qualquer status jurídico. Com maior razão, o mesmo se pode dizer sobre as minorías que se definem em função de uma posição de desvantagem socioeconômica. Os argumentos de filosofia moral e política que sujam a nosso modelo constitucional são os próprios da cultura e podem ser resumidos em três: liberdade, igualdade e laicismo”²⁸⁶.

²⁸³ Derivado do latim *minor* (menor), é empregado para, em comparação a outro número ou quantidade, demonstrar a *inferioridade* daquele a que se refere. É oposto, assim, à *maioria*, cujo sentido demonstra o número ou quantidade contrária. Em sentido político, assim se designa o *agrupamento* de pessoas, originadas da mesma raça, falando o mesmo idioma e tendo a mesma religião e costumes, existente em localidade não pertencente ao país de origem: mas, mantendo uma *vontade de ser uma parte* da terra de origem. SILVA, De Plácido e. **Dicionário Jurídico Conciso**. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 506.

Minoria. 1. Inferioridade numérica. 2. A parte menos numerosa de um corpo deliberativo, de uma Câmara Legislativa. 3. Menoridade. // *Minoria nacional*, agrupamento de pessoas unidas pela língua e pela religião e existente dentro de uma coletividade mais importante com língua e religião diferentes. **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo, 1998, vol.16, p. 4005.

²⁸⁴ **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1928.

²⁸⁵ PRIETO SANCHIS, Luis. *Igualdad y minorías*. *Revista Derechos y libertades*, n. 5, v. 2, 1995, p. 125.

²⁸⁶ Tradução livre: Me apreçe uma verdad bastante obvia que El marco del constitucionalismo liberal las que genericamente hemos llamado minorias culturales, tengan o no una base étnica, religiosa o lingüística, no pueden representar nunca el fundamento de un tratamiento dsicriminatorio; las costumbres, las creencias religiosas, las opiniones o la cultura no son elementos que, em principio, proporcionen una razón que permita establecer limites o restricciones AL ejercicio de los derechos o a la adquisición de cualquier estatus jurídico. Com mayor razón, lo mismo puede decirse de las minorias que se definen em función de una posición de desventaja socioeconômica. Los

Edson Borges: “Minorias são grupos marginalizados ou vulneráveis que vivem à sombra de populações majoritárias. Possuem costumes e práticas culturais baseados em valores diferentes dos da cultura majoritária ou dominante. As minorias estão presentes desde a Antiguidade em muitas sociedades e países. Atualmente, discute-se muito o estabelecimento de seus direitos. São exemplos de segmentos minoritários os povos autóctones ou indígenas, os migrantes, os imigrantes, os refugiados, os deslocados e os exilados”.²⁸⁷

O caso de desrespeito às minorias se refere à criação de uma desconfiança em relação ao outro²⁸⁸, quem seria esse outro? Aquele que representa uma ameaça à tranquilidade dos moradores de uma comunidade ou de um país. Então podemos elencar: os ciganos e suas crenças em relação aos franceses, os imigrantes que vão procurar a própria sorte em outros países como os mexicanos nos EUA, etc.

Todos os grupos de imigrantes em outros países são pequenos se comparados ao país que se mudaram e salvo, os raros, casos em que as religiões são as mesmas temos sempre problemas de tolerância religiosa por parte dos residentes em relação aos imigrantes. Além, é claro, da possibilidade do desenvolvimento do preconceito, xenofobia e racismo.

Com isso é possível incitar a fúria de uma pequena comunidade ou de um grupo religioso contra todo um país por conta da intolerância religiosa. Atentos a essas possibilidades os órgãos internacionais, capitaneados pela ONU desenvolveram um sistema protetivo através da defesa dos direitos humanos.

Sendo assim, uma série de Convenções, Tratados, Pactos foi criada para edificar a proteção e defesa das minorias religiosas.

argumentos de filosofia moral y política que subyacen a nuestro modelo constitucional son los propios de la cultura ilustrada y pueden resumirse en los tres siguientes: libertad, igualdad y laicismo.

²⁸⁷ BORGES, Edson & MEDEIROS, Carlos Alberto et alli. *Racismo, preconceito e intolerância*. 7 ed. São Paulo: Atual, 2009, p. 21.

²⁸⁸ O *outro* – personificado no diferente, no estrangeiro ou no muçulmano – passa a ser potencialmente um inimigo que lhe pode fazer mal, seja ele o vizinho estranho que pode ser um terrorista, seja o imigrante que fazia um trabalho que você não queria, mas que – agora – pode ser a sua alternativa de trabalho. E a crença religiosa transforma-se num instrumento mais importante de discriminação e estímulo à intolerância. SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Org. *Uma Não com alma de Igreja Religiosidade e políticas públicas nos EUA*. São Paulo: Paz e terra, 2009, p. 26.

Yves Charles Zarka²⁸⁹: “Em primeiro lugar, há um embate nas democracias constitucionais em decorrência de grupos, de comunidades, digamos geralmente tidos como minorias em várias naturezas (étnicas, religiosas, culturais, inclusive linguísticas) que desejam conservar suas identidades, as quais são evidentemente diversas do grupo ou comunidade majoritária. Ainda que as tensões existam no seio das democracias constitucionais e sejam por vários aspectos diferentes dos conflitos religiosos do começo da modernidade, há, pelo menos, dois elementos que os identificam: 1. A exigência de definir os termos e as formas de se instaurar uma coexistência; 2. A exigência de encontrar um espaço comum ao qual a coexistência possa se inserir. A questão da tolerância, então, se resume em: como conservar as diferenças, inclusive as divergências, dos modos de identificação dos diversos grupos (tanto os minoritários quanto os majoritários), portanto, reconhecer a legitimidade da diversidade de religiões, de culturas e de valores”²⁹⁰.

E, apesar de já termos apresentado e trabalhado o tema no capítulo 3 desta obra, iremos retomar o assunto citando quais foram ações que a ONU criou para garantir a liberdade religiosa, a liberdade de culto das minorias religiosas e, também, para impedir que exista qualquer tipo de segregação, impedimento de ensino às futuras gerações em virtude de se tratar de minoria, etc.

²⁸⁹ ZARCA, Yves Charles. *La tolerância o cómo coexistir em um mundo desgarrado*. Revista *Derechos y libertades*, n. 12, v. 8, 2003, p. 392.

²⁹⁰ Tradução livre: Em primer lugar, las democracias constitucionales se enfrentan hoy a la presencia de grupos, de comunidades, digamos más generalmente de minorias de diversa naturaleza (étnicas, religiosas, culturales, incluso lingüísticas) que quieren conservar sus identidades, las cuales son evidentemente diferentes a la del grupo o de la comunidad mayoritaria. Aunque las tensiones identitarias en el seno de las democracias constitucionales sean por muchos aspectos diferentes de los conflictos religiosos del comienzo de la modernidad, hay, al menos, dos elementos que los acercan: 1. La exigencia de definir los términos y las modalidades de la instauración de una coexistencia; 2. La exigencia de encontrar de encontrar un espacio común en el que esta coexistencia pueda inscribirse. La cuestión de la tolerancia se convierte en la siguiente: cómo conservar las diferencias, incluso las divergencias, de los modos de identificación de los diversos grupos (tanto minoritarios como mayoritarios), es decir, reconocer la legitimidad de la diversidad de religiones, de culturas y de valores.

9.2. Os direitos humanos e a proteção às minorias religiosas

Os direitos humanos não ficaram silentes ou não preveriam a questão da intolerância religiosa em relação às minorias.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, através do Art. 18²⁹¹:

“Art. 18. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

A Convenção Européia de Direitos do Homem, através do artigo 9^o²⁹²:

“Art. 9º 1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença, assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou coletivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos. 2. A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou coletivamente, não pode ser objeto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à proteção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à proteção dos direitos e liberdades de outrem”.

²⁹¹ Sobre o assunto temos ainda o artigo 26. 2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

²⁹² Temos ainda: Art. 14. O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

A Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio e o artigo 2º:

“Art. 2º. Na presente Convenção, genocídio significa qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) matar membros do grupo; b) causar sérios danos físicos ou mentais a membros do grupo; c) infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física no todo ou em parte; d) medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e) transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo”.

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados:

“Art. 4º. Refere-se aos refugiados se conceda os mesmos direitos que os nacionais “no que diz respeito à liberdade de praticar sua religião e liberdade no que respeita à educação religiosa de seus filhos”.

Convenção relativa aos Apátridas²⁹³, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial ao qual destacamos o artigo 1º²⁹⁴:

“Art. 1º. 1. Na presente Convenção, a expressão “discriminação racial” significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo ou efeito anular ou restringir o

²⁹³ Artigos 3º e 4º: Contêm a mesma língua, no que diz respeito à religião ou crença, como os encontrados na Carta das Nações Unidas e da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados.

²⁹⁴ Art. 7º. Os Estados Partes se comprometem a adotar medidas imediatas e eficazes, nomeadamente nos domínios do ensino, educação, cultura e informação, com vista a lutar contra preconceitos que conduzam à discriminação racial e promover a compreensão, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais ou étnicos, bem como propagar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e da presente Convenção.

reconhecimento, gozo ou exercício, em pé de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.”

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos que possui uma série de regramentos e destacamos o artigo 2º²⁹⁵:

“Art. 2º. 1. Cada Estado Parte no presente Pacto compromete-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos no seu território e sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem distinção de qualquer espécie, seja raça, cor, sexo, língua, religião, de opinião política ou outra, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição”.

O Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, através do artigo 13.3:

“Art. 13. 3. Os Estados partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais – e, quando for o caso, dos tutores legais – de escolher para seus filhos escolas distintas daquelas criadas pelas autoridades públicas, sempre que atendam aos

²⁹⁵ Sobre o tema temos ainda:

Art. 18. 1. Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha e liberdade, individualmente ou em comunidade, com outros e em público ou privado, de manifestar a religião ou crença em culto, costume, prática e ensino. 2. Ninguém será submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha. 3. Liberdade de religião ou crenças podem estar sujeitos apenas às limitações previstas pela lei e consideradas necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral ou os direitos fundamentais e liberdades de outrem. 4. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e, quando for o caso, dos tutores legais de assegurar a educação religiosa e moral de seus filhos de acordo com suas próprias convicções.

Art. 26. Todas as pessoas são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer discriminação, a igual proteção da lei. A este respeito, a lei deve proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra situação.

Art. 27. Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não deve ser negado o direito de, em comunidade com os outros membros de seu grupo, para desfrutar de sua própria cultura, professar e praticar sua própria religião, ou para usar sua própria língua.

padrões mínimos de ensino prescritos ou aprovados pelo Estado, e de fazer com que seus filhos venham a receber educação religiosa ou moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”.

A Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença e o artigo 1º:

“Art. 1º. 1. Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de ter uma religião ou convicção a sua escolha, e a liberdade, seja individualmente ou em comunidade com outros e em público ou privado, de manifestar a religião ou crença em culto, costume, prática e ensino. 2. Ninguém será submetido a medidas coercitivas que possam restringir a sua liberdade de ter uma religião ou crença de sua escolha. 3. A liberdade de professar sua religião ou crença estará sujeita apenas às limitações previstas pela lei e que são necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral ou os direitos fundamentais e liberdades de outrem”.

A Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Lingüísticas e o artigo 2º:

“Art. 2º. 1. As pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e lingüísticas (doravante denominadas “pessoas pertencentes a minorias”) terão direito a desfrutar de sua própria cultura, a professar e praticar sua religião, e a utilizar seu próprio idioma, em privado e em público, sem ingerência nem discriminação alguma. 2. As pessoas pertencentes a minorias têm o direito de participar efetivamente na vida cultural, religiosa, social, econômica e pública”.

A Carta Árabe de Direitos Humanos, através do artigo 2º²⁹⁶:

²⁹⁶ Temos ainda:

Art. 26. Toda a pessoa tem direito garantido a liberdade de crença e opinião.

“Art. 2º. Cada Estado Parte compromete-se a Carta atual para garantir a todos os indivíduos no seu território e sujeitos à sua jurisdição o direito de desfrutar de todos os direitos e liberdades nela reconhecidos, sem qualquer distinção em razão de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição e sem qualquer discriminação entre homens e mulheres”.

A Declaração e Programa de Ação de Viena através da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos através dos seguintes itens:

“Item 19. Considerando a importância da promoção e da proteção dos direitos de pessoas pertencentes a minorias e o contributo de tal promoção e proteção para a estabilidade política e social dos Estados onde vivem essas pessoas,

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma a obrigação para os Estados de garantir que as pessoas pertencentes a minorias possam exercer de forma plena e efetiva todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais sem qualquer discriminação e em plena igualdade perante a lei, de acordo com a Declaração sobre os Direitos de Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Lingüísticas.

As pessoas pertencentes a minorias têm o direito de usufruir a sua própria cultura, de professar e praticar a sua religião e de se exprimir na sua língua, tanto em privado como em público, livremente e sem interferências ou qualquer forma de discriminação.

Item 33. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos reafirma que os Estados estão vinculados, conforme previsto na Declaração

Art. 27. O adepto de cada religião tem o direito de praticar seus rituais religiosos e de manifestar suas opiniões através da expressão prática ou de ensino, sem prejuízo dos direitos dos outros. Nenhuma restrição deve ser imposta ao exercício da liberdade de crença e opinião, exceto nos casos previstos em lei.

Universal dos Direitos do Homem, no Pacto Internacional sobre os Direitos econômicos, Sociais e Culturais e noutros instrumentos internacionais de Direitos Humanos, a garantir que a educação se destine a reforçar o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realça a importância de incluir a questão dos Direitos Humanos nos programas de educação e apela aos Estados para o fazerem. A educação deverá promover à compreensão, a tolerância, a paz e as relações amistosas entre as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, e encorajar o desenvolvimento de atividades das Nações Unidas na prossecução destes objetivos. Assim, a educação em matéria de Direitos Humanos e a divulgação de informação adequada, tanto teórica como prática, desempenham um papel importante na promoção e no respeito dos Direitos Humanos em relação a todos os indivíduos, sem distinção de qualquer tipo, nomeadamente de raça, sexo, língua ou religião, devendo isto ser incluído nas políticas educacionais, quer a nível nacional, quer internacional. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos observa que as limitações de recursos e a falta de adequação das instituições podem impedir a imediata concretização destes objetivos.

Parte II Item 22. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela a todos os Governos para que adotem todas as medidas adequadas, em conformidade com as suas obrigações internacionais e no respeito pelos respectivos sistemas jurídicos, para combater a intolerância e a violência com ela conexa que tenham por base a religião ou o credo, incluindo práticas discriminatórias contra as mulheres e profanação de locais religiosos, reconhecendo que cada indivíduo tem direito à liberdade de pensamento, consciência, expressão e religião. A Conferência convida, igualmente, todos os Estados a porem em prática as disposições da Declaração sobre a

Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação baseadas na Religião ou no Credo.

Item 26. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta os Estados e a comunidade internacional a promover e proteger os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e lingüísticas, em conformidade com a Declaração sobre os Direitos das Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e lingüísticas.

Item 27. As medidas a adotar, se necessário, deverão consistir, nomeadamente, em facilitar a participação plena dessas pessoas em todos os aspectos da vida política, social, religiosa e cultural da sociedade e no progresso econômico e desenvolvimento dos seus países”.

Esses são os principais exemplos de que os direitos humanos estão atentos e protegem as minorias religiosas.

9.3. A relação do Estado com a defesa das minorias

Quando um Estado adota oficialmente uma religião existe um problema acerca da tolerância, como veremos um pouco mais adiante, pois, pode ocorrer algum tipo de norma ou regra a ser respeitada por parte dos não adeptos da religião oficial²⁹⁷.

²⁹⁷ Clemildo Anacleto acerca do relatório produzido anualmente pelos EUA acerca da intolerância religiosa e desrespeito às minorias: “O relatório detectou que mesmo alguns países sendo signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda assim existe perseguição a minorias religiosas, estabelecimento de leis que acabam beneficiando determinado grupo religioso em detrimento de outros ou leis que estigmatizam grupos como “seitas” ou perigosos. Esse relatório constatou que no Afeganistão houve perseguição por parte do *Talibã* a minorias religiosas e destruição de duas esculturas de Buda de valor incalculável. Percebeu-se também que os muçulmanos não podem apostatar de sua fé, são proibidos de se converter a outro grupo e houve proibição à minoria não-muçulmana de construir lugares de adoração. Na Birmânia o governo proibiu a distribuição de bíblias e material muçulmano. Dificultou a cristãos e muçulmanos construções de lugares de adoração”. SILVA, Clemildo Anacleto da & RIBEIRO, Mario Bueno. *Intolerância Religiosa e Direitos Humanos Mapeamentos de Intolerância*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2007, p. 57

No Brasil veremos como se processa a questão da defesa das minorias e mais, se o Estado pode se intrometer nessa questão ou como fica o papel estatal ante a uma áspera discussão entre um adepto da religião hindu com um católico. Da mesma forma responderemos se o Estado deve intervir se um católico quebra as oferendas religiosas de um ritual de candomblé, além de outras questões atinentes ao tema

Essas e tantas outras perguntas permeiam a questão da tolerância religiosa e, principalmente no que tange às minorias religiosas. A função do Estado é harmonizar as relações sociais e garantir o bem de uso comum e no quesito religioso adotar uma posição de neutralidade²⁹⁸, sem, contudo, deixar que a turbacão social ocorra ou o distúrbio da própria ordem pública, portanto, se uma manifestacão religiosa depredar patrimônio público cabe responsabilizacão sobre os envolvidos.

Se houver desrespeito, agressão ou qualquer tipo de violênciã também deve intervir o Estado em proteger o agredido, ainda que apenas no plano moral.

Não se pode confundir liberdade religiosa com libertinagem. Se respeitar todas as crenças não é sinônimo de agressão, depredacão, ou de violacão do direito de terceiro.

Sobre liberdade religiosa contribui Milton Ribeiro: “Daqui se segue claramente que nenhum indivíduo, nenhuma coleçã de indivíduos, nenhuma autoridade humana, por mais legítima ou respeitável que seja, é competente para se interpor entre o homem e Deus e para obrigar pela força o mesmo homem a ter esta ou aquela Religião”.²⁹⁹

Sara Guerreiro: “Numa sociedade caracterizada pelo pluralismo religioso, determinadas limitações a práticas religiosas ou a costumes que devem a sua origem a doutrinas religiosas, podem ser necessárias, de forma a reconciliar os interesses dos diferentes grupos, especialmente

²⁹⁸ A neutralidade pode assumir um caráter negativo ou positivo. O conceito de neutralidade negativa liga-se ao facto de o Estado admitir as mais diversas manifestações das convicções religiosas, não rejeitando qualquer das supostas religiões ou crenças. A neutralidade positiva implica o compromisso do Estado de assegurar, na prática, a todos o livre exercício da sua religiã, colocando à sua disposiçã os meio que lhe permitam vivê-la. GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convençã Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 76.

²⁹⁹ RIBEIRO, Milton. *Liberdade religiosa: Uma proposta para debate*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002, p. 35.

entre minorias e maiorias. Essas limitações não devem estabelecer-se de forma a sacrificar as minorias às maiorias, mas apenas para garantir uma maior medida de liberdade para toda a sociedade’.³⁰⁰

A civilidade deve permear sempre as relações sociais e cabe ao Estado através do poder de polícia determinar que as relações sejam feitas com a maior lisura.

E quando aparecem dúvidas sobre comportamentos e modos de agir envolvendo as minorias religiosas, cabe ao Estado intervir.

No Brasil, podemos citar alguns exemplos recentes: a aplicação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, pelo Estado³⁰¹, no qual o exame começa na manhã de sábado e, de acordo com as orientações religiosas, nem judeus e nem os adventistas podem participar até o por do sol.

A solução encontrada foi recepcionar os alunos adeptos dessas duas religiões e colocá-los em locais separados dos demais para que pudessem esperar o por do sol para começar a prova.

Da mesma forma temos a necessária intervenção estatal quando ocorre algum problema hospitalar envolvendo os religiosos do credo conhecido como Testemunhas de Jeová.

Segundo seus dogmas religiosos não é possível um Testemunha de Jeová receber transfusão de sangue, logo, se não houver o consentimento haverá a discussão ética se o médico pode realizar o procedimento, independente da vontade do paciente³⁰², e caberá ao Estado, via judicial decidir a questão ética envolvida³⁰³.

³⁰⁰ GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 62.

³⁰¹ Os direitos e garantias individuais e coletivos estão preservados e garantidos pela Constituição Federal de 1988, como garantia da ordem e da paz social e cabe ao Estado atuar como um mediador, o ente que irá harmonizar as condutas e irá propiciar a solução para casos de intolerância religiosa, ou, ainda, disseminar dúvidas sobre procedimentos éticos e morais envolvendo a tolerância religiosa.

³⁰² Caso recente que tramita na justiça nacional, segundo o qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) decidiu em 18 de novembro de 2010, que o casal Helio Vitoria da Silva e Ildelir Bonfim de Souza irá a júri popular em decorrência da morte da filha de 13 anos em 1993 por não receber uma transfusão de sangue. O casal é Testemunha

E, uma pergunta final: de que adianta a liberdade religiosa se os costumes e tradições são sumariamente ignorados? Esse é o conflito entre o universalismo e o relativismo cultural e a relação com os direitos humanos a certas práticas que afrontam a dignidade da pessoa humana, no entanto, estão presentes na cultura local. Então surge o dilema: proteger o sistema como um todo e ser intolerante com as minorias ou aceitar o multiculturalismo e ser incoerente com o próprio sistema de direitos humanos?

9.4. Multiculturalismo

Na esteira da proteção das minorias religiosas, outro fator deve ser analisado: a proteção aos costumes e tradições das sociedades.

Em um primeiro momento pode-se pensar em proteção às minorias, porém, não é o caso, pois, as tradições de um povo tanto podem se relacionar a minoria como a todo um país, como veremos a seguir.

O tema se refere à proteção e respeito à diferença entre universalismo e relativismo cultural.

Sobre o assunto Flávia Piovesan³⁰⁴: “Para os universalistas, os direitos humanos decorrem da dignidade humana, na condição de valor intrínseco à condição humana. Defende-se, nesse perspectiva, o mínimo ético irreduzível – ainda que se possa discutir o alcance desse “mínimo ético” e dos direitos nele compreendidos. Para os relativistas, a noção de direitos está estritamente

de Jeová, seita religiosa que se opõe a esse tipo de procedimento. Um médico, amigo da família, também foi denunciado.

³⁰³ Três dos cinco desembargadores da 9ª Câmara de Direito Criminal do TJSP votaram pela manutenção de sentença de primeira instância dada, em 2006, pela Vara do Júri de São Vicente. Dois magistrados se manifestaram a favor da absolvição do casal.

³⁰⁴ Na crítica dos relativistas, os universalistas invocam a visão hegemônica da cultura eurocêntrica ocidental, na prática de um canibalismo cultural. Já para os universalistas, os relativistas, em nome da cultura, buscam acobertar graves violações a direitos humanos. Ademais, complementam, as culturas não são homogêneas, tampouco compõem uma unidade coerente; mas são complexas, variáveis, múltiplas, fluidas e não estáticas. PIOVESAN, Flávia Cristina. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 17.

relacionada ao sistema político, econômico, cultural, social e moral vigente em determinada sociedade. Cada cultura possui seu próprio discurso acerca dos direitos fundamentais, que está relacionado às específicas circunstâncias culturais de cada sociedade. Não há moral universal, já que a história do mundo é a história de uma pluralidade de culturas. Há uma pluralidade de culturas no mundo, e essas culturas produzem seus próprios valores”³⁰⁵.

O exemplo sobre relativismo cultural que é fortemente combatido pelos direitos humanos é o da mutilação genital feminina³⁰⁶, muito comum em países da África.

A prática é condenada pelos direitos humanos por se tratar de um ato de violência contra a mulher. No entanto, em alguns países, a tradição e o costume é tão forte que até o instrumento usado no processo, uma pequena faca, é transmitida de geração para geração. E se uma menina, pois, em geral o ato é realizado como uma cerimônia de passagem da adolescência para a fase adulta, se recusa a fazer a prática ela se torna mal vista perante a tribo.

Ocorre que o procedimento é feito de forma rústica e rudimentar, muitas vezes sem qualquer tipo de anestesia e esterilização é uma palavra inédita no processo e, muitas meninas morrem no transcurso do ritual.

No mundo ocidental essa prática é vista como uma abominação aos direitos da mulher. Contudo, as várias tentativas de suprimir sua prática resultaram em danos ainda maiores, pois, as famílias fugiam e se escondiam para realizar o ritual, logo, o relativismo cultural, apesar de ser uma prática que fere por completo os preceitos dos direitos humanos é necessário se respeitar os direitos às minorias, se for essa a vontade do povo e da própria envolvida.

Da mesma forma os povos indígenas possuem um ritual que determina aos jovens o rompimento da adolescência para a fase adulta. As provas e os testes são duros, como caçar, enfrentar animais, etc., se completado o ritual completo o jovem será agora tratado como o mais novo homem da tribo. Temos também os judeus ortodoxos em relação ao vestuário; como

³⁰⁵ PIOVESAN, Flávia Cristina. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006, págs. 16 e 17.

³⁰⁶ A Mutilação Genital Feminina termo que descreve esse ato com maior exatidão, é vulgarmente conhecida por excisão feminina ou Circuncisão Feminina. É uma pratica que consiste na amputação do clitóris da mulher de modo a que esta não possa sentir prazer durante o ato sexual.

algumas tribos da África ainda praticam o canibalismo para defenderem sua comunidade da ação dos invasores³⁰⁷.

Pablo O'Farrell acerca do multiculturalismo: “Entre las reivindicaciones del multiculturalismo destaca La demanda de reconocimiento de derechos colectivos para determinados grupos sociales que reúnan determinadas características. U este es, sin Duda, uno de los puntos más importantes del multiculturalismo y que más controversias há provocado”.³⁰⁸

O que se defende com o relativismo, ou o pluralismo como querem alguns autores é que se respeitem os valores das sociedades. Não é possível se ter uma única sociedade que seja universal. Então, se os direitos humanos defendem o respeito à liberdade religioso e o direito das minorias, da mesma forma deve ser respeitada a cultura e a tradição dos povos. Desde que não haja desrespeito à dignidade da pessoa humana e ao ser humano de uma maneira geral.

Não podemos confundir a liberdade com a tradição e aos costumes de um povo como pretexto para restringir ou atacar a liberdade religiosa alheia. Os regimes autoritários usam esse argumento como forma para suprimir a vontade das minorias³⁰⁹.

³⁰⁷ Várias atitudes religiosas esquisitas a que é de fora. Muitos devotos em todo o mundo diferenciam-se fisicamente: enquanto monistas raspam a cabeça, os jainas a cobrem e varrem o chão antes de pisar para não matar os insetos, e clérigos em geral usam roupas que os distinguem do resto da sociedade. Muitos povos também recorrem a alguma forma de intervenção cirúrgica que altera características físicas. Entre os aborígenes australianos, uma pedra ou osso é inserido no pênis dos adolescentes, mediante incisão na uretra. Os judeus e muçulmanos submetem seus filhos à circuncisão e, em algumas sociedades islâmicas, as meninas são também circuncisadas ou sofrem outras formas de mutilação genital. Grupos tão diversos quanto os nuer, do Sudão, e os Iatmul, da Nova Guiné, obrigam os jovens a escarificações rituais. As cerimônias de iniciação, conhecidas como ritos de passagem, costumam ser brutais. Entre os nativos americanos, os meninos apaches eram forçados a se banhar em águas glaciais, os *luiseños* se iniciavam pressionados a permanecer deitados e imóveis e eram picados por formigas, enquanto as garotas tukunas tinham os cabelos arrancados. REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO nº 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro*, p. 44.

³⁰⁸ O'FARRELL, Pablo Badillo (org). *Pluralismo, tolerancia, multiculturalismo Reflexiones para un mundo plural*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, 2003, p. 21.

³⁰⁹ Nesse sentido Clemildo Anacleto: “Tradição e cultura não podem servir de pretextos para restringir convicções religiosas e suas manifestações religiosas e suas manifestações legítimas. Os regimes autoritários freqüentemente tentam calar a religião porque elas pregam uma autoridade que está além do Estado. Assim sendo, torna-se ameaça à ideologia dominante. Por essas atitudes, percebe-se que em algumas regiões a religião é vista como componente político e ideológico para manter a unidade e salvaguardar-se de ideologias que possam comprometer a estabilidade política. Nesse aspecto a intolerância ou, pelo menos, a falta de liberdade religiosa, faz parte também de um projeto de dominação e de sustentação ideológica. SILVA, Clemildo Anacleto da & RIBEIRO, Mario Bueno. *Intolerância Religiosa e Direitos Humanos Mapeamentos de Intolerância*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2007, p.58.

Apesar de o assunto ser extenso e complexo faremos alguns breves apontamentos acerca do tema. A questão que envolve o universalismo x relativismo é uma das bases do conflito que cerca a intolerância, pois, o não respeitar a cultura e tradições alheias também é uma forma de intolerância. O nosso posicionamento é que o multiculturalismo deve existir, cada comunidade tem seus próprios rituais e não é função deste ou daquele Estado intervir em seus costumes.

A discussão que se faz relevante é acerca dos direitos humanos, pois, segundo os preceitos universais instituídos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem rituais como o da mutilação genital feminina fere toda a dignidade da pessoa humana e se trata de uma nítida afronta aos direitos humanos.

Sobre isso não resta discussão, no entanto, o costume e a tradição local também devem ser analisados, logo, a solução que apontamos é que um grupo das Nações Unidas converse e apresente os males da prática, não apenas da mutilação genital feminina, como de uma série de outros rituais praticados pelas tribos e comunidades ao longo do planeta.

Após a apresentação o povo tem o direito de escolha, se o resultado for a manutenção do costume, ainda que contra os direitos humanos, o mesmo deverá ser respeitado.

A intolerância não pode ocorrer e o respeito ao ser humano e suas crenças e cultos devem preponderar ante a sua própria comunidade e a ONU e os direitos humanos também devem respeitar esse desejo e manifestação cultural.

Não se defende o canibalismo, os rituais satânicos, porém, se o próprio Estado concorda com as práticas, então é necessário respeitar a sua soberania.

A ONU poderá intervir se este mesmo Estado for signatário das Convenções, Pactos e Declarações que protegem a dignidade da pessoa humana, pois, nesse caso, existe o compromisso de ratificar os direitos humanos no âmbito interno.

E essa imposição pode acontecer na forma de intolerância ou através de outra forma que ainda não estudamos: o proselitismo.

10. Proselitismo

Cada religião tem suas singularidades e é dever de todos usufruírem da liberdade religiosa e, também, do respeito à liberdade de culto e crença alheia.

Os direitos humanos garantem o pleno exercício da liberdade religiosa e o combate à intolerância tanto para um indivíduo, um grupo de pessoas ou uma minoria religiosa. Todavia, existe um aspecto que ainda não foi considerado: e se algum membro dessa minoria ou até mesmo um grupo resolve tentar convencer membros da religião dominante a se converter para sua religião minoritária?

Esse “teste” acerca da segurança do ser humano em sua própria fé recebe o nome de proselitismo, quando bem sucedido e ocorre a mudança de religião³¹⁰.

E não apenas de tentar converter o próximo que podemos conceituar o proselitismo, mas também, do próprio convencimento de que a sua religião é boa, eficaz e o caminho correto rumo ao criador, independentemente do que pode professar as demais, ou seja, o proselitismo como forma de ratificar a própria religião, crença e culto ofertado ao fiel.

³¹⁰ O direito de tentar converter os outros a aderir às suas crenças é, para algumas religiões, uma verdadeira razão de ser da sua fé. Sem este, a religião pode, inclusivamente, deixar de fazer sentido. GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 173.

10.1. Conceito de proselitismo

Proselitismo³¹¹. Zelo ou diligência em fazer prosélitos: *o proselitismo religioso*. Prosélito³¹². Do grego *proselytos*, pelo latim eclesiástico *proselytus*). 1. Pessoa que se converteu a uma religião. – 2. Pessoa que abraçou uma seita, uma doutrina, um partido; adepto, partidário. – 3. Pessoa que abjurava suas crenças para adotar a religião judaica.

Proselitismo, então, deve ser entendido como o convencimento de uma pessoa a trocar de religião, ou caso não possua uma a aderir a uma determinada crença.

E podemos citar duas, dentre várias religiões que possuem essa prática: os Testemunhas de Jeová³¹³ e os Mórmons³¹⁴.

O proselitismo é a forma encontrada pelas religiões tanto no papel dominante, como maioria, ou como minoria religiosa, para atrair novos fiéis a sua crença. Para isso, uma gama de estratégias e formas de apresentação dessa crença é desenvolvida. Tudo no intuito de convencer o indivíduo de que a sua religião não é a adequada e que se sentirá muito melhor física, moral, psicológica e espiritualmente se migrar e adotar a nova palavra.

³¹¹ **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo, 1998, vol.20, p.4805. Proselitismo. 1. Atividade ou esforço de fazer prosélitos, catequese, apostolado. 2. Conjunto de prosélitos. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.2315.

³¹² **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo, 1998, vol.20, p.4805. Prosélito. 1. Entre os antigos hebreus, indivíduo recém-convertido à religião judaica. 2. Pessoa que foi atraída e que se converteu a uma outra religião, uma seita, uma doutrina ou um partido, um sistema, uma idéia, etc. Adeptos, sectário, partidário. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.2315.

³¹³ A comunidade religiosa Testemunhas de Jeová foi fundada no EUA no final do século XIX por integrantes da sociedade Torre de Vigia de Sião, cujo primeiro presidente foi Charles T. Russel. Até o início da década de 1930, eram conhecidos como Estudantes da Bíblia, passando então a ser denominados de Testemunhas de Jeová. **REVISTA CONHECIMENTO PRÁTICO FILOSOFIA** nº 26. **Filosofia e guerra**, p. 21.

³¹⁴ A comunidade religiosa Mórmons, inicialmente eram conhecidos como A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Foi organizada em 6 de abril de 1830, em Fayette, Nova York. Entre os seis primeiros membros estava Joseph Smith, primeiro profeta e presidente da Igreja restaurada. Em 1823, Joseph foi mandado, por um mensageiro celestial chamado Morôni, a um monte perto de Palmyra. Lá mostrou a Joseph placas de ouro que continham a história secular e religiosa de uma antiga civilização americana. Quatro anos mais tarde, Joseph teve permissão para tirar as placas da colina e traduzi-las para o inglês. O volume traduzido, que leva o nome de um dos antigos profetas e historiadores que havia guardado os registros, foi publicado como o Livro de Mórmon. O apelido da Igreja "Mórmon", vem do título deste livro sagrado.

O Livro de Mórmon contém a história de várias civilizações da América antiga, entre cerca de 2200 a.C e 420 d.C. O volume inclui um relato do ministério de Jesus Cristo no continente americano, depois de sua ressurreição. Fonte: www.mormons.com.br, acesso em 13 de fevereiro de 2011.

10.2. O proselitismo positivo

Sobre proselitismo positivo, não é justo nominar apenas os Testemunhas de Jeová e os Mórmons como os principais representantes, afinal, o convencimento aos fiéis e os atrativos pela fé na busca por novos adeptos são os motes de todas as religiões ao longo do globo.

O proselitismo foi apenas a forma encontrada para atrair mais e mais adeptos, como uma propaganda usada em larga escala para converter as pessoas.

O proselitismo sempre foi um importante catalisador dos ideários das igrejas, independentemente da religião escolhida. Ao longo de uma missa, quando o padre realiza o seu sermão e elogia a sua religião e enfatiza uma série de passagens, do que estamos falando senão de proselitismo?

Além disso, temos de incluir as manifestações públicas de fé, as viagens apostólicas e a forma como as igrejas se utilizam de seus mártires como forma de captação da fé alheia.

Em tempos presentes o proselitismo ganhou novas armas: a internet, os programas de rádio, os programas de TV, jornais especializados etc. Todos meios de comunicação em massa com o objetivo único de disseminar a doutrina e conquistar novas pessoas à crença religiosa.

O conceito, tratado no capítulo 7, de *religare*, ou seja, a atração do ser humano a uma nova religião, uma crença diferente da que possui, um recomeço, para que ele abandone a infelicidade e experimente novos conhecimentos é executado através do proselitismo religioso.

Se não fosse a “propaganda” feita pelas religiões essa pessoa talvez não tivesse contato com uma solução religiosa alternativa.

Dentre as práticas proselitistas também deveriam estar incluídas a fraternidade, a igualdade, a tolerância, o respeito e o amor aos demais povos, nações e religiões, como todos sendo parte de bem maior, o planeta.

No entanto, o que vemos é a profetização de um proselitismo negativo, isto é, a atração do fiel denegrindo a religião alheia, como se houvesse uma competição e uma religião fosse melhor do que a outra, quando na verdade esse jamais deveria ser o objetivo fulcral de uma atividade religiosa. Quando usado para fins negativos o proselitismo apresenta uma série de consequências danosas.

E servirá de inspiração para uma série de mecanismo de propaganda maciça que propiciará aos estados intolerantes a arma mais poderosa a ser manipulada: a fé humana e o fanatismo religioso.

10.3. O proselitismo negativo

Sobre o proselitismo negativo³¹⁵ temos dois pontos controvertidos: o proselitismo em si e a relação do proselitismo com os Estados que adotam uma religião de forma oficial ou que são influenciados politicamente por ela.

O primeiro aspecto se refere ao proselitismo propriamente dito. Ocorre que essas tentativas de conversão nem sempre cumprem com os ritos ideais de lisura e respeito à religião alheia.

O ponto que cerca o proselitismo não é a liberdade religiosa e nem o convertimento de pessoas a sua crença religiosa. O problema impera na forma como alguns procedimentos são feitos, pois, se transformam em verdadeiras práticas de (in)tolerância religiosa, especialmente em locais em que o Estado adota uma religião de forma oficial³¹⁶.

³¹⁵ O Brasil sofreu o proselitismo negativo quando os jesuítas, através de suas missões praticamente obrigaram os índios a se converterem e a aceitar a sua nova crença, o cristianismo, sem se importar com os próprios desejos ou anseios da comunidade.

³¹⁶ Sara Guerreiro: “A actuação do Estado face ao proselitismo encontra-se estritamente ligada à protecção concedida à liberdade religiosa e aos direitos do homem, o que depende em última análise do regime político perfilhado e mesmo da confissão religiosa dominante”. GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, p. 180.

Em Estados que não são considerados laicos³¹⁷ esse posicionamento é considerado como prejudicial para o governo, pois, a conversão de seus fiéis ou a propagação das idéias diferentes da religião oficial do País podem perturbar a ordem e, quem sabe, incitar a população, logo, representam uma ameaça às pretensões estatais.

Os “representantes”do governo tendem a reprimir essas minorias religiosas, como forma de assegurar a integridade religiosa do próprio Estado, o que, de forma alguma, justifica ou, tampouco, autoriza a intolerância religiosa.

Com isso a liberdade religiosa e o livre direito de circulação e de pensamento já foram prejudicados.

Então, analisemos os casos separadamente.

Sara Guerreiro desenvolveu um conceito interessante acerca do proselitismo, em conformidade com Conselho Mundial das Igrejas, realizado não de forma adequada como: “O *testemunho cristão*, pelo contrário, respeitaria a liberdade religiosa daquele a quem se dirige e o direito de cada um a não ser objecto de uma pressão que o impeça de professar a sua fé. O proselitismo (de “má qualidade”como refere à Comissão) implicaria nomeadamente: Pressão física ou vexame moral ou psicológico, que leva a privar o indivíduo da sua capacidade de julgamento pessoal; Oferta de vantagem moral ou material; Exploração da necessidade, incapacidade ou falta de instrução dos destinatários; Meios estranhos à própria fé, como invocação de motivações políticas; Insinuações cruéis contra as convicções dos outros. O proselitismo acabaria, assim, por ser considerada uma perversão do testemunho cristão.”³¹⁸.

No Brasil, ainda é muito comum em locais em que a maioria das moradias são casas, o que ainda acontece no interior ou em alguns Estados menores, um representante da religião

³¹⁷ Mesmo o Estado laico pode adotar uma postura restritiva acerca do proselitismo, se for perceptível que a liberdade de crença do próprio Estado está prejudicada e se faz necessária uma intervenção estatal para assegurar os direitos da coletividade. França e Espanha, inclusive possuem respostas penais para as atividades abusivas derivadas do proselitismo.

³¹⁸ GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005, págs. 174 e 175.

Testemunha de Jeová bate a sua porta e pede um minuto de seu tempo para mostrar a palavra do senhor.

A forma como o representante fala sobre a sua religião é apaixonante e muito metódica, o problema é que não se trata apenas de um oferecimento, no mais das vezes a atividade se transforma em um exercício de resistência, pois as tentativas de impor a outra religião são tantas e os argumentos sempre prontos para rebater qualquer negativa deixam o ouvinte acuado, oprimido e incomodado.

E nem assim o representante se dá por vencido e insiste em seu discurso de convencimento até ser convidado a se retirar, o que nem sempre resolvia a pendenga, pois, a pessoa era chamada de “inculta”, “herege”, “profana”, dentre alguns outros adjetivos pejorativos, como forma de estratégia de convencimento.

O fato é que algumas pessoas, realmente se simpatizam com as palavras do representante, porém, outras preferem manter sua crença e a parte mais difícil é fazer com que essa pessoa aceite o não e a proliferação da liberdade religiosa.

Essa obra se dedicou tanto à defesa dos direitos humanos e da tolerância religiosa, inclusive ao respeito às minorias religiosas e, agora, nos deparamos com a liberdade e o livre direito de crença afetados por parte dos próprios membros dessas minorias.

Os mórmons já possuem uma abordagem um pouco diferenciada, mais amena, inicialmente. Geralmente tudo se inicia com uma conversa casual ou com a curiosidade de alguém em relação à indumentária do representante mórmon³¹⁹, logo, a conversa informal envereda para o discurso religioso, da mesma forma como o procedimento dos Testemunhas de Jeová³²⁰.

³¹⁹ Terno e gravata pretos com camisa branca, uma cruz na lapela e uma placa de identificação assinalando se tratar de um mórmon e com seu nome.

³²⁰ Existem outras religiões que praticam o proselitismo, porém, nos ateremos apenas a estas duas por entendermos já ser suficientes para a assimilação do conceito.

A diferença é a ausência de agressividade e a paciência do mórmon em ao longo do diálogo atrair o interesse e manter a atenção do outro fiel acerca de sua própria religião é impressionante. Não há insistência e ao notar uma tentativa de encerrar a conversa pela outra parte o mórmon gentilmente demonstra uma distração ou uma justificativa para seguir seu rumo, não sem antes perguntar se poderia lhe dar um presente e, assim, a Bíblia mórmon e seus mandamentos são entregues.

O proselitismo não é apenas condenável, existe também a forma positiva. Se for praticado dentro dos limites da tolerância e houver um respeito à liberdade religiosa, nada impede que o mesmo esteja em conformidade com Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos³²¹ e com a Declaração Universal dos Direitos do Homem³²².

Todos têm direito a mudar de religião e, se a mudança foi ocasionada por conta do proselitismo, isto em nada modificada o resultado, o que realmente irá importar é a felicidade e o novo estado de espírito desta pessoa.

Desde que não exista nenhum tipo de coerção ou imposição religiosa, pois, o reverso também deve ser observado: O direito de uma pessoa querer manter a sua religião.

Por fim, temos a questão do proselitismo em relação aos Estados que adotam uma religião de forma oficial. Esta era a última forma de análise que nos restava fazer, pois, já vimos o Estado laico, o Estado que repudia a religião, agora veremos os Estados que adotam uma religião de forma oficial e o Estado em que a religião possui uma nítida influencia política.

³²¹ Art. 18. 1. Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha e liberdade, individualmente ou em comunidade, com outros e em público ou privado, de manifestar a religião ou crença em culto, costume, prática e ensino. 2. Ninguém será submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha. 3. Liberdade de religião ou crenças podem estar sujeitos apenas às limitações previstas pela lei e consideradas necessárias para proteger a segurança pública, a ordem, a saúde ou a moral ou os direitos fundamentais e liberdades de outrem. 4. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar a liberdade dos pais e, quando for o caso, dos tutores legais de assegurar a educação religiosa e moral de seus filhos de acordo com suas próprias convicções.

³²² Art. 18. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

O proselitismo é mal visto tanto nos Estados que adotam uma religião de forma oficial, quanto nos Estados que não adotam uma religião de forma oficial, porém existe uma força política por parte desta.

E a razão não poderia ser outra: o medo.

Esses Estados atuam com um controle rígido acerca da sua população e, podemos exemplificar através de Israel e os Estados Árabes. Em ambos os casos a religião tem papel decisivo: no primeiro a religião judaica é adotada de forma oficial. No segundo, a grande maioria adota o islamismo de forma oficial, contudo, alguns poucos têm o islamismo como religião predominante, ainda que não eleita de forma oficial, contudo, com uma forte influencia política sobre o governo.

Nestes dois tipos de Estado que exemplificamos o proselitismo é nocivo, porque representa uma opção, uma novidade ao regime ideológico e religioso imposto pelo Estado e, se houver um alastramento dessa prática no País, o temor é que o controle e, principalmente a dominação sejam perdidos.

Então, para não correrem perigo algum, os governantes praticam a intolerância religiosa contra essas minorias, como forma de garantir a soberania e a mão forte do Estado. Da mesma forma, também, praticam o proselitismo em relação à população.

O Estado como forma de garantir a dominação usa largamente do proselitismo como forma de mostrar aos membros da comunidade o quão importante é a religião para eles e, mais: se converter e adotar os princípios religiosos propostos pelo Estado significará respeito e concordância com a ideologia do próprio País.

Com isso, o nacionalismo também é trabalhado e, após o proselitismo ter sido concluído naquele fiel, o movimento, agora, passa a ser outro, como veremos, o fundamentalismo, como forma de garantir a obediência plena desse fiel para com o Estado e com seus mandamentos.

Ao mesmo tempo em que rechaçam o proselitismo das minorias religiosas, estes Estados praticam seu próprio proselitismo para assegurar a dominação e sua soberania, portanto, antes de analisar o fundamentalismo religioso, devemos tratar do cenário internacional em relação à intolerância religiosa, mas agora sob outro enfoque: o caminho a ser percorrido como garantia e passagem para a adoção do fundamentalismo religioso para atingir os propósitos estabelecidos tanto pelo Estado, como pelo líder religioso que possui nítida influência política sobre os governantes.

Analisemos, então, como que o proselitismo se converte em fundamentalismo e quais as conseqüências desse processo.

Aliás, um último adendo que relaciona o proselitismo com o fundamentalismo. Como vimos, o proselitismo pode ser tanto positivo como negativo. Se usado no primeiro caso tem como condão amealhar novos fiéis para os dogmas e crenças de uma dada religião.

Entretanto, o próximo passo desse proselitismo positivo é o fundamentalismo, pois, o estudo aprofundado de uma crença incentiva e prolifera o próprio proselitismo.

Sendo assim, o cristianismo se utilizou amplamente desta técnica e, por conseguinte, o proselitismo cristão foi acompanhado diretamente do fundamentalismo cristão, que significava a interpretação fiel das escrituras e, portanto, uma maior aproximação de Deus.

E, foi com base no fundamentalismo que a Igreja Católica fomentou seus seguidores a lutarem pela expansão da Igreja sob o pretexto de converter novos fiéis através das cruzadas que mais teve efeito expansionista do que propriamente religioso.

A Igreja aproveitou de sua influencia política para fazer uma expansão territorial e chegar em locais até então inimagináveis como o Brasil e Israel, locais, para a época muito distantes da Itália e dos preceitos do Vaticano.

O fundamentalismo, assim como foi com o proselitismo também passou a manifestar um lado negativo com a manipulação da fé e o uso da crença para interesses políticos, o fundamentalismo islâmico radical.

Com isso, não tardou a surgir as guerras tidas como religiosas, mas que, na verdade, possuem, como outrora, a política como pano de fundo.

11. O cenário internacional e a questão da (in)tolerância

A linha tênue que separa um Estado laico de um Estado tolerante pode se romper no mais leve desalinhar de interesses, como foi o caso da França com o recente caso dos romenos, como já havia sido outrora com a Turquia e o véu muçulmano.

Aliás, sobre a questão francesa existem, ainda, alguns agravantes de intolerância com a introdução da Lei nº 228/2004³²³, que proíbe o uso de sinais e vestimentas religiosas ostensivas nas escolas públicas de primeiro e segundo grau em todo o território Francês.

A questão religiosa envolvendo conflitos internacionais não é nova, mas tem se tornado cada vez mais freqüente, em especial após os atentados terroristas promovidos contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001.

Os Estados Unidos já previam a liberdade religiosa na sua Constituição³²⁴ através da 1ª Emenda³²⁵, de 1791. E, mesmo com inclinações notadamente batista, aquele País também adota a neutralidade religiosa ou a laicidade.

³²³ Art. 1º que insere no Código de Educação o art. L. 141-5-1 – Dentro das escolas, dos colégios e dos liceus públicos, o uso de sinais ou vestimentas por qualquer aluno manifeste ostensivamente seu posicionamento religioso é proibido. A regulamentação de um procedimento disciplinar é precedido de um diálogo com o aluno.

³²⁴ DELUMEAU, Jean & MELCHIOR-BONNET, Sabine. Trad. Nadyr de Salles Penteadó. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Ipiranga, 2000, p. 105.

³²⁵ O Congresso não poderá fazer nenhuma lei a respeito da instauração de uma religião ou que proíba sua livre prática, restrinja a liberdade da palavra ou da imprensa, ou sobre o direito dos cidadãos de se reunirem tranqüilamente e de encaminharem petições ao governo para que repare seus prejuízos.

Entretanto, a laicidade não protegeu os Estados Unidos da intolerância religiosa, pois, uma série de atentados terroristas é desferida sistematicamente contra aquele País desde a metade do século passado.

Nos cabe, então analisar, primeiramente, a influência da religião nos conflitos bélicos e verificar também, ainda que superficialmente a questão dos movimentos migratórios como forma de intolerância religiosa, para na seqüência, verificar como que a motivação política se mistura à religião e se transforma em terrorismo.

11.1. Religião, conflitos armados e migração

São muitos os casos de conflitos religiosos que ultrapassam a barreira das idéias e se transformam em atos armados. As motivações podem ser políticas ou sociais, mas a religião está presente e atua como mola propulsora de condutas entre o conflito armado.

Em Estados que adotam uma religião de forma oficial é mais comum a existência de conflitos religiosos em decorrência da influência política, como afirma Marco Aurélio Lagreca Casamasso em sua tese de doutorado: “Ainda que a laicidade tenha contribuído decisivamente para o esvaziamento político de valores religiosos nas sociedades onde foi praticada, parece-nos precipitado e questionável considerá-la, *per se*, instrumento político encarregado de instaurar e propagar o relativismo ético-religioso”.³²⁶

Nos Estados com zonas de conflito é mais fácil de visualizar a mescla da questão religiosa com a questão política, temos dois exemplos: o conflito Israel e Palestina e Irlanda e Irlanda do Norte.

Países que envolvem judeus contra árabes, logo, judaísmo x islamismo e católicos contra protestantes. Não se pode dizer que nesses dois conflitos a questão envolve exclusivamente

³²⁶ CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. *Política e Religião: O Estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro*. Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006, p. 165.

religião, entretanto, esta é usada em larga escala como elemento motivador do conflito entre os países.

E aqui é necessária uma separação entre o fundamentalismo, terrorismo e os movimentos migratórios que motivam a luta pela independência.

Inicialmente traremos a visão da independência territorial, para depois adentrarmos no fundamentalismo e, por fim, o terrorismo.

Por conta do expansionismo territorial que se desenvolveu fortemente ao longo dos séculos muitas raças, etnias e religiões foram subjugadas aos povos dominantes e seu, outrora, livre poder de manifestação, crença, credo, culto e, até, pensamento foi suprimido.

Alguns povos se calaram por não terem em sua formação o gosto pela revolta ou pelo movimento belicoso, porém, muitos foram os conflitos originados pela busca da independência.

Santiago Petschen³²⁷ retrata a questão dos conflitos armados que uma relação direta ou indireta com a religião: “São, na atualidade, numeroso os conflitos relacionados – muito ou pouco – com a religião. Perto de nós temos o caso da Irlanda do Norte, ainda que agora este seja um processo de pacificação que parece que irá ocorrer de forma concreta. Nos Bálcãs, o conflito nacionalista que tem ocorrido, em parte, é devido, pela religião. Em suas manifestações, usam também, a favor ou contra, dos símbolos religiosos. O mesmo acontece nos conflitos do Cáucaso: Chechenia, Nagorno-Karabaj, Abjasia, Adjaria, Osetia. Os conflitos civis ocorridos no Líbano foram produzidos entre comunidades de diferentes crenças religiosas. Tudo isso sem mencionar o terrível e permanente conflito de Israel de ampla e profunda dimensão religiosa³²⁸.”

³²⁷ PETSCHEN, Santiago. *Religión, conflictos bélicos y migraciones*. *Revista de Ciencias de Las Religiones*, n° 21. Madrid, 2007, p. 201.

³²⁸ Son en la actualidad numerosos los conflictos que tienen que ver – mucho o poco, con la religión. Bastante cercano a nosotros es el caso de Irlanda del Norte, aunque ahora esté en un proceso de pacificación que parece va a imponerse de una forma sólida. En los Balcanes, las nacionalidades que se han enfrentado tienen basada, en parte, su identidad, en la religión. En sus manifestaciones, se sirven también, a favor y en contra, de los símbolos religiosos. Lo mismo ocurre en los conflictos civiles tenidos en el Líbano se han producido entre comunidades de diferente signo religioso. Todo ello sin mencionar el terrible y permanente conflicto de Israel de amplia y profunda dimensión religiosa.

Existe uma diferença sensível entre a busca pela independência e a busca por um conflito armado tendo como incitação popular o uso da religião. De um lado temos uma cultura, um povo que está subjugado ou suprimido em detrimento de outro, como foi o caso da Tchécoslováquia, Iugoslávia, etc., de outro temos a utilização da religião como forma de conflito, como os casos de ataques ao Líbano, o conflito da Irlanda, etc.

E temos um terceiro movimento que se trata da motivação política que se aproveita e utiliza da religião como forma de combate bélico e, nesse caso, temos o conflito Israel e Palestina³²⁹, Israel e Líbano, os Bascos em relação à Espanha, etc.

São três situações distintas. E não nos cabe discutir ou debater qual é legítima e qual não o é, contudo, a religião é um elemento muito eficaz na persuasão para uma guerra e muitos governos usam habilmente essa questão para manipular a opinião pública e, assim, obter a chancela moral da população em retificar o conflito armado.

Como salienta Santiago Petschen³³⁰: “Em toda a guerra é muito importante a persuasão. Persuasão dos governantes. Persuasão dos combatentes. Persuasão do povo. Sem persuasão, a guerra não pode ser conduzida a um resultado positivo. Para conseguir tal persuasão, sempre é necessária a propaganda. Com muita frequência a religião ocupa uma parte nessa persuasão. E de uma maneira mais profunda. Exemplos históricos são inúmeros em todas as épocas. No mundo romano, Escipião foi expulso como um favor do deus Netuno ao que não era mais que uma circunstância comum na evolução das marés. Na campanha do Egito, Napoleão utilizou a religião islâmica para vencer os caiotas. Na II Guerra Mundial, Stalin modificou sua política por respeito

³²⁹ Sobre o conflito separamos um dos inúmeros conflitos: o massacre de Sabra e Shatila. O brutal assassinato de centenas, talvez milhares de pessoas inocentes no massacre de Sabra e Shatila em 1982 foi uma das piores atrocidades durante a guerra no Líbano. As hostilidades ganharam força quando a OLP começou a atacar a fronteira de Israel a partir de sua base no sul do Líbano, até que, em 1982, Israel invadiu o país mais uma vez com o propósito de expulsar os palestinos. Foi então que sucedeu o massacre de Sabra e Shatila, numa atmosfera de caos generalizado e violência em meio a uma ausência de leis. WILLIAMS, Anne & HEAD, Vivian. Trad. Débora da Silva Guimarães Isidoro. *Ataques terroristas a face oculta da vulnerabilidade*. São Paulo: Larousse, 2010, págs. 229 e 230.

³³⁰ PETSCHEN, Santiago. *Religión, conflictos bélicos y migraciones*. *Revista de Ciencias de Las Religiones*, nº 21. Madrid, 2007, p. 203.

à Igreja Ortodoxa porque via nela um instrumento profundo para impedir os nazistas desde as bases populares russas³³¹.

Muitos usam da religião como pano de fundo ou pretexto para uma Guerra, foi assim com Saddam Hussein ao usar o conflito dos xiitas contra os sunitas para se impor no poder e controlar as supostas tensões religiosas.

E esse uso indiscriminado da religião pode atingir em cheio os ideários de grupos religiosos mais extremistas que usam largamente do fundamentalismo religioso para obterem sucesso em suas cruzadas políticas.

12. Fundamentalismo

Quando falamos de (in)tolerância religiosa e de proselitismo não tratamos, propositalmente, do fundamentalismo. No entanto, em ambos os casos ele aparece e, se bem manipulado, pode ser usado por qualquer governante ou por um líder religioso como um combustível poderoso a fim de inflamar e incitar os ânimos contra um inimigo direcionado.

O assunto não é novo e a manipulação das massas já é amplamente utilizada em toda a grande guerra, foram assim com os alemães de Hitler, os franceses de Napoleão, os russos de Stalin, etc. A diferença é agregar o valor religioso à questão.

E, nesse particular não existem escolas melhores do que a islâmica e a judaica. Desde cedo a criança já é influenciada a adotar a religião oficial ou a predominante, a islâmica na maioria dos países árabes e a judaica em Israel.

³³¹ En toda guerra es muy importante la persuasión. Persuasión de los dirigentes. Persuasión de los combatientes. Persuasión de los pueblos. Sin persuasión, la guerra no puede ser conducida a un resultado demasiado positivo. Para conseguir tal persuasión, siempre es necesaria la propaganda, Con mucha frecuencia la religión da hecha en gran parte la persuasión. Y la da de una manera más profunda. Ejemplos históricos hay muchos en todas las épocas. En el mundo romano, Escipión expuso como un favor del dios Neptuno lo que no era más que una circunstancia normal de la evolución de las mareas. En la campaña de Egipto, Napoleón utilizó la religión islámica para ganarse a los caiotas. En la II Guerra Mundial, Stalin cambió su política con respecto a la Iglesia Ortodoxa porque veía en ella un instrumento profundo para frenar a los nazis desde las bases populares rusas.

Caso exista certa resistência, ou ainda, um interesse por outra religião a figura do Estado se faz presente e o proselitismo estatal impera no sentido de não deixar mais um potencial combatente desgarrar do propósito maior, isto é, a guerra “santa”.

Já vimos o que vem a ser o proselitismo e como ele funciona, inclusive, sua manipulação pelo e para o mal.

Agora vamos compreender o que vem a ser fundamentalismo e como este funciona para os fins da guerra.

12.1. Conceito de fundamentalismo

Fundamentalismo: 1. Relativo movimento religioso e conservador, nascido entre os protestantes dos EUA, no início do século, que enfatiza a interpretação literal da Bíblia como fundamental à vida e à doutrina cristã (embora militantes, não se trata de movimento unificado, e acaba denominando desse diferentes tendências protestantes no século XX. 2.p. ext. qualquer corrente, movimento ou atitude, de cunho conservador e integrista, que enfatiza a obediência rigorosa e literal a um conjunto de princípios básicos; integrismo³³².

Diferentemente do que se poderia pensar o fundamentalismo e uma desvirtualização do proselitismo não são exclusividades da religião islâmica e, tampouco, eram inéditos quando esta incorporou seus conceitos a seus mandamentos.

Nesse diapasão, os líderes religiosos islâmicos aprenderam e reproduziu bem a técnica, o que mudou foi à presença do Estado nesse estratagema, pois, para fazer valer seus próprios interesses usaram da fé como instrumento de formação e constituição do próprio Estado.

³³² *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 1404. Fundamentalismo. 1. Corrente teológica de origem protestante, desenvolvida nos EUA durante a I Guerra, e que admite apenas o sentido literal das Escrituras. (Opõe-se a toda interpretação histórica ou científica e professa o fixismo). – 2. *Fundamentalismo* islâmico, corrente do Islã, que defende os valores e regras tradicionais do islamismo e prega a adoção do Corão como Constituição dos Estados. (Embora inspirados na Irmandade Muçulmana, fundada no Egito em 1928 e voltada para instituições educacionais, os grupos fundamentalistas atuais agem sobretudo na esfera política, algumas vezes pela violência). *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo, 1998, vol.11, p.2598.

Tais práticas foram usadas primeiramente pelas religiões ocidentais e tinham como objetivo principal defender a todo custo a sua própria religião, de uma forma, que o fiel se fideliza-se à religião, sua integração com os textos religiosos seria tão forte que este ao pensar em religião somente seria capaz de associar os mandamentos que exaustivamente aprendeu.

E, para defender a sua religião, os Estados islâmicos implementaram, assim como as religiões ocidentais o proselitismo e, ao fazer isso, recaíram no mesmo erro de seus antecessores ao fazerem uso da intolerância como forma de harmonizar o sistema religioso e não permitir que novas religiões ingressem e maculem o ideário islâmico e, assim, perpetrassem a dominação.

Silas Guerriero³³³: “Partindo do amplo campo dos novos movimentos religiosos, percebemos, de um lado, a existência de grupos fechados e sectários. Esses movimentos tendem ao fundamentalismo, na medida em que baseiam suas doutrinas e suas práticas em uma verdade fundamental que foi revelada e que é garantida pelo grupo pelos seus líderes. Mais que uma postura fundamentalista, pois não se fundam, necessariamente, em um texto sagrado revelado, assumem posições que beiram a intolerância”.

12.2. O fundamentalismo e o islã

O islamismo é hoje uma das religiões que maiores questionamentos e inferências produzem por parte dos direitos humanos fundamentais. Desde a questão do tratamento diferenciado e inferior às mulheres aos cultos e crenças religiosos fundamentados em proselitismos negativos e estados religiosos ou influenciados pela religião.

Quando tivemos o cuidado, no capítulo 4, de dividir em quatro tipos de Estados: o laico, o que não aceita a religião, o que adota a religião de forma oficial e o que não adota a religião de forma oficial, porém, a religião ou o líder religioso possui uma nítida influência política sobre o Estado, não foi à toa.

³³³ GUERRIERO, Silas. *Intolerância e relativismo: o dinamismo das novas religiões no Brasil*. Revista Estudos de Religião, São Bernardo do Campo: Umesp, 1985, vol. 1, n°1, p. 47.

Nossa maior preocupação era justamente quando ingressássemos no assunto do fundamentalismo, porque o papel do Estado em relação à religião muda radicalmente se comparado ao regime, agora, adotado pela maioria dos países ocidentais estão acostumados.

As diferenças culturais são acentuadas, porém, o Estado se utiliza da religião como uma máquina de convencimento em massa para usar a população, via religião, a seus próprios interesses, sem qualquer preocupação com a liberdade religiosa, a dignidade da pessoa humana, em uma nítida afronta aos princípios adotados pelos direitos humanos que foram exaustivamente tratados ao longo desta obra.

E, digamos assim, a fonte de inspiração para todo esse fundamentalismo radical implementado nos países islâmicos foi exatamente a grande quantidade de barbáries cometidas ao longo dos séculos pela Igreja Católica e o cristianismo.

Os atentados terroristas se processam, dentre outras formas, com homens bombas perdendo suas vidas pela defesa da causa religiosa nada mais é do que a mesma intolerância religiosa praticada pela santa inquisição ao queimar aqueles que não pactuavam com os ideários e crenças do cristianismo.

Domingos Lopes³³⁴: “O fundamentalismo islâmico deve ser estudado não como um fenómeno isolado, produto do atraso de povos inferiores do Terceiro ou Quarto Mundo, mas como parte de uma era de extremos, que abrangeu os povos ditos mais desenvolvidos e em técnica andou freqüentes vezes ao serviço da perseguição, da intolerância e da exploração do Homem pelo Homem³³⁵”.

O que hoje faz o islamismo fundamentalista é o mesmo movimento praticado pela Igreja quando igualmente detinha o poder político.

³³⁴ A verdade é que o fundamentalismo surge como um dos muitos extremismos que caracterizam o final do século XX, e que foi objecto de um estudo global que o designou exactamente como a era dos extremos. Século em que o Homem atingiu, simultaneamente, os cumes da Ciência e da Técnica, mas em que mostrou que estes se podem conciliar com a barbárie. Século em que se sonhou atingir os cumes do Humanismo e da realização humana, mas em que os sonhos de emancipação mostraram poder ser usados para o poder pessoal e de oligarquias e para novas formas de opressão violenta. LOPES, Domingos & SÁ, Luís. *Com Alá ou com Satã?* Porto: Campo das letras, 1997, p. 33.

³³⁵ LOPES, Domingos & SÁ, Luís . *Com Alá ou com Satã?* Porto: Campo das letras, 1997, p. 33.

E, agora, dotados de um elevado moralismo os líderes das religiões ocidentais condenam as práticas islâmicas por ferirem os princípios dos direitos humanos, da paz, da tolerância, do amor e da harmonia dos povos.

Ora, as religiões ocidentais que incitaram as guerras através da dominação. A Igreja Católica usou largamente da dominação e do proselitismo através das cruzadas, e agora, seus líderes aparecem como os líderes do movimento dos politicamente corretos.

Não defendemos as práticas islâmicas, no entanto, é inegável que a inspiração cultural do mundo ocidental interferiu diretamente na produção do que temos hoje, esse Estado de terror permanente e pior: a criatura se voltou contra o criador, porque os mais afetados pela fúria religiosa dos países islâmicos são os países ocidentais.

E, para compreendermos como que o fundamentalismo ocorre será necessário analisar a relação entre o Estado e a religião novamente, mas agora, com o enfoque à dominação da religião sobre o Estado e o uso da religião pelo Estado para dominar os povos e fomentar o terror.

Com a relação do Estado com a religião veremos como que a manipulação da crença produz um verdadeiro arsenal armamentista por parte dos Estados que almejam o conflito via religião. E dentre eles, a maioria tem o islamismo como religião, senão oficial, exercendo uma forte influencia política³³⁶.

O primeiro passo é a ausência de um regime aberto, com pluralidade política. Os islâmicos não acreditam que a democracia seja a solução para os problemas políticos dos Estados

³³⁶ Insistimos nesse ponto de que não são todos os países árabes e nem todos os países em que a religião islâmica é predominante que adotam uma religião de forma oficial. A prova disso é a Carta Árabe de Direitos Humanos, de 1994, que prevê a liberdade religiosa nos seguintes dispositivos: Art. 2º. Cada Estado Parte compromete-se a Carta atual para garantir a todos os indivíduos no seu território e sujeitos à sua jurisdição o direito de desfrutar de todos os direitos e liberdades nela reconhecidos, sem qualquer distinção em razão de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição e sem qualquer discriminação entre homens e mulheres.

Art. 26. Toda a pessoa tem direito garantido a liberdade de crença e opinião.

Art. 27. O adepto de cada religião tem o direito de praticar seus rituais religiosos e de manifestar suas opiniões através da expressão prática ou de ensino, sem prejuízo dos direitos dos outros. Nenhuma restrição deve ser imposta ao exercício da liberdade de crença e opinião, exceto nos casos previstos em lei.

árabes e, tampouco, para os conflitos religiosos, portanto, uma abertura à diversidade política e religiosa está fora de cogitação.³³⁷

Então, a consequência lógica é a criação de uma tensão entre os Estados laicos e os Estados fundamentalistas.

12.3. Tensão entre laicidade estatal e fundamentalismo religioso

O fato de um Estado ser laico não o credencia a ser imune ou isento da intolerância religiosa dentro do seu território ou, via política externa, de outros países contra o Estado laico. Nesse sentido temos os Estados Unidos e vários países da Europa como exemplo em que a laicidade também se torna alvo do fundamentalismo religioso.

Quando o Estado adota uma religião de forma oficial o fundamentalismo tende a aflorar e a ser usado com mais frequência ou pelo Estado ou pelo líder religioso, quando a palavra da fé possui não apenas uma força espiritual, como também uma declarada influência política³³⁸.

O fundamentalismo religioso é um assunto complexo e se refere ao uso extremado da fé de seus praticantes. Esse uso pode ser positivo ou negativo. No primeiro caso temos a ratificação da própria crença e dos cultos que se fortificam e assim incrementam a fé do grupo. Contudo, no segundo caso, é possível usar da fé como instrumento de combate.

³³⁷ Para os islamitas, a política não é um espaço de construção democrática, de resolução pacífica dos conflitos, de relatividade dos interesses e das paixões; a política é um espaço de “soberania de Deus”(Hâkimiyyat-Allâh). Como construir então um Estado de direito e uma sociedade pluralista, laica, tolerante, baseada no respeito das tradições, e um *projeto comum para o futuro* capaz de garantir a “vida em comum” e a coesão social? **FUNDAMENTALISMOS INTEGRISMOS Uma ameaça aos direitos humanos**. ACAT. Trad. de Mariana Nunes Ribeiro Echalar. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 85.

³³⁸ Confundir Estado com religião implica a adoção oficial de dogmas incontestáveis, que, ao impor uma moral única, inviabilizam qualquer projeto de sociedade aberta, pluralista e democrática. A ordem jurídica em um Estado Democrático de Direito não pode se converter na voz exclusiva da moral de qualquer religião. Os grupos religiosos têm o direito de construir suas identidades em torno de seus princípios e valores, pois são parte de uma sociedade democrática. Mas não têm o direito de pretender hegemonizar a cultura de um Estado constitucionalmente laico. PIOVESAN, Flávia Cristina. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 20.

O lado positivo é a defesa de seus dogmas criando um conceito como uma verdade absoluta, um modelo a ser seguido. Como consequência natural, o que é externo a essa religião tende a ser repellido, como um símbolo do mal, que se não forem destruídas podem fragilizar a verdade trazida pelo profeta.

Com isso, importante salientar, que esse sentimento de autopreservação extremo em nada se confunde com o radicalismo religioso que se converte em terrorismo.

De tal sorte que, podemos afirmar que não são todos os Estados islâmicos que defendem o fundamentalismo e, mais, tampouco pregam a guerra entre os povos e a perpetração da intolerância e do terror³³⁹.

E nem todos os Estados árabes são fundamentalistas e intolerantes, Dubai, por exemplo nos parece um Estado árabe muito mais próximo do capitalismo e de uma certa abertura do que o Irã, em um comparativo de Estados com religiões similares. O segundo possui uma rigidez e um radicalismo inexistente no primeiro, apesar de igualmente defender os ideias do islamismo.

O lado negativo é a manipulação do fundamentalismo com o intuito de forma um conflito armado através da luta incansável pela defesa da fé, através de um Estado centralizador avesso à democracia e às liberdades³⁴⁰.

³³⁹ Igualar todo o Islã à perseguição religiosa, no entanto, seria um exagero incrível. Mesmo assim, ao lado dos marxistas, dos comunistas maoístas e dos extremistas hindus, os muçulmanos têm acumulado um recorde, em tempos modernos, como líderes em cometer atrocidades contra a humanidade. Essa violência é, na maioria dos casos, feita por indivíduos ou grupos pequenos, mas com frequência, com o consentimento das autoridades. CANER, Ergun Mehmet & CANER, Emir Fethi. Trad. Haroldo Jansen. *O islã um olhar sobre a vida e a fé muçulmana*. São Paulo, Vida, 2008, p. 198.

³⁴⁰ É evidente que a ideologia islamita é essencialmente antidemocrática e antihumanista; é um sério obstáculo à criação democrática, um perigo para as liberdades, um freio para o desenvolvimento das instituições pluralistas e para o desenvolvimento da cultura do cidadão. Contudo, não seria abusivo interpretar a adesão de muitos jovens a certos movimentos islamistas como expressão – ambígua, confusa e contraditória – de um desejo de liberdade, como vontade de participar dos assuntos do Estado. Excluídos, marginalizados num ambiente que os condena a uma situação de precariedade, esse jovens têm a ilusão de que só o islamismo pode transformar em realidade o seu desejo de expressão e integração. Nas pequenas comunidades formadas nas mesquitas ou nas associações fundamentalistas, eles têm a impressão de encontrar o que seu meio não lhes oferece, isto é, refúgio e segurança. *FUNDAMENTALISMOS INTEGRISMOS Uma ameaça aos direitos humanos*. ACAT. Trad. de Mariana Nunes Ribeiro Echalar. São Paulo: Paulinas, 2001, p. 92.

Ao se direcionar o fundamentalismo religioso para um alvo certo sob a égide de proteger o seu Deus, a sua crença e o culto, os fiéis atacam o inimigo por acreditarem na causa³⁴¹.

O fundamentalismo pode se desenvolver através de conflitos regionais, com fulcro basilar na própria religião, ou num plano externo com o uso indevido da fé através do medo e da insegurança por um movimento que o mundo conheceu como terrorismo.

O sucesso ou o fracasso do fundamentalismo religioso varia de acordo com a forma que o líder espiritual trata a informação para seu grupo, ou, em outras palavras, realiza a propaganda da informação. Se o líder demonstrar que o inimigo é, de fato, o Satã e que esse precisa ser combatido para a manutenção da unidade religiosa e a segurança das famílias, o seguidor irá aderir a tal pensamento³⁴².

No mesmo sentido temos o exemplo de Cass R. Sunstein: “Suponha que você esteja em um grupo de pessoas cujos membros tendem a pensar que Israel é o verdadeiro agressor do conflito do Oriente Médio, que comer carne não é saudável ou que casamentos homossexuais são uma boa idéia. Em um grupo como esse, você vai ouvir muitos argumentos sobre o assunto. Por causa da distribuição inicial das opiniões, você vai ouvir relativamente menos opiniões contrárias. É muito provável que você já tenha ouvido alguns, mas não todos os argumentos que vão aparecer na discussão. Depois de ouvir tudo o que foi dito, você provavelmente desviará no sentido de acreditar que Israel é o verdadeiro agressor, contra comer carne e a favor dos

³⁴¹ No caso do fundamentalismo islâmico dificilmente se pode separar o seu êxito entre grandes massas, ou o apoio popular à revolução iraniana, por exemplo, de uma situação de subdesenvolvimento e de uma procura de dignidade de povos que a viram, às vezes secularmente, espezinhada. Este potencial do fundamentalismo como instrumento de canalização do descontentamento é uma das razões que justifica o apoio que lhe foi concedido em determinados momentos por sectores políticos e económicos que se afirmam comprometidos com o liberalismo. Visavam, assim, impedir a canalização desse descontentamento para forças de esquerda e para a efectiva transformação social de sentido libertador e igualitário. Daí o fundamentalismo possa ter uma dimensão que alguns apresentam como anti-ocidental, mas também seja irrecusável o apoio de potências ocidentais ao fundamentalismo, sobretudo quando se tratava de fazer face a correntes progressivas e de esquerda. LOPES, Domingos & SÁ, Luís. *Com Alá ou com Satã?* Porto: Campo das letras, 1997, p. 38.

³⁴² Nesse sentido Domingos Lopes: “Um dos aspectos mais interessantes do fundamentalismo e de várias formas de extremismo é surgirem freqüentemente como tentativas de resposta radicalizada não só a aspirações religiosas mas também a problemas políticos e sociais muito graves, que parecem não encontrar solução noutra contexto que não o de uma transformação profunda, em que religião deixe de ser um assunto privado para ser um assunto eminentemente público e político e, até, regulador essencial da esfera política. LOPES, Domingos & SÁ, Luís. *Com Alá ou com Satã?* Porto: Campo das letras, 1997, p. 40.

casamentos homossexuais. E mesmo que você não mude de idéia – mesmo que seja imune ao que os outros pensam -, a maioria dos membros será provavelmente afetada”.³⁴³

A informação e, principalmente, a manipulação da mesma será determinante para o sucesso do terrorismo.

E, no que tange a situação do mundo árabe e, em especial, as tensões do mundo islâmico e também do conflito palestino, importante salientar o processo histórico para compreender os conflitos presentes.

Para tanto, fundamental será compreender a disputa territorial que perdura por séculos acerca da terra prometida: Jerusalém para os judeus e a palestina para a os muçulmanos. A intensa disputa religiosa pelo bem maior ocasiona uma série de atos de guerra, intolerância e conflitos que transcendem à religião e ganham uma nítida conotação política.

12.4. Os conflitos pela terra prometida

A perda de Jerusalém gerou muito revolta por parte do mundo islâmico, por se tratar de um território sagrado também para os árabes e que foi seguidamente desrespeitado pelos cristãos, como se constatou através dos movimentos religiosos impingidos pela Igreja Católica e que tiveram a denominação de As cruzadas.

As cruzadas foram movimentos religiosos, políticos e militares, liderados pela Igreja Católica, apoiados e patrocinados pela nobreza européia, com a finalidade de dominar a cidade de Jerusalém, considerada “santa” por judeus, cristãos e muçulmanos e lugar de peregrinações para estes povos. Quando Jerusalém foi tomada pelos turcos otomanos, no ano de 1071, por estes serem muçulmanos e intolerantes, proibiram aos cristãos as peregrinações aos lugares sagrados. Por essa razão e pela crise do feudalismo europeu, em 1095, o papa Urbano II conclamou a

³⁴³ SUNSTEIN, Cass R. *A era do radicalismo Entenda por que as pessoas se tornam extremistas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, págs. 23 e 24.

população a defender o cristianismo contra os infiéis “árabes muçulmanos”, afirmando ser esta a vontade de Deus³⁴⁴.

Karen Armstrong relata que essa tensão entre judeus e muçulmanos teve um hiato de paz: “Judeus e muçulmanos conviveram em Jerusalém durante séculos sem tensão; convencidos de que só o Messias poderia reconstruir seu Templo, arrasado pelos romanos em 70 d.C., os judeus não tinham nenhum plano em relação a essa área, que os muçulmanos chamam de Haram AL-Sharif (o Mais Nobre Santuário). Desde o século XVI o lugar santíssimo do judaísmo encontra-se logo abaixo da Cúpula do Rochedo: o Muro Ocidental, última relíquia do Templo construído pelo rei Herodes no século I d.C. O sultão otomano Solimão, o Magnífico (1494-1566), autorizou os judeus a transformar essa área em santuário oficial, e consta que seu arquiteto Sinan concebeu o oratório ali existente”³⁴⁵.

Contudo, essa paz chegou ao fim. A perda de sua terra sagrada nunca foi bem aceita pelos islâmicos e as atitudes dos cristãos e dos judeus somente acentuaram o confronto³⁴⁶, como no conflito entre Israel e Líbano, como retrata Anne Willians: “O conflito Israel-Líbano é uma pendência constante desde 1978, mas suas raízes são muito mais profundas. Em 1948, cinco nações árabes, incluindo o Líbano, decidiram invadir Israel na esperança de impedir a formação da nação judaica na terra que acreditavam pertencer aos árabes. Os árabes chamaram a terra que ocupavam de Palestina e seus habitantes de palestinos. Porém, devido às guerras constantes,

³⁴⁴ WOLOSZYN, André Luís. *Terrorismo Global Aspectos gerais e criminais*. Porto Alegre: Est Edições, 2009, págs. 47 e 48.

³⁴⁵ ARMSTRONG, Karen. Trad. De Hildegard Feist. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 384.

³⁴⁶ O conflito árabe-israelense pôs fim a esse período de harmonia entre muçulmanos e judeus na Cidade Santa, e desde a década de 1920 tem ocorrido no local sagrado. Durante a ocupação jordaniana de Jerusalém oriental e da Cidade Velha (1948-1967), os judeus não podiam visitar o Muro Ocidental, e velhas sinagogas do bairro judaico foram destruídas. O retorno dos judeus ao Muro Ocidental, em 1967, foi um dos momentos mais emocionantes da Guerra dos Seis Dias, um acontecimento profundamente espiritual até mesmo para israelenses seculares.

Quando anexou Jerusalém, depois da guerra, os israelenses prometeram que cristãos e muçulmanos teriam acesso a seus lugares sagrados. Os muçulmanos continuaram controlando o Haram AL-Sharif, embora essa política do governo desagradasse profundamente aos ultranacionalistas e aos sionistas religiosos mais radicais, que reivindicavam a devolução da área ao povo judeu. Contudo a posição judaica oficial não se alterou. O Templo só poderia ser reconstruído quando o Messias operasse a Redenção – uma norma que com o passar dos séculos adquiriria a força de um tabu. ARMSTRONG, Karen. Trad. De Hildegard Feist. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 384.

milhares fugiram para os países vizinhos. Um exército de guerrilheiros palestino foi formado e, usando táticas terroristas, esse grupo passou a retaliar atacando Israel”.³⁴⁷

Esse grupo fundou um movimento que ficou conhecido como Organização de Libertação da Palestina e teve em seu líder Yasser Arafat um dos mais fervorosos combatentes contra Israel.

Paralelamente ao movimento de Arafat, alguns grupos fundamentalistas islâmicos impõem o terror contra grupos menores no próprio mundo árabe, como forma de acentuar o radicalismo religioso e intensificar a retomada da Palestina.

Manuel da Silva acrescenta o dado relevante: “Como factores importantes para o ressurgimento do radicalismo islâmico, alguns analistas islamistas moderados apontam a utilização, por parte de alguns governos muçulmanos, de métodos coercitivos contra os movimentos islamistas moderados, incluindo a perseguição histórica de alguns dos seus líderes tradicionais e por vezes a sua prisão e morte”.³⁴⁸

O fundamentalismo religioso passou a ser usado como uma verdadeira arma contra os inimigos sejam religiosos ou não dos movimentos denominados terroristas. A manipulação da fé é determinante para que esse novo modelo, baseado no terror, tivesse sucesso em sua cruzada contra seus inimigos.

Agora, o fundamentalismo se mesclava ao fanatismo e produzia um efeito coletivo, uma massificação do sentimento religioso como forma de dominação.

³⁴⁷ WILLIAMS, Anne. *Ataques terroristas a face oculta da vulnerabilidade*. São Paulo: Larousse, 2010, p. 388.

³⁴⁸ SILVA, Manuel da. *Terrorismo e Guerrilha Das Origens à Al-Qaeda*. Lisboa: Silabo, 2005, p. 504.

12.5. Fanatismo e movimentos de massa

O Estado se utiliza do fundamentalismo religioso como forma de inflamar o sentimento religioso e, assim, conquistar novos adeptos para a grande causa muçulmana. Contudo, como isso funciona? Afinal, apenas professar os dogmas e a crença islã não fará com que a religião influencie a população na velocidade que o Estado necessita.

Heirich Schäfer³⁴⁹ esclarece: “Os movimentos islâmicos respondem às demandas sócioeconômicas de todos os setores sociais transformando-as em exigências religioso-políticas, ou seja, em estratégias de identidade. Esta estratégia conta, em um passado recente, com o apoio religioso que funciona como uma transformação publicitária da religiosidade popular muçulmana”.³⁵⁰

O movimento de massa geralmente surge quando a organização, ou melhor, a ordem estabelecida foi rompida ou não conta mais com a aceitação nacional. E a forma perfeita de proliferar a massificação do fundamentalismo islâmico radical era propalar que o capitalismo e os inimigos ocidentais estavam destruindo a cultura e a pureza religiosa do Islã.

Nesse sentido Eric Hoffer: “ Quando depreciamos uma fé fanática ou um preconceito, não golpeamos a raiz do fanatismo. Simplesmente impedimo-lo de extravazar num certo ponto, com o provável resultado de que extravaze em algum outro. Assim, denegrindo as crenças e lealdades existentes, o homem de palavras militante cria involuntariamente nas massas desiludidas uma fome de fé, pois a maioria das pessoas não pode suportar a esterilidade e inutilidade de suas vidas a menos que alguma dedicação fervorosa, ou alguma busca apaixonada onde possam perder-se.

³⁴⁹ SCHÄRFER, Heinrich. *Fundamentalismos, modernidades y tensiones políticas globales: sobre La religión políticamente movilizada*. Revista Estudos da Religião. São Bernardo do Campo: Umesp, n° 35, jul/dez 2008, p. 128.

³⁵⁰ Tradução livre: “Los movimientos islamistas responden a las demandas socioeconómicas de estos sectores sociales transformádolas en exigencias religioso-políticas, o sea em estratégias de identidad. Esta estrategia cuenta, em El pasado reciente, com um apoyo religioso que funciona como una transformación publicitária de La religiosidad popular musulmana”.

Assim, apesar de si mesmo, o homem de palavras que reclama torna-se precursor de uma nova fé³⁵¹”.

Com a mão forte do Estado e a proliferação em massa do islamismo por conta de uma ameaça que o Estado alardeia ser iminente a população se une e forma um grupo sólido, do que resulta que quanto maior a rigidez da propaganda e da proliferação maior é a adesão e a propalação do fanatismo sem contestação.³⁵²

A solidariedade³⁵³ e a união começam a surgir a partir do fundamentalismo radical e opressor, ocasionando um fanatismo cego e ideal para ser manipulado. O ideal de que a religião muçulmana deve ser protegida contra tudo e contra todos já se disseminou, agora, resta apenas direcionar essa fé para um alvo determinado.

E a solução encontrada foi a criação da *jihad*³⁵⁴, ou seja, uma guerra santa³⁵⁵. Por fim, somente faltava eleger um inimigo a ser combatido para a manutenção da soberania do grande ideal islâmico.

³⁵¹ HOFFER, Eric. *Fanatismo e movimentos de massa*. Rio de Janeiro: The New American Library, 1968, págs. 133 e 134.

³⁵² Os que cumprem as exigências rituais impostas por uma religião acreditam sinceramente nas doutrinas da comunidade religiosa, e os outros podem confiar nisso. Ao aumentar os níveis de confiança e adesão entre seus membros, os grupos religiosos minimizam os custosos mecanismos de controle, necessários quando é preciso enfrentar o problema dos aproveitadores que prejudicam a obtenção dos objetivos comuns. Assim, a vantagem adaptativa do comportamento ritual é sua capacidade de promover e manter a cooperação. (...) Conforme essa teoria do ritual como “sinais dispendiosos”, os grupos que impõem as maiores exigências obterão maiores níveis de devoção e adesão. REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO nº 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro*, p. 47.

³⁵³ O senso de solidariedade dentro das fronteiras do islã é colocado acima de qualquer coisa entre os muçulmanos. Eles são uma família de crentes em Alá que valoriza a afinidade espiritual mais do que a liberdade individual. CANER, Ergun Mehmet & CANER, Emir Fethi. Trad. Haroldo Jansen. *O islã um olhar sobre a vida e a fé muçulmana*. São Paulo, Vida, 2008, p. 133.

³⁵⁴ O *jihad* no plano coletivo (pequeno) significa o esforço dos muçulmanos na defesa da causa de Deus, que implica luta contínua pela restauração da crença na Unidade divina e estabelecimento de um sistema justo a nível social. O Islã assume como missão própria a luta contra a corrupção e a injustiça, não só nas fronteiras internas, mas por todo o mundo. Pretende construir a *ummah* universal, com base nos princípios islâmicos. O combate pela causa de Deus e a luta contra a injustiça inclui também a luta armada. Esta concepção está enraizada no Islã desde suas origens até o momento atual. BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (org.). *Violência e Religião CRISTIANISMO ISLAMISMO JUDAÍSMO Três religiões em confronto e diálogo*. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 211.

³⁵⁵ No mesmo sentido: O aspecto mais perturbador do islã para os não muçulmanos, e que os apologistas do islã tanto tentam disfarçar, é o princípio da *Jihad*. Literalmente, o termo pode ser traduzido como “guerra santa”, e não por acaso. Embora muçulmanos ressaltem que existe uma *jihad* interna (ou “grande *jihad*”), que é a guerra contra os próprios pecados, nenhuma argumentação casuística pode disfarçar o fato de que a *jihad* externa (ou “pequena *jihad*”) – a guerra contra apóstatas e infíéis – é um elemento essencial dessa fé. O conflito armado “em defesa do

12.6. Relações entre fundamentalismos e terrorismos

O mundo fundamentalista extremista, radical e composto por fanáticos religiosos precisavam combater um inimigo, aliás, o inimigo, e este, seria todo aquele que tivesse por objetivo destruir os ideais do islamismo.

A resposta deveria ser firme como forma de demonstração de poder e, que meio melhor para isso do que o uso da violência?

Bonome relaciona o fundamentalismo com o terrorismo: “A única reação ao terrorismo de Estado é o terrorismo individual. Portanto, a ação terrorista está inserida num contexto social de fundamentalismos. Por fundamentalismo entende-se a visão de mundo específica que, pela ação mecânica de um lado e fatalista de outro, atua propiciando a concretização de um determinado reino tido como sagrado a seus adeptos³⁵⁶”.

Fernando Américo³⁵⁷: “Fundamentalismo que, como é bem conhecido, fomentou em alguns casos a formação de grupos terroristas. O impacto dos atentados realizados pela organização Al-Qaeda e a extensão de suas ações criminais, determinaram a criação de um terrorismo global, esta, sem dúvida, na mente de todos. Tudo isso provocou certa satanização do Islã, de forma que não é difícil encontrar discursos que qualificam esse credo religioso, como mais intolerante, mais integrista, incompatível com a democracia, etc.³⁵⁸”.

islã” sugere que a luta muçulmana deve ser sempre empreendida em “autodefesa”. Ao contrário, o dever da *jihād* é um chamado bem claro à conquista mundial. HARRIS, Sam. Trad. de Cláudio Carina, Isa Mara Lando. *A morte da fé: religião, terror e o futuro da razão*. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 127.

³⁵⁶ BONOME, José Roberto. *Fundamentalismo religioso e terrorismo político*. Goiânia: Ed. da UCG, Kelps, 2009, p. 86.

³⁵⁷ AMÉRIGO, Fernando. *Libertad religiosa, laicidad del estado e inmigración islámica*. *Revista de Ciencias de Las Religiones*, nº 21. Madrid, 2007, p. 51.

³⁵⁸ Tradução livre. Fundamentalismo que, como es bien conocido, há derivado em algunos casos em La formación de grupos terroristas. El impacto de los atentados perpetrados por La organización Al-Qaeda y La extensión de SUS acciones criminales, que han acuñado El término de terrorismo global, está sin Duda em La mente de todos. Todo ello há provocado uma cierta satanización del Islam, de forma que no es extraño encontrar discursos que califican a este credo religioso, como más intolerante, más integrista, incompatible com La democracia, etc.

Entre os principais grupos terroristas, responsáveis pela disseminação do terror temos a Al-Qaeda e o Hamas³⁵⁹.

O principal objetivo dos grupos fundamentalistas é reacender a sua soberania e desestabilizar o inimigo.

A forma de melhor sucesso, na visão islâmica é disseminando o terror de forma organizada, porém, sem um alvo de conhecimento público e reiterado, logo, o inimigo sempre ataca como elemento surpresa.

Ademais, como não existe um único grupo e os ataques continuam a ocorrer a menos que seus líderes assumam a autoria dos ataques os Estados atingidos passam a lidar com um inimigo oculto.

E como revidar se não se sabe quem ataca?

As ações costumam ser violentas, de elevadas proporções e são feitas sem que ninguém consiga rastrear os autores e, no mais das vezes, sem conseguir antecipar ou rastrear a origem desses ataques.

³⁵⁹ Haqamat al-Muqawamah al-Islamiyya: Movimento de Resistência Islâmica), criado para combater tanto a ocupação israelense quanto o movimento nacionalista palestino. Sua luta contra os secularistas visava a defender a alma muçulmana da nação e atraiu multidões de jovens, dos quais muitos provinham dos campos de refugiados e alguns pertenciam à classe média. Sua violência, mais uma vez, nasceu da opressão. ARMSTRONG, Karen. Trad. De Hildegard Feist. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 389.

13. Terrorismo

A fundamentação religiosa motiva e fomenta o ódio impingido pelas células terroristas, como se o inimigo não fosse um País, uma Nação, mas sim, o mal, o Satã³⁶⁰.

E com base nessa argumentação algumas células terroristas se desenvolveram e usam da religião como meio de propalar o terror³⁶¹: Hamas, Hezbollah, Al Qaeda, Talibãs, Jihad, etc., são apenas algumas das muitas células que usam da sublimação da fé e do fundamentalismo religioso para impor seus ideais políticos.

Essa argumentação é clara nos movimentos religiosos terroristas fundamentalistas contra os Estados Unidos, como retrata Pinsky: “Buscando referências no tradicionalismo religioso mais obtuso, determinados grupos terroristas passaram a ver nos EUA, e nos aliados ocidentais destes, a representação do Grande Satã a ser eliminado da Terra”.³⁶²

E não apenas as células terroristas passaram a mostrar a seus seguidores que os Estados Unidos, como também, se o seguidor lutasse pela causa seria abraçado pelas virgens quando de sua morte, ou seja, uma inferência clara ao uso da religião como “arma” fundamentalista que arregimenta milhares de seguidores dia após dia.

O terrorismo surge exatamente neste descontentamento, que pode ser representado por uma única pessoa, ou por um grupo, como é o caso de entidades sabidamente reacionárias como o ETA. Algumas vezes as ações destes indivíduos se fazem tão presentes e fortes que ultrapassam

³⁶⁰ No mesmo sentido temos Santiago Petschen: La dimensión religiosa es inconfundible y con ella se puede llegar con más profundidad a las convicciones de la opinión pública. En el ámbito musulmán sucede lo mismo. Las expresiones tienen idéntica carga religiosa: el imperio del mal; los mártires; el Gran Satán. PETSCHEN, Santiago. *Religión, conflictos bélicos y migraciones*. Revista de Ciencias de Las Religiones, nº 21. Madrid, 2007, p. 204.

³⁶¹ Não há dúvida de que entramos no século XXI. Este começou, inquestionavelmente, no dia 11 de setembro de 2001. E o fato de que tenhamos tanta certeza assim é que é mais assustador, pois os acontecimentos nos Estados Unidos nesse dia contêm algo de um indizível terror. A prova disso é a comoção que causaram no mundo inteiro, inclusive junto a tradicionais adversários dos Estados Unidos, como Rússia e Cuba. É triste que o século se inicie com uma tragédia. Também foi assim no século XX, se segundo o historiador inglês Eric Hobsbawm começou em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, que marcou ao mesmo tempo o fim da *belle époque*. O século XX terminou, ao ver do mesmo historiador, em 1991, com o colapso da União Soviética. Outros poderiam ver na derrubada do Muro de Berlim esse marco. Seria mais otimista, do ponto de vista da liberdade humana. ROUANET, Luiz Paulo. *Paz, justiça e tolerância no mundo contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 21.

³⁶² PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Faces do fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 242.

os limites da democracia, e tal fenômeno também pode ser comprovado com o TALEBAN, que dominou um país e resultou na criação da República do TALEBAN.

Com a motivação religiosa o terrorismo impingiu uma série de ataques ao mundo ocidental, como afirma Jaime Pinsky: “No decorrer dos anos 70, praticamente todos os países ocidentais tiveram de enfrentar episódios traumáticos vinculados a atos terroristas, ocorrências que invariavelmente causaram forte comoção na opinião pública mundial. Desde então, as sociedades ocidentais tiveram de conviver com o medo constante, causado pela perspectiva sempre presente de um ataque terrorista”.³⁶³

13.1. Terrorismo e seu *modus operandi*

As ações terroristas assumiram as seguintes características gerais:

- Escolha indiscriminada dos alvos;
- Arbitrariedade e imprevisibilidade na realização dos atos;
- Uso de métodos de ação extremos e cruéis.
- Indiferença em relação aos códigos morais vigentes; e
- Caráter sistemático e continuado.³⁶⁴

Como as ações terroristas não são conhecidas previamente e, tampouco, pode ser prevista a alternativa encontrada para o combate ao terror foi considerar a todos como possíveis terroristas e, assim, classificar em potenciais ameaças determinados agrupamentos de pessoas com o escopo de garantir a segurança da coletividade.

Agora veremos a relação do terrorismo com o maior símbolo de prosperidade capitalista: Os Estados Unidos da América. Quais serão as conseqüências desse encontro?

³⁶³ PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Faces do fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 228.

³⁶⁴ PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Faces do fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 231.

13.2. American way of life

Antes de 11 de setembro de 2001 a cultura norte-americana era denominada de “american way of life” que significa que o estilo de vida perfeito é o dos habitantes dos Estados Unidos. Afinal, é naquele País que se produz a maior quantidade de entretenimento numa escala mundial. Seja em esportes, televisão ou cinema.

Tal situação provocou uma falsa realidade nos indivíduos norte-americanos, qual seja, a de que a cultura americana é a melhor de todas e é um modelo a ser seguido pelos demais. O que produziu um sentimento deveras perigoso: soberba.

O norte americano passou a se considerar melhor que muitas outras culturas, e por conta disso, ensejou alguns excessos que inicialmente não foram levados muito a sério, mas já denotavam certa violência da comunidade americana.

Esse comportamento ensejou um sentimento disseminado de revolta, pois, afinal, os Estados Unidos não podem tudo, existem limites.

E o terrorismo impôs e demonstrou limites a esses excessos da pior maneira conhecida: com a instauração do medo.

Através dos ataques, o terrorismo conseguiu impor uma insegurança coletiva e a soberba e a superioridade econômica deram lugar ao medo e a inquietude.

Esse terror começou com atos isolados de ataques pequenos a alvos específicos, mas foi crescendo e se intensificando, sem que os Estados obtivessem sucesso em seu controle e, tampouco, em sua prevenção.

Como afirma Jaime Pinsky³⁶⁵: “No decorrer dos anos 70, praticamente todos os países ocidentais tiveram de enfrentar episódios traumáticos vinculados a atos terroristas, ocorrências

³⁶⁵ PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Faces do fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 228.

que invariavelmente causaram forte comoção na opinião pública mundial. Desde então, as sociedades ocidentais tiveram de conviver com o medo constante, causado pela perspectiva sempre presente de um ataque terrorista”³⁶⁶.

E tudo mudou em 11 de setembro de 2001...

13.3. O cenário internacional e o terrorismo

Os Estados têm perdido a batalha contra o terrorismo³⁶⁷ reiteradamente por conta do sentimento de medo e pela insegurança propiciada pelos atentados, em especial após 11 de setembro de 2001, quando, então, a maior potência econômica do planeta teve seu símbolo maior, as torres gêmeas – destruídas.

O atentado teve sua autoria confirmada por Osama bin Laden, líder da célula terrorista Al-Qaeda. O curioso é que o cidadão em questão teve todo o seu treinamento militar e táticas de defesa e infiltração desenvolvidas e ensinadas pelos próprios Estados Unidos.

Segundo informações do próprio governo norte americano bin Laden fez parte do serviço secreto norte americano e, como isso, teve acesso ao *modus operandi* e às técnicas de ação daquele País.

³⁶⁶ Podemos relatar alguns casos recentes de terrorismo ao redor do Globo: Em 2004, uma série de bombas explodidas em trens metropolitanos matou mais de 200 pessoas e deixou quase 1.500 feridos em Madri; no mesmo ano na Rússia um assalto a cerca de 1.200 inocentes aconteceu em Beslan em decorrência da invasão de um ginásio de uma escola por trinta terroristas, onde pais e alunos comemoravam o primeiro dia de aula do ano letivo russo; Em julho de 2005, uma série de bombas no sistema de transporte público de Londres, foram quatro explosões, três delas em trens do metrô e a última no interior de um ônibus. Detonados de forma coordenada no horário de maior movimento na área central da cidade ocasionaram mais de cinquenta mortes e 700 feridos; Em 2008, na Índia cerca de trinta terroristas se alocaram nos pontos mais movimentados pelo turismo naquele País e fizeram reféns e espalharam o terror com um saldo de 200 mortos e 400 feridos. Em março de 2010, mais de 38 pessoas morreram e outras 60 ficaram feridas em atentados perpetrados por duas mulheres-bomba em estações centrais do metrô de Moscou; E, em 22 de julho de 2011, na Noruega, houve um atentado terrorista de autoria de Anders Behring Breivik que resultou na morte de 77 pessoas naquele País.

³⁶⁷ André Luís Woloszyn defende que os objetivos do terrorismo são: derrubada e ou substituição de um governo ou de um modelo; político-ideológico e religioso; obtenção de autonomia política para um grupo subnacional; alteração da política externa de um governo; defesa do meio-ambiente e dos direitos dos animais; purificação da humanidade e confirmação de previsões apocalípticas; inconformismo com o processo de globalização, a exclusão social e a conseqüente desumanização da sociedade; instrumento de poder entre os grupos em conflito; e propaganda e marketing. WOLOSZYN, André Luís. *Terrorismo Global Aspectos gerais e criminais*. Porto Alegre: Est Edições, 2009, p. 72.

Esse ato, acompanhado pelo ataque ao pentágono e uma série de atos menores desencadearam uma revolução mundial em termos de segurança e, novamente, municiados pelo terrorismo, como o ataque a Madrid e a Londres nos anos seguintes.

Como afirma Joseph S. Nye Jr.: “Os americanos sentem-se cada vez mais afetados por fatos originados fora do país. Terroristas do outro lado do mundo semearam a destruição em Nova York e Washington”.³⁶⁸

Após os ataques terroristas em 11 de setembro de 2001 a imagem inata de orgulho e prosperidade dos Estados Unidos ruiu. Com a destruição do maior símbolo daquele País o “american way of life” se perdeu.

Estava claro que algo deveria ser feito, como afirma Cornelius Prittwitz: “Uma coisa é certa: o horror de todo o Mundo pelos atentados de 11 de setembro e a comoção em torno de uma segurança subjetiva – portanto de uma sensação de segurança – sofrida pela população norte americana e seus políticos proibem explicações simples ou pejorativas sobre o ocorrido”.³⁶⁹

E prossegue: “Aqueles que sempre sustentaram que os Estados Unidos tinham se transformado num estado policial no seu interior e num império global em seu exterior (na busca de mercados e fontes de energia), seguramente terão razão em um ou outro detalhe, mas serão incapazes de se aproximarem de um entendimento analítico do nosso problema”.³⁷⁰

O autor defende que toda a imagem de prosperidade e segurança norte americana simplesmente ruiu com os atentados terroristas...

E como se defender de um inimigo oculto? Como atacar o que não se pode ver?

³⁶⁸ NYE JR., Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 135.

³⁶⁹ PRITTWITZ, Cornelius. *¿Guerra em tiempos de paz? Fundamento y límites de la distinción entre derecho penal y guerra*, p. 177.

³⁷⁰ Idem, *ibidem*.

A própria resposta do então Presidente Bush ao terrorismo também se fundou na religião, pois argumentos como cruzada contra o terror, erradicação do mal foi apenas algumas das expressões para propalar e insular a nação americana contra os muçulmanos no combate infrutífero contra o Afeganistão.

Neste caso a pressão interna foi tão intensa que sobrepujou a soberania da própria nação.

Interessante como a política interna de um país pode influenciar decisivamente na política externa.

O maior orgulho nacional norte americano destruído, o medo disseminado e o colapso a porta. O Estado americano precisava dar uma resposta não apenas aos terroristas, mas também aos demais Estados internacionais preocupados com o abalo de soberania, porém, algo deveria ser feito para recuperar a parte mais afetada dos atentados: o próprio povo norte americano.

13.4. Reação norte americana ao terror: a Guerra

No caso dos atentados de 11 de setembro de 2001, o líder assumido dos atentados foi um soldado altamente treinado pelo próprio governo americano, que ficou muito rico ao longo do tempo e decidiu se “vingar” da política adotada por aquele país.

Com isso, a pressão popular (conflito interno) foi tão intensa que praticamente obrigou o seu governo a tomar uma atitude. Os cidadãos americanos entenderam que ao destruírem um dos símbolos de sua cultura (World Trade Center, também conhecido como Torres gêmeas), a soberania dos Estados Unidos estaria ameaçada, e que o conceito de superpotência se mostrava extremamente frágil.

Sentindo uma necessidade de transmitir alguma resposta à população americana, o Governo editou a carta da América. O objetivo era invocar o sentimento nacionalista dos norte americanos como forma de ratificar e apoiar as ações que o governo iria implementar. Para construir a base de suas razões, os norte-americanos partiram do construto dos direitos humanos,

incontestáveis a toda raça humana e que ficou conhecido como as cinco verdades fundamentais referentes a todas as pessoas, se distinção:

1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
2. O objeto básico da sociedade é a pessoa humana, e o legítimo papel do governo é proteger e ajudar a fomentar as condições para a prosperidade humana.
3. Seres humanos desejam buscar a verdade somente o objetivo da vida e seus fins últimos.
4. Liberdade de consciência e liberdade religiosa são direito invioláveis da pessoa humana.
5. Matar em nome de Deus é contrário à fé em Deus e é a maior traição da universalidade da fé religiosa. Lutamos para nos defender e para defender esses princípios universais.

E, a resposta do governo, como sempre acontece quando uma Nação está inferiorizada e acuada, envolve o belicismo e com os Estados Unidos não foi diferente.

Seu presidente declarou guerra: primeiro ao Afeganistão e depois ao Iraque, em uma cruzada deliberada e desenfreada que resultou não apenas na caça a um inimigo e na busca de armas de destruição em massa, mas sim, em algo muito maior, tática igualmente antiga utilizada em guerra, o resgate ao nacionalismo.

Sendo assim, não bastava aos Estados Unidos atacarem um inimigo oculto, a resposta a ser dada é que o inimigo era conhecido e que a toda poderosa Nação americana iria triunfar, mas para isso era necessário que os próprios norte americanos colaborasse com a segurança da Nação, já que qualquer pessoa poderia ser o inimigo.

Hannah Arendt: “O terror, como execução da lei de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as “partes” em benefício do “todo”.³⁷¹

Nessa esteira não bastava combater o terrorismo no âmbito externo através da guerra, também seria necessário se fazer sacrifícios internamente para se garantir uma vez mais a soberania da Nação e, quiçá, do próprio Mundo.

A resposta foi uma cruzada maciça e destrutiva atrás do terrorista conhecido como Osama bin Laden, que por todo o governo Bush se mostrou infrutífera, pois, nem ele e muito menos seu corpo fora encontrado.

E o não encontrar do terrorista impingiu uma contramedida concomitante ainda mais devastadora nos Estados Unidos: A Baía de Guantanamo.

Uma ilha que passou a ser usada fortemente como um instrumento de tortura com o claro interesse de extrair à força informações sobre os paradeiros dos terroristas.

Em Guantanamo os direitos civis, humanos, políticos e sociais foram relativizados e, em muitos casos, simplesmente suprimidos. Em uma demonstração de poder do governo norte americano de que o terror seria combatido, nem que para isso fosse necessário reagir com o uso do próprio terror.

E em caminho paripasso o belicismo e a supressão de direitos caminharam nos Estados Unidos em ritmo desenfreado, quase como que uma resposta a si mesmo para garantir a seus cidadãos de que aquele País era novamente seguro.

E o grande perigo dessas respostas bélicas é o poder que o governante toma para si e usa praticamente a mesma arma do inimigo: o terror, mas agora, como forma de legitimar seus atos.

³⁷¹ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 517.

Com isso, um perigoso Estado de exceção pode se instaurar e transformar a democracia em totalitarismo, em inúmeros exemplos que somente causaram destruição à humanidade.

A chegada do governo de Barack Hussein Obama trouxe a esperança do fim do conflito bélico e do cumprimento de uma das promessas de campanha do agora Presidente dos Estados Unidos: a desativação da Baía de Guantanamo.

O fato é que o primeiro governo do Presidente Obama está por chegar ao fim e Guantanamo segue inatingível e com aura de local intocável, pois, ao longo de seu governo o objetivo maior fora alcançado: Através dos métodos nada ortodoxos os agentes do serviço secreto norte americano descobriram o paradeiro do inimigo até então invisível: Osama bin Laden.

Em uma operação militar que culminou com a morte de seu maior inimigo, com o uso de aeronaves que nem a maior parte da população sabia ou tinha conhecimento.

E a reação da população norte americana foi de alívio e o retorno da tão almejada segurança³⁷². Contudo, o espólio foi elevado: duas guerras, no Iraque e no Afeganistão, cento e cinquenta mil mortos e mais de \$1 trilhão de dólares gastos.

A grande questão que permanece é se a morte do líder da Al-Qaeda será o suficiente para trazer a paz nessa guerra ao terror ou se Osama bin Laden poderá ser usado como um mártir para garantir o continuismo da causa³⁷³.

³⁷² Revista Newsweek, May 16, 2011, p. 6: "Bin Laden's dispatch was a triumph on several counts. It is almost unanimously regarded as Just. Bin Laden was a mass killer, a hero to very few. The feelings about his timely departure are unequivocal, especially here in America. What a rare unity of emotion that is. It's hard to remember a comparable moment, save for 9/11 itself. Bin Laden's death is almost universally popular. Bush can begrudgingly limit his congratulations to the U.S. military. But even Tea Partiers praise the president for pulling the trigger. Obama now has virtually the whole nation behind him on this central issue. The Arab and Muslim world, which had begun to take America less seriously after its troubles in Iraq, Afghanistan, an Libya, are reminded of what the U.S. is capable of – and are looking at America with new respect". Revista Newsweek, 16 de maio, 2011, p. 6: "A morte de Bin Laden foi um triunfo em vários aspectos. É quase unanimemente considerado como justo. Bin Laden era um assassino em massa, um herói para poucos. Os sentimentos da sua morte em um momento tão oportuno são claros, especialmente aqui na América. Que emoção única! É difícil lembrar de um momento que se compara, exceto pelo 11/09. A morte de Bin Laden é quase universalmente popular. Bush pode limitar parabéns para os militares dos EUA. Até mesmo grupos de senhoras idosas elogiaram o presidente por ter puxado o gatilho. Obama agora tem virtualmente a nação inteira apoiando ele com relação a esta questão central. O mundo árabe e muçulmano, que tinha começado a levar a América menos a sério depois de seus problemas no Iraque, Afeganistão e Líbia, foram lembrados do que os EUA são capazes e estão olhando para a América com uma nova atitude de respeito".

De concreto temos que se o terrorismo almejar o continuísmo do terror novos ataques serão deflagrados e tanto a ação quanto a reação, uma vez mais, farão uso da força.

Esse uso indiscriminado de força somado à supressão dos direitos de um cidadão mostra que o totalitarismo pode não ser explícito, contudo, é nítida a sua presença.

13.5. Totalitarismo: mais um inimigo

Quando a guerra é usada como justificativa para o combate ao terror o Estado Democrático de Direito é substituído por um Estado totalitário, no qual a mão forte controla as liberdades individuais a seu mais cômodo prazer.

E com os Estados Unidos houve uma união precisa entre o Direito Penal e a guerra, nos dizeres de Cornelius Prittwitz: “O Direito Penal se considera como objeto da política interior, e a guerra como objeto da política exterior e de segurança”.³⁷⁴

³⁷³ Revista The Economist, May 7th-13th, 2011, p. 9: “Now, kill his dream. A few bullets were enough. But the shots that killed Osama bin Laden in the dead of night on May 2nd in a fortified compound not far from Islam-abad came after 15 years of dogged pursuit, tow longs wars in Iraq and Afghanistan, well over \$1 trillion of spending are around 150,000 deaths. It is a heavy reckoning for one man’s life.(...) The attacks of September 11th 2001 tipped America and the West into a fight that exacted a terrible price in blood and treasure. At home, America has diverted vast resources into a security bureaucracy. Abroad, it has been distracted from the historic challenge that American power faces in Asia. (...) That message is potent enough to survive Mr bin Laden’s death. Stuck in his compound, without a telephone or the internet, he had anyway become a remote figure. The as-Qaeda franchise, spread across the Sahel, in the Arabian peninsula and in cells around the world, will surely now seek to prove its potency. The hope is that the computers, discs and drives American special forces seized during their raid will wreck such plans. Terrorism being what it is, though, an attack sooner or later has every chance of succeeding”. Revista The Economist, 07-13 maio, 2011, p. 9: "Agora, mataram seu sonho. Algumas balas foram suficientes. Mas os tiros que mataram Osama bin Laden na calada da noite, em 02 de maio em um complexo não muito longe do Islã-abad veio após 15 anos de perseguição obstinada, as constantes guerras no Iraque e no Afeganistão, mais de US \$ 1 trilhão em gastos e em torno de 150.000 mortes. É um acerto de contas pesado para a vida de um homem. (...) Os ataques de 11 de setembro de 2001 levou a América e o Ocidente a iniciar uma guerra que exigiu um preço terrível em sangue. Em casa, a América desviou muitos recursos em um ato burocrático burocracia de segurança. No exterior, tem distraiu o mundo do desafio histórico que o poder americano na Ásia enfrenta. (...) Tal mensagem irá persistir, mesmo após a morte de Bin Laden. Preso em seu complexo, sem telefone ou internet, de qualquer maneira ele tinha se tornado uma figura remota. A Al-Qaeda, com membros espalhados por todo o Sahel, na Península Arábica e em células ao redor do mundo, tenta provar seu poder. A esperança é que os computadores, discos e drives que as forças especiais americanas apreenderam destrua tais planos. Já que o terrorismo é iminente, por isso, um ataque, cedo ou mais tarde, tem grandes chances de acontecer".

³⁷⁴ PRITTWITZ, Cornelius. *¿Guerra em tiempos de paz? Fundamento y límites de la distinción entre derecho penal y guerra*, p. 175.

Hannah Arendt afirma que o Estado em guerra não convive sem lei, mas sim cria uma própria: “A política totalitária não substitui um conjunto de leis por outro, não estabelece o seu próprio *consensus iuris*, não cria, através de uma revolução, uma nova forma de legalidade. O desafio a todas as leis positivas, inclusive às que ela mesma formula, implica a crença de que pode dispensar qualquer *consensus iuris* e ainda assim não resvalar para o estado tirânico da ilegalidade, da arbitrariedade e do medo. Pode dispensar o *consensus iuris* porque promete libertar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade a encarnação da lei”.³⁷⁵

O saldo do combate ao terror foi o Afeganistão que, inicialmente, lutou com os norte americanos, passou a considerá-lo como um inimigo, pois os ataques matavam tantos terroristas quanto os cidadãos comuns e com o Presidente Bush sem mostrar qualquer tipo de zelo ou remorso por tais atos.

Já no Iraque o espólio foi ainda maior, pois, com a prática ampla e indiscriminada da tortura os Estados Unidos conseguiram unir o povo iraquiano em constante conflito entre xiitas e sunitas com um inimigo comum: os norte americanos supressores dos direitos e das liberdades do povo iraquiano.

E a resposta negativa à conduta norte americana ecoou inclusive no âmbito nacional com a expressiva derrota nas eleições e no continuísmo Bush com seu conceito de guerra.

A busca por um nacionalismo exacerbado não pode ser a justificativa para tortura e supressão dos Direitos Humanos, a história já nos ensinou com uma série de exemplos – Hitler, Napoleão, Stalin, etc. – que a guerra e o totalitarismo trazem um espólio negativo muito grande a ser enfrentado pela humanidade e que não reside justificativa no medo, no terror, na insegurança ou em qualquer outro argumento que possa ser usado.

A humanidade já tem um espólio de mortes em defesa do sentimento nacional, da soberania dos Estados.

³⁷⁵ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, págs. 514 e 515.

Com o terrorismo, se uma mudança e uma guinada em direção aos direitos humanos não for acertada nós trocaremos o sentimento nacional pela defesa da liberdade religiosa e o combate à intolerância. No entanto, quanto mortos devermos contar novamente até que a humanidade reencontre o caminho correto, como após o final da II Guerra Mundial?

O problema nos parece ainda ser a disputa pelo poder que se mascara através da defesa dos ideais religiosos. No fundo, o que os Estados almejam é um poder de governabilidade pleno, uma ratificação de seus atos pela população e a melhor maneira para isso é a manipulação da informação.

Seja criar um inimigo, real ou ficcional ao qual devemos reunir nossos esforços para defender a unidade do País a desde ratificar os ideais religiosos que marcam a sociedade e que os que não os compreendem desejam extirpar.

As motivações são várias, as mensagens igualmente numerosas e o resultado é a manipulação, o uso do fundamentalismo para garantir a soberania e ganhar vantagem na disputa pelo poder, nem que para isso seja necessário usar a força do medo e do terror.

13.6. Os direitos humanos e o terrorismo

A ONU e os direitos humanos não ficaram silentes ante as atrocidades produzidas pelo terrorismo e a resposta foi: a 4ª Convenção de Genebra sobre a proteção de civis em tempo de guerra, de 1949:

“Art. 33. Nenhuma pessoa protegida pode ser castigada por uma infração que não tenha cometido pessoalmente. As penas coletivas, assim como todas as medidas de intimidação ou de terrorismo, são proibidas. A pilhagem é proibida. As medidas de represália contra as pessoas protegidas e seus bens são proibidas”.

Convenção referente às Infrações e a Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves, Tóquio, de 1963:

“Artigo 11. 1. Quando ilicitamente, mediante violência ou ameaça de violência, uma pessoa a bordo perturbar o comando de uma aeronave em vôo, se apoderar dela ou, exercer o seu comando, ou estiver prestes a praticar um destes atos, os Estados Contratantes tomarão todas as providências adequadas para que o legítimo comandante da aeronave retome ou conserve o comando desta. 2. Nos casos previstos no número antecedente, o Estado Contratante onde a aeronave aterrizar deve permitir aos passageiros e à tripulação o prosseguimento da viagem o mais rapidamente possível e restituir a aeronave e a respectiva carga aos seus legítimos possuidores”.

Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, em Haia, de 1970:

“Artigo 1º. Qualquer pessoa que a bordo de uma aeronave em vôo: ilicitamente, pela força ou ameaça de força, ou por qualquer outra forma de intimidação, se apodera ou exerce controle da referida aeronave, ou tenta praticar qualquer um desses atos; ou b) é cúmplice de uma pessoa que pratica ou tenta praticar qualquer um desses atos comete um crime (doravante referido como "o crime").
Artigo 2º. Cada Estado contratante obriga-se a tornar o crime punível com severas penas”.

Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, quando Tiverem Eles Transcendência Internacional, Washington, 1971:

“Artigo 1º. Os Estados Contratantes obrigam-se a cooperar entre si, tomando todas as medidas que considerem eficazes de acordo com

suas respectivas legislações e, especialmente, as que são estabelecidas nesta Convenção, para prevenir e punir os atos de terrorismo e, em especial, o seqüestro, o homicídio e outros atentados contra a vida e a integridade das pessoas a quem o Estado tem o dever de proporcionar proteção especial conforme o direito internacional, bem como a extorsão conexa com tais delitos. Artigo 2º. Para os fins desta Convenção, consideram-se delitos comuns de transcendência internacional, qualquer que seja o seu móvel, o seqüestro, o homicídio e outros atentados contra a vida e a integridade das pessoas a quem o Estado tem o dever de proporcionar proteção especial conforme o direito internacional, bem como a extorsão conexa com tais delitos”.

Convenção Para a Repressão aos Atos Ilícitos Contra a Segurança Da Aviação Civil, Montreal, 1971:

“Artigo 1º. 1. Qualquer pessoa comete um crime se, ilegal ou intencionalmente: a) pratica um ato de violência contra uma pessoa a bordo de uma aeronave em vôo, se tal ato pode colocar em risco a segurança da aeronave; ou b) destrói uma aeronave em serviço ou causa à mesma dano que a torne incapaz de voar ou possa colocar em risco a sua segurança em vôo; ou c) coloca ou faz colocar numa aeronave em serviço, por qualquer meio, um dispositivo ou substância capaz de destruir a referida aeronave, ou de causar à mesma dano que a torne incapaz de voar, ou que possa colocar em risco a sua segurança em vôo; ou d) destrói ou danifica facilidades de navegação aérea ou interfere na sua operação, se qualquer dos referidos atos é capaz de colocar em risco a segurança da aeronave em vôo; ou e) comunica informação que sabe ser falsa, colocando em risco desse modo a segurança de uma aeronave em vôo. 2. Qualquer pessoa também comete um crime se: a) tenta cometer

qualquer dos crimes mencionados no parágrafo 1 do presente artigo; ou b) é cúmplice de uma pessoa que cometa ou tente cometer qualquer dos mencionados crimes”.

Convenção europeia para a repressão do terrorismo (Comitê de Ministros do Conselho da Europa, 10.11.1976) e o próprio Tratado da União Europeia que, no seu Título VI ("*Disposições relativas à cooperação policial e judiciária em matéria penal*"), inclui entre os novos objetivos da União a prevenção e a luta contra o racismo, a xenofobia e o *terrorismo*.

Resolução 1.267 (1997) do Conselho de Segurança das Nações Unidas:

“1. Insiste em que a facção afegã conhecida por talibã, que igualmente se designa a si mesma por Emirato Islâmico do Afeganistão, cumpra quanto antes às resoluções anteriores do Conselho e, em particular, deixe de prover refúgio e treino aos terroristas internacionais e às suas organizações, tome as necessárias medidas efetivas para assegurar que o território sob o seu controlo não é utilizado para albergar instalações e acampamentos terroristas, nem para a preparação ou organização de atos terroristas dirigidos contra outros Estados ou seus nacionais e colabore nos esforços para submeter à justiça as pessoas acusadas delitos de terrorismo.”

Resolução 1.333 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que estabelece Sanções Contra o Talibã E Contra Osama Bin-Laden, 2000:

“1. Exige que os talibãs cumpram com o disposto na Resolução 1267 (1999) e, em particular, deixem de dar abrigo e de treinar terroristas internacionais e a suas organizações tomem medidas eficazes e apropriadas para que não se use o território que dominam para abrigar instalações e moradas de terroristas nem para a

preparação ou organização de atos de terrorismo contra outros Estados ou seus cidadãos, e colaborem com as atividades internacionais encarregadas de colocar à disposição dos Tribunais as pessoas acusadas de delitos de terrorismo”.

Resolução 1.368 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que Condena os Atentados Terroristas aos EUA; 2001:

“1. Condena inequivocamente nos termos mais enérgicos os horrendos ataques terroristas que ocorreram em 11 de setembro de 2001 em Nova York, Washington, D.C. e Pensilvânia e considera que estes atos, como equivalentes a qualquer ato de terrorismo internacional, constituem uma ameaça para a paz e a segurança internacional; 2. Expressa seu mais sentido pesar e suas mais profundas condolências às vítimas e suas famílias, assim como ao povo e ao Governo dos Estados Unidos da América; 3. Insta a todos os Estados a que colaborem com urgência para submeter à ação da justiça os autores, organizadores e patrocinadores destes ataques terroristas e espera que os cúmplices dos autores, organizadores e patrocinadores destes atos e os responsáveis de fornecer-lhes apoio ou asilo terão que prestar conta de seus feitos; 4. Exorta a comunidade internacional a que redobre seus esforços para prevenir e reprimir os atos de terrorismo, entre outras coisas cooperando mais e cumprindo plenamente os convênios internacionais contra o terrorismo que sejam signatários e as resoluções do Conselho de Segurança, em particular a resolução 1269, de 19 de outubro de 1999; 5. Expressa que está disposto a tomar todas as medidas que sejam necessárias para responder aos ataques terroristas cometidos em 11 de setembro de 2001 e para combater o terrorismo em todas as suas formas, com respeito às

funções que lhe incumbem em decorrência da Carta das Nações Unidas.”

Resolução 1.373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas Contra o Terrorismo, de 2001:

“1. Decide que todos os Estados membros deverão: (a) Impedir e suprimir o financiamento de atos terroristas; (b) Criminalizar a provisão ou a coleta intencional, por quaisquer meios, direta ou indiretamente, de fundos por seus cidadãos ou em seus territórios com a intenção de que estes fundos sejam usados, ou que se saiba que estes fundos são usados para a prática de atos terroristas (c) Congelar sem demora, fundos ou outros ativos financeiros ou recursos econômicos de pessoas que cometam ou tentam cometer atos terroristas ou participem ou facilitem a execução de atos terroristas; de entidades de propriedade ou controladas direta ou indiretamente por estas pessoas; e de pessoas e entidades que ajam em favor ou orientadas por tais pessoas e entidades, incluindo fundos oriundos ou gerados de bens de propriedade ou que sejam controlados direta ou indiretamente por tais pessoas e pessoas/entidades associadas; (d) Proibir seus cidadãos ou quaisquer pessoas ou entidades em seu território de disponibilizar fundos, ativos financeiros, recursos econômicos, serviços financeiros ou correlatos, direta ou indiretamente, para beneficiar pessoas que cometem ou tentam cometer, participem ou facilitem a execução de atos terroristas, de entidades de propriedade ou controladas, direta ou indiretamente, por tais pessoas e pessoas/entidades que ajam em favor ou orientadas por tais pessoas. 2. Decide que os Estados membros também deverão: a) Abster-se de fornecer qualquer forma de apoio, ativo ou passivo, a entidades ou pessoas envolvidas em atos terroristas, incluindo a

supressão de recrutamento de membros de grupos terroristas e eliminando o fornecimento de armas para os terroristas; b) Tomar as medidas necessárias para impedir a execução de atos terroristas, inclusive informando, antecipadamente, outros Estados membros através de troca de informações; c) Negar refúgio seguro para aqueles que financiem, planejem, apoiem ou cometam atos terroristas; d) Impedir que aqueles que financiam, planejam, facilitam ou cometem atos terroristas usem seus respectivos territórios para propósitos contra outros Estados membros ou seus cidadãos; e) Garantir que qualquer pessoa que participe no financiamento, planejamento, preparação ou execução de atos terroristas ou que apoiem tais atos seja julgada e garantida que, além de outras medidas contrárias, tais atos terroristas sejam considerados como graves delitos criminais pelas leis de cada país, e que a gravidade de tais atos se reflita na pena a eles imputada; f) Apoiar um ao outro no processo de investigações ou procedimentos criminais relacionadas com o financiamento ou apoio a atos terroristas, inclusive colaborando no processo de obter evidências que sejam necessárias para estes procedimentos; g) Impedir a movimentação de terroristas ou de grupos terroristas através de eficientes controles de fronteira e controle na emissão de documentos de identidade e passaportes, e através de medidas que impeçam a falsificação e o uso fraudulento de documentos de identidade e de viagem.

3. Convoca todos os Estados membros a:

a) Encontrar meios de intensificar e acelerar a troca de informações operacionais, especialmente as referentes a ações ou movimentações de terroristas ou redes de terrorismo; documentos de viagem falsos ou forjados; tráfico de armas, de explosivos ou de material bélico; uso de tecnologias de comunicação por grupos terroristas; e a ameaça representada pela posse de armamentos de destruição de massa por grupos terroristas; b) Trocar informações

de acordo com as leis nacionais e internacionais e cooperar administrativa e judicialmente para impedir a execução de atos terroristas; c) Cooperar, em particular, através de acordos e planos bilaterais e multilaterais para impedir e suprimir ataques terroristas e punir os responsáveis por tais atos; d) Tornar-se membro, o mais rapidamente possível, de todas as convenções e protocolos internacionais relevantes relacionados ao terrorismo, inclusive a Convenção Internacional para a Supressão de Financiamento ao Terrorismo de 9 de dezembro de 1999; e) Aumentar a cooperação e implantar de forma total as convenções e protocolos internacionais relevantes relacionados com o terrorismo e com as resoluções 1269 (1999) e 1368 (2001) do Conselho de Segurança; f) Tomar as medidas adequadas em conformidade com o previsto em leis nacionais e internacionais, incluindo padrões internacionais de direitos humanos, antes de conceder condição de refugiado, com o propósito de assegurar que aquele que solicita refúgio não tenha planejado, facilitado ou participado da execução de atos terroristas; g) Assegurar, em conformidade com leis internacionais, que a condição de refugiado não seja violada por executores, organizadores ou facilitadores de atos terroristas, e que alegações de ordem política não sejam usadas para recusar os pedidos de extradição dos supostos terroristas. 4. Observa com preocupação a estreita ligação entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, drogas ilícitas, lavagem de dinheiro, o tráfico ilegal de armas e a movimentação ilegal de material nuclear, substâncias químicas e biológicas e outras igualmente mortais, e sob este aspecto enfatiza a necessidade de aprimorar a coordenação de esforços a nível nacional, sub-regional, regional e internacional que fortaleçam uma resposta mundial a esta ameaça contra a segurança internacional. 5. Declara que atos, métodos e práticas de terrorismo são contrários aos propósitos e princípios da

Organização das Nações Unidas e que o conhecimento de financiamento, do planejamento e a incitação de atos terroristas também são contrários aos propósitos e princípios da Organização das Nações Unidas.

Convenção Interamericana Contra o Terrorismo, Barbados, 2002:

“Artigo 1º. Esta Convenção tem por objeto prevenir, punir e eliminar o terrorismo. Para esses fins, os Estados Partes assumem o compromisso de adotar as medidas necessárias e fortalecer a cooperação entre eles, de acordo com o estabelecido nesta Convenção. Artigo 4º Medidas para prevenir, combater e erradicar o financiamento do terrorismo. 1. Cada Estado Parte, na medida em que não o tiver feito, deverá estabelecer um regime jurídico e administrativo para prevenir, combater e erradicar o financiamento do terrorismo e lograr uma cooperação internacional eficaz a respeito, a qual deverá incluir: a) Um amplo regime interno normativo e de supervisão de bancos, outras instituições financeiras e outras entidades consideradas particularmente suscetíveis de ser utilizadas para financiar atividades terroristas. Este regime destacará os requisitos relativos à identificação de clientes, conservação de registros e comunicação de transações suspeitas ou incomuns; b) Medidas de detecção e vigilância de movimentos transfronteiriços de dinheiro em efetivo, instrumentos negociáveis ao portador e outros movimentos relevantes de valores. Estas medidas estarão sujeitas a salvaguardas para garantir o devido uso da informação e não deverão impedir o movimento legítimo de capitais; c) Medidas que assegurem que as autoridades competentes dedicadas ao combate dos delitos estabelecidos nos instrumentos internacionais enumerados no Artigo 2 tenham a capacidade de cooperar e intercambiar informações nos planos nacional e

internacional, em conformidade com as condições prescritas no direito interno. Com essa finalidade, cada Estado Parte deverá estabelecer e manter uma unidade de inteligência financeira que seja o centro nacional para coleta, análise e divulgação de informações relevantes sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Cada Estado Parte deverá informar o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos sobre a autoridade designada como sua unidade de inteligência financeira.”

Existem, ainda, outros instrumentos protetivos, no entanto, consideramos essas as principais e as mais representativas.

A grande demora na adesão universal, em seu âmbito interno, dos instrumentos internacionais de combate ao terrorismo continua representando um dos maiores problemas para as Nações Unidas.

O procedimento adotado pela maioria dos países de submeter determinado instrumento legal internacional à apreciação e aprovação do Poder Legislativo tem sido apontado como um dos principais motivos da demora, às vezes demora-se mais de uma década para o acordo entrar em vigor, o que prejudica a efetivação do sistema internacional.

13.7. Resposta ao terrorismo

O respeito às diferenças culturais fundamentais devem ser respeitadas, pois contra o terrorismo os ideais da liberdade e da democracia são ignorados e suprimidos, apesar de muitos presidentes se valerem exatamente destes argumentos para justificarem uma verdadeira cruzada contra o terrorismo.

A mais célebre justificativa é a de que se não houver uma reação armada, haverá um subjuramento da nação ante ao inimigo, o qual Estado algum pode permitir, já que sem autonomia não existe governo.

Apesar de tais caminhos não serem conduzidos de maneira democrática, a defesa dessas premissas se faz pungente para dirimir e erradicar conflitos. Aceitando que cada cultura tem sua própria liberdade e ninguém, seja uma pessoa, um grupo, ou até mesmo uma nação, pode sufocar seus ideais, porque a liberdade cultural, religiosa e individual é imprescindível, contanto que os limites sejam respeitados.

Todo indivíduo tem o direito a ter uma crença, um idioma, uma ideologia, que pode ou não ser a mesma de seu vizinho, desde que haja um respeito e uma tolerância a coexistência pode ser pacífica.

O que não pode ocorrer são conflitos exatamente por esta diferença. A sociedade em tempos de globalização avança em tantos aspectos, mas infelizmente mantém uns vícios até o momento considerados como insanáveis.

Um conflito físico ou armado não gera benefícios a nenhum dos envolvidos, a solução não é uma cultura única, um único idioma ou religião, mas sim um respeito imperativo destas diferenças, sem a necessidade de um tentar se impor sobre o outro pelo uso da força. A democracia existe para todos.

Nesse sentido os direitos humanos criaram todo um sistema protetivo aos direitos do homem, não joguemos todo esse legado no lixo, apenas por não saber como lidar com esse inimigo oculto.

Com a opção de um atentado toda a luta pela liberdade religiosa fica em segundo plano, já que agora o que passará a imperar é um conflito de soberania, principalmente em relação ao Estado atacado.

E este conflito deturpa o ideal original que é exatamente a livre expressão de crença, idéia, religião, como preceitua a Declaração Universal dos Direitos do Homem e os demais Pactos, Declarações, Tratados da ONU.

Não é com um ato terrorista que o espaço pretendido será alcançado, exatamente o contrário, o conflito subsequente ensejará um sufocamento e uma repressão maciça para que tal ato não se repita.

E avanços sociais tão importantes como a democracia, a liberdade de crença, tolerância e dignidade da pessoa humana estarão dizimados.

O que nos reporta a épocas não muito saudosas como os grandes conflitos entre nações pela reafirmação de sua soberania. Acreditamos que a volta destes dias através de atos terroristas em nada irá ajudar os menos favorecidos.

Conclusão

O futuro da intolerância religiosa pode ser a extinção do próprio homem e os direitos humanos tentam a todo custo evitar esse destino.

A intolerância extremada, que tem como pano de fundo a religião, não é a solução para a redistribuição territorial, o movimento migratório ou a ratificação dos ideários religiosos das nações, o terrorismo, o inimigo oculto tem sido combatido, porém ainda sem vitórias expressivas. A solução? A liberdade religiosa e o pleno exercício dos direitos humanos fundamentais e o respeito à dignidade da pessoa humana.

A sociedade testemunhou exemplos claros de intolerância ao longo das gerações e, seu ápice com a I e a II Guerras mundiais, inclusive com seu espólio desastroso.

Os Direitos humanos emergiram como uma esperança de paz entre as nações e um sinal de que a vida humana seria a proteção vital de uma nova sociedade. Inclusive com o desenvolvimento do conceito de proteção à dignidade da pessoa humana.

No entanto, se a humanidade cria organismos protetivos com fins a evitar novas guerras globalizadas, a missão falha com o surgimento de guerras localizadas. E o que antes era regido por uma disputa territorial, agora, é motivado por uma disputa religiosa.

O cerne motivacional dessa disputa religiosa em pleno século XXI segue sendo o mesmo do surgimento do judaísmo e, principalmente, com o cristianismo: o proselitismo e o fundamentalismo.

Esses dois instrumentos, que tanto podem ser usados para o bem quanto para o mal, demonstraram através da história que, se habilmente manipulados, podem ocasionar estragos de elevada proporção.

Por conta desta combinação temos uma guerra que se perpetua no tempo pela disputa da Palestina/Israel entre árabes e judeus.

Da mesma feita temos a guerra entre ocidente e oriente com a mensagem de combate ao anticristo e, com isso, uma série de atentados terroristas infligiram os países do mundo ocidental especialmente depois da segunda metade do século XX.

Essa disputa religiosa acarreta conseqüências nas relações entre os povos e, com isso, existe uma limitação cada vez mais evidente na liberdade individual, em especial do estrangeiro que reside em outro país e possui uma religião diversa da população local.

Por conta do extremismo religioso e da combinação proselitismo/fundamentalismo o terrorismo impingiu o medo no imaginário das pessoas; a ponto de não se saber quem pode ser o seu real inimigo e, tampouco, se, de fato, ele existe.

Com base nessa insegurança coletiva os Estados laicos adotam cada vez mais medidas protetivas que ferem a liberdade religiosa de terceiros.

Exemplos não faltam: a Turquia e o problema do véu, a França com a caça aos islâmicos e uma série de medidas contra o porte de símbolos religiosos, a Dinamarca e o combate às vestes islâmicas, a Austrália e a autorização de a polícia obrigar a mulher a tirar sua burca sem maiores justificativas são apenas alguns casos recentes que podemos citar dentre tantos outros.

De pouco adianta os Estados criarem legislações garantindo a liberdade de crença e de religião. Tampouco, a ONU criar uma série de instrumentos protetivos através de Convenções, Tratados e Pactos se, na prática, os Estados relativizam esses direitos sob a justificativa da segurança nacional.

O fato é que pode parecer um paradoxo, mas, infelizmente não é; o homem precisa da guerra para viver. O exercício do totalitarismo como Estado de exceção propicia uma ratificação do poder dos governantes e a chancela dessa legitimação através da busca de um nacionalismo exacerbado, como resposta ao inimigo, o que, em via de regra, atrai e fomenta a população para o encontro dos interesses dos governantes.

E o mais precioso instrumento de manipulação da sociedade é a religião. Logo, a combinação do proselitismo e do fundamentalismo, ora explícito, por vezes mascarado garantem a soberania de um País.

A real pergunta a ser feita é: o futuro do homem será a destruição e a conseqüente extinção da própria raça em virtude dessa diferença de crenças religiosas?

Uma vez que a intolerância e os conflitos são a resposta imediata e, mesmo com o esforço dos direitos humanos, a tão sonhada paz ainda parece um sonho distante.

O próprio surgimento do terrorismo está ligado a essas diferenças culturais com o fundo religioso para atingir pretensões políticas, como o caso do IRA, da Al-Qaeda, Hizbollah dentre tantos outros que busca fomentar o fundamentalismo de seus adeptos para legitimar o terror.

As conseqüências são a insegurança coletiva, o medo e o caos que o terrorismo se encarrega de disseminar. E os planos de ação são tão bem delineados que mesmo com a morte do líder de uma célula terrorista não se tem garantia alguma de que aquela célula deixe de existir, pois, o uso do proselitismo manipula ainda mais o fundamentalismo para que a semente do ódio semeie seus frutos.

Uma reflexão é necessária, pois, se aparentemente a grande maioria dos países integrantes e filiados a ONU se compromete a defender os ideais dos direitos humanos e propalar a paz, na prática, não é o que acontece, uma vez que uma série de entraves normativos impede a rápida inserção dos tratados e acordos internacionais de se tornarem uma realidade no âmbito interno da maioria dos países signatários.

A justificativa não poderia ser melhor: não se pode eliminar a burocracia em favorecimento deste ou daquele instrumento de direitos humanos. Com isso, novas disputas políticas, agora no âmbito interno, ocorrem e atrasam o processo e, por conseguinte, os direitos humanos aguardam meses ou anos para ter uma medida vigente.

A ONU, o organismo representativo e emblemático da reunião dos interesses dos povos, precisa ter um papel mais efetivo e menos simbólico, porque de pouco adianta criar os instrumentos se os maiores violadores, ou protelam sua ratificação, ou simplesmente se recusam a fazer parte dos planos de paz, por ser justamente contra os interesses nacionais.

Não fazemos nenhuma apologia a favor ou contra nenhum País, mas, se o objetivo comum real e imediato é a paz e a comunhão das civilizações, então, um debate com resultados concretos deve ser realizado.

Somado aos problemas dos interesses dos países, da forma como as religiões são impostas hoje não existe a viabilidade de um acordo em um futuro próximo, pois, nitidamente, temos uma disputa de poder entre as religiões.

Antes, os líderes das religiões se aproveitavam da fé dos governantes para exercerem sua influência política e, assim, um período expansionista e de acúmulo de riquezas se perpetrou.

Com a percepção dos governantes dessa influencia a resposta foi imediata: a cisão da Igreja com o Estado. E, em alguns países ainda com um radicalismo: a proibição de qualquer demonstração religiosa.

Passados séculos essa disputa por poder ainda persiste e atingiu o próprio praticante religioso para, inclusive, manter a própria sobrevivência desta ou daquela religião.

Novamente o uso do proselitismo e do fundamentalismo em interesses próprios, desviados do propósito religioso, e com um viés notadamente político.

O resultado: um mundo globalizado pela crise da religião, pela manipulação da fé e pelo uso da força como imposição da violência para ratificação de uma influência política.

A intolerância não é o caminho, nem dos governantes e, tampouco, dos líderes religiosos. As religiões professam a comunhão entre os povos, porém, na prática semeia a discórdia e a revolta religiosa como instrumento de dominação.

É necessário existir um diálogo das civilizações, afinal, as diferenças culturais, as tradições e os hábitos diversos datam da existência do próprio homem e a imposição de um dogma em detrimento de outro somente irá propalar mais discórdia, mais reações extremadas, sem, contudo, resolver a problemática.

As religiões, assim, funcionam como instrumento para fomentar a dissonância entre as nações. Quando, em verdade, o fundamentalismo e o proselitismo deveriam e poderiam ser usados como elo de união entre os povos.

A fé e a religião são duas armas poderosas que podem ser utilizadas tanto para o bem quanto para o mal. O homem experimenta dia após dia seu uso nocivo. Que tal uma mudança de paradigma?

O resultado será o convite à descoberta da religião dos outros e acarretará na grande aspiração de nossos contemporâneos: suprir a atual pobreza espiritual que circunda as nações ao longo do globo.

Não há uma religião que esteja mais filosoficamente correta em detrimento de outra. Logo, respeitar uma muçulmana otomana que não usa as mesmas vestes de uma muçulmana marroquina é o prezar das variações culturais que identificam e personificam os cultos religiosos e propicia a grandeza da diferença, não haver certo ou errado, mas sim, pontos religiosos diferentes sobre os mesmos temas.

A sociedade globalizada necessita de uma nova etapa de conhecimento e o encontro das religiões e das tradições espirituais, com o respeito das diferenças sem uma imposição falsa de verdade de que uma religião é melhor do que outra.

O objetivo é a quebra desse monopólio imaginário de que a verdade religiosa somente pode ser obtida em detrimento das demais. O diálogo para preservar o que restou de sagrado nos seres humanos, ou seja, a busca pela transcendência é presente na maioria das religiões. E os dogmas podem ser diferentes, porém, a mensagem em sua essência é uníssona.

Essa batalha santa já derramou sangue por demais. A luta pelo fim da intolerância deve passar pelos governantes, pela celeridade da adoção dos tratados, mas também, pela assimilação das múltiplas culturas humanas, em especial pelos líderes religiosos.

A influência da modernidade e do capitalismo assusta sobremaneira os povos islâmicos, porém, não são todos que desejam aniquilar o inimigo ocidente e com base nessa ilação, Oxalá possamos restabelecer um debate em torno da tolerância para que os povos possam conviver em harmonia, sem interesses políticos escusos e mascarados em uma defesa estéril de interesses religiosos.

O terrorismo não é a justificção para a manipulação da fé através do medo. Um ideal não pode ser defendido por uso de violência, outros meios devem ser utilizados e os direitos humanos e os princípios de defesa do homem estão à disposição dos Estados.

A morte, o conflito armado, a intolerância e o ódio já trouxeram ensinamentos preciosos a todos. Será que o ser humano precisará sempre de uma guerra ou de um conflito religioso, com conseqüências gravíssimas, para poder evoluir?

Já é chegado o momento das religiões caminharem, de fato, ao lado dos direitos humanos e conscientizarem seus fiéis de que a intolerância, o ódio, o terrorismo, o proselitismo negativo são armas nocivas ao ser humano.

O caminho é a união, o respeito à diversidade, às diferenças, à liberdade, ao direito de crença e, principalmente à proteção da dignidade da pessoa humana.

O futuro é a integração dos povos e o conhecimento e aceitação religiosa é o norte a ser seguido rumo à tolerância, ou melhor, ao equilíbrio das relações sociais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADEODATO, João Maurício. *A retórica constitucional (sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo)*. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ALVES, José Augusto Lindgren. *A arquitetura internacional dos direitos humanos*. São Paulo: FTD, 1997.
- ALVES, Rubem. *Dogmatismo & Tolerância*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *O que é religião?* São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- AMÉRIGO, Fernando. *Libertad religiosa, laicidad del estado e inmigración islámica*. *Revista de Ciencias de Las Religiones*, nº 21. Madrid, 2007.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David & NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Responsabilidade e julgamento*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- ARMSTRONG, Karen. Trad. De Hildegard Feist. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- ASHMANY, Muhammad Saïd. *The sovereignty of God: From Tyranny to Fanaticism*. In *Religion in Public life volume II Religion and Political Structures: From Fundamentalism to Public Service*. The Council for Research in Values and Philosophy, 2005.
- AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira Um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BASSIOUNI, M. Cherif. *International terrorism: multilateral conventions (1937-2001)*. Ardsley: Transnational Publishers, 2001.
- BASTOS, Celso Ribeiro & MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988, v.1 e 3.
- BASTOS, Celso Ribeiro & MEYER-PFLUG, Samantha. *Do direito fundamental à liberdade de consciência e de crença*. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo, n. 36, jul/set 2001.
- BEJA, Mons. Fino. *A igreja e o Estado*. Lisboa: Livraria popular de Francisco Branco, 1941.

- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (org.). *Violência e Religião CRISTIANISMO ISLAMISMO JUDAÍSMO Três religiões em confronto e diálogo*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- BOBBIO, Norberto. Trad. Regina Lyra. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONOME, José Roberto. *Fundamentalismo religioso e terrorismo político*. Goiânia: Ed. da UCG, Kelps, 2009.
- BORGES, Edson & MEDEIROS, Carlos Alberto et alli. *Racismo, preconceito e intolerância*. 7 ed. São Paulo: Atual, 2009.
- CANER, Ergun Mehmet & CANER, Emir Fethi. Trad. Haroldo Jansen. *O islã um olhar sobre a vida e a fé muçulmana*. São Paulo, Vida, 2008.
- CASAMASSO, Marco Aurélio Lagreca. *Política e Religião: O Estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro*. Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- CELIS, Joel Nicholas. *O Brasil e o Estado Laico. Apontamentos Jurídicos sobre a Laicidade no atual Estado Democrático Brasileiro*. *Revista Prática Jurídica* – ano VIII, nº 93, dezembro de 2009.
- CÉSAR, Lucy Risso Moreira. *Relacionamento igreja-mundo no Brasil contemporâneo*. Tese de Mestrado na área de concentração de Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1982.
- CHARLESWORTH, Max & INGPEN, Robert. Trad. de Elda Nogueira. *Religiões no mundo*. São Paulo: Global, 2003.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CRAIG, William Lane and SMITH, Quentin. *Theism, Atheism and Big Bang cosmology*. Oxford: Clarendon Press Oxford, 1993.
- CRAWFORD, Robert. Trad. De Gentil Avelino Titton. *O que é religião?* Petrópolis: Vozes, 2005.
- CRETELLA JÚNIOR, José. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1992, v. 1.
- DELUMEAU, Jean & MELCHIOR-BONNET, Sabine. Trad. Nadyr de Salles Penteadó. *De Religiões e de Homens*. São Paulo: Ipiranga, 2000.

- DWORKIN, Ronald. *Domínio da vida Aborto, eutanásia e liberdades individuais*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, Decisão, Dominação*. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERREIRA, Pinto. *Curso de direito constitucional*. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- FERRY, Luc & GAUCHET, Marcel. Trad. Nícia Adan Bonatti. *Depois da Religião O que será do homem depois que a religião deixar de ditar a lei?* Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- FUNDAMENTALISMOS INTEGRISMOS Uma ameaça aos direitos humanos**. ACAT. Trad. de Mariana Nunes Ribeiro Echalar. São Paulo: Paulinas, 2001.
- GALDINO, Elza. *Estado sem Deus a obrigação da laicidade na Constituição*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- GIRARD, René & VATTIMO, Gianni. Trad. de Antônio Bicarato. *Cristianismo e relativismo: verdade ou fé frágil?* Aparecida: Editora Santuário, 2010.
- GORENSTEIN, Lina & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Ensaio sobre a intolerância Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo*. São Paulo: Humanistas: FFLCH/USP, 2002.
- GRÜN, Anselm. Trad. Milton Camargo Mota. *A fé como reinterpretação crer – amar – louvar*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GUERREIRO, Sara. *As Fronteiras da Tolerância Liberdade religiosa e proselitismo na Convenção Européia dos Direitos do Homem*. Coimbra: Almedina, 2005.
- GUERRIERO, Silas. *Intolerância e relativismo: o dinamismo das novas religiões no Brasil*. *Revista Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo: Umesp, 1985, vol. 1, n°1.
- HARRIS, Sam. Trad. de Cláudio Carina, Isa Mara Lando. *A morte da fé: religião, terror e o futuro da razão*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- HILL, Jonathan. *História do Cristianismo*. Trad. Rachel Kopit Cunha, Juliana A. Saad, Marcos Capano. São Paulo: Edições Rosari, 2008.
- HOFFER, Eric. Trad. De Sylvia Jatobá. *Fanatismo e movimentos de massa*. Rio de Janeiro: The New American Library, 1968.
- HOUAISS, Antonio; Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUME, David. Trad. de Jaimir Conte. *História natural da religião*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

IRWIN, David K. Trad. Degmar Ribas. *O que os cristãos precisam saber sobre os muçulmanos*. 4 Ed.CPAD, 2003.

JOHNSON, Phillip E. Trad. Elizabeth Gomes. *Ciência, intolerância e fé A cunha da verdade: rompendo os fundamentos do naturalismo*. Viçosa: Ultimato, 2007.

JORDAN VILLACAMPA, Maria Luisa. *Religión y derecho en la España de la primera década del tercer milenio*. *Revista de Ciencias de Las Religiones*, nº 11. Madrid, 2004.

KINTZLER, Catherine. Trad. de María Elena Ladd. *Tolerancia y laicismo*. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2005.

KIRCHNER, Luís. *Religião Quem pode me explicar?* Aparecida: Editora Santuário, 2008.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LLANO CIFUENTES, Rafael. *Relações entre a Igreja e o Estado: a Igreja e o Estado à luz do Vaticano II, do Código de Direito Canônico de 1983 e da Constituição Brasileira de 1988*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

LOCKE, John. *Carta sobre a Tolerância*. Edições 70, 1997.

LOMÉNIE, E. Beau de. Trad. de Valeriano de Oliveira. *A Igreja e o Estado Um problema permanente*. São Paulo: Flamboyant, 1958.

LOPES, Domingos & SÁ, Luís. *Com Alá ou com Satã?* Porto: Campo das letras, 1997.

LOREA, Roberto Arriada (org.). *Em defesa das Liberdades Laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

LOREA, Roberto Arriada & KNAUTH, Daniela Riva. *Cidadania sexual e laicidade Um estudo sobre a influência religiosa no Poder Judiciário do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. *Liberdade Religiosa numa Comunidade Constitucional inclusiva dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

MENDES, Gilmar Pereira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, vol. IV. 3 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. São Paulo: Atlas, 2002.

- MOREIRA, Alberto da Silva & OLIVEIRA, Irene Dias de (orgs.). *O futuro da religião na sociedade global Uma perspectiva multicultural*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- NYE JR., Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- O'DONNELL, Kevin. Trad. de Andréa Mariz. *Conhecendo as religiões do mundo*. São Paulo: Edições Rosari, 2007.
- O'FARRELL, Pablo Badillo (org). *Pluralismo, tolerancia, multiculturalismo Reflexiones para un mundo plural*. Madrid: Universidad Internacional de Andalucía, 2003.
- OLIVEIRA, Rafael Soares de (org.). *Candomblé Diálogos fraternos contra a intolerância religiosa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OLIVEIRA, Salete. *Tolerancia e conquista, alguns itinerários na Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Verve: Revista semestral do NU-Sol, n. 9, 2006.
- PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a igreja e o Estado no Brasil*. 2 ed. Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, 1982.
- PETSCHEN, Santiago. *Religión, conflictos bélicos y migraciones*. Revista de Ciencias de Las Religiones, nº 21. Madrid, 2007.
- PRIETO SANCHIS, Luis. *Igualdad y minorías*. Revista Derechos y libertades, n. 5, v. 2, 1995.
- PINHEIRO, Douglas Antonio Rocha. *Direito, Estado e Religião A Constituinte de 1987/1988 e a (re) construção da identidade religiosa do sujeito constitucional brasileiro*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- PINHEIRO, Maria Claudia Bucchianeri. *A liberdade religiosa e o direito ao uso da burca*. Revista Jurídica Consulex, ano XII, nº 309, 30 de novembro de 2009.
- PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Faces do fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RENDERS, Helmut. *O fundamentalismo na perspectiva da teoria da imagem: distinções entre aproximações iconoclastas, iconófilas e iconólatras às representações do divino*. Revista Estudos da Religião. São Bernardo do Campo: Umesp, nº 35, jul/dez 2008.
- REVISTA AVENTURAS NA HISTÓRIA PARA VIAJAR NO TEMPO nº 88. *Inquisição no Brasil*.
- REVISTA CONHECIMENTO PRÁTICO FILOSOFIA nº 26. *Filosofia e guerra*.

REVISTA CRISTIANISMO HOJE nº 19. *Decepcionados com a Igreja.*

REVISTA CURIOSIDADES, POLÍTICA, CULTURA E GEOGRAFIA DE POVOS E NAÇÕES, 2009.

REVISTA GRANDES TEMAS MENTE E CÉREBRO nº 1. *Fé O lugar da divindade no cérebro.*

REVISTA HISTÓRIA VIVA nº 86. *30 homens que mudaram o mundo.*

REVISTA HISTÓRIA Y VIDA nº 501. *La revolución que cambió Irán Del Sah Reza Pahlevi a la República Islámica.*

REVISTA NEWSWEEK. *Mission accomplished but are we any safer?* May 16, 2011.

REVISTA SUPERINTERESSANTE nº 284. *Deus uma biografia.*

REVISTA SUPERINTERESSANTE – edição especial. *CABALA os segredos do misticismo judaico.*

REVISTA THE ECONOMIST. *Now, kill his dream.* May 7th-13th, 2011.

RIBEIRO, Milton. *Liberdade religiosa: Uma proposta para debate.* São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

RODRIGUES, Fabíola Emilin. *Princípio da Laicidade, Liberdade de Consciência e Neutralidade do Poder Político.* In SILVA, Marco Antonio Marques da (coord.). *Processo Penal e Garantias Constitucionais.* São Paulo: Quartier Latin, 2006.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico).* Kairós Livraria e Editora, 1979.

ROUANET, Luiz Paulo. *Paz, justiça e tolerância no mundo contemporâneo.* São Paulo: Edições Loyola, 2010.

SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Olga. *La pretensión de universalidad y la tensión de la tolerância.* *Revista Derechos y libertades*, n. 5, v. 2, 1995.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988.* 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SCARPI, Paolo. *Egito, Roma, Grécia, Mesopotâmia, Pérsia Politeísmos: As religiões do mundo antigo.* São Paulo: Hedra, 2004.

SCHÄRFER, Heinrich. *Fundamentalismos, modernidades y tensiones políticas globales: sobre La religión políticamente movilizada.* *Revista Estudos da Religião.* São Bernardo do Campo: Umesp, nº 35, jul/dez 2008.

- SELF, David. Trad. de Bárbara Theoto Lambert. *Religiões do mundo*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- SEN, Amartya. Trad. De Maria José de La Fuente. *Identidade e violência A ilusão do destino*. Lisboa: Tinta da China, 2007.
- SEOANE PINILLA, Julio. *Fundamentar o defender la tolerancia?* *Revista Derechos y libertades*, n. 5, v. 2, 1995.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Org. *Uma Não com alma de Igreja Religiosidade e políticas públicas nos Eua*. São Paulo: Paz e terra, 2009.
- SILVA, Clemildo Anacleto da. *Educação, Tolerância e Direitos Humanos A importância do ensino de valores na escola*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2009.
- _____ & RIBEIRO, Mario Bueno. *Intolerância Religiosa e Direitos Humanos Mapeamentos de Intolerância*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2007.
- SILVA, De Plácido e. *Dicionário Jurídico Conciso*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- SILVA, José Afonso. *Comentário contextual à Constituição*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- SILVA, Manuel da. *Terrorismo e Guerrilha Das Origens à Al-Qaeda*. Lisboa: Silabo, 2005.
- SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. *A Dignidade da pessoa humana no contexto da pós-modernidade O Direito no século XXI é tolerância, bom senso e cidadania*. In José de Faria & SILVA, Marco Antonio Marques da (coord.). *Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- SJ, Thomas Michel. *A contribuição dos crentes religiosos ao diálogo das civilizações*. In *Cadernos Adenauer n° 4*, 2004.
- SOLOMON, Robert C. Trad. De Maria Luiza X. de A. Borges. *Espiritualidade para céticos Paixão, verdade cósmica e racionalidade no século XXI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SOUZA, Josias Jacinto de. *Separação entre Religião e Estado no Brasil: Utopia Constitucional?* Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.
- SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de direito público*. 4 ed. São Paulo: Malheiros.
- SUSTEIN, Cass R. Trad. Luciene Scalzo Guimarães. *A era do radicalismo Entenda por que as pessoas se tornam extremistas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- TAMAYO, Juan Jose. *Fundamentalismos y dialogo entre religiones*. Madrid: Trotta, 2004.

- TAYLOR, Justin. Trad. De Barbara Theoto Lambert. *As origens do cristianismo*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- THIEBAULT, Carlos. *Hay que proteger la(s) cultura(s)? Sobre algunos debates contemporaneous y el estatuto normative de la tolerancia*. Revista *Las razones de la convivencia*.
- VERNON, Mark. *After atheism science, religion and the meaning of life*. New York: Palgrave MacMillan, 2007.
- VIEIRA, Lurdes de Campos. *Manual doutrinário, ritualístico e comportamental umbandista*. 3 Ed. São Paulo: MADRAS, 2009.
- VOLTAIRE. Trad. de Paulo Neves. *Tratado sobre a tolerância: a propósito da morte de Jean Calas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- WILLIAMS, Anne & HEAD, Vivian. Trad. Débora da Silva Guimarães Isidoro. *Ataques terroristas a face oculta da vulnerabilidade*. São Paulo: Larousse, 2010.
- WOLOSZYN, André Luís. *Terrorismo Global Aspectos gerais e criminais*. Porto Alegre: Est Edições, 2009.
- ZARCA, Yves Charles. *La tolerância o cómo coexistir em um mundo desgarrado*. Revista *Derechos y libertades*, n. 12, v. 8, 2003.